

Índice

Introdução.....	18
-----------------	----

Capítulo I

1. – Definição de Política Familiar e suas Perspectivas.....	21
--	----

Capítulo II

2. – Breve Caracterização das Políticas Familiares na Europa dos 15.....	31
2.1. – Mudança Familiar e o estado de Bem-Estar.....	31
2.2. – História e Tendências Recentes quanto às Políticas Familiares.....	32

Capítulo III

3. – As Famílias na Europa dos 15.....	39
3.1. – Caracterização das Famílias Monoparentais.....	39
3.2. – Serviços de Cuidados Prestados às Crianças nas Famílias Monoparentais.....	44
3.2.1. – Tipologia dos Serviços de Cuidados Prestados às Crianças nas Famílias Monoparentais.....	46
3.3. - Tipologia dos Serviços de Cuidados Prestados às Crianças nas “ <i>Dual-Career Families</i> ”.....	51
3.4. - Tipologia dos Serviços de Cuidados Prestados às Crianças nas “ <i>Double-front Carer Families</i> ”.....	53
Quadros e Gráficos de Apoio Estatístico I.....	57

Capítulo IV

4. – Fecundidade na Europa dos 15.....	103
Quadros e Gráficos de Apoio Estatístico II.....	119

Capítulo V

5. – Conciliação da Vida Profissional e da Vida Familiar.....	139
5.1. – As Tendências Europeias da Actividade Económica Feminina.....	144
5.2. – Os Serviços de Cuidados Prestados às Crianças e suas Implicações na Gestão da Vida Profissional e Familiar.....	150
5.3. – Despesa Pública em Serviços de Cuidados Prestados às Crianças.....	165
5.4. – Flexibilidade Laboral e a Redução do Tempo de Trabalho.....	174
5.5. – O Emprego a Part-Time.....	175
Quadros e Gráficos de Apoio Estatístico III.....	179

Índice dos Quadros e Gráficos de Apoio Estatístico I

▪ Proporção da População entre os 0-14 anos, entre 1990-2003 (em %)	58
▪ Proporção da população entre os 15- 24 anos, entre 1990-2003 (em %)	59
▪ Proporção da população entre os 25-49 anos, entre 1990-2003 (em %)	60
▪ Proporção da população entre os 50- 64 anos, entre 1990-2003 (em %)	62
▪ Proporção da população entre os 65- 79 anos, entre 1990-2003 (em %)	63
▪ Proporção da população com 80 e mais anos, entre 1990-2003 (em %)	61
▪ Índice de Envelhecimento da População Portuguesa, entre 1990-1997 (em %)	64
▪ Esperança Média de Vida na Europa dos 15, entre 1990-2002, Homens e Mulheres (em%)	67
▪ Esperança Média de Vida na Europa dos 15, em 1990, Homens e Mulheres (em%)	68
▪ Esperança Média de Vida na Europa dos 15, em 2002, Homens e Mulheres (em%)	68
▪ Total das Pessoas que vivem Sozinhas, na Europa dos 15, entre 1995-2000	69
▪ Previsão para 2005 do Total de Pessoas que vivem Sozinhas na Europa dos 15	70
▪ Total de pessoas que vivem com Companheiro, na Europa dos 15, entre 1995-2000	71
▪ Previsão para 2005 do Total de Pessoas que vivem com Companheiro na Europa dos 15	73
▪ Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2000	74
▪ Previsão para 2005 do Total de Crianças a viverem em Lares Parentais na Europa dos 15	76
▪ Total de crianças entre os 0-4 anos a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2000	77
▪ Previsão para 2005 do Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, entre os 0-4 anos, na Europa dos 15	79
▪ Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, entre os 5-9 anos, na Europa dos 15, entre 1995-2000	80
▪ Previsão para 2005 do Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, entre os 5-9 anos, na Europa dos 15	82

▪ Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, entre os 10-14 anos, na Europa dos 15, entre 1995-2000.....	84
▪ Previsão para 2005 do Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, entre os 10-14 anos, na Europa dos 15.....	85
▪ Total de Jovens a viverem em Lares Parentais, entre os 15-19 anos, na Europa dos 15, entre 1995-2000.....	87
▪ Previsão para 2005 do Total de Jovens a viverem em Lares Parentais, entre os 15-19 anos, na Europa dos 15.....	88
▪ Total de Adultos a viverem em Lares Parentais, entre 20-24 anos, na Europa dos 15, entre 1995-2000.....	90
▪ Previsão para 2005 do Total de Adultos a viverem em Lares Parentais, entre os 20-24 anos, na Europa dos 15.....	91
▪ Número de Agregados Familiares segundo a Amostra apresentada pelo Eurostat, na Europa dos 15 em 1988, 1994 e 1999.....	93
▪ Distribuição dos Agregados Familiares com Uma Pessoa, entre 1988-1999, na Europa dos 15 (em %).....	94
▪ Distribuição dos Agregados Familiares com Um Pai/Mãe com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %).....	95
▪ Distribuição dos Agregados Familiares com Dois Adultos, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %).....	97
▪ Distribuição dos Agregados Familiares de Dois Adultos com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %).....	98
▪ Distribuição dos Agregados Familiares com Três ou mais Adultos, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %).....	100
▪ Distribuição dos Agregados Familiares com Três ou mais Adultos com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %).....	101

Índice dos *Quadros e Gráficos de Apoio Estatístico II*

▪ Taxa de Casamentos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)	120
▪ Idade Média do Primeiro Casamento, na Europa dos 15, em 2002 (em %)	121
▪ Taxa de Divórcios, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)	122
▪ Taxa de Natalidade, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)	124
▪ Taxa de Fecundidade, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)	125
▪ Nascimentos Fora do Casamento, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)	126
▪ Taxa de Fecundidade por Idades, em 1990 e 2002, na Europa dos 15, (em %)	128
▪ Taxa de Fecundidade por Idades, na Europa dos 15, em 1990 (em %)	129
▪ Taxa de Fecundidade por Idades, na Europa dos 15, em 2002 (em %)	129
▪ Idade Média da Mulher Grávida, na Europa dos 15, entre 1990-2002 (em %)	130
▪ Idade Média da Mulher ao Nascimento do Primeiro Filho, na Europa dos 15, entre 1990-2002 (em %)	132
▪ Taxa de Mortalidade Infantil, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)	133
▪ Taxa de Mortalidade Infantil Perinatal, na Europa dos 15, entre 1990-2003	134
▪ Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)	136

Índice dos *Quadros e Gráficos de Apoio Estatístico III*

- Taxa de Emprego Feminina, entre os 15-64 anos, como parte da população total feminina com a mesma idade, na Europa os 15, entre 1990-2003 (em %).....180
- Taxa de Emprego Masculina, entre os 15-64 anos, como parte da população total masculina com a mesma idade, na Europa os 15, entre 1990-2003 (em %).....182
- Taxa de Emprego sem Crianças Dependentes, numa população entre os 15 e os 64 anos, , na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....184
- Taxa de Emprego por Uma Criança Dependente (0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....185
- Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre 0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....187
- Taxa de Emprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em%).....188
- Taxa de Emprego por Uma Criança Dependente (3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....190
- Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....191
- Taxa de Emprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....193
- Taxa de Emprego por Uma Criança Dependente (6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....194
- Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....196
- Taxa de Emprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......198
- Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (15-24 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....200
- Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (15-24 anos),na Europa dos 15,entre 1990-2004 (em %).....201

▪ Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (15-24 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)	203
▪ Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education(15-24 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)	204
▪ Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (25-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)	206
▪ Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (25-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)	208
▪ Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (25-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)	209
▪ Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education (25-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)	211
▪ Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (65 e mais anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)	212
▪ Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (65 e mais anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)	214
▪ Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (65 e mais anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)	215
▪ Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education (65 e mais anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)	217
▪ Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)	219
▪ Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000)	220
▪ Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000)	221
▪ Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)	223
▪ Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, segundo o Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000)	224

- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, segundo o Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....224
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....226
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, segundo o Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....227
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, segundo o Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....228
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....230
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, segundo o Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....231
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, segundo o Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....231
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....233
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, segundo o Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....234
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, segundo o Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....234
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....236
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, segundo o Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....237
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, segundo o Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....238
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....240
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....241

- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....242
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....244
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000.....245
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2004.....246
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....248
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....249
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....249
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....251
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....252
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....252
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....254
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....255
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....256
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....258
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....259

- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....260
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....262
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....263
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....264
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....266
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....267
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....268
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....270
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....271
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....272
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....274
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....275

- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....276
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....278
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....279
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....280
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....282
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....283
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....284
- Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....286
- Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....287
- Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....287
- Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....289
- Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....290
- Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....290
- Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....292

▪ Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....	293
▪ Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....	293
▪ Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....	295
▪ Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....	296
▪ Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....	297
▪ Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....	299
▪ Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000 (1000).....	300
▪ Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....	301
▪ Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000).....	303
▪ Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, em 2000 (1000).....	304
▪ Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2004 (1000).....	304
▪ Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, para mulheres entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 2001-2004 (1000).....	306
▪ Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, entre 2001-2004 (1000).....	307
▪ Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2001 (1000).....	310
▪ Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2004(1000).....	311

- Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, entre 2001-2004 (1000).....313
- Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2001(1000).....314
- Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2004(1000).....314
- Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 2001-2004 (1000).....316
- Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2001(1000).....317
- Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2004(1000).....317
- Taxa de Desemprego Feminina, como percentagem da População Activa Feminina, na Europa dos 15, entre 1999-2003.....319
- Taxa de Desemprego Masculina, como percentagem da População Activa Masculina, na Europa dos 15, entre 1999-2003.....321
- Taxa de Desemprego sem Crianças Dependentes, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....323
- Taxa de Desemprego por Uma Criança Dependente (0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, entre 1990-2004, na Europa dos 15 (em %).....324
- Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, entre 1990-2004, na Europa dos 15 (em %).....326
- Taxa de Desemprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....327
- Taxa de Desemprego por Uma Criança Dependente (3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....329
- Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....330
- Taxa de Desemprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15,entre 1990-2004 (em %).....332
- Taxa de Desemprego por Uma Criança Dependente (6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....333
- Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....335

- Taxa de Desemprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......337
- Taxa de Desemprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (15-24 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......339
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (15-24 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......341
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (15-24 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......343
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (15-24 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......344
- Taxa de Desemprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (25-49 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......346
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (25-49 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......348
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (25-49 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......349
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (25-49 anos), na Europa dos 15, entre 1990 –2004 (em %)......351
- Taxa de Desemprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (50-64 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......352
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (50-64 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......354
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (50-64 anos) na Europa dos 15 – 1990-2004 (em %)......355
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (50-64 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......357
- Índice de Dependência dos Jovens, dos 0 aos 14 anos, pela população entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)......359
- Índice de Dependência dos Idosos, com 65 e mais anos, pela população entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)......360

- Diferença entre a Média dos Ganhos por Hora entre Homens e Mulheres, como percentagem da Média dos Ganhos por Hora dos Homens, na Europa dos 15, entre 1994-2001.....362

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer o apoio prestado pela Coordenação Nacional para os Assuntos da Família (CNAFA), nomeadamente à Dra. Margarida Neto, bem como à Dra. Rita Figueiredo, pela oportunidade que nos deram na concretização deste desafio. Foi importante a liberdade que nos foi disponibilizada quanto à estruturação e organização deste trabalho de investigação, agradecendo toda a confiança que nos foi atribuída na elaboração do mesmo.

Foi muito importante o apoio prestado pela Associação de Famílias Numerosas, nomeadamente pelo Engenheiro Fernando Castro, sem o qual não seria possível a divulgação deste trabalho de investigação.

Não poderíamos deixar de agradecer ao Professor Doutor Manuel Nazareth e à DGEEP (Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento) pela cedência de diversos recursos bibliográficos e estatísticos que compõem este estudo.

Este trabalho de investigação, inovador na área das Políticas Familiares Europeias, revelou-se particularmente importante, pois permitiu uma visualização mais abrangente da organização e gestão das Políticas Familiares, nomeadamente em quinze países da Europa.

Este trabalho exigiu um grande empenho e dedicação na recolha de material bibliográfico e estatístico, bem como na reunião destes diferentes elementos e sua compilação, traduzindo-se numa tarefa bastante cativante devido à temática abordada.



O Observatório para os Assuntos da Família, estrutura que integra a Coordenação Nacional para os Assuntos da Família, acolheu e apoiou durante o ano de 2004, o estágio das licenciadas Joana Vaz Pereira e Maria Luisa Toledo Gomes, do Curso de Sociologia das Organizações e do Desenvolvimento, da Universidade Católica Portuguesa.

Tendo o Observatório como objectivo a avaliação e acompanhamento da evolução das políticas familiares e a análise do seu impacto, foi possível desenvolver o estudo que agora se apresenta.

Sou testemunha do trabalho sério e exaustivo a que as autoras se propuseram, debatendo-se sobretudo, com dificuldades no acesso a informação actualizada.

Trata-se de uma obra de grande mérito e valor. Um estudo que tardava. Possuímos agora, uma “fotografia” das Políticas de Família da Europa dos 15. Elas são aqui detalhadas e comparadas. E com este mapa, poderemos percorrer a Europa, tentando encontrar resposta para perguntas difíceis, a que a Política de Família tem de saber responder.

Como se valoriza a Família e se promove a sua estabilidade? Como se apoiam as famílias nos seus problemas do quotidiano? Como se aprofundam os mecanismos de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar? Como se acompanham as alterações nas estruturas familiares? Porque baixou tanto o nível de fertilidade das famílias e qual o impacto desta situação? Onde é que o problema nos conduz? E o que fazem os Governos?

O estudo que as autoras em boa hora se propuseram fazer, não responde a todas estas questões. Julgo mesmo que desencadeia novas reflexões.

Penso que poderemos concluir que os países que procuram o desenvolvimento global, se preocupam com a Política Familiar.

Verificamos que pode haver diferentes ideias e propostas. Mas que não haja neutralidade, na apreciação que possamos fazer. Porque só políticas e programas familiarmente responsáveis, transversais e integrados, são capazes de proporcionar aquilo que a Sociedade e as Famílias tanto esperam: Desenvolvimento, Estabilidade, Felicidade.

Este estudo é uma viagem. Façamo-la.

Abril 2005

Margarida Gonçalves Neto
Coordenadora Nacional para os
Assuntos da Família

Introdução

O presente trabalho cinge-se à comparação das Políticas Familiares na Europa dos 15, num período temporal que decorre entre 1990 até à actualidade.

Através deste estudo, pretende-se expor algumas das diversas áreas abrangentes das Políticas Familiares nas sociedades actuais, reflectindo este a estrutura, a organização e a gestão dos agregados familiares. Estas políticas demonstram também uma necessidade fundamental de recuperação dos índices de substituição de gerações, não podendo por isso passar despercebidas, sobretudo quanto à sua realização no plano governativo.

Este estudo contém onze capítulos, existindo igualmente capítulos de apoio estatístico relacionados com as temáticas apresentadas. A fonte de informação estatística utilizada foi o Eurostat, contendo os dados mais actuais que esta fonte disponibiliza. As áreas desenvolvidas neste estudo são, fundamentalmente:

- definição de Política Familiar e suas diferentes perspectivas;
- breve caracterização das Políticas Familiares na Europa dos 15;
- as famílias na Europa dos 15;
- a fecundidade na Europa dos 15;
- a conciliação da vida profissional e da vida familiar;
- as licenças de maternidade, paternidade e parentais na Europa dos 15;
- os benefícios familiares, benefícios de cuidados às crianças e benefícios às famílias monoparentais
- redefinição de papéis e novos modelos de partilha nas famílias;
- alguns estudos internacionais efectuados no âmbito da Política Familiar;

- as Políticas Amigas da Família

- os Cem Compromissos para uma Política da Família (2004-2006)

Certos recursos bibliográficos revelam-se mais acessíveis para determinados países. Desta forma, alguns países não permitem um conhecimento mais aprofundado da sua realidade.

Através desta exposição, o objectivo deste estudo será comparar as diferentes áreas acima referidas nos quinze países europeus em análise.

Capítulo I

1. Definição de Política Familiar e suas Perspectivas

Os autores Maria Fernanda Lima e Paulo C. Soares (1994), na sua obra *A Família* apresentam uma definição de Política Familiar, na qual consideram estas políticas como “*o conjunto de medidas concretas que dizem respeito, directa ou indirectamente à célula familiar e seus membros. O seu objectivo implícito é, habitualmente, o de melhorar o bem-estar familiar e o de reforçar os seus laços, visando atenuar as dificuldades por que passam as famílias, e de dar resposta às necessidades das mesmas*”.

Para estes autores, as Políticas Familiares apresentam a família como a instituição nuclear da sociedade e do próprio desenvolvimento das crianças, sendo esta instituição a responsável máxima pela inserção do indivíduo na sociedade.

Os principais objectivos das Políticas Familiares na Europa passam por promover algumas destas ideias:

- Política Familiar de inspiração demográfica, uma vez que a baixa natalidade reflecte uma redução do bem-estar de cada país, sendo vista como um ameaça (como é a Política Familiar francesa);
- Política Familiar com vista à protecção da infância, por forma a colmatar as necessidades mais básicas das famílias, através de uma redistribuição do rendimento pelas famílias com crianças mais desfavorecidas (Política adoptada em Irlanda desde 1984);
- Política Familiar de carácter mais neutro, destinado a todos os agregados familiares, independentemente de terem ou não crianças (como por exemplo a Política existente na Suécia);

- Política Familiar baseada na relação entre os sexos e o mercado de emprego, a qual pretende impulsionar a mulher na sua integração no mercado de trabalho (Europa de Leste) ou então oferecer a possibilidade desta não participar no mercado de trabalho, através da atribuição de uma prestação social que lhe permita abandonar temporariamente o seu local de trabalho para prestar apoio à sua família. Este tipo de Política Familiar encontra-se mais direccionada para as famílias monoparentais (como é o caso do Reino Unido).

A evolução da sociedade permitiu o aparecimento de outro tipo de concepção de família, onde se tende a considerar não o grupo familiar, mas sim o indivíduo como base da Política Social e da Segurança Social. Esta mudança verificou-se com maior predominância nos países escandinavos, reconhecendo que os indivíduos podem fazer diferentes escolhas, das quais resultará uma pluralidade de tipos de situações familiares. Deste modo, a posição do Estado deve enfrentar alterações, no sentido em que existe o intuito de diminuir as diferenças existentes entre as famílias com um só filho ou com vários filhos, entre as famílias monoparentais e bi-parentais, bem como entre as mães trabalhadoras e não trabalhadoras (medidas assumidas pelo Estado na área da maternidade e da paternidade).

Um outro objectivo da Política Familiar consiste no papel desempenhado pelos sexos na sociedade e os seus interesses relativamente ao mercado de trabalho, ocorrendo as seguintes tendências na sociedade: impulsionar a participação feminina no mercado de trabalho (na maioria dos países do leste europeu), onde a protecção à mulher-mãe trabalhadora é uma garantia constitucional; o não incentivo da participação feminina no mercado de trabalho.

As relações entre Política Familiar, Segurança Social e Demografia são cada vez mais evidentes, assistindo a sociedade nos últimos vinte anos a cinco fenómenos típicos:

- a diminuição da taxa de natalidade e do número de crianças por família;
- a diminuição do número de casamentos, o desenvolvimento da coabitação e o aumento do número de nascimentos fora do casamento;
- o aumento do número de divórcios, de segundos casamentos e de famílias reestruturadas;

- o aumento da percentagem de famílias monoparentais;
- o envelhecimento da população.

A difícil conciliação entre a família e o trabalho deve-se, por vezes, à oferta insuficiente dos serviços de guarda de crianças, bem como à pouca qualidade dos mesmos. Muitas mulheres detêm trabalhos precários e ganhos relativamente baixos, enquanto que os homens enfrentam ainda o problema cultural de género. Como exemplo temos, a licença de paternidade, a qual não é “culturalmente aceite” e prática comum (por parte dos homens) nos locais de trabalho.

As *Políticas Amigas da Família* apresentam como principal objectivo a conciliação entre o trabalho e a vida familiar, através do fomento dos recursos familiares e de desenvolvimento da criança, que por sua vez vão facilitar a escolha parental relativa ao trabalho e cuidados com a criança, promovendo a igualdade de oportunidades no emprego. Podemos definir estas *Políticas Amigas da Família* como “*um acto de procura de equilíbrio dos diversos objectivos políticos não ignorando a equidade entre os diversos grupos de rendimento, tipos de famílias, homens e mulheres, o desenvolvimento da crianças e as preocupações do mercado de trabalho*” (Lima, Maria Fernanda e Paulo C. Soares, 1994). O desenvolvimento político destas políticas difere de país para país, de acordo com as influências dos seus respectivos contextos históricos e socioeconómicos.

Deste modo, serão apresentadas de seguida duas definições relativas ao significado da própria Família e ao significado de uma Política de Conciliação. Relativamente à primeira definição, a família é vista como “*qualquer agregado familiar com um ou mais adultos vivendo juntos e tendo a responsabilidade de tomar conta e criar uma ou mais crianças*” (OECD, 2004d). As Políticas de Conciliação referem-se a “*todas as medidas que cobrem tanto os recursos familiares (rendimento, serviços e tempo para o exercício das responsabilidades parentais), como a ligação dos pais ao mercado de trabalho*” (OECD, 2004d).

A tutela parental é fundamental para o desenvolvimento da criança e consequentemente para a formação das sociedades futuras. Assim, os políticos têm diversas razões para ajudarem os pais a encontrarem o melhor equilíbrio entre a vida profissional e familiar. No caso português, as recomendações políticas são fundamentalmente cinco:

- I. Reduzir as barreiras relativas ao emprego a tempo parcial, através da mudança da estrutura dos pagamentos dos cuidados às crianças (e dos subsídios): as mensalidades parentais devem ser equivalentes ao número de horas durante as quais são utilizados os serviços de cuidados às crianças.
- II. Fortalecer apoio às famílias com baixos rendimentos mas sem desincentivar o trabalho, através dos sistemas de impostos (crédito ao imposto reembolsável em função do emprego para os grupos de baixos rendimentos) ou do sistema de benefícios (pagamento de abono de família mais elevado às famílias trabalhadoras de baixos rendimentos).
- III. Realçar a natureza dos locais de trabalho, com a utilização de subsídios aos empregadores, proporcionando-lhes a sua participação em iniciativas que adaptem os locais de trabalho às *Políticas Amigas da Família*, assegurando o compromisso empresarial a longo prazo, através de avaliações regulares ou auditorias.
- IV. Integrar programas de direitos relativos a licenças que integrem as crianças e o trabalho a tempo parcial, pois as diversas normas existentes contribuem para o surgimento de várias dúvidas aos potenciais utilizadores, reduzindo a utilização dessas mesmas licenças.
- V. Permitir o alargamento do período de direito ao subsídio de maternidade e do período de licença parental (tempo parcial), visando aumentar as opções dos pais que tem a seu cargo filhos muito pequenos.

Segundo Ana Alexandre Fernandes, Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, os reduzidos níveis de fecundidade atingidos trarão “*desequilíbrios intergeracionais acentuados e irrecuperáveis com consequências nefastas no futuro*”. Esta autora afirma que estes níveis de fecundidade são particularmente visíveis nos países do sul da Europa, entre os quais Portugal, apresentando níveis de fecundidade próximos de uma criança por mulher, menos de metade do necessário para que se dê a substituição das gerações. A

Itália tem sido pioneira, logo seguida da Espanha, de Portugal e da Grécia. A inexistência nestes países de políticas de apoio à família e à criança têm sido apontadas como, segundo parece, a razão principal desta evolução.

Ana Fernandes também salienta o facto do sistema demográfico europeu ser caracterizado por baixas taxas de natalidade e baixas taxas de mortalidade. A transição demográfica que decorreu ao longo do século XX parecia ter terminado com um novo equilíbrio entre a mortalidade e a natalidade. Mas, para grande surpresa nossa, a natalidade não deixou de baixar descendo a níveis impensáveis há alguns anos atrás.

Questiona-se ainda como intervir no sentido de alterar o curso deste declínio da fecundidade, à qual sugere a alteração das condições estruturais em que ocorre a vinda ao mundo de uma criança. Supor que as mães e os pais potenciais se envolveriam mais facilmente em tal aventura exigiria repensar os contextos e os apoios que colectivamente devem ser postos à disposição, primeiro das mães, mas também dos pais. E porquê das mães primeiro? Ana Fernandes defende que são as mulheres que engravidam, que amamentam e se confrontam em termos profissionais com um machismo extenuado do patronato mais arcaico ou com o desenfreamento concorrencial do empresariado moderno “*As mulheres portuguesas trabalham tanto quanto os homens portugueses e mais do que a maior parte das mulheres de outros países da Europa porque um salário, o do homem, é insuficiente para as necessidades de consumo de uma família.*” (Fernandes, Ana Alexandre, 2001).

A autora associa a estes baixos níveis de fecundidade a fragilidade das Políticas Sociais de apoio à maternidade, característica comum aos países de baixa fecundidade, exceptuando os casos da Alemanha e da Áustria que gozam de Políticas Sociais de apoio à família e que apresentam baixos níveis de fecundidade.

É dado como exemplo o caso português: as políticas governamentais têm-se orientado para apoios aos jovens casais, apoios financeiros à instalação, na aquisição e no aluguer de habitação. São também atribuídos apoios financeiros de modo a proporcionar equidade no acesso às escolas maternais. O que não tem sido previsto, de acordo com Ana Fernandes, é o planeamento da criação e implementação de creches que facultem maior acessibilidade às jovens mães trabalhadoras. É nas condições de acessibilidade a este tipo de instituições de apoio à maternidade que reside um dos factores de dificuldade para as famílias.

Esta autora termina este artigo afirmando que o debate sobre a demografia conduz inevitavelmente à questão da família. Implementar políticas demográficas com

o objectivo de promover a fecundidade requer intervir no espaço privado da vida familiar. Ora, várias objecções têm sido levantadas nos países que têm levado a cabo este tipo de intervenções públicas. De modo geral, as críticas vão no sentido de questionar os limites do papel do Estado através das instâncias públicas que de tal se ocupam. Estes movimentos ideológicos, hostis às Políticas Familiares, fundam-se em valores libertários. No extremo desta posição estão os que consideram que pôr uma criança no mundo é uma decisão privada, restrita aos territórios da intimidade, não admitindo a intromissão de quem quer que seja. É a suprema garantia das liberdades individuais.

O Professor Doutor Manuel Nazareth no seu estudo *Que Política Demográfica e Familiar para Portugal?* foca a importante relação entre a família, a demografia e os modelos culturais existentes na nossa sociedade e suas implicações na instituição familiar.

Segundo este demógrafo, os comportamentos demográficos individuais devem-se a uma decisão consciente que não deixa de ser influenciada pelos modelos culturais que acabam por afectar esses mesmos comportamentos. Os apoios financeiros directos às famílias deveriam impulsionar a taxa de fecundidade, enquanto que as melhores condições dos equipamentos hospitalares deveriam implicar uma diminuição do nível de mortalidade. Ora, estas medidas apenas produzirão os efeitos desejados se os modelos culturais apresentarem os elementos necessários para a realização de tais medidas.

Os modelos culturais acabam por reflectir-se nas iniciativas individuais: os indivíduos ou os casais actuam segundo as suas próprias aspirações, as suas próprias necessidades e recursos, acabando por não sentir directamente a influência de elementos exteriores que condicionam as suas decisões individuais. Todo aquele que decidir actuar sem respeitar os limites estabelecidos pelo modelo cultural da sua sociedade, será marginalizado pelos outros membros da sociedade, sofrendo diversas coacções, tais como a rejeição por parte de certos grupos ou o impedimento de acesso a certos serviços.

Em alguns países, as medidas de apoio à família reflectiram-se num aumento da fecundidade, nomeadamente devido às actuações que se cingiram aos modelos culturais existentes dentro das sociedades dos países em questão. Se a realização de um objectivo se encontrar relacionada com o abandono de um determinado modelo cultural, deve-se actuar sobre os modelos culturais existentes e não sobre os próprios indivíduos. Para

Manuel Nazareth, alterar os modelos culturais é algo que não é aceite pela maioria da colectividade. Seria, então, necessário adoptar uma estratégia que resulte na alteração desse mesmo modelo.

Os modelos culturais são definidos como imagens que se encontram entre os indivíduos e a realidade social, resultando estas imagens da modificação de um modelo cultural, que por sua vez apenas sofrerá alterações se os elementos constitutivos do contexto em que se encontra esse modelo também se modificarem.

Quanto mais um modelo cultural se encontrar fortemente associado a elementos económicos e sociais característicos de uma determinada sociedade, cada vez será mais difícil efectuar alterações no modelo cultural em questão. Assim justifica-se que algumas medidas mais específicas assumidas por alguns Governos, nomeadamente as Políticas Familiares e Demográficas, raramente tenham obtido algum sucesso. As decisões individuais, além de terem como limites da sua actuação os modelos culturais, o reconhecimento de um sistema de modelos culturais solidários entre si, torna ainda mais difícil a tomada de tais decisões. Estes modelos encontram-se fortemente associados aos sistemas económico e social da sociedade em que se inserem.

O autor defendeu uma estratégia de intervenção fundamental para a concepção de uma Política Familiar e Demográfica, na qual os modelos culturais não sofrem intervenções directas, devendo a acção individual cingir-se aos elementos que mantêm e reproduzem os modelos culturais. Qualquer alteração nos modelos culturais implicará, a médio e longo prazo, uma mudança dos modelos da sociedade e do próprio comportamento dos indivíduos. As variáveis colectivas apresentam-se como os elementos-chave respectivos dos instrumentos legítimos da acção social, sendo através destas variáveis que se vão alterar os modelos e os comportamentos. Pode-se actuar sobre os comportamentos individuais, contudo jamais deixando de ignorar os limites dos modelos culturais a que se encontram sujeitos.

Deste modo, torna-se muito difícil defender a existência de uma Política Demográfica e Familiar isolada. Para que pudesse existir uma política deste género, seria necessário actuar directamente sobre os comportamentos individuais, atingindo certos objectivos demográficos e familiares. Segundo o Professor Doutor Manuel Nazareth *“os comportamentos individuais, ao serem determinados pelos modelos culturais e ao estarem, por sua vez, dependentes das variáveis colectivas, conduzem a que seja a partir deste último tipo de variáveis que devam emergir os objectivos de uma autêntica política demográfica e familiar. Portanto, é toda uma acção destinada a*

modificar variáveis colectivas (ou aquilo que faz com que as pessoas pensem e actuem de uma determinada maneira) que é possível desenvolvê-la”.

O autor apresenta três linhas de acção para a elaboração de uma verdadeira Política Demográfica e Familiar para Portugal:

- Desenvolvimento de estudos sobre as estruturas demográficas e familiares;
- Criação de um sistema de informação e sensibilização aos problemas relacionados com a população e com a família;
- Transformação da concepção horizontal das Políticas Sociais (Política de Emprego, de Educação, de Lazer, de Velhice concentrada em certos grupos etários) por uma concepção de política global de idade.

É importante defender uma Política Demográfica e Familiar que se encontre integrada numa Política Social e que apresente como objectivo a redução das desigualdades regionais e individuais existentes.

O Professor Doutor Manuel Nazareth apresentou três linhas de acção para a realização de uma Política Demográfica e Familiar em Portugal:

- ***Informação, Investigação, Educação, Sensibilização sobre a importância das questões demográficas e familiares*** – é importante conhecer, educar e informar que os nossos comportamentos de hoje vão constituir a sociedade de amanhã, o que acabará por implicar uma atitude pedagógica e prospectiva relativa às consequências da evolução das actuais estruturas familiares e dos comportamentos demográficos.
- ***Acolhimento da Criança*** – deve-se procurar alterar o sentido negativo que é dado à Política Familiar, nomeadamente a visão de que a maternidade é uma “doença”, que a criança é um “encargo”, o que consequentemente levará a que as famílias que têm crianças sejam “desfavorecidas”. A estas famílias mais “desfavorecidas” deve-se atribuir uma compensação, segundo os princípios da justiça social. As Políticas Familiares existentes em países europeus dão particular atenção ao nível de vida e não ao modo de vida. Ao atribuir uma

compensação às famílias, espera-se que estas solucionem os seus problemas com essa quantia de dinheiro, em vez de colocarem à disposição destas famílias meios materiais e estruturas que permitam concretizar com mais sucesso as tarefas de maternidade e educação. Isto não implica uma posição contra uma política de apoios directos à família, mas defende antes que a compensação monetária não deve ser considerada o elemento-chave de uma Política Familiar e Demográfica. O elemento-chave da Política Familiar e Demográfica deve debruçar-se sobre a promoção da família e da sua função pedagógica. A elevação do estatuto familiar do trabalho familiar ao nível das outras profissões é fundamental para a existência de um bom acolhimento da criança, garantindo assim a reprodução da vida, dos recursos humanos e da futura força de trabalho.

- ***Acolhimento dos Idosos*** – o envelhecimento demográfico é sinónimo na nossa sociedade de encargos financeiros que esse fenómeno em si mesmo implica, pois na nossa civilização, a velhice não apresenta valores nem quaisquer objectivos. Perante esta realidade, torna-se necessário renunciar esta categorização, deixando de ver os idosos como pessoas que ultrapassaram um limite cronológico, quer estejam ou não doentes, inválidos, sós ou acompanhados. A concepção das idades da vida está organizada na nossa sociedade em termos de categorias de actividade, o que para os idosos acaba por tornar a sua inactividade como algo nocivo, perverso e falso. Ao serem excluídas da vida activa, um grande número de pessoas sente-se capaz de de continuar com a concretização do seu trabalho, acabando a nossa sociedade por anular a importância do trabalho destas pessoas. É necessário e urgente alterar esta perspectiva.

Uma Política Demográfica e Familiar apenas pode ser concebida como um conjunto de meios que se apresentam como responsáveis pela criação de condições, para que em liberdade, em igualdade e com um total esclarecimento se possam confrontar os diversificados projectos sociais existentes, surgindo assim um novo querer colectivo.

Este querer colectivo apenas surgirá quando:

- as desigualdades regional, social, profissional e sexual face forem significativamente reduzidas;
- a actividade profissional for compatível com o papel de mãe e de pai;
- a presença de um maior número de filhos não afectar o nível e tipo de vida;
- existir acolhimento aos idosos, às crianças, migrantes e pessoas com deficiência;
- houver uma política global de idade, o tempo do trabalho/ descanso/estudo seja, progressivamente, independente da idade.

As Políticas Familiares deverão conciliar não só a perspectiva demográfica, social, económica e de conciliação da vida familiar e profissional existente em cada país, como não devem jamais ignorar o modelo cultural em que as sociedades se encontram sujeitas. Talvez deste modo, as Políticas Familiares dêem os seus primeiros frutos, beneficiando directamente todos os agregados familiares, desde os mais novos aos mais idosos, acabando com as categorizações sociais que tanto afectam a concretização e aplicação destas políticas.

Capítulo II

2. Breve Caracterização das Políticas Familiares na Europa dos 15

Uma das possíveis razões da persistência da relativa diversidade de estruturas e de Políticas Familiares deve-se ao facto da União Europeia não apresentar uma competência explícita neste campo. O Tratado de Roma não inclui nenhum tipo de declaração explícita a favor da família. Da mesma forma, o Tratado de Maastricht menciona a família mas indirectamente. As primeiras intervenções produziram-se no campo da igualdade de remunerações entre homens e mulheres, na livre circulação de trabalhadores dentro da Comunidade e na conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

Desde a sua criação em 1989, o Observatório Europeu das Políticas Familiares Nacionais ficou encarregue, pela Comissão das Comunidades Europeias, de acompanhar as características das famílias e das Políticas Familiares. Também ficou estipulado que era da sua responsabilidade analisar o impacto de outras Políticas sobre a Família, em todos os Estados membros da União Europeia.

O Observatório Europeu apresenta os seguintes objectivos: 1) seguir as tendências da evolução das formas familiares; 2) seguir as mudanças demográficas, socioeconómicas e políticas que afectam as famílias; 3) analisar a acção pública e avaliar o impacto das Políticas Familiares; 4) estimular investigações independentes e de alta qualidade sobre as famílias e Políticas Familiares; 5) contribuir para o debate público e teórico sobre as Políticas Familiares;

2.1. Mudança Familiar e o Estado de Bem-Estar

O aparecimento relativamente recente e variável nos países, de medidas públicas destinadas à família, está relacionado com transformações estruturais profundas, que por

sua vez se encontram influenciadas pela evolução no mundo da economia, do trabalho e com o aumento da entrada das mulheres no mercado de trabalho.

As disposições a favor da família respondem à multiplicação de situações em que algumas mulheres com filhos a cargo se encontram sozinhas, com o aumento de formas de pobreza ou com a criação de novas necessidades de assistência e ajuda educativa, que exigem respostas colectivas.

Toda a Política Familiar incide sobre formas de vida e comportamentos familiares e individuais, veiculando explícita ou implicitamente, as preferências políticas ou normativas relativas ao actual modelo de família. As Políticas Familiares não afectam o indivíduo, mas sim um grupo social institucionalizado como a família, sendo esta instituição caracterizada por um sistema de relações sociais complexas entre sexos e gerações, que por sua vez são caracterizadas por desigualdades profundas e relações de dependência e dominação. A componente normativa da Política Familiar, tal como as opções ideológicas e políticas da mesma, pode ser díspar ou até mesmo oposta.

Toda a Política Familiar implica uma tomada de decisões em torno de questões normativas, o que conseqüentemente, nos países em que as Políticas Familiares fazem parte da agenda política, faz com que estas se tornem num campo de conflitos entre grupos ideológicos que assumem posições opostas.

2.2. História e Tendências Recentes quanto às Políticas Familiares

As primeiras medidas aprovadas relativamente às Políticas Familiares correspondem à fase embrionária do aparecimento dos Estados de Bem-Estar nos finais do século XIX. A época dourada da Política Familiar coincide com as fases de expansão e auge dos Estados de Bem-Estar europeus, ou seja, o período que se inicia com o fim da Segunda Guerra Mundial, prolongando-se até à crise económica dos princípios dos anos 70. Nações como a Suécia, em que a correlação de forças políticas permitiu a aprovação de uma legislação avançada sobre os direitos das mulheres, são também aquelas nações onde se desenvolveram mais rapidamente as Políticas Familiares mais universalistas e individualistas. Logo, é importante analisar as Políticas Familiares segundo o contexto do reconhecimento dos direitos sociais e do avanço da emancipação feminina.

A nível histórico pode-se distinguir entre várias gerações das Políticas Familiares. É necessário reconhecer que estas últimas, nos anos 30, especialmente nos

países centrais da Europa Ocidental (França, Bélgica e Alemanha), apresentaram um carácter fortemente natalista e foram contrárias à emancipação feminina. A principal questão seria arbitrar uma série de medidas, nomeadamente transferências monetárias, para que as mulheres casadas não tivessem necessidade de se integrarem no mercado de trabalho, ficando em casa como donas de casa, dedicando-se ao cuidado e educação dos seus filhos. Neste sentido, as Políticas Familiares relativas à primeira geração admitiam explicitamente o modelo patriarcal da divisão dos papéis sociais: os homens eram considerados a “cabeça da família”, sendo a sua responsabilidade principal o sustento da sua família, enquanto que as mulheres eram responsabilizadas pelo trabalho doméstico e pelo cuidado dos filhos e pessoas dependentes. Pode-se assim concluir que aos homens eram-lhes atribuídas funções relativas ao mundo produtivo, enquanto que as mulheres se encontravam limitadas ao campo reprodutivo.

Esta situação prolongou-se até aos anos 60, em que devido à pressão dos movimentos feministas e a incorporação das mulheres na classe média no trabalho remunerado, os objectivos da Política Familiar começaram a alterar-se. Uma vez admitido como positivo e irreversível a participação das mulheres no mercado de trabalho, começou a assistir-se ao desenvolvimento, em muitos países, de outros tipos de Políticas Familiares de segunda geração. Estas novas Políticas Familiares vão exigir uma melhor conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, uma divisão mais equitativa das funções familiares entre ambos os sexos, um aumento do número de serviços destinados às famílias, ou seja, uma melhor repartição entre a esfera produtiva e a esfera reprodutiva.

Os anos 70 foram considerados os anos auge do Estado de Bem-Estar nos países industrializados. Estas reformas tiveram dois tipos de orientação: reduzir os gastos públicos e responder às novas necessidades das famílias. Ao mesmo tempo que as tendências económicas se viam forçadas a conter os gastos públicos, as realidades demográficas das famílias (envelhecimento da população, a instabilidade conjugal, o aumento da monoparentalidade) exigiriam gastos públicos crescentes. Neste contexto, a maior parte dos Governos europeus preocuparam-se com o reforço da instituição familiar, como manter as famílias e como responder, financeira e legalmente, perante a nova pluralidade familiar.

Em Inglaterra as repostas são dominadas maioritariamente pelo discurso da Nova Direita, em que considera o Estado de Bem-Estar como uma das causas mais importantes da instabilidade e declive das famílias. Na Europa, as novas realidades

demográficas foram compreendidas de forma muito diferente, suscitando um debate público, incitando os Governos, liberais e social democratas, a examinar a forma pela qual se devem manter as necessidades emergentes das famílias.

Os debates em torno do Estado de Bem-Estar tornaram-se mais intensos quando foram reduzidos os programas sociais (França e Suécia). Apesar das ajudas às famílias terem enfrentado cortes financeiros, estas reduções foram bem menores do que outros cortes existentes na Política Social (subsídios de desemprego ou pensões) e tal aconteceu porque na maioria dos países europeus, a família é um tema sensível para muitos sectores de opinião.

Tendo como base comum a contenção dos gastos públicos e as mudanças sociodemográficas, as decisões relativas às Políticas Públicas Familiares dos diversos países europeus tendem a responder a três questões:

- Que se deve fazer perante a débil taxa de fecundidade?
- Que se deve fazer perante o aumento da pobreza das famílias?
- Como melhorar a conciliação entre a vida familiar e vida profissional?

Estas três questões traduzem-se em três debates, e acabam por se encontrar interligadas uma vez que a queda da fecundidade se encontra relacionada com o aumento da actividade profissional das mulheres. Em todos os países modernos avançados, assistiu-se a uma diminuição da taxa de natalidade, onde simultaneamente se observou o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, não é possível demonstrar uma relação de causalidade entre ambos os fenómenos. Existem países que registam elevadas taxas de actividade económica por parte das mulheres e níveis de fecundidade relativamente altos, como é o caso da Suécia, enquanto que outros países, apesar de apresentarem baixas taxas de actividade económica femininas, também não apresentam elevadas taxas de fecundidade, como é o caso de Espanha, Itália e Países Baixos.

As temáticas abrangidas pelas Políticas Familiares Europeias estão a debruçar-se cada vez mais nas políticas de infância, na conciliação entre a vida familiar e profissional, políticas parentais e políticas para famílias com baixos rendimentos. No contexto actual de importantes transformações demográfico-familiares, dá-se particular atenção à protecção das crianças, tendo também como objectivo apoiar os processos de igualdade entre homens e mulheres.

Nos finais dos anos 80 e princípios dos anos 90, podem-se identificar três grandes tendências das Políticas Familiares na Europa:

- uma tendência Pró-Família acompanhada de uma maior selectividade em matéria de apoio financeiro para com as famílias, ou seja, um abandono parcial das prestações universais;
- uma melhor conciliação entre o trabalho e a família como resposta ao aumento de mães com filhos pequenos no mercado de trabalho;
- uma melhor diversificação das fontes de apoio em serviços às famílias, com um fortalecimento da cooperação entre Governos e actores não governamentais, incluindo os empresários.

Estas últimas tendências, características da maioria dos países ocidentais, marcam uma ruptura com tempos anteriores e ficam marcadas pela contribuição dos agentes não governamentais para o bem-estar das famílias, passando despercebida perante os analistas a específica e importante contribuição das mulheres para as suas famílias. A contribuição gratuita das mulheres para o bem-estar das suas famílias tornou-se mais visível à medida que a sua participação no mercado de trabalho, na maior parte dos países, fez aumentar a rede de serviços para as crianças e para pessoas dependentes, pelo que os serviços de saúde proporcionaram uma ocupação remunerada para a mão-de-obra feminina. Algumas empresas reconhecem os benefícios das medidas de apoio às famílias relativos às taxas de absentismo das mulheres trabalhadoras. Porém, estas medidas de apoio foram introduzidas pelas grandes empresas (por exemplo McDonald`s), uma vez que oferecem boas condições de trabalho. São considerados motivos de preocupação os chamados “trabalhos de proximidade” oferecidos maioritariamente a mulheres e jovens, tidos actualmente como trabalhos muito precários e com uma escassa protecção social, acabando por reflectir uma distribuição muito desigual quanto ao bem-estar das famílias.

O autor Esping-Andersen apontou a existência de três modelos de Bem-Estar repartindo as responsabilidades entre os Estado, o Mercado de Trabalho e a Família. O autor define o Regime de Bem-Estar como uma conjunto integrado de relações entre o Estado, o Mercado de Trabalho e o Sistema de Estratificação Social. Cada Regime de

Bem-Estar é caracterizado por certas Políticas Sociais, pelos seus direitos e prestações correspondentes, incluindo também certas oportunidades de trabalho e um certo nível de desigualdade social. A partir destes pontos, o autor distingue no mundo ocidental três diferentes Regimes de Estado de Bem-Estar: o Liberal (E.U.A, Canadá e Austrália), o Corporativo e o Social-Democrata. Apenas irá ser analisado o segundo e o terceiro modelo, dado que o primeiro modelo não se enquadra no grupo de países deste estudo comparativo

O Sistema Corporativo baseia-se no sistema de Segurança Social, raiz bismarckiana e encontra-se em países como a Alemanha, a Áustria, a França, a Bélgica e a Itália. Este modelo é considerado como um dos mais conservadores, uma vez que resulta da transformação do antigo sistema de Segurança Social alemão, o qual apresentava uma função legitimadora de um regime político pouco democrático. O objectivo deste sistema consistia em manter as diferenças de status das diversas categorias dos trabalhadores, onde os direitos sociais se encontravam associados com a classe social e com o nível ocupacional e de emprego. Neste regime, verificava-se uma forte influência da Igreja Católica, a qual se mantinha determinada em manter uma divisão tradicional dos papéis sociais em função do género a nível familiar. Ao mesmo tempo que este modelo de Bem-Estar fomenta a maternidade, desincentiva a participação feminina no mercado de trabalho, principalmente quando os filhos são pequenos, tornando estas mulheres dependentes dos seus maridos, sendo estes, por sua vez, os autênticos titulares dos direitos sociais.

Deste modo, o Regime Corporativo alemão defende que o Estado deve intervir apenas quando se esgota a capacidade das famílias em prestar serviços aos seus membros, serviços esses que estão a cargo das donas de casa.

O Regime Social-Democrata, que surgiu nos países escandinavos, foi o que apresentou uma maior extensão dos princípios de desmercantilização e universalismo. Em vez de tolerar a dualidade entre o Estado e o Mercado de Trabalho, promove uma igualdade para todas as classes sociais. Um dos aspectos que caracteriza este modelo é o pleno emprego sem o qual o Estado não poderia funcionar. Se o financiamento do gasto social provém basicamente de uma fiscalidade progressiva, é preciso que todos trabalhem para se poder fazer frente aos enormes gastos do Estado. Todos contribuem para o sistema, todos beneficiam do sistema mas todos dependem deste mesmo sistema. O modelo escandinavo baseia-se na socialização máxima dos custos do trabalho de reprodução das famílias, pretendendo que não se esgotem os recursos dos seus

membros. Por outro lado, o Estado assume a responsabilidade de prestar cuidados aos idosos, aos incapacitados e aos menores, sendo estes os beneficiários directos das transferências. Este modelo será aquele que mais estimula a inserção da mulher no mercado de trabalho, inerente ao princípio do pleno emprego para todos os cidadãos.

Na actualidade, cada um destes modelos representam uma resposta específica a problemas que tem na sua origem a transformação da família nas sociedades de capitalismo avançado.

Uma das primeiras reacções críticas à obra de Esping-Andersen surgiu de Jane Lewis. Esta autora mostrou a necessidade de incorporar no conceito de Regime de Bem-Estar a relação entre trabalho remunerado e não remunerado e a contribuição deste último para o bem-estar das famílias.

Na Irlanda e no Reino Unido surgiu um modelo familiar em que o homem detém o poder económico da família, havendo uma participação marginal das mulheres no mercado de trabalho, escassos serviços de guarda das crianças e pouquíssimos direitos de maternidade. Na França, este modelo familiar sofreu algumas alterações, nomeadamente na integração das mulheres no mercado de trabalho de forma intensa e um maior reconhecimento dos seus direitos como trabalhadoras e mães. Na Suécia, este modelo demonstra o papel masculino mais enfraquecido, uma vez que durante os anos 60 e 70 diversos Governos Sociais-Democratas impulsionaram a participação feminina no mercado e trabalho, passando a existir famílias com os dois elementos a trabalhar, além da implementação de serviços de guarda de crianças, licenças parentais e o imposto sobre o rendimento.

Outra das críticas apresentadas a Esping-Andersen foi o facto de ter omitido os países do Sul da Europa, uma vez que nem Portugal, nem Espanha e nem Grécia foram mencionados nesse mesmo estudo.

Leibfried foi o autor que sugeriu esta possibilidade apontando o facto de Espanha, Portugal, Grécia e até um certo ponto Itália e França, poderiam constituir um tipo de Estado de Bem-Estar não mencionado por Esping-Andersen. Leibfried chama a este possível quarto Estado de Bem-Estar “*rudimentar*”. Nestes países existe uma contradição entre o direito do trabalho e o Bem-Estar proclamado nos textos constitucionais e a sua colocação em prática, uma vez que se tem verificado que não são aplicados na sua totalidade. O que parece faltar a estes países é a implementação jurídica, institucional e social das promessas constitucionais, que sem qualquer dúvida, garantem o desenvolvimento de um Sistema de Bem-Estar equilibrado.

Capítulo III

3. As Famílias na Europa dos 15

Iremos analisar de seguida, de forma mais desenvolvida, três tipos de Famílias, nomeadamente as famílias monoparentais, as chamadas “*dual career families*” e as “*double front carer families*” e os respectivos serviços de guarda às crianças destas mesmas famílias, sendo estes definidos como “*a assistência e a vigilância providenciadas com o intuito de ajudar crianças ou adultos nas suas actividades do dia-a-dia. Estes serviços podem ser considerados trabalho pago ou não pago, sendo realizados por profissionais ou não profissionais e em locais públicos ou privados. A provisão dos serviços formais de âmbito público, comercial e organizações voluntárias, tal como serviços informais realizados por familiares e outros, tal como vizinhos e amigos, estão incluídos nos serviços de guarda a crianças*” (Sipilä, Jorma *et al.*,2003).

3.1. Caracterização das Famílias Monoparentais

Segundo o Soccare Project *Lone Parents Families, Work and Social Care* de Claude Martin e Antoine Vion, verificou-se que em 1996, 12 % dos agregados familiares europeus com crianças com menos de 25 anos eram famílias monoparentais. Esta proporção é significativamente inferior em Espanha (5 %), Itália e Grécia (7 %), Portugal (8 %), Países Baixos e Áustria (10 %). Os valores mais elevados foram registados na Bélgica e Dinamarca com 14 %, Finlândia com 19 % e no Reino Unido com 22 %.

No Reino Unido, cerca de um terço das famílias monoparentais viviam abaixo da linha de pobreza, sendo uma proporção bastante elevada comparando com a média

da comunidade europeia (11 %). O mesmo se verifica na Alemanha, onde a taxa total de pobreza se aproxima da média europeia, mas as famílias monoparentais estão sobrerrepresentadas entre as famílias mais pobres.

Na França e nos Países Baixos, onde as taxas de pobreza são inferiores à média europeia, as famílias monoparentais também se encontram sobrerrepresentadas entre os agregados familiares mais pobres.

A taxa de pobreza das famílias monoparentais é muito baixa na Dinamarca (3 %), enquanto que na Grécia e em Portugal, onde a pobreza se manifesta em diversas famílias, as famílias monoparentais correspondem a uma pequena proporção dos agregados familiares mais pobres destes países. As famílias monoparentais com baixos rendimentos também beneficiam de outros apoios financeiros (temos os exemplos do rendimento mínimo garantido, apoio escolar a diversos níveis tais como senhas de almoço, senhas para material escolar, em Portugal).

A maior parte das fontes de rendimento das famílias monoparentais isoladas advém do trabalho (58 %). O peso dos salários não deixa de ser baixo (menos de 60 %), comparado com os 80 % das famílias com crianças. Porém, esta média é bastante baixa no Reino Unido, Irlanda e Países Baixos, onde os rendimentos provenientes do trabalho representam menos de metade dos rendimentos das famílias monoparentais. Nestes países, dois em três pais sozinhos recebem o salário do seu trabalho. Por outro lado, em Portugal, França e Espanha, 80 % das famílias monoparentais recebem rendimentos do seu trabalho correspondendo a 70 % do seu rendimento total.

Oitenta por cento das famílias monoparentais beneficiam dos subsídios sociais, as quais cerca de 60 % recebem subsídios familiares. Estas proporções são mais elevadas se forem comparadas com as proporções das famílias com crianças (68% e 50% respectivamente).

Enquanto que os subsídios sociais representam apenas 10 % das fontes de todas as famílias, os mesmos subsídios sociais atingem a proporção de 34 % nas famílias monoparentais. Sendo exceção Espanha, estes subsídios sociais são mais utilizados pelas famílias monoparentais do que pelos outros tipos de famílias. As diferenças são particularmente sentidas nos Países Baixos, onde os benefícios recebidos pelas famílias monoparentais são três vezes superiores aos recebidos pelas outras famílias.

Os benefícios das famílias monoparentais nem sempre pertencem às transferências monetárias da Política Familiar. São também incluídos subsídios de doença, incapacidade e desemprego. A proporção dos subsídios familiares no total do

rendimento das famílias monoparentais corresponde ao dobro do rendimento das outras famílias (10 % vs. 4% -5 %). Em todos os países, as famílias monoparentais isoladas recebem quantias correspondentes aos subsídios familiares muito mais elevadas do que as recebidas por outro tipo de famílias (cerca de 40 %).

Os subsídios familiares na Grécia, Espanha e Itália são caracterizados por uma pequena distribuição pelas famílias: menos de 15 % de todas as famílias beneficiam destes subsídios, contando com menos de 4 % dos rendimentos totais da família. Tendo em conta o nível de benefícios e a sua proporção no rendimento total das famílias, Portugal acaba por se enquadrar com as características destes três países, apesar de 80% de todas as famílias receberem os benefícios familiares.

Contrastando com os países do Sul da Europa, a Finlândia, a Dinamarca, o Luxemburgo, a Bélgica e a Áustria atribuem grandes quantidades de subsídios familiares às suas famílias, correspondendo a 8 % dos rendimentos totais dos agregados familiares. Mais de 85 % das famílias, beneficiam destes subsídios familiares.

A Alemanha, a França, os Países Baixos, o Reino Unido e a Irlanda atribuem elevadas quantias dos subsídios familiares às suas famílias, tendo estes um peso entre 4% a 8 % dos rendimentos dessas mesmas famílias. A França é um dos países que atribui um maior número de subsídios familiares às suas famílias (70 %). A Irlanda situa-se entre o grupo dos países do Sul da Europa e o grupo dos países do Norte da Europa.

Em 1996, pouco mais de uma família monoparental em quatro, nos países da União Europeia, é pobre (27 %). Sem os subsídios sociais, esta proporção iria aumentar (duas em quatro famílias – 54 %). Estes subsídios sociais são significativos na Finlândia, na Áustria, na Irlanda, na Bélgica, nos Países Baixos, na França e no Reino Unido. Neste último país, mais de 75% das famílias monoparentais isoladas seriam pobres se não beneficiassem desses subsídios sociais. Contudo, um terço destas famílias mantêm-se pobres apesar de receberem estes subsídios.

Os autores distinguem três grupos de famílias atendendo à idade e actividade no mercado de trabalho, bem como ao seu nível económico:

- O primeiro grupo corresponde a 31 % das famílias monoparentais europeias, em que a maioria das mulheres não participam no mercado de trabalho e a maioria das suas fontes de rendimento devem-se aos subsídios sociais. Estas mulheres apresentam uma idade superior a 30

anos e a sua taxa de pobreza é muito elevada (superior a 40 %). Este grupo é particularmente representativo nos Países Baixos (47 %), na Irlanda (45 %), no Reino Unido (39 %) e na Bélgica (33 %). Este grupo encontra-se subrepresentado na Áustria (16 %), em Portugal (16 %) e na Dinamarca (17 %).

- O segundo grupo representado por 11 %, é principalmente constituído por progenitores bastante jovens (com menos de 30 anos), a maioria deles mulheres, em que uma elevada proporção destas mulheres não chegaram a casar. A grande maioria destes pais encontra-se desempregada e todas estas famílias beneficiam dos subsídios sociais. O nível de vida é um pouco mais elevado do que no primeiro grupo, mas a linha de pobreza continua elevada. Este grupo encontra-se maioritariamente representado no Reino Unido (20%), na Irlanda (17 %), na Finlândia (16 %) e na Áustria (14 %). São menos representativos na Itália e na Grécia, correspondendo a menos de 3 % dessas famílias.
- Neste terceiro grupo, 59 % das famílias apresentam um elevado nível de vida. A taxa de pobreza é bastante pequena uma vez que os progenitores trabalham. A maioria destes progenitores têm mais de 30 anos e o pai está um pouco mais presente do que nos outros dois grupos. Estas famílias monoparentais contam com o apoio das suas famílias, sendo este grupo muito representado em Portugal (77 %), na Itália (72 %), na França e na Grécia (71 %) e na Dinamarca (70 %).

Os autores apresentam outra classificação das famílias monoparentais europeias distribuídas por cinco grupos de países:

- Os países anglo-saxónicos (Irlanda e Reino Unido) com uma elevada proporção de famílias monoparentais, sendo caracterizadas por pais solteiros, jovens e desempregados. As famílias monoparentais trabalhadoras muitas vezes têm trabalhos a tempo parcial. A proporção de famílias monoparentais que têm o apoio da sua família aproxima-se da média europeia. Os subsídios sociais

apresentam um peso dominante nas fontes de rendimento, uma vez que estas famílias se aproximam da linha de pobreza.

- Os países escandinavos (Dinamarca e Finlândia) também apresentam uma elevada proporção de famílias monoparentais. São caracterizados por jovens solteiros, em que os homens e a população trabalhadora se encontram sobrerrepresentados comparando com a média europeia. As famílias monoparentais recebem pouco apoio ou quase nenhum apoio das suas famílias. Os subsídios sociais são importantes apesar de um grande número de famílias monoparentais receber rendimentos do seu trabalho e o peso dos seus salários ser significativo nos rendimentos totais da família. Nestes países, as famílias monoparentais não são mais pobres do que as outras famílias.
- Os Países Baixos e o Luxemburgo são caracterizados por um pequeno número de famílias monoparentais, onde o pai ou a mãe são mais velhos e o seu estado civil é frequentemente “casados”. A proporção de pessoas que trabalham é um pouco mais baixa do que no grupo anterior, apesar do nível de vida destas famílias monoparentais ser relativamente mais elevado do que nos anteriores países. Porém, as famílias monoparentais continuam sobrerrepresentadas entre os mais pobres e os subsídios sociais são importantes para estas famílias.
- Os países do sul da Europa, excepto Portugal, têm uma pequena proporção de famílias monoparentais e entre estas famílias existe um apoio muito forte das famílias dos progenitores. Tal como no grupo anterior, as pessoas jovens e solteiras são em pequeno número, mas os viúvos ou viúvas e pessoas trabalhadoras apresentam-se em elevada proporção. Os homens encontram-se mais representados do que na média europeia. O rendimento total destas famílias monoparentais é bastante elevado, sendo que os subsídios sociais são raros e têm um menor peso nas fontes de rendimento da família.
- Outros países, incluindo a França, constituem um grupo mais heterogéneo de famílias monoparentais, contrastando na actividade económica, sendo os subsídios sociais muito importantes.

Esta classificação tem como objectivo demonstrar a diversidade das famílias monoparentais, que muitas vezes são classificadas como grupos homogéneos.

3.2. Serviços de Cuidados Prestados às Crianças nas Famílias Monoparentais

Relativamente à guarda das crianças neste tipo de família, é importante a conciliação do emprego e da responsabilidade de protecção das crianças. Os serviços de cuidados prestados às crianças actualmente aplicam-se às condições individuais específicas, tendo em conta os constrangimentos existentes do mercado de trabalho e das estruturas dos serviços de guarda das crianças. Estas estruturas podem ser reforçadas por estratégias individuais ou podem ser desafiadas por novas exigências.

Em todos os países, a maioria das famílias monoparentais gostaria de encontrar um equilíbrio entre o trabalho, os serviços formais e informais de guarda das crianças, independentemente da organização dos serviços informais de guarda das crianças (a nível individual, familiar, incluindo ou não ex-companheiros). Porém, não existe um modelo contínuo nos países europeus, havendo decisivas diferenças nos contextos nacionais de cada país. A colectivização e a externalização da guarda das crianças mantém-se elevada na Finlândia e na França. Estes serviços surgem mais estruturados comunitariamente no país italiano, enquanto que em Portugal encontram-se num ponto de viragem. O caso inglês apresenta características únicas, tais como a multiplicidade de experiências conjugais e o empobrecimento devido a dívidas.

Na Finlândia, na França e em Portugal, os pais deste tipo de famílias trabalham a full-time, o que obriga a que os serviços de guarda das crianças se estendam durante todo o dia, criando sentimentos de culpa nestes pais. Para estes pais, a flexibilidade do horário de trabalho pode ser um elemento amigo ou inimigo da família. Quanto mais elevadas forem as qualificações e os rendimentos, mais a flexibilidade do horário de trabalho serve como um instrumento de apoio à família. Quando os salários são baixos, a mesma flexibilidade do horário de trabalho torna-se inimiga da família, uma vez que essa flexibilidade muitas vezes corresponde a horas atípicas de trabalho e a obstáculos de acesso ao trabalho por parte destes pais. Neste tipo de situações, os pais reduzem as suas horas de trabalho de modo a evitar os elevados custos da guarda das crianças. Para todos os pais cujas qualificações e rendimentos se encontrem abaixo da média, os

serviços formais de guarda a crianças a baixos preços e/ou os serviços informais de guarda a crianças são fontes decisivas para acederem ao trabalho.

O significativo envolvimento de membros da família nos serviços de cuidados prestados às crianças apresentam as suas vantagens, bem como as suas desvantagens. As vantagens encontram-se associadas ao facto de que esses serviços informais são geralmente estáveis e não pagos. Além da grande contribuição dos avós nesta matéria, muitos dos pais vêem também como importante que os ex-companheiros/pais das crianças participem nos cuidados dos seus filhos, quer em termos emocionais como em termos práticos. As desvantagens encontram-se associadas à dependência e obrigação que os pais sentem em justificar as suas vidas aos membros de família que cuidam dos seus filhos. Por esta razão, surgem sentimentos de falta de privacidade, sendo este tipo de sentimentos comuns para as mães adolescentes/jovens que ainda vivem em casa com os seus pais.

A maioria dos pais trabalhadores de famílias monoparentais tentam equilibrar o trabalho e a guarda das crianças com diversas fontes de serviços formais e informais. Pode-se também verificar que as diferenças de rendimento influenciam fortemente os tipos de serviços a que recorrem. Para a maioria destes pais, o preenchimento de falhas no horário de trabalho estende-se à combinação de serviços formais com segmentos de serviços informais de guarda de crianças. Esta forma de conciliar a guarda das crianças é marcada por consideráveis variações dependentes do envolvimento dos ex-companheiros/ pais das crianças.

Quando se faz uma comparação relativamente ao apoio familiar, existem largos contrastes entre o sul e o norte da Europa. Em Portugal e em Itália, a solidariedade familiar tende a permitir às mães sozinhas a obtenção de um trabalho, apesar de muitas vezes significar trabalhos pouco qualificados e mal pagos. Na Finlândia, na França e no Reino Unido, outros membros da família, muitas vezes as avós maternas, podem ir buscar as crianças no fim do dia à escola ou aos centros de dia ou às actividades extra-escolares com o objectivo de preencher a falha existente entre o fim do expediente dos serviços formais de guarda das crianças e o regresso do pai/mãe do local de trabalho.

Contudo, estas avós não parecem estar envolvidas nas rotinas familiares que são típicas das famílias italianas. As pessoas dos países do sul da Europa parecem estar menos isoladas das redes de família, fazendo com que, por diversas vezes, se sintam em dívida para com a mesma. Em oposição, os países onde os serviços formais de guarda

das crianças são elevados, os sentimentos de dívida para com a família são menos usuais mas os contactos com os membros da família são escassos.

Em termos de causalidade, é difícil mencionar se o suporte familiar é mais elevado nos países do sul da Europa, devido à falta de serviços formais ou vice-versa.

No caso italiano, sucede ainda que várias mães mudam-se para mais perto dos seus membros familiares, devido à falta de serviços formais de guarda das crianças, uma vez que nestes casos o serviço informal prestado pela família não é uma preferência, mas sim a única alternativa.

3.2.1. Tipologia dos Serviços de Cuidados Prestados às Crianças nas Famílias Monoparentais

Segundo o estudo *Families, Work and Social Care in Europe* de Jorma Sipilä, são mencionados três tipos de cuidados prestados às famílias monoparentais. O primeiro tipo designa-se por “*familial arrangements*”, o segundo tipo designa-se por “*varied arrangements*” e o terceiro tipo por “*isolated lone parents*”. Cada um destes tipos apresentam subtipos que irão ser analisados posteriormente.

O primeiro tipo “*familial arrangements*” supõe que os cuidados familiares se centram na própria família, em que o uso de serviços formais se limita aos centros de dia e à escola. Estes cuidados prestados à família podem ser intergeracionais ou baseados no envolvimento do ex-companheiro.

O “*familial arrangements*” apresenta três subtipos de cuidados:

- O “*family support to young lone single mothers*” define-se como um modelo de cuidados prestados à família baseado no suporte familiar para as mães jovens e solteiras. Este subtipo é o mais comum nas relações intergeracionais. As características comuns cingem-se ao facto da mãe ser jovem e possuir um baixo rendimento e um baixo nível de educação, dos cuidados prestados à família se basearem exclusivamente no suporte familiar (excepto o centro de dia), podendo transformar-se num modelo de “dupla maternidade” devido à participação da mãe jovem e solteira e da sua própria mãe. Também existe uma forte proximidade entre a mãe solteira e a sua própria família, possivelmente por coabitação, o pai é muito ausente ou então não desempenha um papel regular

nos cuidados prestados à criança e a mãe solteira tem pouca independência económica.

Em termos de trajetórias, as mães solteiras envolvidas neste subtipo são jovens mães que tiveram um filho antes de terem estabilizado a sua vida como casal e/ou antes de deixarem a casa da sua família. A gravidez não foi planeada, mas geralmente os membros da família reagem positivamente, tornando-se disponíveis para apoiar no necessário para o cuidado da criança. A avó materna desempenha um papel fundamental nos cuidados prestados às crianças, podendo por isso transformar este modelo numa “dupla maternidade”.

O empobrecimento financeiro destas mães vê-se reduzido devido a um pacto feito entre gerações, sendo esse pacto muitas vezes a reprodução de experiências familiares já sucedidas em anteriores gerações.

- O subtipo “*family support to adult lone mothers*” apresenta como características comuns: o facto dos cuidados prestados às crianças terem um suporte familiar; uma grande proximidade entre a mãe solteira e a sua família; o pai encontra-se ausente ou não desempenha um papel regular no cuidado diário do seu filho; e o suporte extra-familiar é fraco mas existente.

Este subtipo apresenta características comuns com o subtipo anterior, mas em termos de trajetória as mães solteiras são mais velhas e vivem uma vida a dois independentemente de terem vivido em casa dos seus pais. Muitos destes casais separaram-se ou divorciaram-se e ainda vivem longe ou perto da casa da sua família.

Em termos de papéis sociais, em contraste com situações típicas do primeiro subtipo, o suporte familiar nunca significou uma “dupla maternidade”. O papel dos membros familiares, especialmente da avó materna, é um papel que se traduz por um apoio, não substituindo o papel da mãe solteira. Estas mulheres pretendem ser independentes e chegam mesmo a sê-lo, apesar de contarem com o apoio dos seus pais ao nível dos cuidados prestados às crianças, sendo a sua família sinónimo de segurança.

- O subtipo “*post-break shared care*” apresenta como características comuns: o facto dos pais pretenderem manter o mais perto possível os serviços de cuidados prestados às crianças da sua casa, existindo uma forte proximidade entre a mãe e

o pai; ambos os pais trabalham e têm tempo livre; os horários de trabalho são flexíveis e conciliáveis; o cuidado prestado às crianças pode ser formalizado por uma decisão judicial; na maioria dos casos as crianças vão à escola e os avós podem apoiar o responsável pelos cuidados prestados às crianças, mas desempenham um papel secundário;

Em termos de trajetórias, os pais sozinhos que se encontram envolvidos nos cuidados prestados aos seus filhos, apresentam entre 35 a 50 anos e têm uma experiência muito mais estável e longa de uma vida a dois (muitos deles estiveram casados vários anos) do que as mães solteiras nos anteriores subtipos.

Muitos destes casais tem mais do que um filho e a gravidez das mulheres foi planeada pelo casal. Quando o casal se separa, as crianças já se encontram, na sua maioria, na escola. A maior diferença entre este subtipo e os dois anteriores é a predominância do papel do ex-companheiro no cuidado prestado às crianças, em que os avós desempenham uma papel secundário.

Os pais solteiros que organizam os cuidados prestados às crianças não se sentem em dívida para com os seus próprios pais, mas sentem-se muito mais ligados aos seus ex-companheiros.

O “*varied arrangements*” define-se como a categoria que cobre todos os tipos individuais de cuidados prestados às crianças e que por sua vez acabam por ser uma combinação entre o suporte familiar, os serviços formais e o suporte extra-familiar (amigos e vizinhos). Este tipo apresenta dois subtipos:

- O subtipo “*strong basis of formal care within extra support*” apresenta como características típicas: o facto da utilização de serviços formais estar para além dos centros de dia ou horários escolares, apesar dos pais se encontrarem limitados por questões financeiras; a qualificação e o rendimento encontram-se na média ou abaixo dessa mesma média e os apoios de ex-companheiros, avós das crianças, amigos e vizinhos, oferecem algum suporte ocasional, mas não estão regularmente disponíveis. A particularidade dos cuidados prestados às crianças baseia-se principalmente na elevada exigência do apoio dos serviços formais e da ajuda de segundos apoios por parte dos ex-companheiros, dos avós, amigos e vizinhos. Estes casais passam muito do seu tempo no trabalho, por vezes em horários irregulares, sendo por isso utilizadores de serviços de centros

de dia, além de utilizarem outros serviços formais (actividades extra-escolares, livrarias, jardins de infância, etc.). Se estes serviços não forem suficientes, estes pais recorrem a amas ou recorrem a outras actividades. Contudo, tentam não gastar muito dinheiro uma vez que o seu poder económico não é muito abastado, optando assim pela utilização de serviços informais. Outra característica típica deste subtipo refere-se ao facto de muitos destes pais se preocuparem com a extensão dos cuidados diários prestados aos seus filhos.

- O subtipo “*strong basis of domestic services within extra support*” demonstra as seguintes características: a utilização elevada de serviços para além dos centros de dia e dos horários escolares; a qualificação e rendimento dos pais ser acima da média; a utilização de serviços domésticos relacionada com a flexibilidade dos horários de trabalho ou com a permissão do principal responsável pelos cuidados prestados às crianças ter tempo livre para si próprio. Os ex-companheiros, os avós da criança, amigos e vizinhos cuidam regularmente da criança. Em termos de trajectória, estes pais deram sempre uma elevada importância ao seu trabalho, com o intuito de obterem um satisfatório nível profissional. Muitos destes pais viveram longos períodos como casal. Como sempre tiveram um bom emprego, fizeram tudo para preservar o seu nível profissional, apesar de se terem divorciado. Como resultado, estas pessoas que passam muito tempo no seu trabalho em horários irregulares, podem contar com serviços tais como empregados domésticos, amas, responsáveis municipais pela guarda das crianças após as actividades escolares, centros de dia e outras actividades, como clubes desportivos ou aulas artísticas. Os ex-companheiros e avós preenchem algumas falhas a nível dos horários dos pais sozinhos quando é necessário. Contudo, a prioridade mantém-se no acesso aos serviços domésticos (e amigos) que permitem que esses pais solteiros se mantenham independentes das suas famílias de origem.

O terceiro tipo é designado por “*isolated lone parents*” e apresenta três subtipos, nomeadamente:

- O subtipo “*lone-lone parents*” apresenta como principais características: o cuidado prestado às crianças ser assumido maioritariamente pelo

progenitor solteiro; a sua qualificação e rendimento encontram-se abaixo da média; as fontes familiares e a disponibilidade dos serviços informais são fracos ou não existentes; o equilíbrio e as suas responsabilidades familiares, concretamente para com o seu filho ou filhos, são difíceis de alcançar. Consequentemente algumas crianças são deixadas sem a prestação de cuidados adequada.

As trajectórias destas mulheres (os pais solteiros não se encontram incluídos neste grupo) combinam diversos pontos negativos tais como: baixa qualificação, emprego mal pago, conflitos familiares e limitações de mobilidade. Estas mulheres passaram por períodos de grande pobreza, acabando muitas vezes por cair em situações de dificuldades económicas (desemprego e falta de dinheiro). A falta de apoio dos serviços informais limitam as suas possibilidades e consequentemente a utilização necessária e exclusiva de serviços formais (público-privados), que consomem uma grande parte dos seus rendimentos, aumentando o seu nível de pobreza.

A situação destas famílias encontra maiores dificuldades devido às horas de trabalho atípicas de muitas destas mães solteiras. As creches e as escolas, além de actividades extra-curriculares, não cobrem o horário de trabalho das mães. Esta situação faz com que muitas crianças destas famílias fiquem sem o cuidado dos adultos, vendo-se responsáveis por elas próprias e/ou por crianças mais novas.

- O segundo subtipo designado por “*formally assisted lone parents*” apresenta como características: os cuidados prestados às crianças serem assumidos pelo progenitor solteiro; a qualificação e o rendimento são abaixo da média; as fontes familiares e a disponibilidade dos serviços informais são fracos; o equilíbrio entre o trabalho e os cuidados prestados à criança dificilmente são atingidos; apenas os serviços formais permitem a estes pais o acesso ao trabalho e limitam o tempo em que as crianças são deixadas sem cuidados por parte dos adultos.

Este subtipo corresponde mais à difícil gestão de elementos incompatíveis do que propriamente aos cuidados prestados às crianças. As difíceis condições de trabalho, como as mudanças de turnos ou a

grande mobilidade ou irregular mobilidade, colocam uma grande pressão sobre o progenitor solteiro que sofre de uma falta de apoio de serviços informais (família, envolvimento do ex-companheiro, amigos, vizinhos, etc.). Todavia, os serviços formais não podem ser tão regulares e intensos como estes pais desejariam, uma vez que estes serviços podem ser uma ameaça para estes pais no sentido de lhes retirarem a custódia dos seus filhos. Esta dependência sobre os serviços formais é a principal característica deste subtipo. O equilíbrio entre trabalho e cuidados prestados à criança, são tão difíceis de atingir que o progenitor solteiro não o poderá alcançar sem estes apoios extensivos.

- O subtipo “*self-sufficient lone parents*” apresenta como características: as fontes familiares e os serviços informais estarem disponíveis mas serem pouco utilizados; a tensão entre o trabalho e os cuidados prestados às crianças limitam o tempo livre do progenitor solteiro; o uso de serviços formais é a base principal dos cuidados prestados às crianças, ocupando uma grande parte do orçamento familiar. Este subtipo aproxima-se do subtipo “*lone-lone parents*”. Nestes casos, a mobilidade profissional ou residencial interrompeu o papel das redes dos serviços informais. Porém, estes pais, encontrando-se muitas vezes em situações de privação, orgulhosamente assumem os cuidados prestados aos seus filhos. Os pais sucedem na sua função de prestarem cuidado aos seus filhos, pois o seu rendimento é geralmente mais elevado que o do subtipo “*lone-lone parents*” ou então a flexibilidade do seu trabalho aproxima-se de uma *Política Amiga da Família*. A independência é um objectivo importante para estes pais, mesmo quando os seus recursos são limitados.

3.3. Serviços de Cuidados Prestados às Crianças das “*Dual-Career Families*”

As “*dual-career families*” são definidas como famílias compostas por ambos os progenitores, tendo estes um trabalho remunerado ou estudando a full-time, sendo responsáveis por crianças com 12 ou menos anos e/ou pessoas idosas que necessitam de

uma assistência regular. O trabalho a tempo inteiro ou o estudo consistem em 30 horas ou mais por semana. Estas famílias são normalmente bastante ocupadas a nível profissional e por vezes apresentam horários bastante complexos, pois têm de conciliar o trabalho com os cuidados prestados às crianças e/ou idosos.

As estratégias de conciliação do trabalho com os cuidados prestados à família são raramente estáticos, pois encontram-se em transição à medida que as crianças vão crescendo e os mais idosos vão enfraquecendo. O factor-chave que permite a conciliação do trabalho remunerado e das responsabilidades familiares corresponde à flexibilidade do horário de trabalho, a flexibilidade do horário dos cuidados prestados à família ou ambos os casos. Isto significa que pode existir flexibilidade do horário de trabalho porque o empregador é tolerante para com as responsabilidades familiares, porque existem serviços de cuidados prestados às crianças que operam para além das horas de trabalho ou porque as redes de suporte familiar são flexíveis.

Existe uma distinção entre as famílias onde a flexibilidade advém de uma única fonte (por exemplo, o horário flexível de uma avó ou de um serviço público como creches, a escola ou os centros de dia) ou então a flexibilidade advém de diversas fontes (horas de trabalho pagas a pessoas que fiquem responsáveis pela prestação de cuidados às crianças ou horas pagas a amigos). Onde existe apenas uma fonte de flexibilidade, esta é classificada como “*uniflex solutions*”, enquanto que se existem diversas fontes de flexibilidade, estas são classificadas como “*multiflex solutions*”. O primeiro tipo de solução é geralmente mais utilizada que o segundo tipo de solução, apesar desta tendência não ser predominante: as famílias em circunstâncias semelhantes, em termos de trabalho e responsabilidades familiares, podem responder com diferentes estratégias de conciliação de trabalho e de cuidados à família, não existindo uma estratégia predominante.

A Política Social e o Serviço Social providenciados por cada um dos países e locais parece ser menos importante que as preferências, valores e ideologias inerentes às famílias. O equilíbrio de género quanto à organização dos cuidados familiares e das suas tarefas relativamente ao casal deste tipo de família (“*dual-career families*”) é crítico. O acesso público e privado aos transportes também se apresenta como um factor determinante e crítico quanto à conciliação do trabalho e dos cuidados à família, uma vez que a não utilização dos serviços de cuidados à família requer o transporte de crianças ou dos idosos às suas casas.

O aspecto mais problemático para estas famílias é o limitado horário das creches, das escolas, dos serviços dos centros de dia e dos cuidados prestados em casa.

Excepto entre as famílias mais pobres, o preço dos serviços não costuma apresentar-se como um problema, uma vez que estes casais optaram pelo trabalho em vez do tempo prestado à família. Directivas da União Europeia quanto às horas de trabalho e licenças para os cuidados prestados à família não são utilizados muitas vezes pela “*dual-career families*”, uma vez que muitas delas trabalham mais do que 48 horas por semana.

O modo mais efectivo de prestarem assistência às suas famílias seria a utilização de uma infra-estrutura de serviços para a guarda de crianças e uma infra-estrutura de serviços de cuidados para os idosos, sendo estes utilizados em termos de flexibilidade de horário e formas de assistência. Parece ineficiente que estes trabalhadores altamente qualificados tenham que ajustar a sua participação no mercado de trabalho ou mesmo abandonarem o seu trabalho, devido à não flexibilidade dos serviços públicos de guarda de crianças e de cuidados dos idosos.

3.4. Serviços de Cuidados Prestados às Crianças das “*Double-front Carer Families*”

Estes tipos de famílias caracterizam-se pelo especial desafio em confrontar-se com responsabilidades em duas frentes: o cuidado de crianças e dos idosos. Estas famílias dão mais ênfase ao cuidado para com os idosos, uma vez que consideram o cuidado atribuído às crianças como menos problemático e mais natural. O cuidado prestado às crianças é visto como menos fatigante e com menos stress, sendo considerado como uma fonte importante para a recuperação do elevado peso atribuído ao cuidado prestado aos idosos. Foram identificados três tipos de redes de cuidados:

- A primeira consiste na fraca rede de apoio ou mesmo a sua não existência, em que a responsabilidade dos cuidados prestados aos idosos ou crianças recai apenas sobre uma pessoa.
- O segundo tipo corresponde a uma rede rica e policêntrica a nível de apoios quanto à prestação de cuidados dos idosos ou crianças.

- Por último, existe uma subdivisão das tarefas relativas aos cuidados dos idosos ou crianças entre dois responsáveis, apesar deste tipo de rede ser menos comum.

Estes três tipos de redes exibem uma ligação com serviços profissionais e não profissionais de cuidados prestados aos idosos e crianças. O leque de serviços profissionais é vasto, variando entre os serviços de saúde menos intensivos e serviços prestados em casa que implicam uma total assistência, tais como os centros de dia ou as casas de saúde para idosos.

As famílias na Finlândia, na França e no Reino Unido usam frequentemente a combinação dos serviços informais com os serviços formais. Apenas os portugueses e italianos usam com mais frequência as facilidades privadas disponíveis para os cuidados prestados a idosos ou crianças. O sector dos serviços informais não profissionais pagos são mais diversos em Itália, França e Portugal, oferecendo variados tipos de assistência.

Alguns destes serviços informais não profissionais são temporários, enquanto que outros são diários ou semanais, prestando assistência em casa e na higiene pessoal da criança ou do idoso.

Em algumas ocasiões, os responsáveis pelas prestações dos serviços informais vivem com os idosos, executando diversas tarefas em troca de um quarto e de uma pequena quantia de dinheiro. Estes trabalhadores são normalmente mulheres, e em Itália e em Portugal são tipicamente imigrantes provenientes de fora da União Europeia. As suas condições de trabalho são por vezes inadequadas, apesar de nas famílias portuguesas e italianas esta solução ser menos onerosa comparando com um serviço formal ou com uma casa residencial que preste cuidados aos seus idosos.

Existem diferenças entre Itália, Portugal e França, quanto à relação entre as famílias e os serviços pagos. Em Portugal e na Itália, a assistência privada principalmente para os idosos, substitui os serviços públicos, enquanto que em França a assistência privada é utilizada como complemento dos serviços públicos. Na Finlândia e no Reino Unido, o acesso aos serviços formais apresenta-se mais facilitado e as provisões dos cuidados prestados à família são mais generosas. Nestes dois países, os cuidados extra-familiares e não profissionais prestados à família são desenvolvidos por voluntários, não sendo estes pagos pelo seu trabalho. Porém, estes serviços não são muito comuns.

Em termos de organização e controle dos cuidados prestados à família, a própria família, e em particular, o principal elemento familiar responsável pela prestação desses

cuidados, continua a ser considerado como uma fonte fundamental. Os serviços formais e informais devem ser complementares na sua organização, de modo a que haja um equilíbrio entre as diversas actividades, de modo a que se dê uma conciliação eficaz entre os elementos da família e os serviços de cuidados prestados à mesma.

Em termos conclusivos, um sistema de prestação de cuidados deve ser compatível com um emprego pago. Mesmo assim, o aumento dos serviços não profissionais em muitos países, quer sejam pagos ou voluntários, pode ser interpretado não só como uma estratégia que vá de encontro com uma necessidade insatisfeita, como também podem ser encarados como um esforço para encontrar soluções mais personalizadas e flexíveis.

Quadros e Gráficos de Apoio

Estatístico I

Podem ser consultados no *Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos* (p.1-20) os quadros relativos às temáticas expostas no *Quadros e Gráficos de Apoio Estatístico I*, com os anos discriminados e seus respectivos valores.

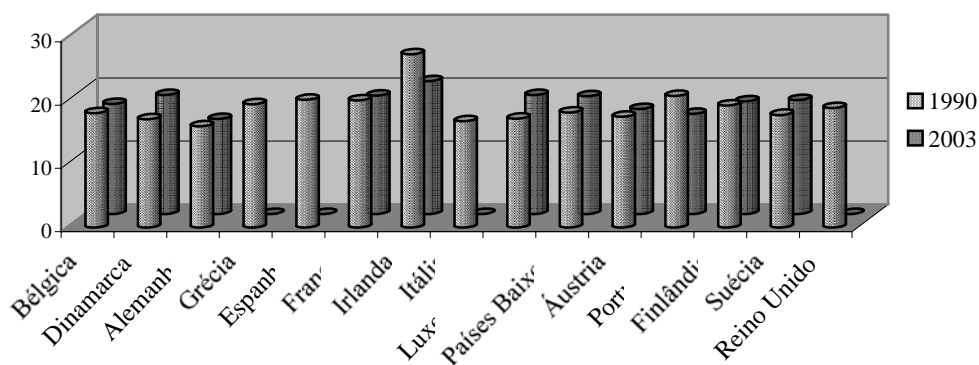
**Proporção da População entre os 0-14 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003
(em %)**

	1990	2003
Europa dos 15	18,3	16,5
Bélgica	18,1	17,4
Dinamarca	17,1	18,8
Alemanha	16	15
Grécia	19,5	:
Espanha	20,2	:
França	20,1	18,7
Irlanda	27,4	21
Itália	16,8	:
Luxemburgo	17,2	18,8
Países Baixos	18,2	18,6
Áustria	17,5	16,6
Portugal	20,8	15,8
Finlândia	19,3	17,8
Suécia	17,8	18
Reino Unido	18,9	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Proporção da População entre os 0-14 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)



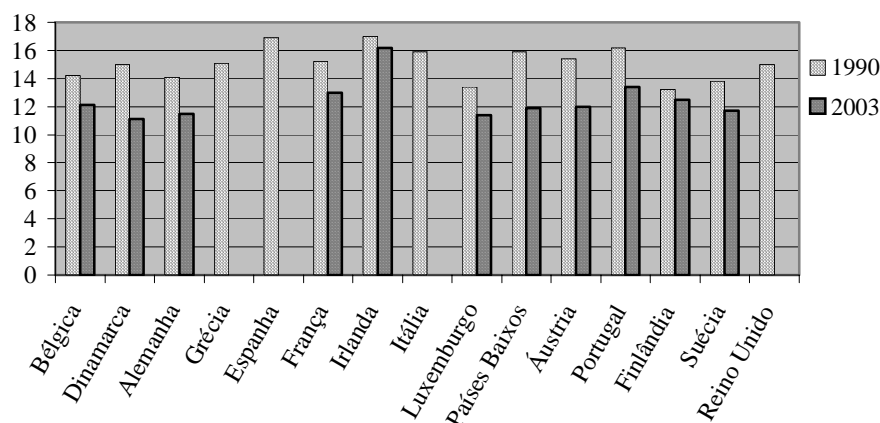
Entre 1990-2003 assistiu-se a uma diminuição da proporção da população entre os 0 e 14 anos, na Europa dos 15 (1,8%). Alguns países registaram uma diminuição da proporção da população com idades compreendidas entre os 0-14 anos, nomeadamente a Irlanda com uma diminuição de 6,4%, seguindo-se Portugal com uma diminuição de 5%, a Finlândia com menos 1,5%, a França com menos 1,4% e a Bélgica com menos 0,7%. A tendência contrária também foi verificada em outros países, apesar destes aumentos não terem sido significativos: a Dinamarca com um aumento de 1,7%, o Luxemburgo com um aumento de 1,6%, seguindo-se os Países Baixos com um aumento 0,4% e a Suécia com um aumento de 0,2%, entre 1990-2003.

**Proporção da População entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003
(em %)**

	1990	2003
Europa dos 15	15,2	:
Bélgica	14,2	12,1
Dinamarca	15	11,1
Alemanha	14,1	11,5
Grécia	15,1	:
Espanha	16,9	:
França	15,2	13
Irlanda	17	16,2
Itália	15,9	:
Luxemburgo	13,4	11,4
Países Baixos	15,9	11,9
Áustria	15,4	12
Portugal	16,2	13,4
Finlândia	13,2	12,5
Suécia	13,8	11,7
Reino Unido	15	:

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

**Proporção da População entre os 15-24 anos, na Europa dos 15,
entre 1990-2003 (em %)**



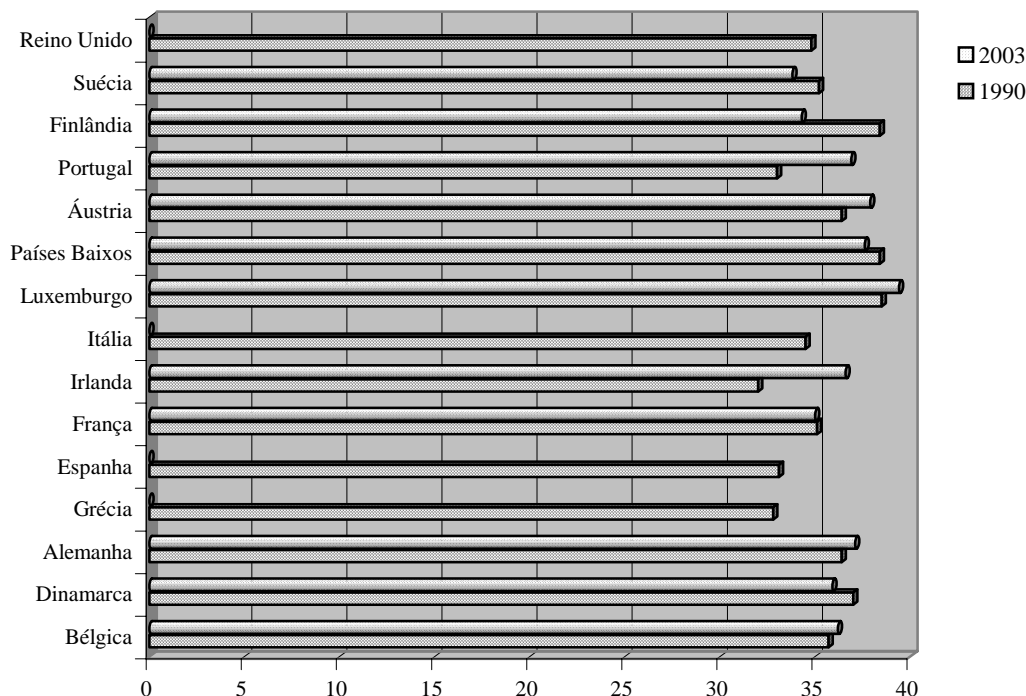
A proporção da população, entre os 15-24 anos, correspondia a 15,2% em 1990, uma vez que não se encontram dados disponíveis em 2003. Uma diminuição desta proporção da população neste grupo de idades, entre 1990-2003, foi sentida em todos os países, sendo mais significativa nos Países Baixos com uma diminuição de 4%, seguindo-se a Dinamarca com 3,9%, a Áustria com uma diminuição de 3,4%, Portugal com uma diminuição de 2,8%, a Alemanha com menos 2,6% da proporção desta população, a Bélgica e a Suécia com menos 2,1% . Em 2003, a Grécia, a Espanha, a Itália e o Reino Unido não apresentaram dados disponíveis.

**Proporção da População entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003
(em %)**

	1990	2003
Europa dos 15	35,1	:
Bélgica	35,7	36,2
Dinamarca	37	35,9
Alemanha	36,4	37,1
Grécia	32,8	:
Espanha	33,1	:
França	35,1	35
Irlanda	32	36,6
Itália	34,5	:
Luxemburgo	38,5	39,4
Países Baixos	38,4	37,6
Áustria	36,4	37,9
Portugal	33	36,9
Finlândia	38,4	34,3
Suécia	35,2	33,8
Reino Unido	34,8	:

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

**Proporção da População entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003
(em %)**



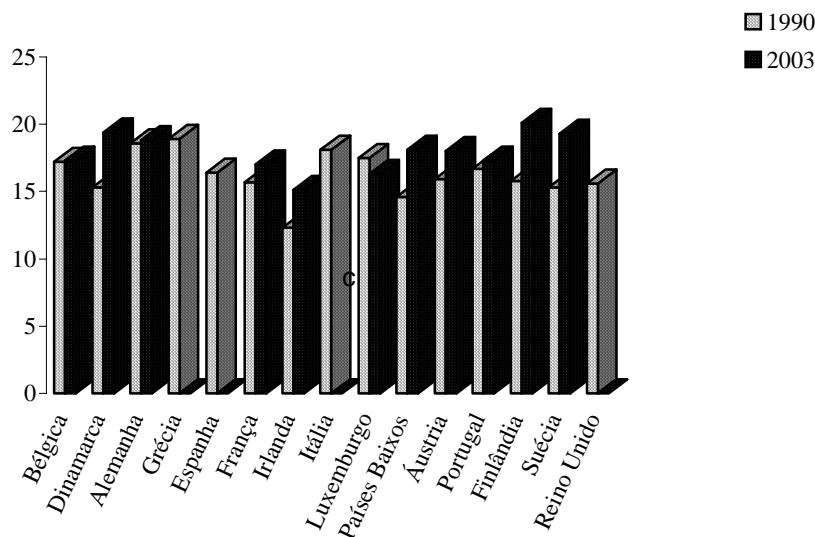
A proporção da população entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, apenas apresenta valores disponíveis em 1990 (35,1%). A maioria dos países europeus registaram aumentos quanto a esta proporção da população, entre 1990-2003, destacando-se a Irlanda com 4,6%, seguindo-se Portugal com 3,9%, a Áustria com 1,5%, o Luxemburgo com 0,9%, a Alemanha com 0,7% e a Bélgica com 0,5%. Alguns países registaram a tendência inversa entre 1990-2003, nomeadamente a Finlândia com uma diminuição de 4,1%, a Suécia com uma diminuição de 1,4%, a Dinamarca com 1,1%, os Países Baixos com 0,8% e a França com 0,1%. A Grécia (32,8%), a Itália (34,5%) o Reino Unido (34,8%) e a Espanha (33,1%) apresentaram valores disponíveis apenas em 1990.

**Proporção da População entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003
(em %)**

	1990	2003
Europa dos 15	16,8	:
Bélgica	17,2	17,3
Dinamarca	15,3	19,4
Alemanha	18,6	18,8
Grécia	18,9	:
Espanha	16,4	:
França	15,7	17
Irlanda	12,3	15,1
Itália	18,1	:
Luxemburgo	17,5	16,3
Países Baixos	14,6	18,1
Áustria	15,9	18
Portugal	16,7	17,3
Finlândia	15,8	20,1
Suécia	15,3	19,3
Reino Unido	15,6	:

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

**Proporção da População entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, entre
1990-2003 (em %)**



A proporção da população entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 1990, correspondia a 16,8%, uma vez que não se encontram dados disponíveis em 2003. A maioria dos países europeus registou aumentos entre 1990-2003, nomeadamente a Finlândia com um aumento de 4,3%, seguindo-se a Dinamarca com 4,1%, a Suécia com 4%, os Países Baixos com 3,5%, a Áustria com 2,1% e Portugal com 0,6%. Apenas o

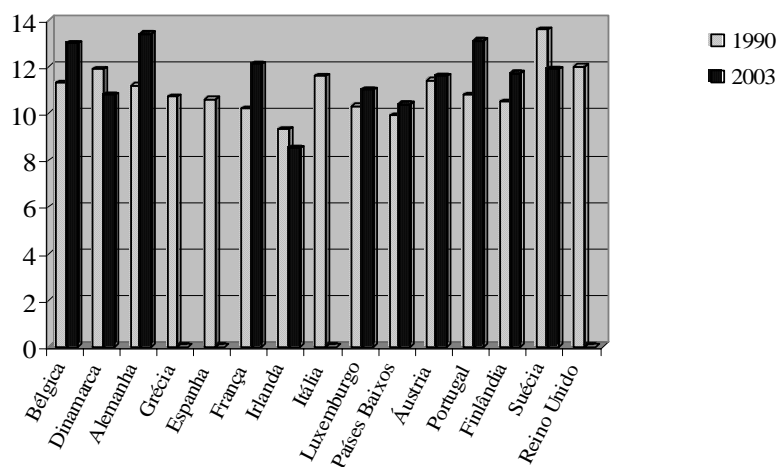
Luxemburgo apresentou uma descida em 1,2% nos anos em análise. Alguns países apresentaram dados disponíveis apenas em 1990: a Grécia com 18,9%, a Itália com 18,1%, a Espanha com 16,4% e o Reino Unido com 15,6%.

Proporção da População entre os 65-79 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	2003
Europa dos 15	11,1	:
Bélgica	11,3	13
Dinamarca	11,9	10,8
Alemanha	11,2	13,4
Grécia	10,7	:
Espanha	10,6	:
França	10,2	12,1
Irlanda	9,3	8,5
Itália	11,6	:
Luxemburgo	10,3	11
Países Baixos	9,9	10,4
Áustria	11,4	11,6
Portugal	10,8	13,1
Finlândia	10,5	11,7
Suécia	13,6	11,9
Reino Unido	12	:

Fonte: Eurostat;
: Dados não disponíveis

Proporção da População entre os 65-79 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)



A proporção da população dos 65-79 anos, na Europa dos 15, em 1990, corresponde a 11,1%, uma vez que em 2003 não existem dados disponíveis, segundo o Eurostat. Os países europeus registaram aumentos desta proporção da população, entre 1990-2003, segundo este grupo de idades, destacando-se Portugal com um aumento de 2,3%, a Alemanha com 2,2%, a França com 1,9% e a Bélgica com um aumento de 1,7%.

Os países que registaram uma diminuição da proporção da população nestes grupos de idades, segundo os anos em análise, foram a Suécia com 1,7%, a Dinamarca com 1,1% e a Irlanda com 0,8%. O Reino Unido apenas apresentar dados disponíveis em 1990 (12%), tal como a Itália (11,1%), a Grécia (10,7%) e a Espanha (10,6%).

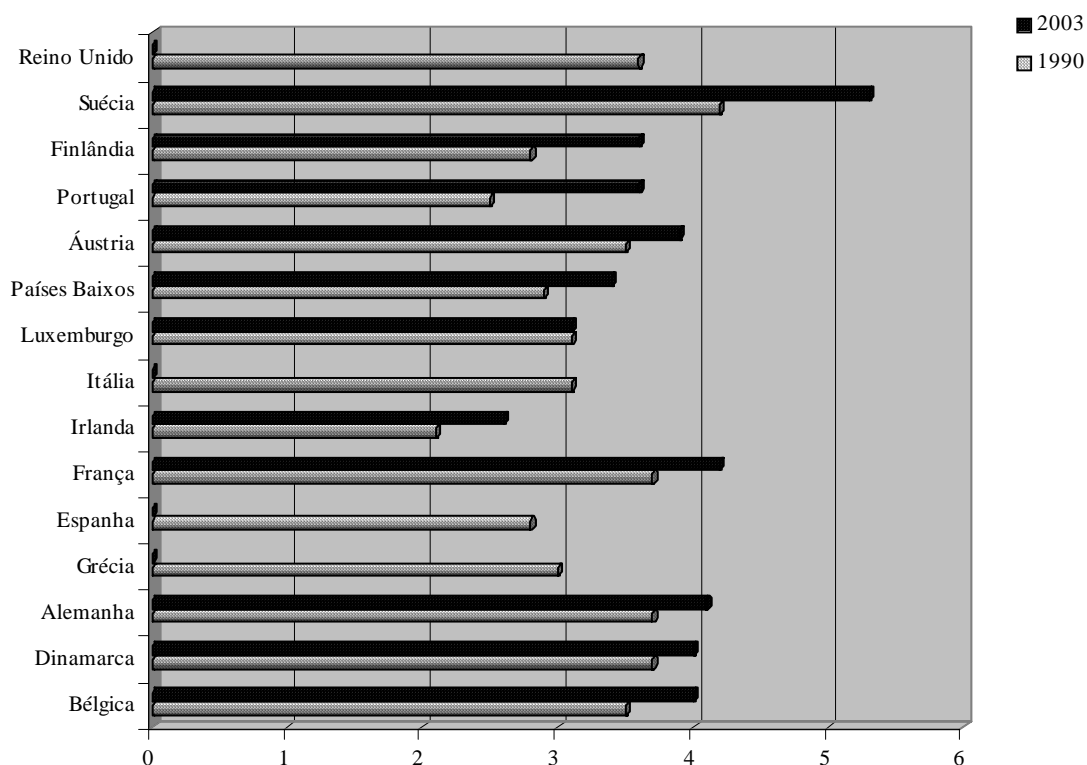
**Proporção da População com 80 e mais anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003
(em %)**

	1990	2003
Europa dos 15	3,4	4,1
Bélgica	3,5	4
Dinamarca	3,7	4
Alemanha	3,7	4,1
Grécia	3	:
Espanha	2,8	:
França	3,7	4,2
Irlanda	2,1	2,6
Itália	3,1	:
Luxemburgo	3,1	3,1
Países Baixos	2,9	3,4
Áustria	3,5	3,9
Portugal	2,5	3,6
Finlândia	2,8	3,6
Suécia	4,2	5,3
Reino Unido	3,6	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

**Proporção da População com 80 e mais anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003
(em %)**



A proporção da população com 80 e mais anos aumentou na Europa dos 15, entre 1990-2003, em 0,7%. Os 15 países membros aumentaram a sua percentagem quanto a este grupo de idades, entre 1990-2003, apesar de não terem sido aumentos muito significativos: Portugal e Suécia com 1,1%, a Finlândia com 0,8%, os Países Baixos e a França com 0,5%. O Luxemburgo foi o único país que manteve o mesmo valor em 1990- 2003 quanto à proporção da população com 80 e mais anos: 3,1%.

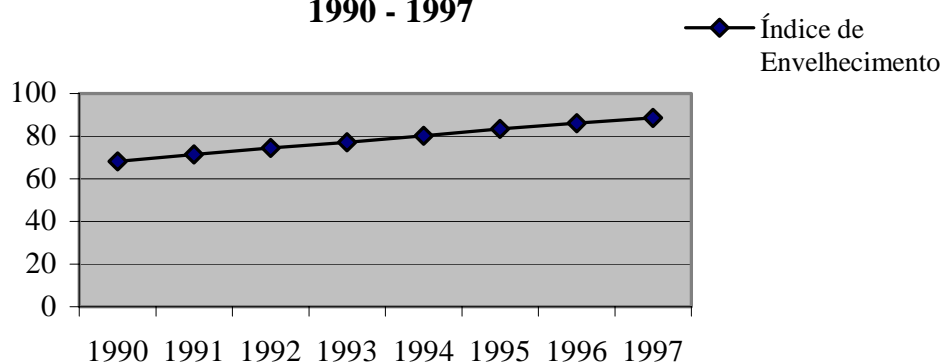
O Reino Unido, a Espanha, a Grécia e a Itália, não apresentaram dados disponíveis para 2003.

Índice de Envelhecimento da População Portuguesa, entre 1990-1997 (em %)

	Índice de Envelhecimento
1990	68,1
1991	71,4
1992	74,4
1993	77,1
1994	80,2
1995	83,5
1996	86,1
1997	88,5

Fonte: Barreto, António (2000)

Índice de Envelhecimento da População Portuguesa 1990 - 1997



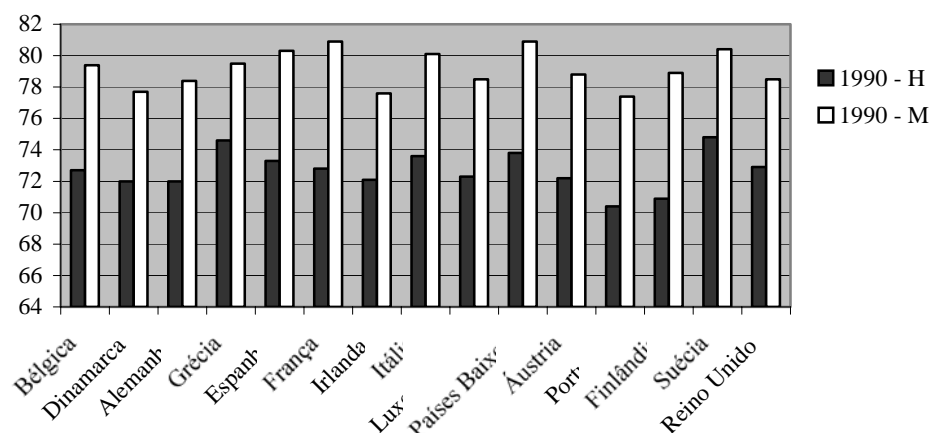
O Índice de Envelhecimento na População Portuguesa aumentou cerca de 20,4% entre 1990 e 1997, registando-se um aumento deste índice ao longo dos anos em análise.

**Esperança Média de Vida na Europa dos 15, entre 1990-2002, Homens e Mulheres
(em %)**

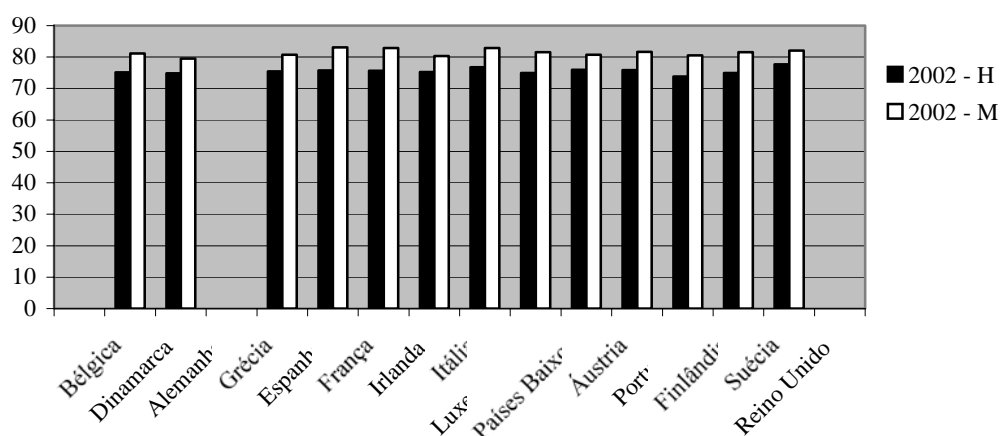
	1990 - H	1990 - M	2002 - H	2002 - M
EU 15	72,8	79,4	75,8	81,6
Bélgica	72,7	79,4	75,1	81,1
Dinamarca	72	77,7	74,8	79,5
Alemanha	72	78,4	:	:
Grécia	74,6	79,5	75,4	80,7
Espanha	73,3	80,3	75,7	83,1
França	72,8	80,9	75,6	82,9
Irlanda	72,1	77,6	75,2	80,3
Itália	73,6	80,1	76,8	82,9
Luxemburgo	72,3	78,5	74,9	81,5
Países Baixos	73,8	80,9	76	80,7
Áustria	72,2	78,8	75,8	81,7
Portugal	70,4	77,4	73,8	80,5
Finlândia	70,9	78,9	74,9	81,5
Suécia	74,8	80,4	77,7	82,1
Reino Unido	72,9	78,5	:	:

Fonte: Population Statistics , 2004

Esperança Média de Vida na Europa dos 15 em 1990, Homens e Mulheres (em %)



Esperança Média de Vida na Europa dos 15 em 2002, Homens e Mulheres (em %)



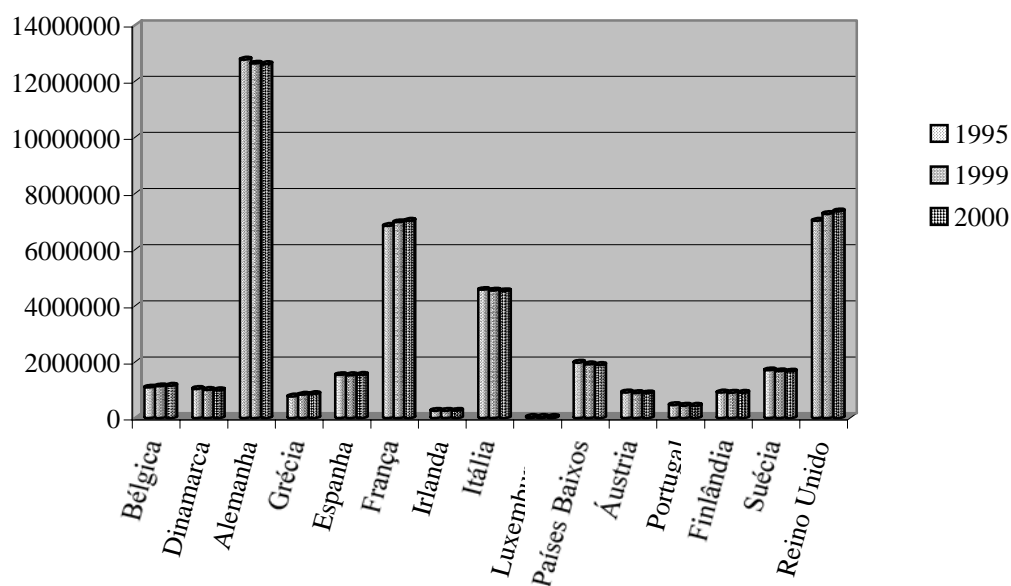
Segundo os gráficos relativos à Esperança Média de Vida de Homens e Mulheres na Europa dos 15, entre 1990-2002, assistiu-se a um aumento significativo para ambos os sexos. Os países onde se registaram valores mais elevados destes aumentos, relativamente ao sexo masculino são: a Bélgica, a França, a Irlanda e a Itália, a Áustria, Portugal e a Finlândia. Quanto às mulheres, os países que apresentaram valores mais elevados são a Espanha, a Irlanda, o Luxemburgo, Portugal e a Finlândia. A Alemanha e o Reino Unido são os únicos países que em 2002, tanto para homens como para mulheres, não apresentaram dados disponíveis quanto à esperança de vida.

Total de Pessoas que vivem Sozinhas, na Europa dos 15, entre 1995-2000

	1995	1999	2000
Europa dos 15	41881582	42003773	42098771
Bélgica	1091272	1132526	1150132
Dinamarca	1039125	1003087	991719
Alemanha	12767631	12625492	12607368
Grécia	762728	830433	853192
Espanha	1530050	1526338	1535742
França	6844432	6976472	7026957
Irlanda	253582	255287	256677
Itália	4568775	4540504	4517798
Luxemburgo	36701	36006	35850
Países Baixos	1971101	1911148	1887536
Áustria	914698	890924	884988
Portugal	460926	437706	432137
Finlândia	911823	901902	900660
Suécia	1701144	1668285	1659439
Reino Unido	7027594	7267663	7358576

Fonte: Eurostat

Total das Pessoas que vivem Sozinhas, na Europa dos 15, entre 1995-2000



No total das pessoas que vivem sozinhas, na Europa dos 15, entre 1995-2000, registou-se um aumento de 217.189 pessoas, sendo os aumentos mais significativos no Reino Unido com 330.982 pessoas, na França com 182.525 pessoas, na Grécia com 90.464 pessoas e na Bélgica com 58.860 pessoas.

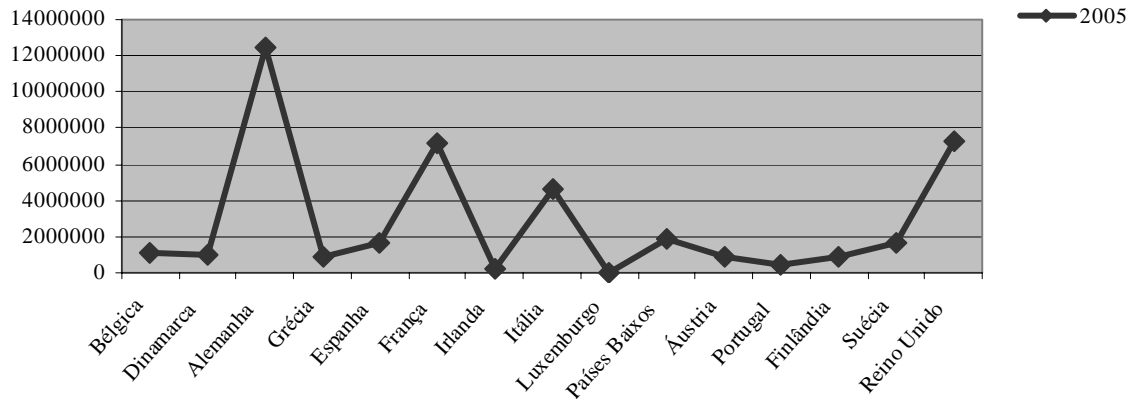
Registou-se uma diminuição deste total nos Países Baixos em 83.565 pessoas, seguindo-se a Suécia com 41.705 pessoas, a Áustria com 29.710 pessoas e Portugal com 28.789 pessoas.

Previsão para 2005 do Total de Pessoas que vivem Sozinhas na Europa dos 15

	2000	2005
Europa dos 15	42098771	42177696
Bélgica	1150132	1150608
Dinamarca	991719	941455
Alemanha	12607368	12479620
Grécia	853192	866557
Espanha	1535742	1643791
França	7026957	7132479
Irlanda	256677	268899
Itália	4517798	4620276
Luxemburgo	35850	36678
Países Baixos	1887536	1915639
Áustria	884988	873093
Portugal	432137	440849
Finlândia	900660	897952
Suécia	1659439	1627370
Reino Unido	7358576	7282430

Fonte: Eurostat

Previsão para 2005 do Total de Pessoas a viverem Sozinhas na Europa dos 15



A previsão do total de pessoas a viverem sozinhas, na Europa dos 15, em 2005, aponta para um aumento de 78.925 pessoas (entre 2000-2005), em que a França registará um aumento de 105.522 pessoas, os Países Baixos de 28.103 pessoas, a Grécia de 13.365 pessoas e Portugal de 8.712 pessoas.

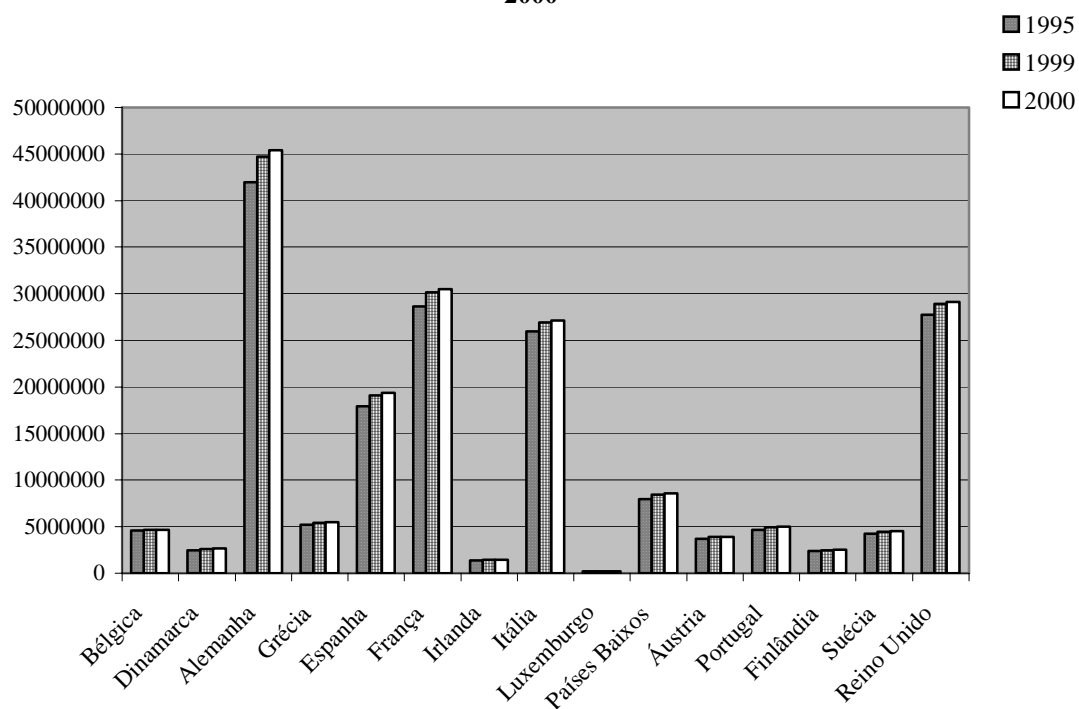
Haverá uma diminuição deste total no Reino Unido na ordem das 76.146 pessoas, na Dinamarca em 50.264 pessoas, na Suécia em 32.069 pessoas, na Áustria em 11.895 pessoas e na Bélgica em 476 pessoas.

Total de Pessoas que vivem com Companheiro, na Europa dos 15, entre 1995-2000

	1995	1999	2000
Europa dos 15	179094945	188352081	190574452
Bélgica	4590399	4656394	4657820
Dinamarca	2504543	2640855	2674520
Alemanha	41944729	44684616	45392491
Grécia	5219123	5457253	5506585
Espanha	17908640	19088931	19377619
França	28644812	30121587	30475830
Irlanda	1350022	1428741	1449804
Itália	25967962	26939915	27135970
Luxemburgo	197090	214360	218789
Países Baixos	7986831	8476803	8599409
Áustria	3718346	3896240	3934336
Portugal	4681384	4937500	5007764
Finlândia	2371718	2483297	2514718
Suécia	4244073	4444295	4499858
Reino Unido	27765273	28881294	29128939

Fonte: Eurostat

Total de Pessoas que vivem com o Companheiro, na Europa dos 15, entre 1995-2000



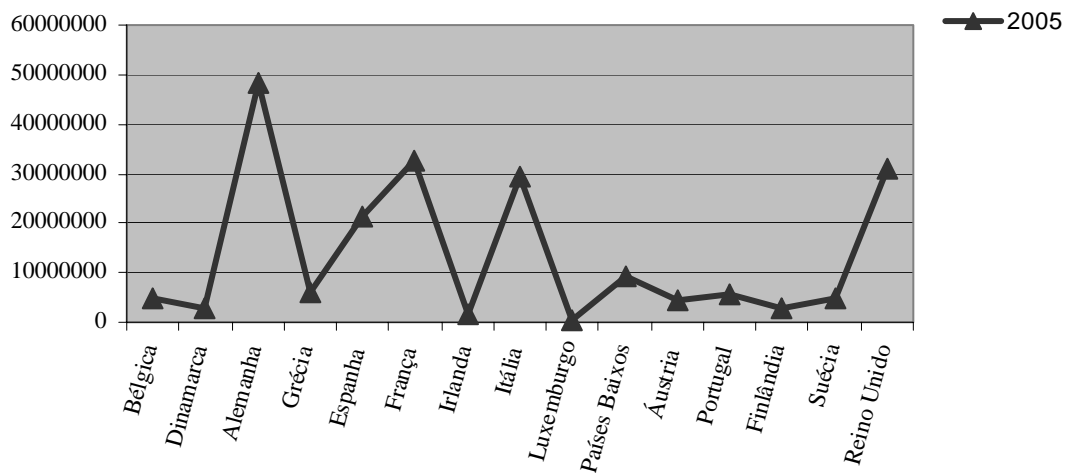
No total de pessoas que vivem com companheiro na Europa dos 15, entre 1995-2000, verificamos que ocorreu um aumento deste número na ordem das 11.479.507 pessoas. As subidas mais significativas foram na Alemanha com 3.447.762 pessoas, na França com 1.831.018 pessoas, seguindo-se a Espanha com um aumento de 1.468.979 pessoas, a Itália com 1.168.008 pessoas, Portugal com mais 326.380 pessoas, a Grécia com 287.462 pessoas, a Suécia com um aumento na ordem das 255.785 pessoas e o Luxemburgo com mais 21.699 pessoas.

Previsão para 2005 do Total de Pessoas que vivem com o Companheiro na Europa dos 15

	2000	2005
Europa dos 15	190574452	204107422
Bélgica	4657820	5016594
Dinamarca	2674520	2828350
Alemanha	45392491	48292885
Grécia	5506585	5961499
Espanha	19377619	21243143
França	30475830	32429414
Irlanda	1449804	1594729
Itália	27135970	29294398
Luxemburgo	218789	240042
Países Baixos	8599409	9156994
Áustria	3934336	4237087
Portugal	5007764	5476994
Finlândia	2514718	2665584
Suécia	4499858	4761648
Reino Unido	29128939	30908061

Fonte: Eurostat

Previsão para 2005 do Total de pessoas a viverem com o Companheiro na Europa dos 15



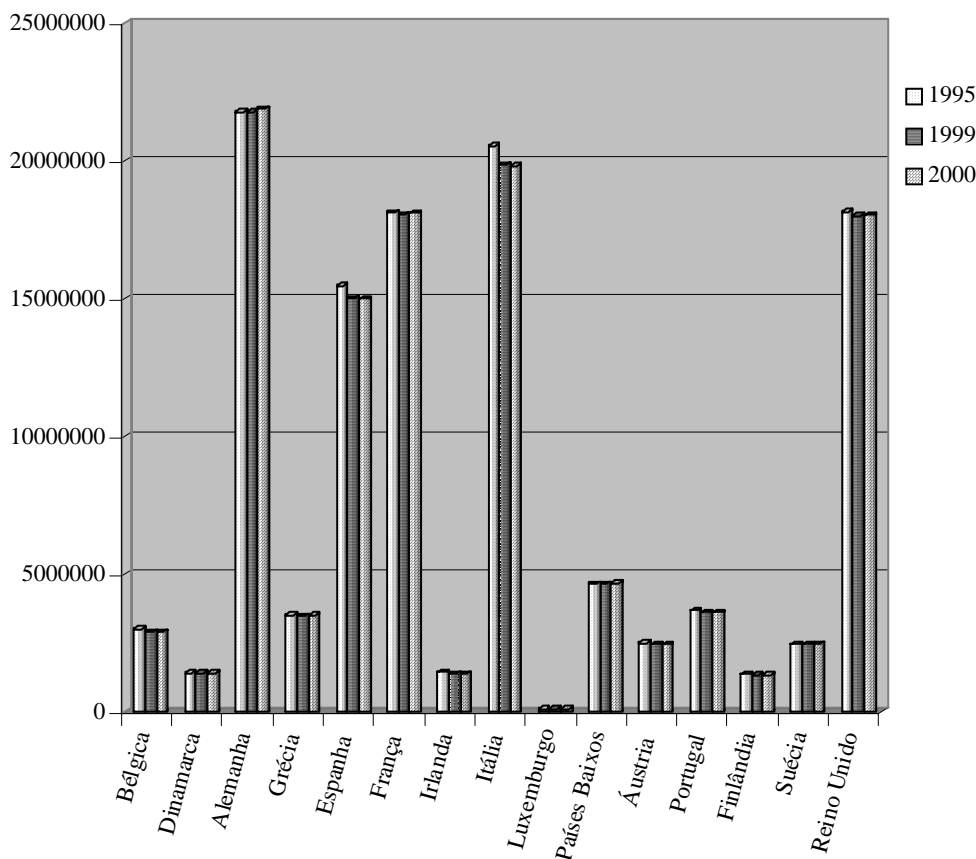
A previsão para 2005 do total de pessoas a viverem com companheiro, na Europa dos 15, aponta a possibilidade de um aumento na ordem das 13.532.970 pessoas (entre 2000-2005). Destacam-se países como a Alemanha, com um possível aumento de 2.900.394 pessoas, a Itália com mais 2.158.428 pessoas, a França com mais 1.953.584 pessoas, a Espanha com um possível aumento na ordem das 1.865.524 pessoas, Portugal provavelmente com mais 469.230 pessoas, a Grécia com um possível aumento na ordem das 454.914 pessoas, a Suécia com mais 261.790 pessoas e o Luxemburgo com mais 21.253 pessoas.

Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2000

	1995	1999	2000
Europa dos 15	118259010	116667119	116819573
Bélgica	3009718	2924242	2911471
Dinamarca	1413953	1432286	1440412
Alemanha	21771988	21763588	21874948
Grécia	3517110	3489584	3508970
Espanha	15464964	15014981	14987960
França	18123460	18040562	18100075
Irlanda	1457844	1407812	1395803
Itália	20536598	19860914	19801297
Luxemburgo	126792	136144	138448
Países Baixos	4651214	4661851	4697704
Áustria	2515781	2461866	2460611
Portugal	3697334	3619340	3624045
Finlândia	1370686	1367183	1367349
Suécia	2458743	2473877	2489545
Reino Unido	18142825	18012889	18020935

Fonte: Eurostat

Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2000



No total de crianças a vivem em lares parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2000, assistiu-se a uma diminuição na ordem dos 1.439.437 crianças, destacando-se quanto a esta diminuição os seguintes países: a Itália com 735.301 crianças, a Espanha com 477.004 crianças e a Irlanda uma diminuição na ordem das 62.041 crianças.

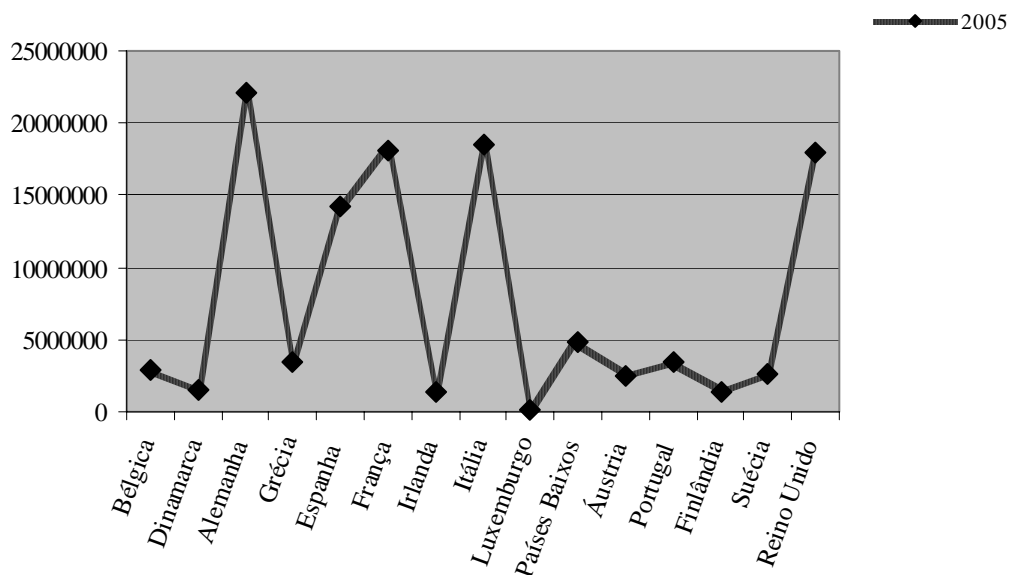
Foram também registados alguns aumentos quanto a este total de crianças, nomeadamente na Alemanha com um aumento de 102.960 crianças, nos Países Baixos na ordem das 46.490 crianças, na Suécia com mais 30.802 crianças, na Dinamarca com 26.459 crianças e no Luxemburgo, com 11.656 crianças.

Previsão para 2005 do Total de Crianças a viverem em Lares Parentais na Europa dos 15

	2000	2005
Europa dos 15	116819573	114824279
Bélgica	2911471	2900817
Dinamarca	1440412	1502441
Alemanha	21874948	22106147
Grécia	3508970	3393100
Espanha	14987960	14172552
França	18100075	18068488
Irlanda	1395803	1347345
Itália	19801297	18493979
Luxemburgo	138448	147034
Países Baixos	4697704	4798582
Áustria	2460611	2454714
Portugal	3624045	3478402
Finlândia	1367349	1368762
Suécia	2489545	2577214
Reino Unido	18020935	18014702

Fonte: Eurostat

Previsão para 2005 do Total de Crianças a viverem em Lares Parentais na Europa dos 15



A previsão para 2005 do total de crianças a viverem em lares parentais, na Europa dos 15, regista uma possível e ligeira diminuição: 1.995.294 crianças (entre 2000-2005). Os países que registarão uma diminuição mais significativa serão a Itália na ordem das 1.307.318 crianças, a Espanha com 815.408 crianças e a Irlanda, com 48.458 crianças.

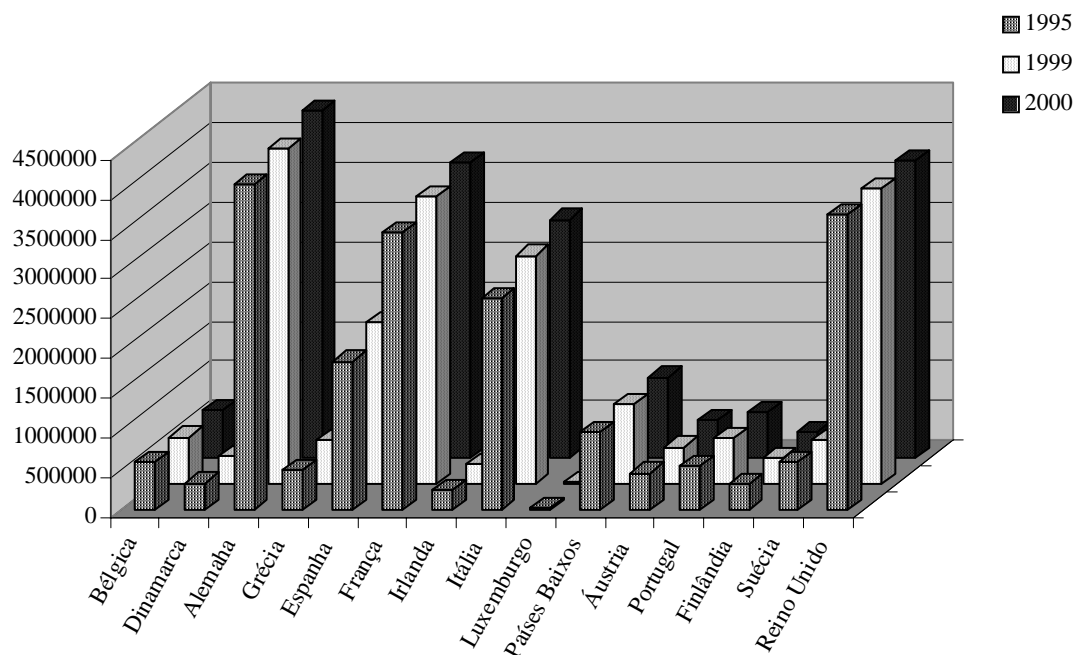
Os países que registarão, segundo esta previsão, um aumento deste total serão a Alemanha com 231.199 crianças, os Países Baixos com 100.878 crianças, a Suécia com 87.669 crianças, a Dinamarca com 62.029 crianças e o Luxemburgo com 8.586 crianças.

Total de Crianças, entre os 0-4 anos, a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2000

	1995	1999	2000
Europa dos 15	20451541	21162942	21821296
Bélgica	595103	585791	594443
Dinamarca	331744	357488	360400
Alemanha	4093153	4222628	4381162
Grécia	499009	558192	585055
Espanha	1869503	2040937	2155221
França	3493962	3618975	3732626
Irlanda	248318	240913	245193
Itália	2662872	2878348	3010807
Luxemburgo	26290	28275	28743
Países Baixos	982860	1004103	1018442
Áustria	457581	462657	470493
Portugal	538723	564295	584760
Finlândia	325715	328897	331072
Suécia	598843	553866	558926
Reino Unido	3727865	3717577	3763953

Fonte: Eurostat

Total de Crianças, entre os 0-4 anos, a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2000



O total de crianças a viverem em lares parentais, entre os 0-4 anos, na Europa dos 15, entre 1995-2000, aumentou na ordem das 1.369.755 crianças. A Itália, a França, a Grécia, Portugal e a Dinamarca também aumentaram os seus valores: 347.935 crianças, 238.664 crianças, 86.046 crianças, 46.037 crianças e 28.656 crianças respectivamente.

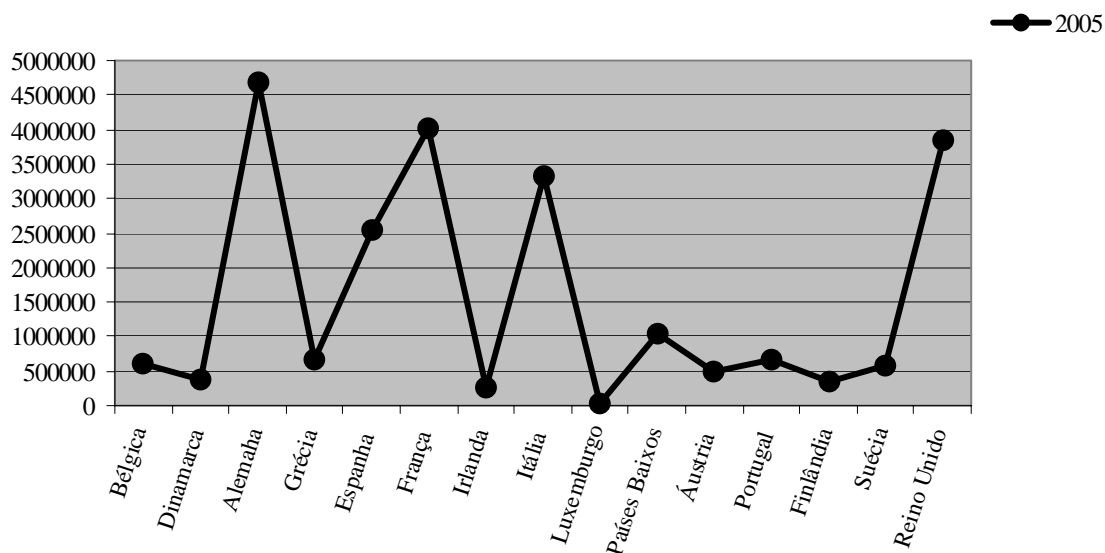
Ocorreram igualmente diminuições destes valores, concretamente na Suécia em 39.917 crianças, na Irlanda no valor de 3.125 crianças e na Bélgica em 660 crianças.

Previsão para 2005 do Total de Crianças, entre os 0-4 anos, a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15

	2000	2005
Europa dos 15	21821296	23438210
Bélgica	594443	618945
Dinamarca	360400	363471
Alemanha	4381162	4669812
Grécia	585055	668473
Espanha	2155221	2531595
França	3732626	4016732
Irlanda	245193	266438
Itália	3010807	3320640
Luxemburgo	28743	30115
Países Baixos	1018442	1044561
Áustria	470493	490678
Portugal	584760	659640
Finlândia	331072	333466
Suécia	558926	591020
Reino Unido	3763953	3832624

Fonte: Eurostat

Previsão para 2005 do Total de Crianças, entre os 0-4 anos, a viverem em Lares Parentais na Europa dos 15



A previsão para 2005 quanto ao total de crianças entre os 0 e os 4 anos a viverem em lares parentais, na Europa dos 15, será de 1.616.914 crianças (entre 2000-2005). A Alemanha registrará um possível aumento de 288.650 crianças, seguindo-se a França com um possível aumento na ordem das 284.106 crianças, a Espanha com

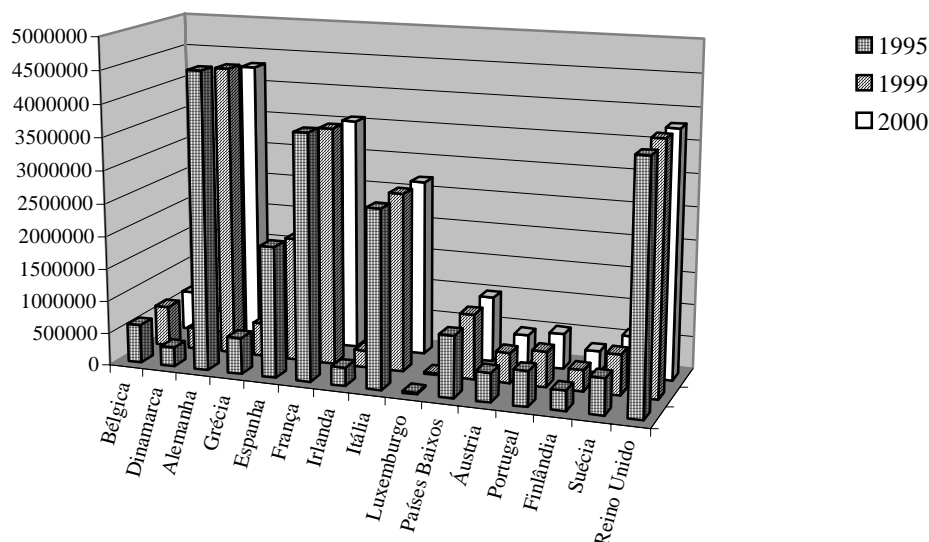
376.374 crianças, a Itália com 309.833 crianças, a Grécia também com um possível aumento de 83.418 crianças, Portugal com 74.880 crianças e a Suécia com um possível aumento na ordem das 32.094 crianças.

Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, entre os 5-9 anos, na Europa dos 15, entre 1995-2000

	1995	1999	2000
Europa dos 15	21254944	21164958	20924772
Bélgica	587568	614704	609050
Dinamarca	289514	331426	340575
Alemanha	4541894	4431130	4312363
Grécia	552745	516323	512869
Espanha	2002030	1896303	1873132
França	3732927	3622967	3567530
Irlanda	280643	256465	250478
Itália	2705086	2722971	2702801
Luxemburgo	23766	27825	28620
Países Baixos	939132	990121	998142
Áustria	447800	461749	464081
Portugal	533326	540738	540662
Finlândia	310650	325553	327176
Suécia	553831	617075	612212
Reino Unido	3754032	3809608	3785081

Fonte: Eurostat

Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, entre os 5-9 anos, na Europa dos 15, entre 1995-2000



Na Europa dos 15, entre 1995-2000, o total de crianças entre os 5 e os 9 anos a viverem em lares parentais diminuiu em 330.172 crianças. Seguindo esta tendência, destacam-se os seguintes países: a França (165.397 crianças), a Espanha (128.898 crianças), a Grécia (39.876 crianças) e a Irlanda (30.165 crianças).

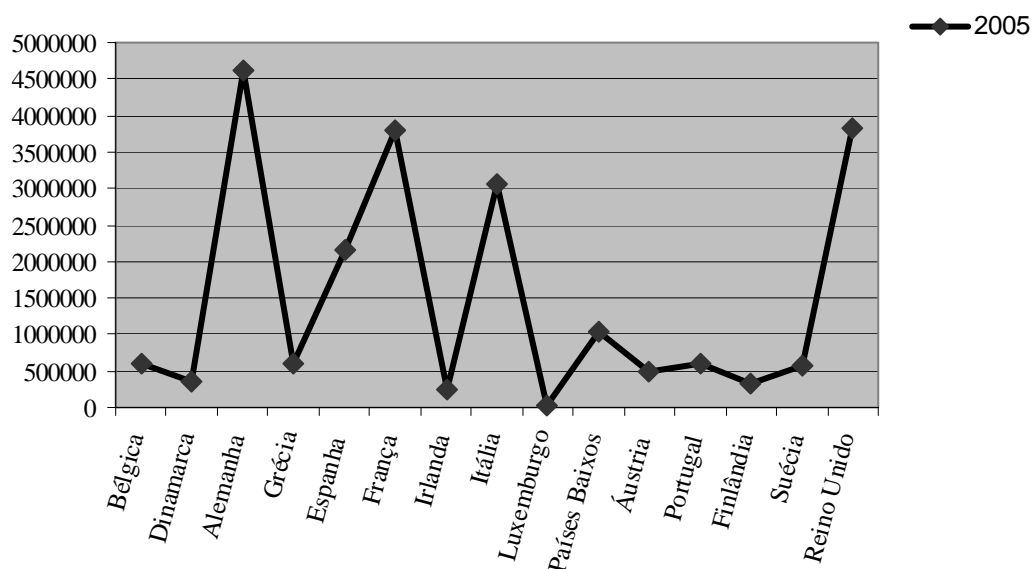
Foram também verificados aumentos destes totais nos seguintes países: nos Países Baixos (59.010 crianças), na Suécia (58.381 crianças), na Dinamarca (51.061 crianças), no Reino Unido (31.049 crianças), na Bélgica (21.482 crianças), em Portugal (7.336 crianças) e no Luxemburgo (4.854 crianças).

Previsão para 2005 do Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, entre os 5-9 anos, na Europa dos 15

	2000	2005
Europa dos 15	20924772	22352795
Bélgica	609050	606835
Dinamarca	340575	367681
Alemanha	4312363	4616755
Grécia	512869	599440
Espanha	1873132	2163205
França	3567530	3797689
Irlanda	250478	247619
Itália	2702801	3067093
Luxemburgo	28620	30900
Países Baixos	998142	1041715
Áustria	464081	481725
Portugal	540662	593711
Finlândia	327176	333214
Suécia	612212	574253
Reino Unido	3785081	3830960

Fonte: Eurostat

Previsão para 2005 do Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, entre os 5-9 anos, na Europa dos 15



A previsão para 2005 do total de crianças entre os 5 e os 9 anos a viverem em lares parentais na Europa dos 15 regista um possível aumento de 1.428.023 crianças, destacando-se a Itália com mais 364.292 crianças, a Alemanha com possivelmente um aumento na ordem das 304.392 crianças, a Espanha com mais 290.073 crianças, a Grécia com mais 86.571 crianças e Portugal com mais 53.049 crianças.

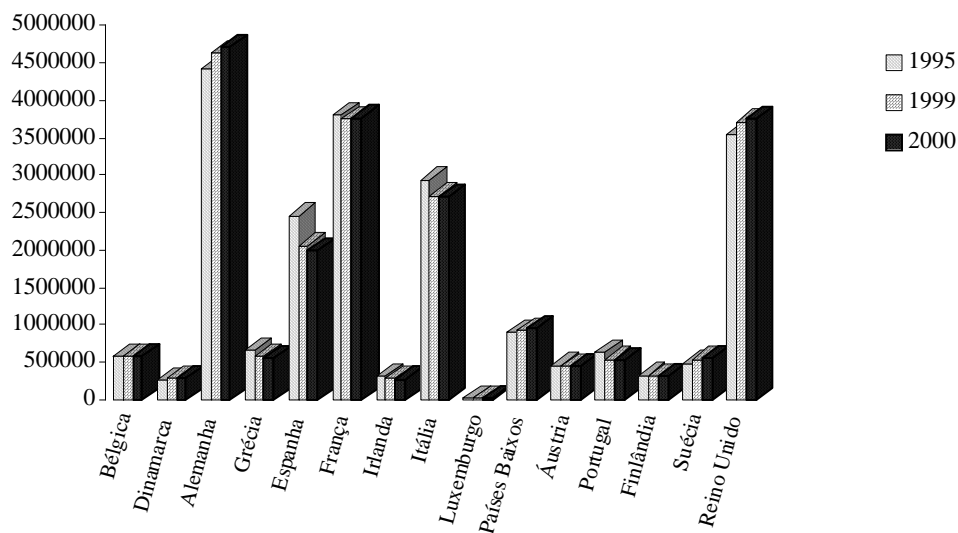
Os únicos dois países que possivelmente registarão uma diminuição serão a Suécia com menos 37.959 crianças e a Bélgica com menos 2.215 crianças, comparativamente com o ano de 2000.

Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, entre 10-14 anos, na Europa dos 15, entre 1995-2000

	1995	1999	2000
Europa dos 15	21859711	21406265	21481194
Bélgica	587926	579289	585740
Dinamarca	269135	283581	293359
Alemanha	4418623	4623209	4709370
Grécia	666561	574658	558460
Espanha	2461277	2057635	1991484
França	3801010	3758407	3768927
Irlanda	324009	285544	277686
Itália	2942051	2730333	2715349
Luxemburgo	22270	24789	25698
Países Baixos	894285	935955	952247
Áustria	459993	449654	450037
Portugal	641430	544065	532524
Finlândia	324848	312360	310967
Suécia	491737	538239	560209
Reino Unido	3554556	3708547	3749137

Fonte: Eurostat

Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, entre os 10-14 anos, na Europa dos 15, entre 1995-2000



Este gráfico relativo ao total de crianças entre os 10 e os 14 anos a viverem em lares parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2000, registou uma diminuição na ordem das 378.517 crianças. Os países que seguiram esta tendência foram a Espanha com menos 469.793 crianças, Portugal com menos 108.906 crianças, a Grécia com uma

diminuição dos seus valores em 108.101 crianças e a Irlanda com menos 46.323 crianças.

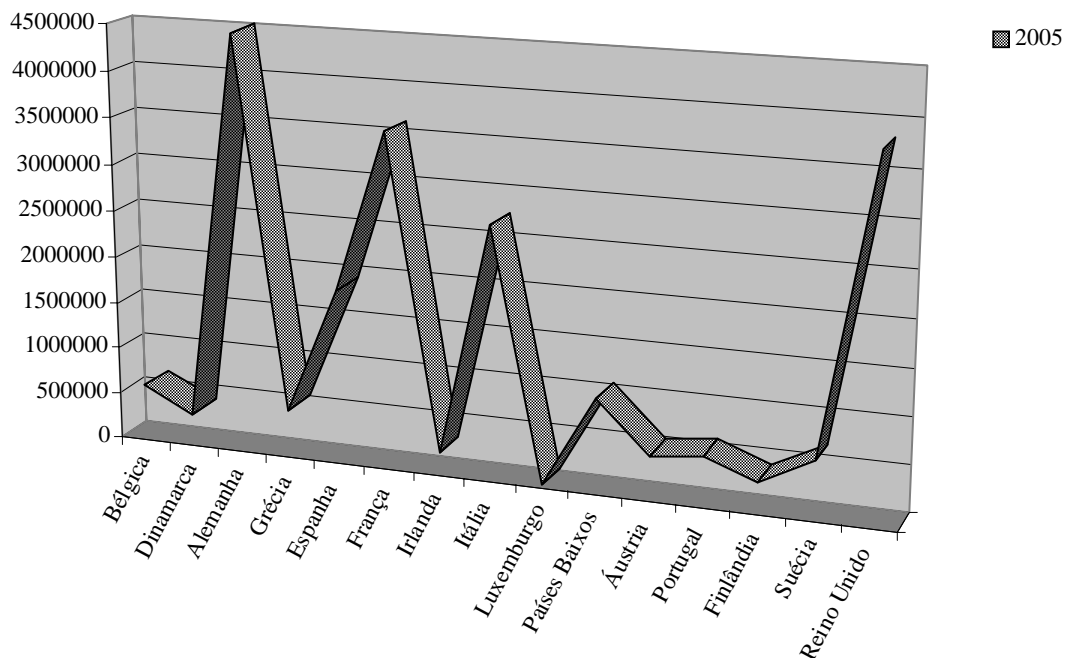
Os países que registaram um aumento deste total de crianças segundo este grupo de idades foram: a Alemanha com 290.747 crianças, o Reino Unido com 194.581 crianças, a Suécia com 68.472 crianças, os Países Baixos com 57.962 crianças, a Dinamarca com 24.224 crianças e o Luxemburgo com 3.428 crianças.

Previsão para 2005 do Total de Crianças que vivem em Lares Parentais, entre os 10-14 anos, na Europa dos 15

	2000	2005
Europa dos 15	21481194	21169250
Bélgica	585740	608185
Dinamarca	293359	343445
Alemanha	4709370	4480642
Grécia	558460	522045
Espanha	1991484	1872970
França	3768927	3583052
Irlanda	277686	247839
Itália	2715349	2715693
Luxemburgo	25698	30114
Países Baixos	952247	1016860
Áustria	450037	470381
Portugal	532524	545859
Finlândia	310967	327955
Suécia	560209	619787
Reino Unido	3749137	3784423

Fonte: Eurostat

Previsão para 2005 do Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, entre os 10-14 anos, na Europa dos 15



A previsão para 2005 do total de crianças a viverem em lares parentais na Europa dos 15, entre os 10 e os 14 anos, regista uma diminuição ligeira, nomeadamente de 311.944 crianças. Os países que também registarão uma possível diminuição serão a Alemanha com menos 228.728 crianças, a França com menos 185.875 crianças, a Espanha com uma possível diminuição de 118.514 crianças, a Grécia com menos 36.415 crianças e a Irlanda com menos 29.847 crianças.

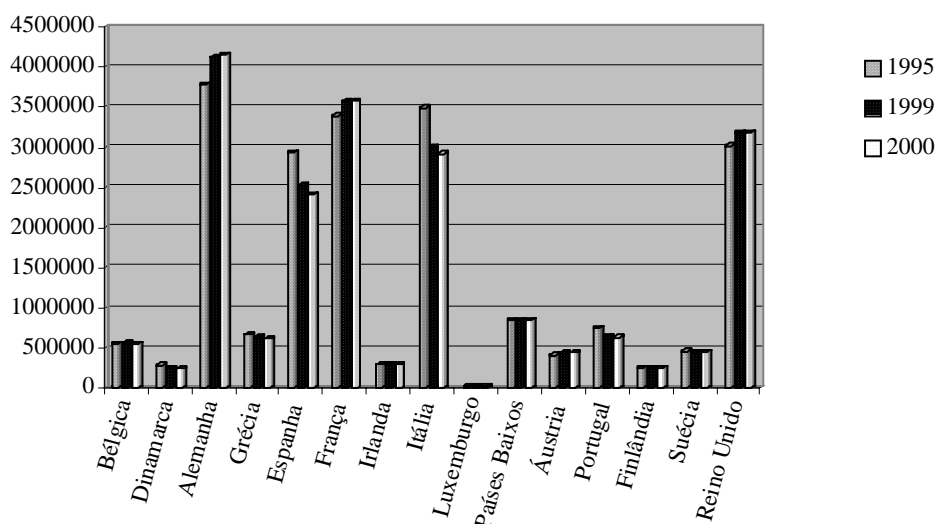
Os aumentos deste grupo de crianças ocorrerão em países como os Países Baixos com mais 64.613 crianças, a Suécia com mais 59.578 crianças, a Dinamarca com um possível aumento na ordem das 50.086 crianças, Portugal com mais 13.335 crianças e o Luxemburgo com um possível aumento na ordem das 4.416 crianças.

Total de Jovens a viverem em Lares Parentais, entre os 15-19 anos, na Europa dos 15, entre 1995-2000

	1995	1999	2000
Europa dos 15	21160816	20794673	20599956
Bélgica	553066	555003	547968
Dinamarca	284806	246286	240549
Alemanha	3790233	4123428	4157958
Grécia	663772	633391	615647
Espanha	2938824	2526324	2419685
França	3392718	3577087	3576220
Irlanda	287432	296783	287407
Itália	3493600	2994313	2925391
Luxemburgo	20115	22662	23029
Países Baixos	846258	848334	851657
Áustria	408154	431760	435732
Portugal	752199	652960	632233
Finlândia	252699	251557	251760
Suécia	454582	446417	446710
Reino Unido	3022358	3188368	3188010

Fonte: Eurostat

Total de Jovens a viverem em Lares Parentais, entre os 15-19 anos, na Europa dos 15, entre 1995-2000



O total de jovens entre os 15 e os 19 anos a viverem em lares parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2000, registou uma diminuição na ordem dos 560.860 jovens. Os países que demonstraram uma queda mais significativa quanto aos seus valores foram a Itália com menos 568.209 jovens, a Espanha com uma diminuição na ordem dos 519.139 jovens, Portugal com menos 119.966 jovens, a Grécia com uma

diminuição registada em 48.125 jovens e a Dinamarca com menos 44.257 jovens relativos a este grupo de idades.

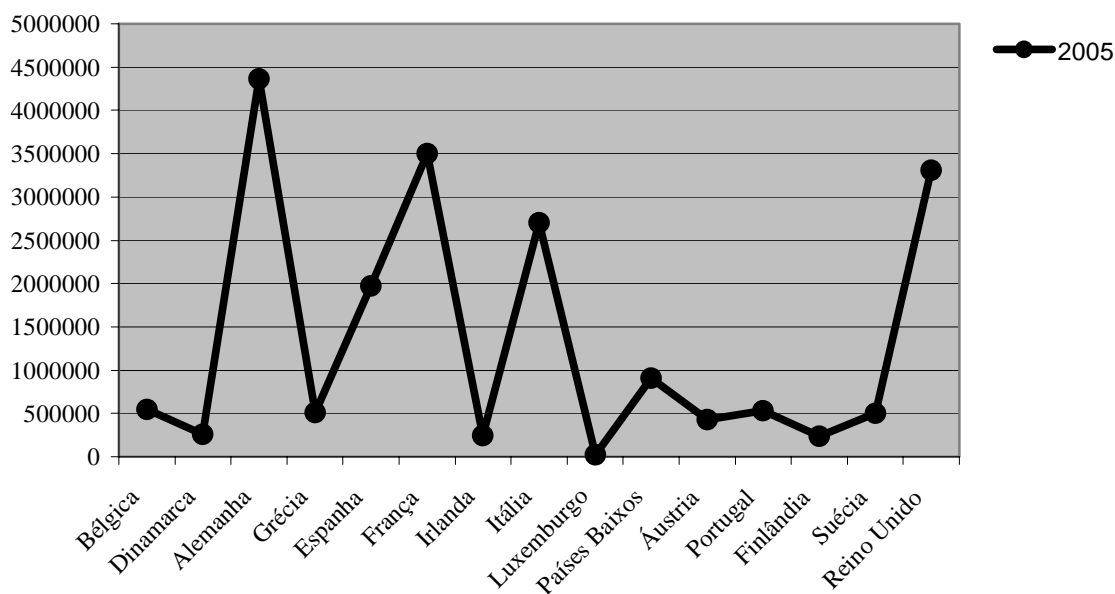
Na Alemanha, na França, no Reino Unido, na Áustria, nos Países Baixos e no Luxemburgo registou-se uma aumento destes valores em: 367.725 jovens, 183.502 jovens, 165.652 jovens, 27.578 jovens, 5.399 jovens e 2.914 jovens respectivamente.

Previsão para 2005 do Total de Jovens a viverem em Lares Parentais, entre os 15-19 anos, na Europa dos 15

	2000	2005
Europa dos 15	20599956	20034650
Bélgica	547968	547711
Dinamarca	240549	258354
Alemanha	4157958	4363624
Grécia	615647	512362
Espanha	2419685	1969608
França	3576220	3498123
Irlanda	287407	246444
Itália	2925391	2700214
Luxemburgo	23029	25451
Países Baixos	851657	904884
Áustria	435732	427498
Portugal	632233	529692
Finlândia	251760	235178
Suécia	446710	504858
Reino Unido	3188010	3310649

Fonte: Eurostat

Previsão para 2005 do Total de Jovens a viverem em Lares Parentais, entre os 15-19 anos, na Europa dos 15



Em 2005, a previsão quanto ao total de jovens entre os 15-19 anos a viverem em lares parentais, na Europa dos 15, regista uma possível diminuição na ordem dos 565.306 jovens, destacando-se países como a Espanha com menos 450.077 jovens, a Grécia com menos 103.285 jovens, Portugal com uma redução dos seus números na ordem dos 102.541 jovens e a Irlanda com menos 40.963 jovens.

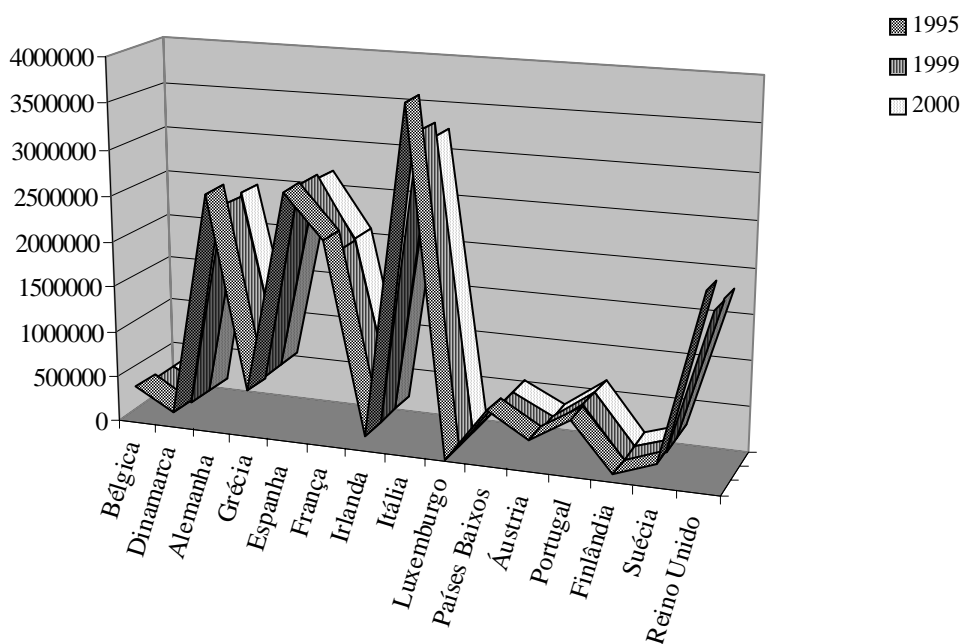
Neste ano também poderão registar-se aumentos relativos a este total de jovens para países como a Alemanha com mais 2.056.066 jovens, a Suécia com um possível aumento na ordem dos 58.148 jovens, os Países Baixos com mais 53.227 jovens e a Dinamarca com mais 17.805 jovens.

Total de Adultos a viverem em Lares Parentais, entre os 20-24 anos, na Europa dos 15, entre 1995-2000

	1995	1999	2000
Europa dos 15	16556625	15204588	15047863
Bélgica	403494	361577	359485
Dinamarca	158622	140925	135084
Alemanha	2615705	2393495	2426302
Grécia	518252	534421	539914
Espanha	2709919	2696112	2655166
França	2238684	2025539	2035577
Irlanda	166780	175972	184117
Itália	3739118	3353478	3205487
Luxemburgo	16313	15985	16225
Países Baixos	599975	518003	516723
Áustria	349700	295067	289704
Portugal	615508	623590	613215
Finlândia	85567	88976	87911
Suécia	252781	221801	217285
Reino Unido	2086207	1759647	1765668

Fonte: Eurostat

Total de Adultos a viverem em Lares Parentais, entre 20-24 anos, na Europa dos 15, entre 1995-2000



Na Europa dos 15, entre 1995-2000, o total de adultos a viverem em lares parentais diminuiu na ordem dos 1.508.762 adultos. Fazem parte desta diminuição os seguintes países: a Itália (533.631 adultos), os Países Baixos (83.252 adultos), a Áustria (59.996 adultos), a Bélgica (44.009 adultos) e a Suécia (35.496 adultos).

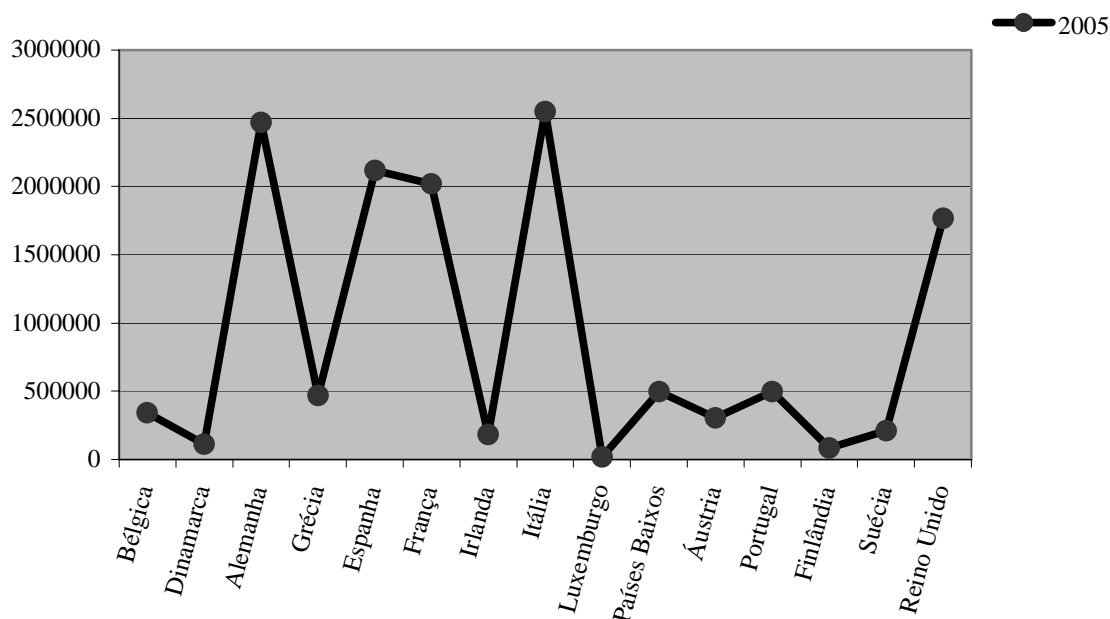
Os aumentos relativos a este total de adultos a viverem em lares parentais, segundo o grupo de idades entre os 20-24 anos, foram mais significativos na Grécia (21.662 adultos) e na Irlanda (17.337 adultos).

Previsão para 2005 do Total de Adultos a viverem em Lares Parentais, entre os 20-24 anos, na Europa dos15

	2000	2005
Europa dos 15	15047863	13645025
Bélgica	359485	343354
Dinamarca	135084	111549
Alemanha	2426302	2471793
Grécia	539914	468930
Espanha	2655166	2118774
França	2035577	2018309
Irlanda	184117	183006
Itália	3205487	2551306
Luxemburgo	16225	16753
Países Baixos	516723	499093
Áustria	289704	302403
Portugal	613215	497383
Finlândia	87911	84356
Suécia	217285	209825
Reino Unido	1765668	1768191

Fonte: Eurostat

Previsão para 2005 do Total de Adultos a viverem em Lares Parentais, entre os 20-24 anos, na Europa dos 15



Na Europa dos 15, a previsão para 2005 quanto total de adultos entre os 20 e os 24 anos a viverem em lares parentais será de uma diminuição em 1.402.838 adultos.

Desta diminuição fazem parte países como a Itália (654.181 adultos), a Espanha (536.392 adultos), Portugal (115.832 adultos), a Grécia (70.984 adultos) e a Suécia (7.460 adultos).

A tendência contrária à anteriormente mencionada foi prevista para a Alemanha (45.491 adultos), a Áustria (12.699 adultos), o Reino Unido (2.523 adultos) e o Luxemburgo (528 adultos).

Distribuição dos Agregados Familiares, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)

A distribuição dos agregados familiares (em %) na Europa dos 15 faz parte de uma amostra seleccionada pela fonte de informação Eurostat, pelo que os dados em percentagem que irão ser apresentados referem-se a esta mesma amostra. É de salientar que não se encontram disponíveis, segundo a fonte do Eurostat, informações relativas ao ano de 1988 para qualquer uma destas categorias de famílias.

A amostra seleccionada pela fonte de informação Eurostat é constituída da seguinte forma:

Número de Agregados Familiares na Amostra

Agregados Familiares	1988	1994	1999
1 Pessoa	:	28047	33336
1 Pessoa com crianças dependentes	:	8160	6687
2 Adultos	:	36640	45354
2 Adultos com crianças dependentes	:	53470	50647
3 Adultos	:	8266	12415
3 Adultos com crianças dependentes	:	6848	8765

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

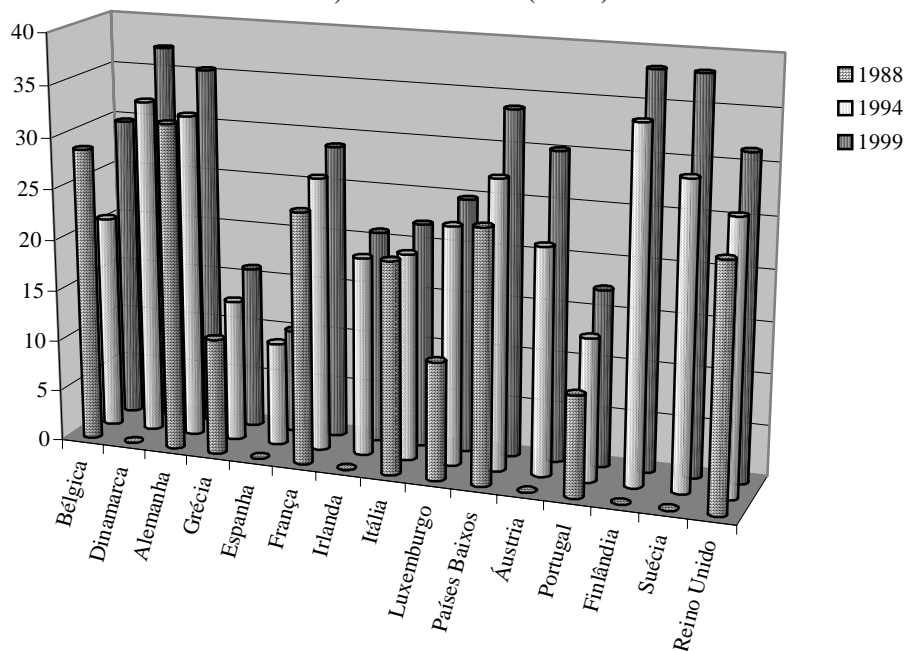
Distribuição dos Agregados Familiares com Uma Pessoa, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)

	1988	1994	1999
Europa dos 15	:	25,08	28,49
Bélgica	28,75	20,92	29,69
Dinamarca	:	32,79	37,25
Alemanha	31,85	31,73	35,36
Grécia	11,34	13,87	16
Espanha	:	10,12	10,12
França	24,55	26,77	28,86
Irlanda	:	19,43	20,82
Itália	20,7	20,21	22,02
Luxemburgo	11,51	23,28	24,81
Países Baixos	24,67	28,18	33,72
Áustria	:	22,16	30,15
Portugal	9,86	13,93	17,3
Finlândia	:	34,34	38,3
Suécia	:	29,63	38,24
Reino Unido	23,72	26,52	31,41

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Distribuição dos Agregados Familiares com Uma Pessoa, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)



Este gráfico relativo à distribuição dos agregados familiares com uma pessoa, na Europa dos 15, demonstra que houve um aumento deste tipo de agregados familiares nos países europeus em 3,41 %, entre 1994 e 1999 (não existem dados disponíveis em 1988). Os países onde se registaram aumentos mais significativos entre 1988-1999 foram: o Luxemburgo com 13,3 %, os Países Baixos com 9,05 %, a Suécia com 8,61 % (entre 1994 e 1999), o Reino Unido com 7,69 % e Portugal com 7,44 %. A Espanha foi o único país que manteve os mesmos valores entre 1994 e 1999: 10,2 %.

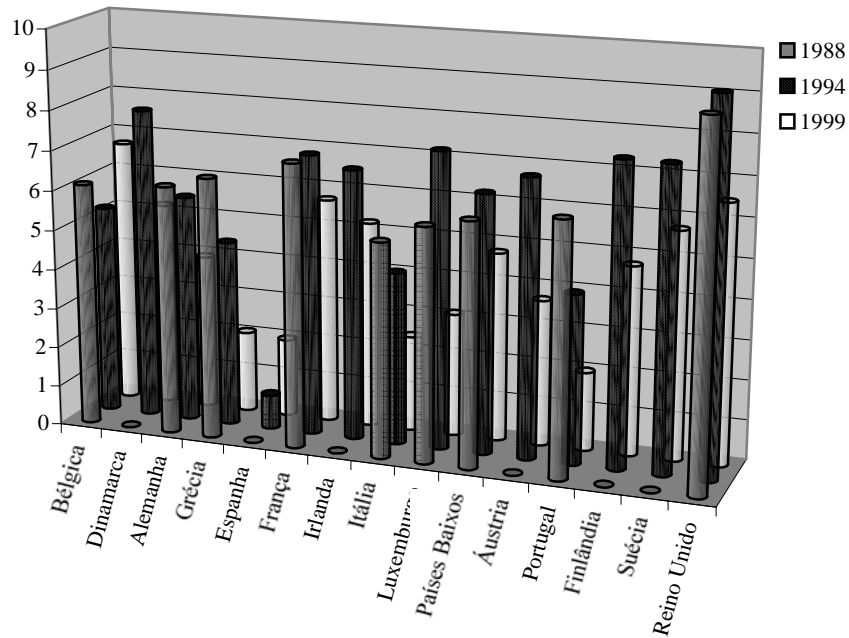
Distribuição dos Agregados Familiares com Um Pai/Mãe com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)

	1988	1994	1999
Europa dos 15	:	6,03	4,38
Bélgica	6,12	5,26	6,68
Dinamarca	:	7,83	5,17
Alemanha	6,25	5,73	3,92
Grécia	6,55	4,68	2,05
Espanha	:	0,86	1,97
França	7,1	7,06	5,69
Irlanda	:	6,78	5,2
Itália	5,38	4,33	2,41
Luxemburgo	5,86	7,42	3,1
Países Baixos	6,09	6,48	4,75
Áustria	:	6,97	3,67
Portugal	6,33	4,25	1,98
Finlândia	:	7,57	4,75
Suécia	:	7,55	5,72
Reino Unido	8,99	9,27	6,49

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Distribuição dos Agregados Familiares com Um Pai/Mãe com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)



Este gráfico apresenta a distribuição dos agregados familiares com um pai/mãe com crianças dependentes (em %), na Europa dos 15, entre 1988-1999. Podemos verificar que a tendência da Europa dos 15 foi de diminuição, nomeadamente de 1,65%, entre 1994 e 1999. Os países que registaram uma diminuição deste tipo de agregados familiares, entre 1988 e 1999, foram: a Grécia com 4,5 %, Portugal com 4,35 %, a Áustria com 3,33 % (entre 1994 e 1999), a Itália com 2,97 %, a Finlândia com 2,82 % (apenas entre 1994 e 1999, pois em 1988 não existiam valores disponíveis), o Luxemburgo com 2,76 %, a Alemanha com 2,33 % e a Suécia com 1,83 % (apenas entre 1994 e 1999, pois em 1988 não existiam valores disponíveis). A única exceção foi a Bélgica, na qual se registou um aumento de 0,56 % da distribuição dos agregados familiares com um pai/mãe com crianças dependentes, entre 1990-2003.

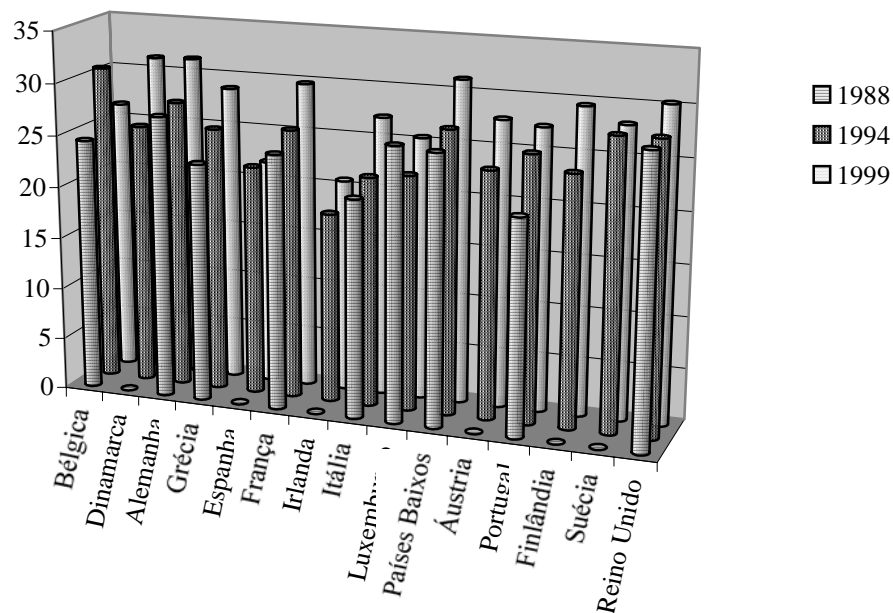
Distribuição dos Agregados Familiares com Dois Adultos, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)

	1988	1994	1999
Europa dos 15	:	26,06	28,96
Bélgica	24,4	30,67	26,42
Dinamarca	:	25,27	31,25
Alemanha	27,28	27,88	31,39
Grécia	23,07	25,59	28,76
Espanha	:	22,22	21,86
França	24,62	26,09	29,74
Irlanda	:	18,36	20,67
Itália	21,08	22,21	27,1
Luxemburgo	26,37	22,73	25,43
Países Baixos	26,05	27,36	31,22
Áustria	:	23,87	27,75
Portugal	20,82	25,69	27,34
Finlândia	:	24,21	29,56
Suécia	:	27,97	28,13
Reino Unido	27,84	28,02	30,31

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Distribuição dos Agregados Familiares com Dois Adultos, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)



A distribuição dos agregados familiares com dois adultos, na Europa dos 15, registou um aumento de 2,9 %, nomeadamente entre 1994 e 1999 (não existem dados disponíveis em 1988). Os aumentos mais significativos entre 1988 e 1999 ocorreram em Portugal, com 6,52 %, na Itália, com 6,02 %, na Dinamarca, com 5,98 % (entre 1994 e 1999), na Grécia, com 5,69%, na Finlândia, com 5,35 % (entre 1994 e 1999) e na França, com 5,12 %. As únicas exceções são a Espanha e o Luxemburgo, uma vez que registaram uma diminuição destes valores: o Luxemburgo com uma descida de 0,94 % entre 1988 e 1999 e a Espanha com uma descida de 0,36 % entre 1994 e 1999.

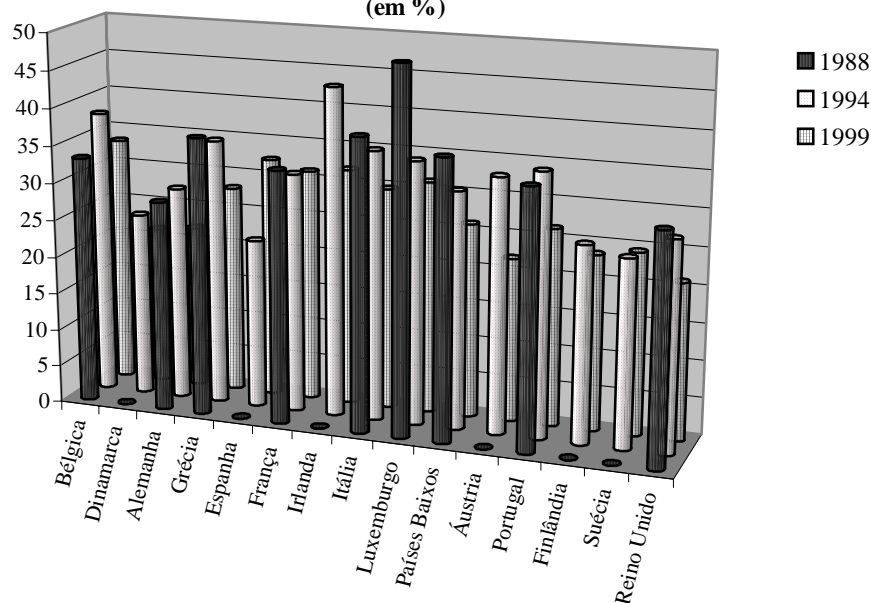
Distribuição dos Agregados Familiares com Dois Adultos com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)

	1988	1994	1999
Europa dos 15	:	30,47	26,24
Bélgica	33,25	38,09	33,28
Dinamarca	:	24,72	21,33
Alemanha	28,26	28,79	22,07
Grécia	37,23	35,66	28,06
Espanha	:	22,67	32,37
França	33,89	32,14	31,26
Irlanda	:	43,96	31,91
Itália	39,08	36,11	29,83
Luxemburgo	48,73	35,22	31,22
Países Baixos	37,39	31,78	26,07
Áustria	:	34,09	21,99
Portugal	34,65	35,24	26,49
Finlândia	:	26,32	23,59
Suécia	:	25,13	24,43
Reino Unido	30,63	28,1	21,03

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Distribuição dos Agregados Familiares com Dois Adultos com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)



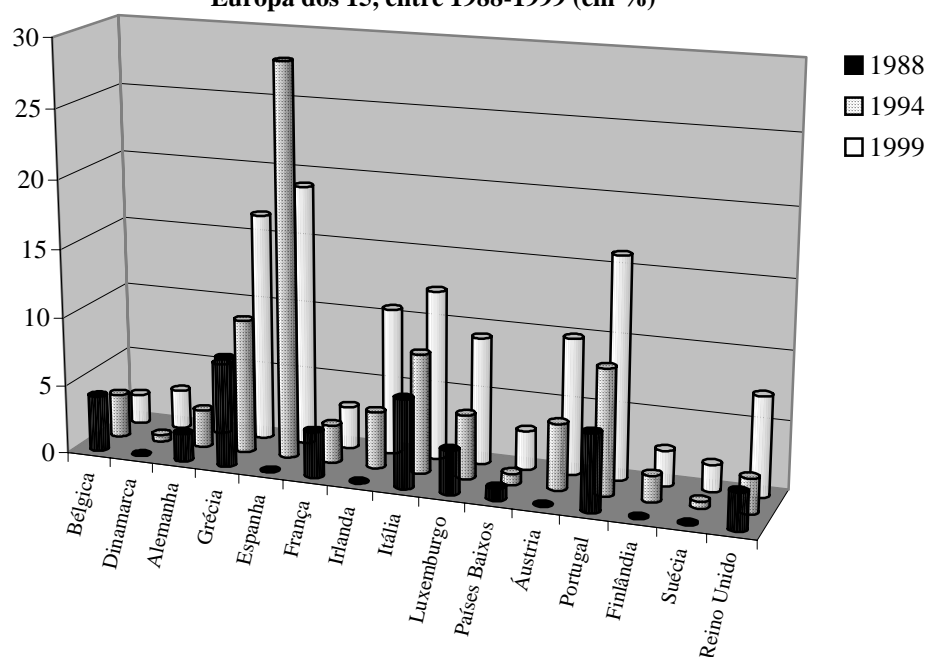
A distribuição dos agregados familiares com dois adultos com crianças dependentes, na Europa dos 15, entre 1994 e 1999 registou uma descida de 4,23 % (não existem dados disponíveis em 1988). Entre 1988-1999, as descidas mais significativas foram observadas no Luxemburgo com 17,51 %, na Áustria com 12,1 %, na Irlanda com 12,05 % (1994 e 1999), nos Países Baixos com 11,32 %, no Reino Unido com 9,6 %, na Itália com 9,25 %, na Grécia com 9,17 % e em Portugal com 8,16 %. Os países que mostram um aumento desta distribuição de agregados são a Espanha com 9,7 % (entre 1994 e 1999) e a Bélgica com 0,03 % (entre 1988-1999).

Distribuição dos Agregados Familiares com Três ou mais Adultos, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)

	1988	1994	1999
Europa dos 15	:	5,87	7,66
Bélgica	4,07	3,17	2,15
Dinamarca	:	0,49	2,85
Alemanha	2,03	2,74	5,22
Grécia	7,92	9,77	16,65
Espanha	:	28,53	19,02
França	3,33	2,77	3,09
Irlanda	:	4,12	10,67
Itália	6,48	8,69	12,32
Luxemburgo	3,18	4,66	9,26
Países Baixos	0,88	0,79	2,84
Áustria	:	4,81	9,92
Portugal	5,6	9,13	16,12
Finlândia	:	1,91	2,58
Suécia	:	0,48	1,97
Reino Unido	2,7	2,53	7,25

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Distribuição dos Agregados Familiares com Três ou mais Adultos, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)



Este gráfico refere-se à distribuição dos agregados familiares com três ou mais adultos, na Europa dos 15, entre 1988-1999. A Europa dos 15, entre 1994 e 1999, apresenta um aumento de 1,79% (em 1988 não existem dados disponíveis). Relativamente a estes países, entre 1988-1999, o aumento mais significativo deu-se em Portugal com 10,52 %, seguindo-se a Grécia com 8,73 %, a Irlanda com 6,55 % (entre 1994 e 1999), o Luxemburgo com 6,08 %, a Itália com 5,84 %, a Áustria com 5,11 % (entre 1994 e 1999) e o Reino Unido, com 4,55 %. Os países que registaram uma descida desta distribuição foram a Espanha com 9,51 % (entre 1994 e 1999), a Bélgica com 1,92 % e a França com 0,24 %, entre 1988-1999.

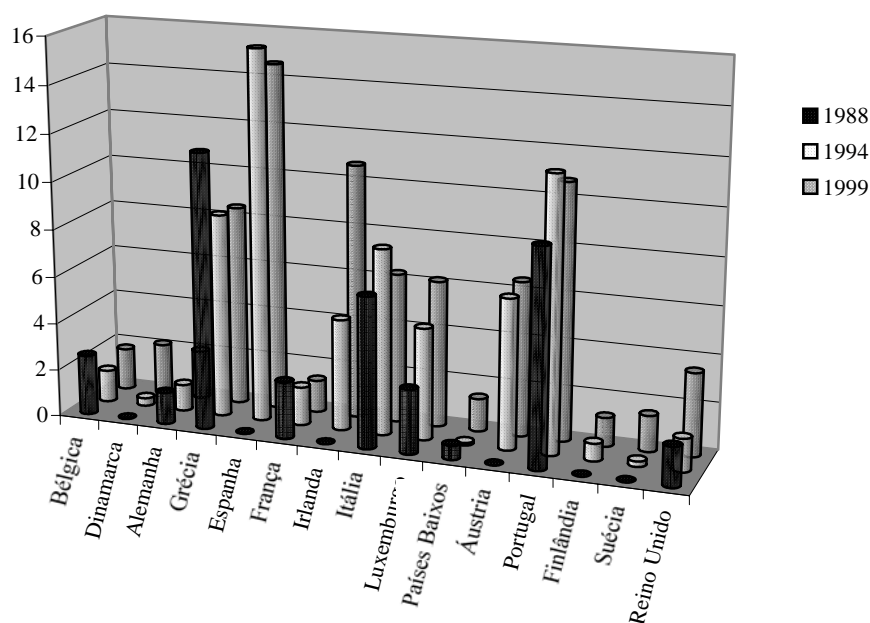
Distribuição dos Agregados Familiares com Três ou mais Adultos com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)

	1988	1994	1999
Europa dos 15	:	3,86	4,27
Bélgica	2,55	1,35	1,77
Dinamarca	:	0,33	2,15
Alemanha	1,34	1,12	2,05
Grécia	11,6	8,61	8,49
Espanha	:	15,61	14,66
França	2,4	1,63	1,36
Irlanda	:	4,7	10,73
Itália	6,36	7,84	6,32
Luxemburgo	2,71	4,72	6,18
Países Baixos	0,59	0,11	1,39
Áustria	:	6,33	6,52
Portugal	9,08	11,52	10,78
Finlândia	:	0,74	1,22
Suécia	:	0,23	1,52
Reino Unido	1,67	1,39	3,51

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Distribuição dos Agregados Familiares de Três ou mais Adultos com Crianças Dependentes, entre 1988-1999, na Europa dos 15 (em %)



A distribuição dos agregados familiares com três ou mais adultos com crianças dependentes, entre 1998-1999, apresentou uma tendência de aumento. Na Europa dos 15, entre 1994 e 1999, registou-se um aumento de 0,41 %. Os países que registaram aumentos, entre 1988-1999, foram o Luxemburgo com um aumento de 3,47 %, o Reino Unido com 1,84 %, Portugal com 1,7 % e a Suécia com 1,29 % (entre 1994 e 1999). As diminuições mais significativas foram sentidas na Grécia, com 3,11 %, na França, com 1,04 %, na Espanha, com 0,95 % (entre 1994 e 1999), na Bélgica, com 0,78 % e na Itália, com 0,04 %, entre 1988-1999.

Capítulo IV

4. Fecundidade na Europa dos 15

Desde o início da sociedade moderna, forças sociais e económicas distintas têm contribuído para o declínio da fecundidade. Estas forças incluem o avanço das decisões racionais da educação pelas famílias, mudanças nos benefícios e custos das crianças e no aparecimento de novos papéis económicos para as mulheres.

A “transição demográfica”, que caracterizou as sociedades industriais no final do século XVIII e no século XIX (Sleeboos, Joëlle E., 2003), foi principalmente motivada pela baixa mortalidade infantil, possibilitando a um maior número de crianças o alcance da fase adulta das suas vidas. Outros factores que contribuíram para o declínio da fecundidade foram: o controle da fecundidade, o que se traduziu no declínio de uma gravidez indesejada em idades mais avançadas e numa diminuição da gravidez em mães muito jovens; e a transição de uma sociedade predominantemente rural e agrícola para uma sociedade urbana e industrial, em que as crianças passam a ser menos importantes como fontes de trabalho para o negócio da família.

O declínio da fecundidade a longo prazo inverteu a sua tendência com o final da Segunda Guerra Mundial, aumentando significativamente a fecundidade em muitos países da OCDE. O fenómeno “baby boom” que os países desenvolvidos viveram neste período representou uma recuperação parcial dos nascimentos que não tinham ocorrido durante os anos da Guerra (*Idem*). Pelo final dos anos cinquenta, contudo, esta recuperação iria terminar e as taxas de fecundidade iniciariam a sua descida.

No início de 1990, as taxas de fecundidade tinham chegado a níveis bastante baixos quanto ao nível de substituição das gerações em vários países europeus e não europeus. Hoje em dia, o grande grupo de mulheres do “baby boom” está perto do final do seu ciclo reprodutivo, enquanto que os grupos de mulheres que nasceram no final dos anos sessenta e inícios dos anos setenta estão a iniciar o período em que provavelmente terão filhos. Num futuro próximo, a maioria dos países da OCDE será

confrontada com um grupo de mulheres muito mais pequeno de idade reprodutiva, ao mesmo tempo que o número de crianças por mulher também está a descer.

Alguns autores têm-se referido a esta experiência mais recente como “segunda transição demográfica” (*Idem*). Alguns factores são considerados responsáveis por esta segunda transição, nomeadamente: a emergência de novos papéis económicos para as mulheres e as mudanças do comportamento social e demográfico, sendo estas influenciadas por valores individuais de auto-realização; a satisfação com as preferências pessoais e a liberdade das forças tradicionais de autoridade, particularmente a religião. Estas mudanças socioeconómicas, por sua vez, têm sido conciliadas com a difusão de métodos de contraceção mais eficientes e com o adiamento do casamento e da parentalidade.

Independentemente das suas determinantes, as actuais taxas de fecundidade em muitos países da OCDE são tão baixas que acabam por não ser representativas de um equilíbrio a longo prazo (*Idem*). Assim, a fecundidade é hoje em dia baixa em países onde foi tradicionalmente mais alta (por exemplo, os países do Sul da Europa), e é mais alta em alguns países da OCDE (por exemplo, os países nórdicos), onde o oposto ocorria algumas décadas atrás (*Idem*).

Como consequência dos declínios observados na maioria dos países da OCDE, as taxas de fecundidade atingiram níveis que se encontram substancialmente abaixo dos níveis necessários para assegurar a substituição das gerações. Os actuais níveis de fecundidade, tais como os que se registam em diversos países da Europa do Sul e Continental, implicam que a população destes países possa diminuir para cerca de um terço do nível actual em tão pouco tempo como um século.

A pequena população pode reduzir as pressões humanas sobre o ambiente e recursos naturais. Contudo, as taxas de fecundidade inferiores aos valores necessários para assegurar a substituição de gerações podem acarretar efeitos sociais e económicos desfavoráveis.

Em geral, estes efeitos negativos ocorrem sobretudo por mudanças na estrutura da população, mais propriamente do que reduções no seu tamanho. Estas mudanças na estrutura da população são frequentemente descritas como um aumento do rácio de dependência, ou seja, a proporção de pessoas idosas na população total cresce mais do que o declínio do nascimento de crianças. Assim, o rácio entre a população dependente e a população em idade de trabalho aumenta. A população da OCDE com mais de 65 anos de idade, como percentagem da população total, espera-se que aumente dos actuais

15% para 25% em 2030. No mesmo período, o grupo de pessoas com mais de 80 anos deverá aumentar de 3,5% para 7,5%, enquanto que o rácio entre a população a cima dos 65 anos e da população em idade activa é esperado que cresça do valor actual 23% para 42% em 2030 (*Idem*).

Também são visíveis outro tipo de consequências a diversos níveis, tais como o aumento generalizado da idade média do nascimento do primeiro filho, as diferenças sistemáticas nos níveis das taxas de fecundidade entre as mulheres com diferentes características (altas taxas de fecundidade entre as mulheres não trabalhadoras, nas mães trabalhadoras a part-time, nas mulheres que são casadas e nas mulheres que provêm de minorias étnicas), variações entre os países e uma persistente desadequação entre a fecundidade realizada e fecundidade desejada, em que esta última tende a estar aglomerada numa família ideal com duas crianças.

Os efeitos económicos do declínio da fecundidade para os indivíduos, empresas e Governos são importantes. Algumas destas consequências incluem:

- Pequeno crescimento, senão um declínio absoluto, na população total e em particular, na população activa. Este facto irá reduzir o crescimento do PIB real, alternado os valores apresentados anteriormente pelo PIB. As projecções da OCDE sugerem que a população em idade activa irá aumentar apenas 4% nos próximos cinquenta anos. Devido às mudanças demográficas, o potencial crescimento do PIB é previsto apresentar uma descida na Europa, do valor actual 2,3% para 0,5% no ano 2050. Outra consequência do pequeno crescimento do PIB será as possíveis transferências nos pesos políticos dos países e na arena internacional.
- Devido ao grande declínio da população activa, mais do que o declínio da população total, o rendimento per capita também irá diminuir relativamente aos seus valores anteriores. O crescimento das taxas do rendimento per capita também está previsto que desça do valor actual 1,7% para 1,1% no ano 2050 para os países europeus. Contudo, este efeito é pequeno relativamente à redução no crescimento do PIB real.
- Menos trabalhadores a suportar o grande número de pessoas idosas reformadas (em termos de pensões, cuidados e gastos de saúde), o que irá colocar mais

pressões nos orçamentos dos Governos. Maiores défices públicos e dívidas públicas podem seguir-se. As consequências indirectas e menos visíveis deste declínio da fecundidade para a sociedade como um todo também poderão ser significativas e podem acarretar problemas mais profundos e complexos. Estes podem ser:

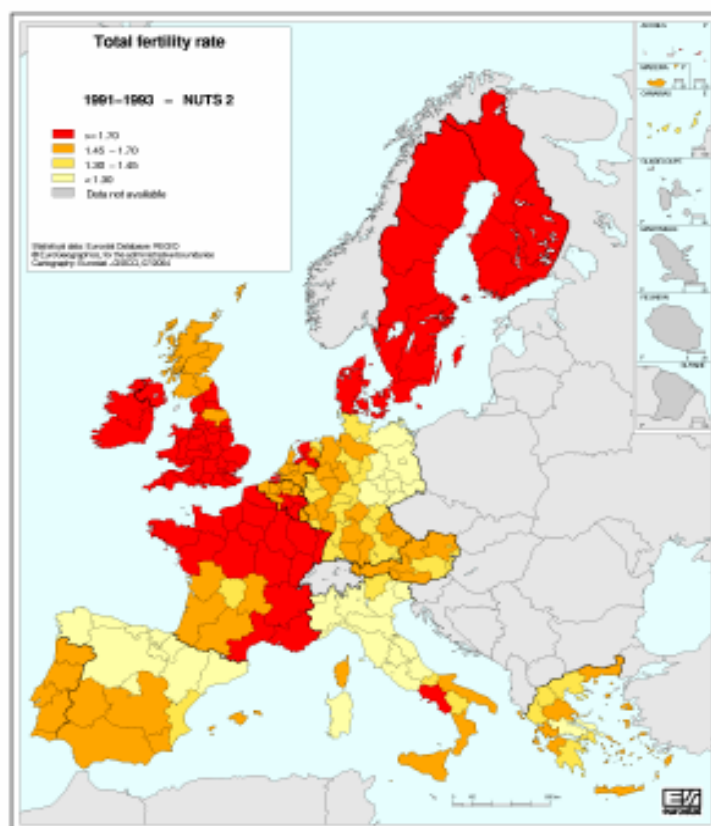
- números crescentes de pessoas que não têm, ou têm poucos, laços de família imediatos, o que irá aumentar a procura dos serviços formais de cuidados, sejam eles públicos ou do sector privado;
- mudanças na natureza dos laços intergeracionais, com o número de avós a exceder o número de netos, assim como cada vez mais crianças a crescerem sem outras crianças da mesma idade;
- possíveis tensões das diferentes gerações, no sentido em que os grupos de pessoas mais velhas no topo da hierarquia de organizações (empresas ou Governos) resistem à progressão e avanço de carreiras de pessoas mais novas.

Para além do problema do envelhecimento da população, o declínio da fecundidade pode colocar um grande problema à sociedade devido a estas consequências. Enquanto que todos os países da OCDE estão a tentar adaptar-se às consequências do envelhecimento da população, alguns países da OCDE estão a tentar influenciar também o nível da fecundidade (*Idem*).

De acordo com o estudo *Study of Low Fertility in the Regions of the European Union: Places, Timetable and Causes* da Comissão Europeia, iremos analisar o declínio da fecundidade (com base na taxa total de fecundidade calculada por períodos de três anos) na União Europeia e em algumas das suas regiões. Irá ser utilizado o valor 1.45 relativo ao índice sintético de fecundidade com base em informações da Eurostat do ano de 2002.

Iremos, de seguida, apresentar três mapas relativos à fecundidade em regiões europeias, entre 1991-1999.

Mapa 1 – A Fecundidade nas Regiões Europeias, entre 1991-1993



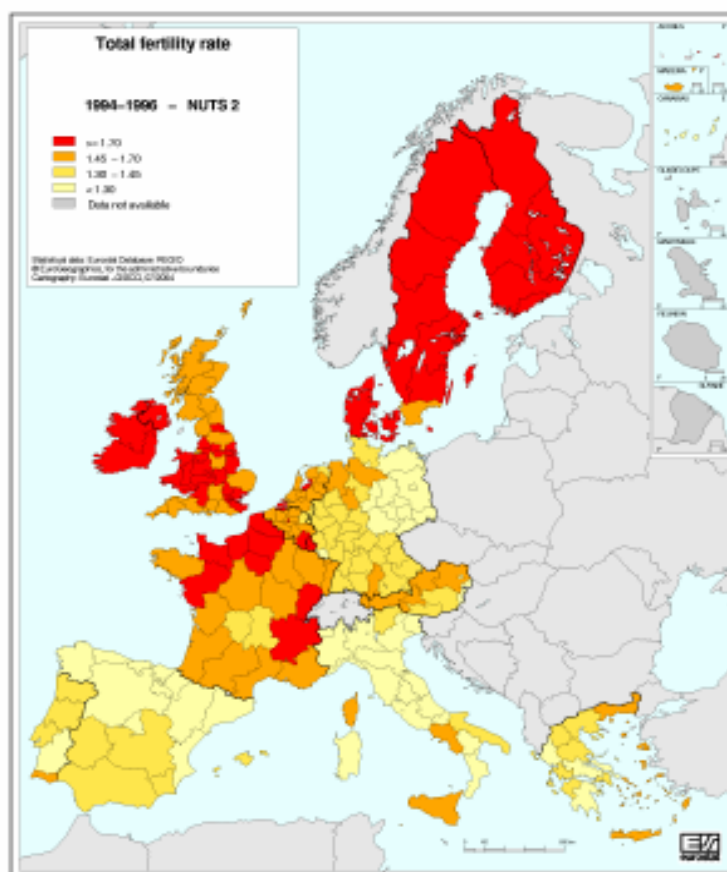
Fonte: European Communities, 2004b

No período entre 1991-1993, 65 regiões tinham uma baixa fecundidade, entendida esta como menos de 1.45 crianças por mulher. Estas regiões incluem :

- todas as regiões espanholas exceptuando Castilla-La Mancha, Extremadura, Baleares, Andalucía, Murcia e Ceuta y Melilla (o sul do país);
- todas as regiões italianas, excepto: Campania, Puglia, Calabria e Sicília (o sul de Itália);
- três regiões da Áustria de Leste: Burgerland, Wien e Steiermark;

- todas as regiões alemãs, excepto: Stuttgart, Tübingen, Niederbayern, Oberpfalz, Unterfranken, Schwaben, Lüneburg, Weser-Ems, Münster, Detmold, Arnsberg, Koblenz, Trier e Rheinhessen-Pfalz;
- seis regiões gregas: Kentriki Makedonia, Dytiki Makedonia, Ipeiros, Sterea Ellada, Peloponnisos e Attiki;
- região francesa Limousin;
- a região dos Países Baixos Groningen.

Mapa 2 – A Fecundidade das Regiões Europeias , entre 1994-1996

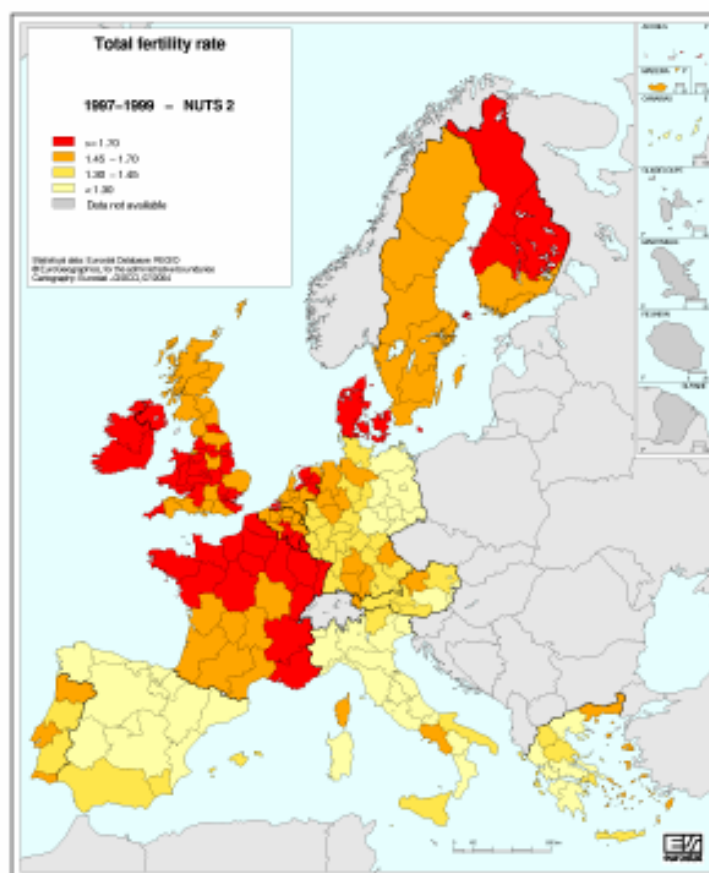


Fonte: European Communities, 2004b

No período entre 1994-1996, 90 regiões tinham uma fecundidade abaixo dos 1.45 crianças por mulher. Estas regiões são:

- todas as regiões espanholas excepto uma: Ceuta y Melilla;
- todas as regiões italianas, excepto duas: Sicilia e Campania;
- todas as regiões gregas, excepto quatro: Anatoliki Makedonia, Voreio Aigaio, Notio Aigaio e Kriti;
- quatro regiões austríacas: Burgerland, Wien, Kärnten e Stiermark;
- todas as regiões alemãs, excepto cinco: Stuttgart, Schwaben, Lüneburg, Weser-Ems e Detmold;
- todas as regiões portuguesas, exceptuando três: Algarve, Açores e Madeira;
- duas regiões francesas: Limousin e Auvergne;
- duas regiões dos Países Baixos: Groningen e Limburg;
- uma região na Bélgica: Limburg.

Mapa 3 – A Fecundidade nas Regiões Europeias, entre 1997-1999



Fonte: European Communities, 2004b

No período entre 1997-1999, 84 regiões tinham a fecundidade abaixo de 1.45 crianças por mulher. As regiões são:

- todas as regiões espanholas, excepto Ceuta y Melilla;
- todas as regiões italianas, excepto Campania ;
- todas as regiões gregas, excepto três: Anatoliki Makedonia, Voreio Aigaio e Notio Aigaio ;
- todas as regiões austríacas, excepto duas: Oberösterreich e Vorarlberg;

- todas as regiões alemãs, excepto as seguintes: Stuttgart, Tübingen, Oberpfalz, Schwaben, Lüneburg, Weser-Ems, Münster, Detmold e Arnsberg;
- duas grandes regiões no centro de Portugal: o Centro e o Alentejo.

Em conclusão, podemos dizer que 84 regiões registaram uma baixa fecundidade até ao final de 1990. Estas regiões concentraram-se em seis países, quatro países da Europa do sul, nomeadamente Espanha, Itália, Grécia e Portugal, juntamente com a Alemanha e com a Áustria. Em cada um destes países, as regiões que se apresentaram como excepções foram as atípicas Ceuta y Melilla, Madeira e Açores.

É também interessante notar que determinadas regiões demonstraram uma taxa de fecundidade muito inferior entre os baixos níveis de fecundidade existentes (1.30 crianças por mulher). Quarenta e nove regiões europeias parecem mostrar níveis de fecundidade muito baixos entre 1997-1999. Estes continuam nos mesmos cinco países: Itália (16 regiões), Espanha (14 regiões), Alemanha (11 regiões), Grécia (5 regiões) e Áustria (3 regiões).

Apenas Portugal mantém o seu índice sintético de fecundidade acima dos 1.45 crianças por mulher até 1999. A fecundidade portuguesa apenas desceu abaixo deste valor entre 1994 e 1996. Em contraste, a República Federal da Alemanha (antes de 1991) caiu abaixo deste valor médio a partir de 1977. A Itália e a Áustria caíram abaixo desta média europeia em meados dos anos 80 (a Itália em 1985 e a Áustria em 1987). A Espanha e a Grécia caíram abaixo deste valor médio no final dos anos 80, mais precisamente em 1989 (consultar **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos** quanto ao gráfico relativo à *Tendência da Taxa de Fecundidade em seis Países que apresentam uma Taxa de Fecundidade inferior à Média Europeia, entre 1960-2000*, na página 160).

De acordo com este estudo, existem dois tipos de explicação para o fenómeno da diminuição das taxas de fecundidade. Por um lado, temos factores estritamente individuais: o nível de educação, a participação no mercado de trabalho, as crenças religiosas e a nacionalidade. Estes factores são difíceis de medir, o que justifica os raros estudos existentes a um nível individual, sendo mais comum a realização de estudos a nível agregado. A este nível, as variáveis individuais são tidas em conta sobre a forma

de factores estruturais - a proporção de jovens estudantes universitários, a taxa de divórcio, a taxa de participação das mulheres, a proporção de votos a favor dos democratas cristãos ou a proporção de estrangeiros.

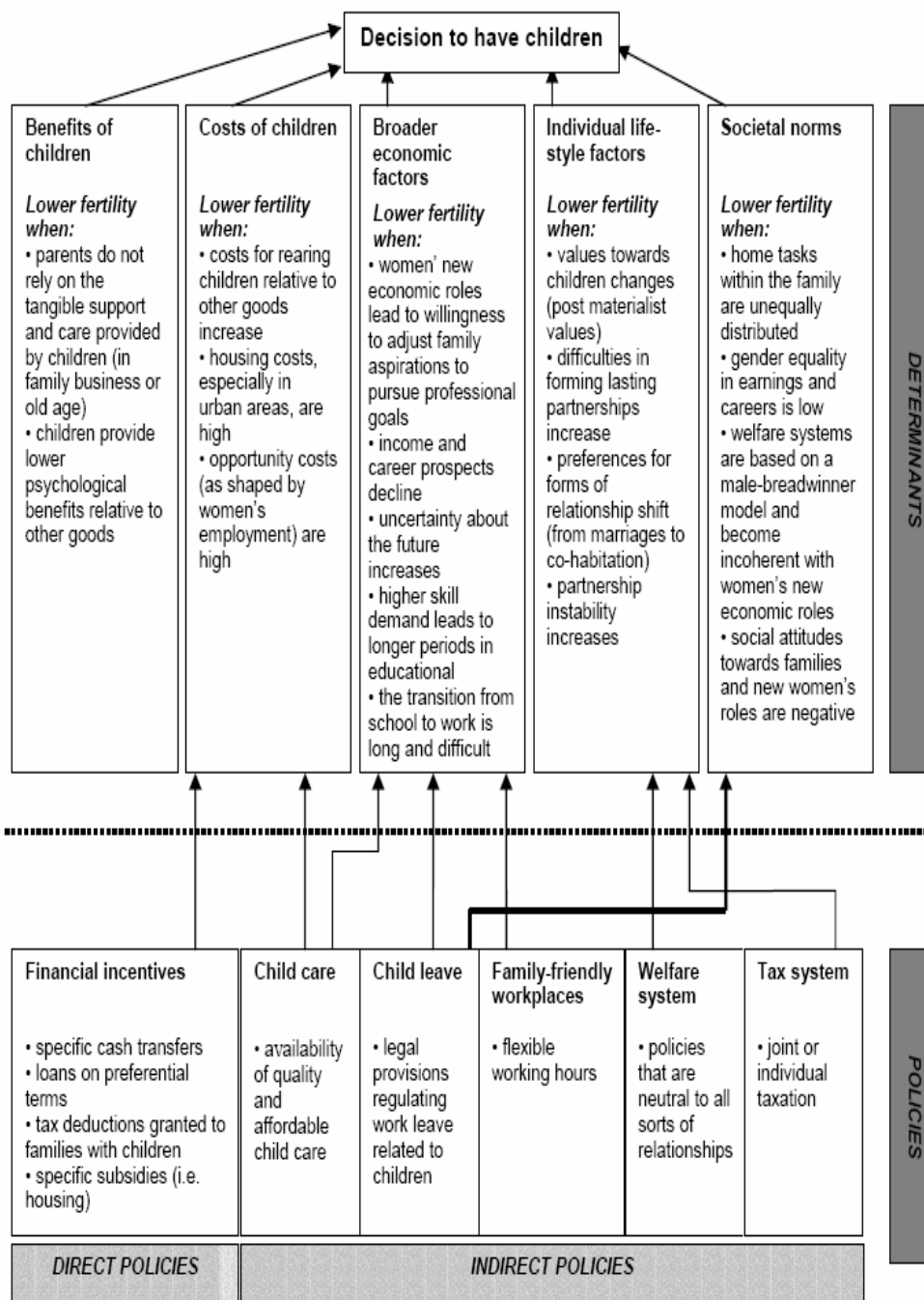
O segundo tipo de explicações contém factores de contexto regional, como por exemplo, as estruturas de apoio de cuidados prestados às crianças, as oportunidades da mulher no mercado de trabalho, a disponibilidade e o custo de recursos (comprar uma casa), a qualidade do ambiente e a própria percepção da família. Alguns destes factores podem conciliar-se, fornecendo um contexto cultural que pode ser mais ou menos favorável à conciliação da vida familiar com a vida profissional.

Podemos ainda demonstrar a importância do Estado, nomeadamente do Governo, no comportamento de fecundidade, particularmente com incidência em factores nacionais, tais como as Políticas Sociais e de Família, as medidas sobre licenças de maternidade, as licenças parentais e os subsídios familiares.

A figura relativa às decisões reprodutivas, seus factores determinantes e medidas políticas, identifica alguns dos elementos mais importantes sugeridos na literatura teórica e empírica sobre a fecundidade e um conjunto de políticas que influenciam cada um deles.

A figura será analisada de seguida:

Quadro das Decisões Reprodutivas: Factores Determinantes e Medidas Políticas



Fonte: Sleebos, Joëlle E., 2003

- ***Vantagens em ter crianças***- as vantagens em ter crianças podem ser tangíveis e intangíveis. Os benefícios tangíveis incluem a ajuda que as crianças podem dar aos seus pais no decorrer da vida familiar e no apoio material que podem dar aos pais quando estes forem idosos.

A segunda categoria, que é a mais difícil de definir, contém uma série de vantagens psicológicas tais como o sentimento de “ter uma família”, de nutrir e educar as crianças de acordo com os valores dos pais, a importância que os pais dão ao assegurar uma futura linhagem. Apenas algumas destas vantagens podem ser expressas numa forma monetária. Este é o caso, por exemplo, da ajuda e do cuidado que os pais podem receber dos seus filhos quando forem mais velhos, mas até este “valor” é altamente incerto e apenas será conhecido no futuro.

Em geral, as vantagens tangíveis provavelmente terão um papel menos importante nas sociedades avançadas, consequência da industrialização, urbanização, declínio da “família alargada” e do desenvolvimento de serviços formais de cuidados prestados aos idosos.

- ***Desvantagens em ter crianças*** – as desvantagens em ter crianças representam todas as despesas relacionadas com as mesmas e são enfrentadas pelas famílias com crianças. Também difíceis de quantificar, estes custos podem ter aumentos relativos a outros bens, sentindo os pais uma obrigação crescente em investir fortemente nas suas crianças, assegurando o seu sucesso na vida.

Os custos relacionados em fornecer habitação apropriada para as famílias com crianças também podem aumentar, dado que os custos da habitação nas grandes cidades tendem a aumentar com o espaço, bem como as formas mais baratas de habitação podem ser menos apropriadas para criar crianças.

Outra das razões para os elevados custos das crianças em vários países da OCDE refere-se aos casais que muitas vezes vivem longe dos seus pais e podem ter que confiar as suas crianças em serviços de cuidados prestados às crianças. Para além dos custos directos, as mães podem ainda sujeitar-se a custos de oportunidade, como por exemplo, a perdas de ganhos devido à sua ausência no trabalho e/ou podem prejudicar o desenvolvimento da sua carreira. A importância destes custos de oportunidade depende parcialmente da combinação de trabalho pago com a criação dos filhos.

- ***Factores Económicos Extensivos*** - As mudanças na sociedade forneceram maiores oportunidades económicas para as mulheres, o que por sua vez pode ter levado muitas delas a ajustar as suas aspirações familiares com o objectivo de prosseguir com uma carreira profissional. A forma como estes factores económicos irão afectar a fecundidade é a priori difícil de prever, pois isto irá depender do país e das próprias características da mulher. Por um lado, o mercado de trabalho e as boas oportunidades de trabalho podem levar mais mulheres ao emprego, aumentando os seus custos de oportunidade e baixando a fecundidade. Por outro lado, as taxas de fecundidade podem diminuir quando as condições económicas se deterioram, tornando mais incerto o seu futuro financeiro, declinando o seu rendimento.

Os factores económicos extensivos também podem afectar as taxas de fecundidade, apostando no capital humano e investindo na mulher nas organizações, exigindo cada vez mais elevados níveis de educação por parte destas acabando por, mais uma vez, se reflectir na diminuição da fecundidade.

- ***Factores Individuais de Estilo de Vida*** - As preferências em ter crianças podem também diminuir com a emergência de valores pós-materialistas de auto-realização e qualidade de vida. As preferências individuais podem também afectar as formas de relacionamento dos jovens e, através deste canal, a fecundidade: por exemplo, aumentando a proporção de indivíduos que preferem ficar solteiros ou tornando mais difícil a situação de encontrar um parceiro adequado para uma relação duradoura. Estes factores podem conduzir ao adiamento dos nascimentos, ao abandono da ideia de ter filhos ou à combinação destas situações em conjunto.

- ***Normas Sociais*** – As normas sociais, em particular o respeito pelos papéis de género, também influenciam a fecundidade. Quando há incoerência entre o papel das mulheres na família, os locais de família e a sociedade em geral, a fecundidade pode ser negativamente afectada.

Nas sociedades onde as grandes famílias são menos aceites socialmente ou encorajadas, os indivíduos podem ter preferência por um tamanho de família mais pequeno do que a forma típica de família nuclear. Em sociedades em que os nascimentos fora do casamento são menos aceites, a fecundidade também pode ser desencorajada.

As políticas que podem afectar os níveis de fecundidade podem ser divididas em dois grandes grupos:

- ***Políticas Directas*** - As políticas que têm por objectivo influenciar a fecundidade directamente, oferecendo incentivos financeiros às famílias e indivíduos com crianças, desincentivando aqueles que optam por não ter filhos. Estas políticas envolvem tipicamente pagamentos em dinheiro por cada criança, acesso privilegiado a habitação pública, serviços médicos e de educação subsidiados ou gratuitos às famílias com crianças são também atribuídos incentivos fiscais relacionados com o número de crianças existentes nas famílias.
- ***Políticas Indirectas*** - As políticas que mudam as decisões tomadas pelos casais acerca do número de filhos que pretendem ter. Enquanto que estas políticas muitas vezes têm outros objectivos para além da fecundidade per si, elas podem influenciar as decisões reprodutivas indirectamente. Estas políticas podem ser subdivididas em *Políticas Amigas da Família*, com ênfase na conciliação das responsabilidades profissionais e familiares dos indivíduos, tal como em outras políticas, tais como as políticas de promoção da equidade de género nas famílias e na sociedade, as políticas que modelam a estrutura geral do sistema de impostos, as partes mais significativas do sistema de pensões e as políticas que encorajam o apoio social às crianças e à parentalidade.

Relativamente poucos países da OCDE têm políticas que apresentam o objectivo explícito de aumentar a fecundidade. Na maior parte das vezes, as Políticas Públicas tentam estimular a fecundidade através de outras variáveis. Em alguns países, como por exemplo na França, no Luxemburgo e na Suécia, promover o aumento da taxa de fecundidade é muitas vezes visto como uma responsabilidade do Governo, a fim de evitar as consequências adversas do envelhecimento da população (Sleebos, Joëlle E., 2003).

Por outro lado, em países onde a cultura liberal está mais fortalecida, os Governos apresentam-se muitas vezes relutantes em interferir com decisões que são olhadas como essencialmente privadas. Para além desta circunstância, muitas políticas que afectam a fecundidade são caras e muitas vezes as provas da sua eficácia são contraditórias e não específicas o suficiente, de modo a se tornarem num guia real para os políticos responsáveis pela elaboração e concretização deste tipo de políticas (consultar o **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos** quanto aos *Estudos relativos aos impactos das Políticas na Fecundidade*, páginas 161-164).

Este estudo salienta ainda que o Sistema de Protecção Social dos países da OCDE difere não apenas no tamanho dos benefícios e suporte directo às famílias, por meio dos benefícios monetários e serviços de apoio à família, como também quanto às ideias específicas sobre os papéis de género dentro das famílias.

Em alguns países da OCDE, os Sistemas de Protecção Social mantêm a visão tradicional do pai como “ganha-pão” no relacionamento familiar, em que o acesso aos vários benefícios sociais é assegurado através do responsável produtivo e empregado por agregado familiar, podendo o suporte social falhar aos indivíduos sem laços familiares e aos indivíduos com uma fraca ligação ao mercado de trabalho. Nestes países, as mulheres são as principais responsáveis pelos membros dependentes existentes na família. Nestes países, o sistema de impostos está estruturado de tal forma que o rendimento dos casais, após a dedução dos impostos, é mais elevado quando o rendimento é ganho por uma pessoa e é mais baixo quando cada membro contribui em partes iguais para o rendimento da família.

Em outros países, os Sistemas de Protecção Social apresentam uma maior neutralidade nos papéis de género dentro das famílias, e deste modo, os seus programas reflectem essa mesma neutralidade.

A equidade de género inclui apoio aos trabalhadores com responsabilidades familiares, independentemente da questão do género e atribui um maior reconhecimento e apoio aos homens como pais. Medidas que atinjam quaisquer um dos aspectos anteriormente mencionados podem melhorar o apoio social para a criação das crianças.

A equidade de género é proeminente nas políticas de muitos países europeus, nomeadamente na Alemanha, em que a nova legislação aplicada ao nascimento das crianças (2001) reconhece o desejo dos jovens pais e mães em partilharem as tarefas de cuidados prestados às crianças, ao permitir o trabalho em part-time e a prestação de cuidados aos seus filhos simultaneamente para cada progenitor (*Idem*).

A mudança dos papéis culturais e institucionais do modelo predominantemente do “ganha pão masculino” para uma maior equidade de género pode resultar de uma adaptação dos Sistemas de Protecção Social ou de um maior apoio cedido pelo mercado de trabalho (por exemplo, através do patrocínio da prestação de cuidados às crianças pelo empregador). As condições de trabalho flexíveis, tal como o trabalho a part-time, a flexibilidade em termos de horário de trabalho e em termos de ausências no próprio local de emprego, são mais compatíveis com as oportunidades económicas para as mulheres e com o aumento da taxa de fecundidade.

Em geral, a mudança nos papéis culturais e institucionais no sentido de institucionalizar novos papéis económicos às mulheres tem sido mais marcante nos países em que o inglês é a língua predominante e nos países nórdicos, do que no sul da Europa e na Alemanha, onde as políticas construídas na premissa de família nuclear tradicional (homem como sustento da família) ainda domina.

Quadros e Gráficos de Apoio

Estatístico II

Podem ser consultados no *Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos* (p.21-25) os quadros relativos às temáticas expostas no *Quadros e Gráficos de Apoio Estatístico II*, com os anos discriminados e seus respectivos valores.

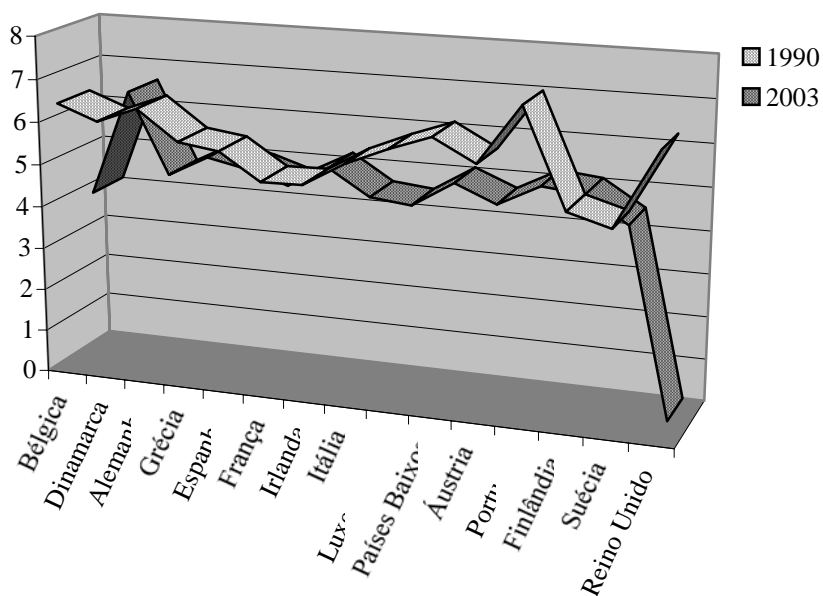
Taxa de Casamentos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	<u>1990</u>	<u>2003</u>
-		
Europa dos 15	5,96	4,7
Bélgica	6,48	4
Dinamarca	6,13	6,5
Alemanha	6,5	4,6
Grécia	5,81	5,1
Espanha	5,68	4,9
França	5,06	4,6
Irlanda	5,08	5,1
Itália	5,64	4,5
Luxemburgo	6,05	4,4
Países Baixos	6,4	5
Áustria	5,89	4,6
Portugal	7,24	5,1
Finlândia	5,01	5
Suécia	4,73	4,4
Reino Unido	6,52	∴

Fonte: Eurostat

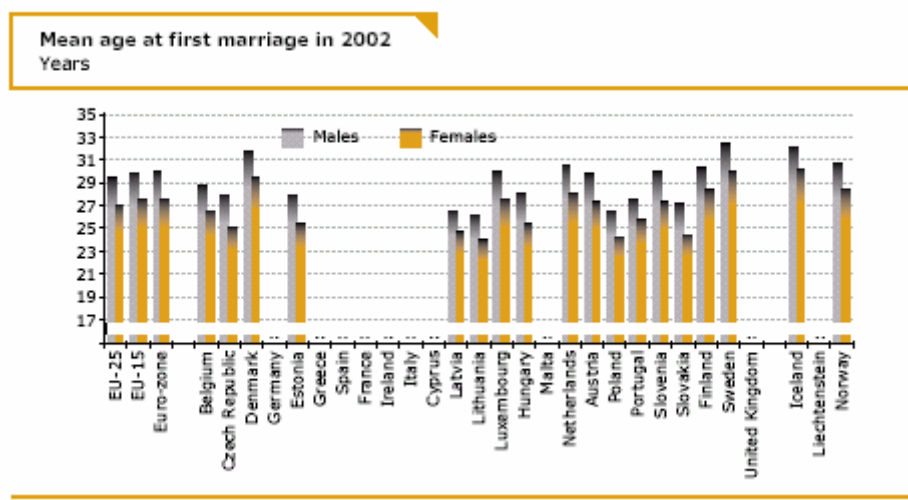
∴ : Dados não disponíveis

Taxa de Casamentos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)



Através deste gráfico, podemos constatar que houve uma diminuição da taxa de casamentos na Europa dos 15, entre 1990 -2003. Destaca-se a Bélgica, com uma descida desta taxa em 2,48 %, seguindo-se o nosso país e o Luxemburgo com uma diminuição em 2,1%, a Alemanha com uma diminuição em 1,9% e os Países Baixos com menos 1,4%. Segue-se a Áustria com uma diminuição desta taxa em 1,2%, a Espanha e a Grécia com menos 0,7%, a França com uma diminuição na ordem dos 0,5%, a Suécia com menos 0,3% registado nesta taxa, a Finlândia com menos 0,1% e a Irlanda com uma diminuição em 0,02%. O único país exceção foi a Dinamarca, onde ocorreu um aumento desta taxa em 0,27%. O Reino Unido apenas apresentou valores para 1990 (6,52%), não demonstrando dados disponíveis em 2003.

Idade Média do Primeiro Casamento, na Europa dos 15, em 2002 (em %)



Fonte: Eurostat

Através deste gráfico, podemos verificar que a idade média do primeiro casamento, na Europa dos 15, em 2002 e segundo dados da Eurostat, corresponde a 30 anos para os homens e cerca de 28 anos para as mulheres.

A Suécia é o país que apresenta uma maior idade média do primeiro casamento, com cerca de 33 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. A Dinamarca apresenta uma idade média também elevada, correspondendo a 32 anos para os homens

e 30 anos para as mulheres, seguindo-se a Finlândia, com cerca de 31 anos para os homens e 29 anos para as mulheres. O Luxemburgo e os Países Baixos apresentam a mesma média quer para os homens, como para as mulheres (cerca de 31 anos para os homens e 28 anos para as mulheres). A Bélgica e a Áustria apresentam como idade média para os homens os 30 anos e para as mulheres os 27 anos.

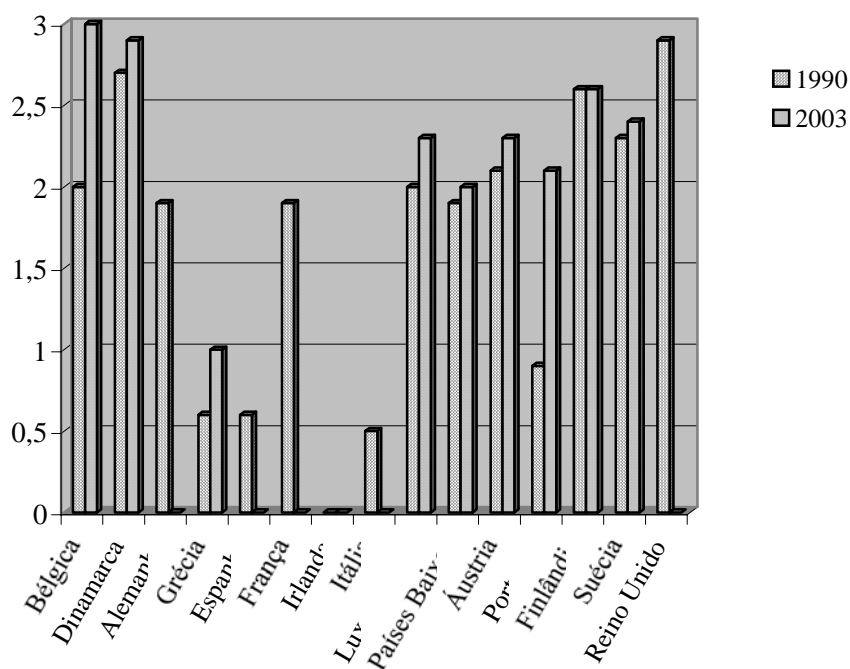
Portugal destaca-se pela sua baixa idade média, nomeadamente 28 anos para os homens e 26 anos para as mulheres. A Alemanha, a Grécia, a Espanha, a França, a Irlanda e a Itália não apresentaram dados disponíveis para 2002.

Taxa de Divórcios, na Europa dos 15, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	2003
Europa dos 15	:	:
Bélgica	2	3
Dinamarca	2,7	2,9
Alemanha	1,9	:
Grécia	0,6	1
Espanha	0,6	:
França	1,9	:
Irlanda	:	:
Itália	0,5	:
Luxemburgo	2	2,3
Países Baixos	1,9	2
Áustria	2,1	2,3
Portugal	0,9	2,1
Finlândia	2,6	2,6
Suécia	2,3	2,4
Reino Unido	2,9	:

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Divórcios, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)



O gráfico acima exposto apresenta a taxa de divórcios, entre 1990-2003, destacando-se Portugal com um aumento da taxa de divórcios em 1,2%, seguindo-se a Bélgica com um aumento de 1%. Os restantes países registaram um aumento ligeiro, destacando-se a Grécia e a Dinamarca com 0,4% e o Luxemburgo com 0,3%. A Finlândia foi o único país que manteve a mesma taxa nos anos em análise (2,6%).

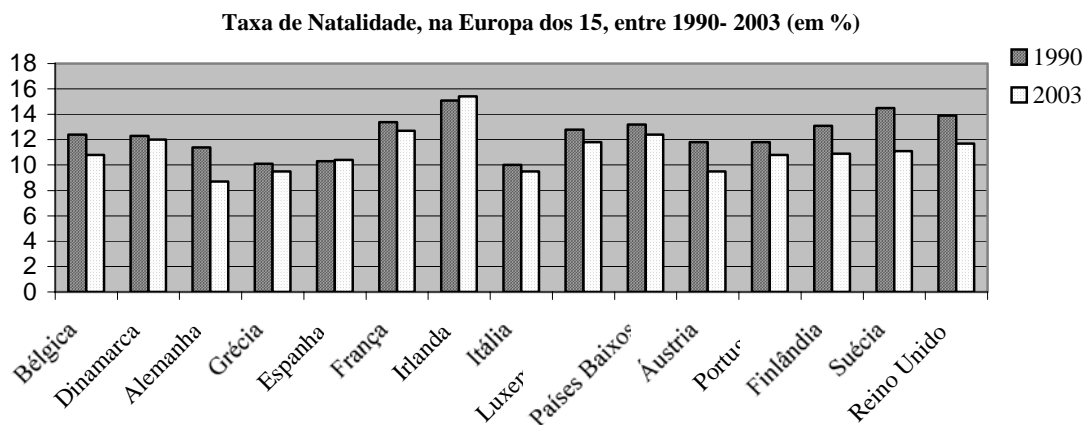
Não existem dados disponíveis para a Europa dos 15, quer em 1990, como em 2003. Para a Alemanha, Espanha, França, Irlanda, Itália e Reino Unido os dados não se encontram disponíveis apenas em 2003.

**Taxa de Natalidade, na
1990-2003 (em %)**

	1990	2003
Europa dos 15	12,0	10,6 e
Bélgica	12,4	10,8 p
Dinamarca	12,3	12,0
Alemanha	11,4	8,7 e
Grécia	10,1	9,5 e
Espanha	10,3	10,4 e
França	13,4	12,7 e
Irlanda	15,1	15,4 e
Itália	10,0	9,5 p
Luxemburgo	12,8	11,8
Países Baixos	13,2	12,4 p
Áustria	11,8	9,5 p
Portugal	11,8	10,8
Finlândia	13,1	10,9
Suécia	14,5	11,1
Reino Unido	13,9	11,7 e

Europa dos 15, entre

Fonte: Eurostat
p Dados provisórios
e Dados estimados



A taxa de natalidade, na Europa dos 15, entre 1990-2003, registou uma descida em 2,6 %. Os países que representam mais significativamente esta descida são a Suécia, com uma diminuição de 3,4 %, a Alemanha com uma descida de 2,7%, a Finlândia e o Reino Unido com uma diminuição da sua taxa em 2,2 %, a Bélgica com menos 1,6 %, Portugal e o Luxemburgo com uma diminuição de 1%.

Os países que registaram um maior aumento foram a Irlanda com 0,3% e a Espanha com 0,1%.

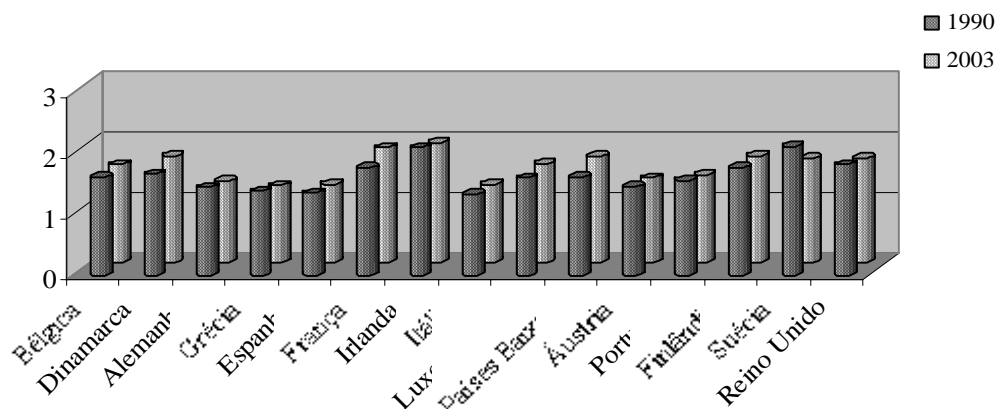
Para 2004 não foram analisados quaisquer dados, uma vez que não se encontram disponíveis na fonte do Eurostat.

Taxa de Fecundidade, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	2003
Europa dos 15	1,57	1,52
Bélgica	1,62	1,61
Dinamarca	1,67	1,76
Alemanha	1,45	1,34
Grécia	1,39	1,27
Espanha	1,36	1,29
França	1,78	1,89
Irlanda	2,11	1,98
Itália	1,33	1,29
Luxemburgo	1,61	1,63
Países Baixos	1,62	1,75
Áustria	1,46	1,39
Portugal	1,57	1,44
Finlândia	1,78	1,76
Suécia	2,13	1,71
Reino Unido	1,83	1,71

Fonte: Eurostat

Taxa de Fecundidade, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)



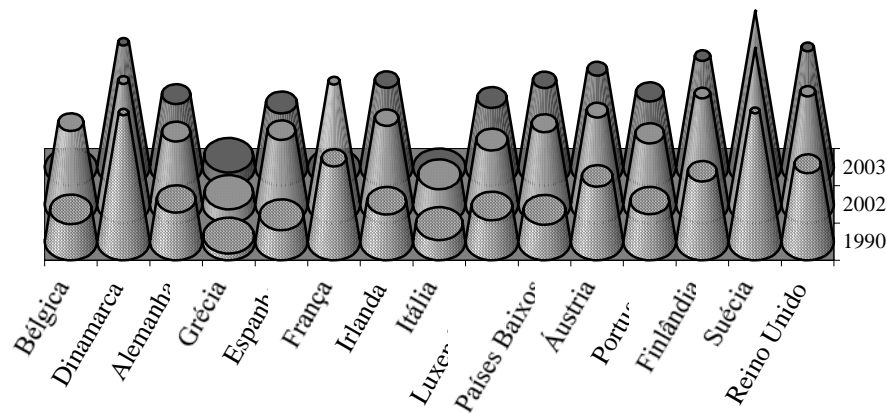
Na Europa dos 15, a taxa de fecundidade assistiu a uma diminuição de 0,05%, entre 1990- 2003. As descidas mais significativas sucederam na Suécia com 0,42%, em Portugal e na Irlanda com 0,13%, na Grécia e no Reino Unido com 0,12%, na Alemanha com 0,11%, na Espanha e na Áustria com 0,07% e na Itália com 0,04%. Assistiu-se a alguns aumentos da taxa da fecundidade nos Países Baixos (0,13%), na França (0,11%), na Dinamarca (0,09%) e no Luxemburgo (0,02%).

Nascimentos Fora do Casamento, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em%)

	1990	2002	2003
Europa dos 15	19,55	30,6	31,4
Bélgica	11,61	29,5	:
Dinamarca	46,4	44,6	44,9
Alemanha	15,32	26,1	26,2
Grécia	2,17	4,4	4,3
Espanha	9,61	26,6	23,2
França	30,05	44,3	:
Irlanda	14,64	31,1	31,4
Itália	6,47	10,8	:
Luxemburgo	12,78	23,2	25
Países Baixos	11,38	29,1	31,3
Áustria	23,55	33,8	35,3
Portugal	14,71	25,5	27
Finlândia	25,24	39,9	40
Suécia	47	56	56
Reino Unido	27,9	40,6	43,1

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Nascimentos fora do casamento, na Europa dos 15, entre 1990-2003



O gráfico acima apresentado demonstra que houve um aumento dos nascimentos fora do casamento na Europa dos 15, entre os anos de 1990-2003 (11,85%). O único país exceção foi a Dinamarca, que registou uma diminuição deste fenómeno na ordem dos 1,5 %, entre 1990-2003.

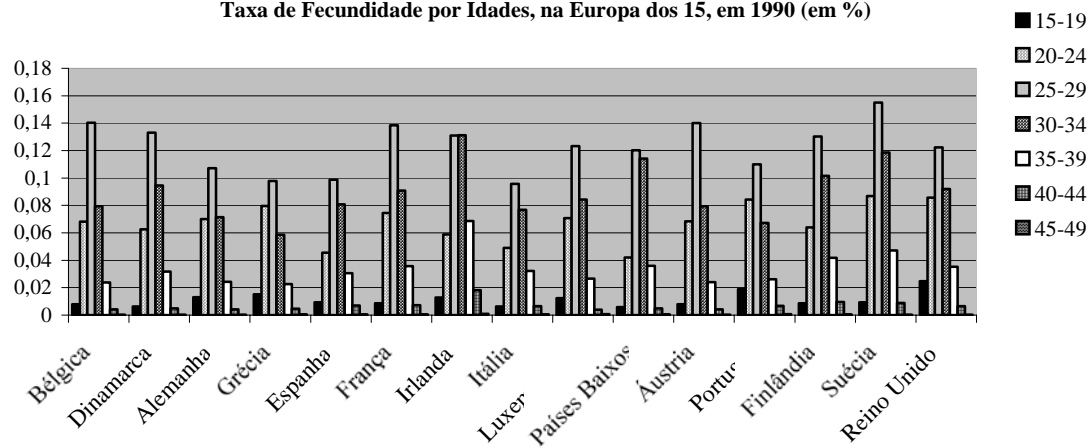
Entre 1990-2002 ocorreu um aumento deste valor na Bélgica (17,89 %), na França (14,25 %) e na Itália (4,33 %). Entre 1990-2003, este aumento fez-se sentir igualmente nos Países Baixos (19,92 %), na Irlanda (16,76 %), no Reino Unido (15,2%), na Finlândia (14,76 %), na Espanha (13,59 %), em Portugal (12,29 %), no Luxemburgo (12,22 %), na Áustria (11,75 %), na Alemanha (10,88 %) e finalmente na Suécia (9 %).

Fecundidade por Idades, na Europa dos 15, entre 1990-2002 (em %)

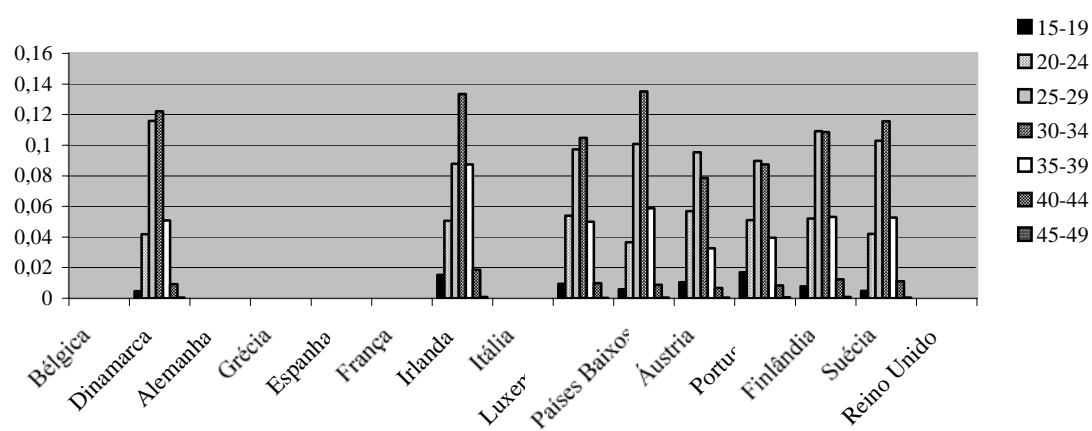
	1990							2002						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
Europa dos 15	0,01207	0,06642	0,11509	0,08359	0,03142	0,00618	0,00037	0,01055	0,04743	0,0911	0,09697	0,04421	0,00856	0,00047
Bélgica	0,00805	0,06808	0,14023	0,0794	0,02386	0,00418	0,00025	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	0,00642	0,06268	0,13303	0,09448	0,03168	0,005	0,00019	0,00452	0,0419	0,1158	0,12223	0,05091	0,00916	0,00033
Alemanha	0,01301	0,06996	0,10709	0,07134	0,02432	0,00425	0,00023	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	0,01508	0,0795	0,09791	0,0585	0,02258	0,00466	0,00039	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	0,00925	0,0455	0,09876	0,08081	0,0305	0,00704	0,00053	:	:	:	:	:	:	:
França	0,00867	0,07445	0,13835	0,09087	0,0358	0,00718	0,00041	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	0,01295	0,05879	0,13098	0,13117	0,0687	0,01823	0,00103	0,01522	0,05056	0,0878	0,1334	0,08742	0,01855	0,00078
Itália	0,00625	0,04896	0,09577	0,07678	0,03217	0,00655	0,00036	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	0,01237	0,07079	0,12335	0,08426	0,02656	0,00396	0,00061	0,00935	0,0539	0,0973	0,10472	0,05003	0,00991	0,00023
Países Baixos	0,00577	0,04192	0,12022	0,11418	0,03585	0,00485	0,00041	0,00576	0,03666	0,1007	0,13513	0,05879	0,00882	0,00034
Áustria	0,00799	0,0683	0,1401	0,07941	0,02393	0,00409	0,00025	0,0104	0,05681	0,0953	0,07868	0,03258	0,00671	0,00032
Portugal	0,01896	0,08418	0,10989	0,0673	0,02624	0,00678	0,00064	0,01686	0,0511	0,0898	0,08741	0,03954	0,00829	0,00055
Finlândia	0,00868	0,06396	0,13034	0,10149	0,04186	0,00963	0,00056	0,00776	0,05206	0,1091	0,10858	0,05308	0,01229	0,00079
Suécia	0,00931	0,08678	0,15496	0,11855	0,04726	0,00898	0,00031	0,00484	0,04202	0,1028	0,11573	0,05269	0,01104	0,00051
Reino Unido	0,02486	0,08571	0,12222	0,09188	0,03524	0,00645	0,00033	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Fecundidade por Idades, na Europa dos 15, em 1990 (em %)



Taxa de Fecundidade por Idades, na Europa dos 15, em 2002 (em %)



Na taxa de fecundidade por idades, na Europa dos 15, o ano 1990 regista um aumento desta taxa entre os 15 e os 29 anos, assistindo-se entre os 30 e os 49 anos a uma descida da mesma. Em 2002, assistimos a um aumento desta taxa entre os 15 e os 34 anos, seguindo-se uma diminuição da mesma entre os 35 e os 49 anos.

Apesar dos valores de todos os países que pertencem à Europa dos 15 serem baixos, as taxas mais elevadas ocorrem, no ano de 1990, na faixa etária dos 25 aos 29 anos em todos os países.

Em 2002, a maioria dos países apresenta uma subida desta taxa na faixa etária dos 30 aos 34 anos, apesar de na Áustria, Portugal e Finlândia a taxa de fecundidade ocorrer entre os 25 e os 29 anos.

Na faixa etária dos 40 a 44 anos e dos 45 a 49 anos, assistimos a um aumento generalizado desta taxa de fertilidade por idades comparando 1990 com 2002.

Existem sete países que não apresentam, em 2002, quaisquer dados da taxa de fecundidade por idades: são estes a Bélgica, a Alemanha, a Grécia, a Espanha, a França, a Itália e o Reino Unido.¹

Idade Média da Mulher Grávida, na Europa dos 15, entre 1990-2002 (em %)

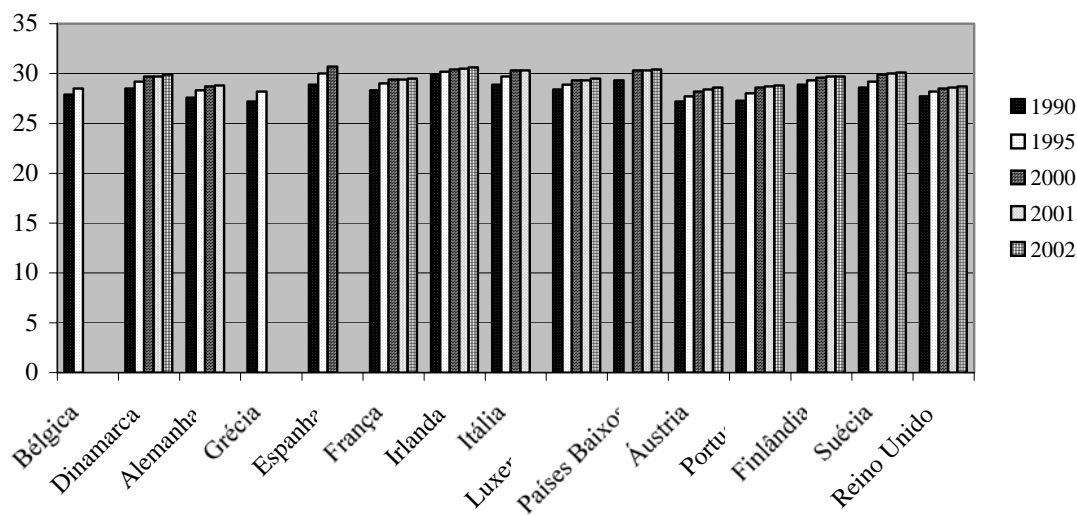
	1990	1995	2000	2001	2002
EU 15	28,2	28,9	29,4	29,4	29,4
Bélgica	27,9	28,5	:	:	:
Dinamarca	28,5	29,2	29,7	29,7	29,9
Alemanha	27,6	28,3	28,7	28,8	:
Grécia	27,2	28,2	:	:	:
Espanha	28,9	30	30,7	:	:
França	28,3	29	29,4	29,4	29,5
Irlanda	29,9	30,2	30,4	30,5	30,6
Itália	28,9	29,7	30,3	30,3	:
Luxemburgo	28,4	28,9	29,3	29,3	29,5
Países Baixos	29,3	30,0	30,3	30,3	30,4
Áustria	27,2	27,7	28,2	28,4	28,6
Portugal	27,3	28	28,6	28,7	28,8
Finlândia	28,9	29,3	29,6	29,7	29,7
Suécia	28,6	29,2	29,9	30	30,1
Reino Unido	27,7	28,2	28,5	28,6	28,7

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

¹ Os dados relativos à taxa de fecundidade por idades, entre 1990-2002, quanto à faixa etária dos 45 a 49 anos, não surgem nos respectivos gráficos, pois apesar de terem aumentado nos anos em análise, não são suficientemente significativos para serem representados nos gráficos.

Idade Média da Mulher Grávida, na Europa dos 15, entre 1990-2002 (em %)



Este quadro demonstra que a idade média da mulher grávida, na Europa dos 15, entre 1990-2002, aumentou 1,2%. Os países onde ocorreram os aumentos mais significativos foram Portugal com 1,6%, na Suécia com um aumento de 1,5%, seguindo-se a Dinamarca e a Áustria com 1,4%, a França com 1,2% e os Países Baixos com 1,1%.

Note-se que a Grécia e a Bélgica, entre 2000-2002, não apresentaram valores disponíveis, tal como a Itália em 2002 e a Espanha em 2001 e 2002.

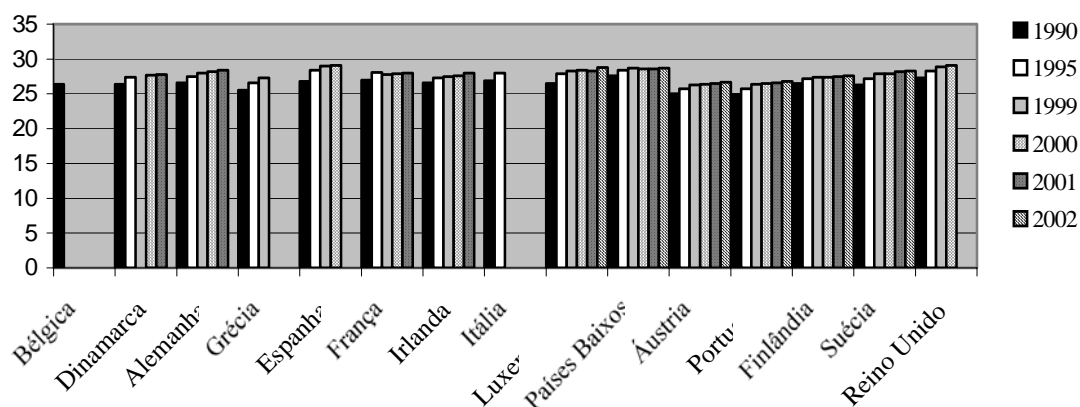
Idade Média da Mulher ao Nascimento do Primeiro Filho, na Europa dos 15, entre 1990-2002 (em %)

	1990	1995	1999	2000	2001	2002
EU 15	26,7	27,8	28,3	28,4	28,5	:
Bélgica	26,4	:	:	:	:	:
Dinamarca	26,4	27,4	:	27,7	27,8	:
Alemanha	26,6	27,5	28	28,2	28,4	:
Grécia	25,5	26,6	27,3	:	:	:
Espanha	26,8	28,4	29	29,1	:	:
França	27	28,1	27,8	27,9	28	:
Irlanda	26,6	27,3	27,5	27,6	28	:
Itália	26,9	28	:	:	:	:
Luxemburgo	26,5	27,9	28,3	28,4	28,3	28,8
Países Baixos	27,6	28,4	28,7	28,6	28,6	28,7
Áustria	25	25,7	26,3	26,4	26,5	26,7
Portugal	24,9	25,7	26,4	26,5	26,6	26,8
Finlândia	26,5	27,2	27,4	27,4	27,5	27,6
Suécia	26,3	27,2	27,9	27,9	28,2	28,3
Reino Unido	27,3	28,3	28,9	29,1	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Idade Média da Mulher ao Nascimento do Primeiro Filho, na Europa dos 15, entre 1990-2002 (em %)



A idade média da mulher no nascimento do primeiro filho, entre 1990-2002, na Europa dos 15, aumentou na ordem dos 1,8%. O país que se destaca é a Espanha, com um aumento de 2,3% entre 1990-2000, uma vez que em 2001 e em 2002 não existem dados disponíveis para este país (segundo o Eurostat). A Suécia, apresenta um aumento de 1,9% neste período, surgindo depois o Luxemburgo com 1,9%, o Reino Unido com 1,8% e a Alemanha com 1,6%. Portugal registou, entre 1990-2002, um aumento de 1,7% e a Irlanda um aumento de 1%.

Não se encontram dados disponíveis para a Bélgica entre 1995 e 2001, para a Dinamarca em 1999, para a Grécia em 2000 e 2001 e para a Itália entre 1999-2001.

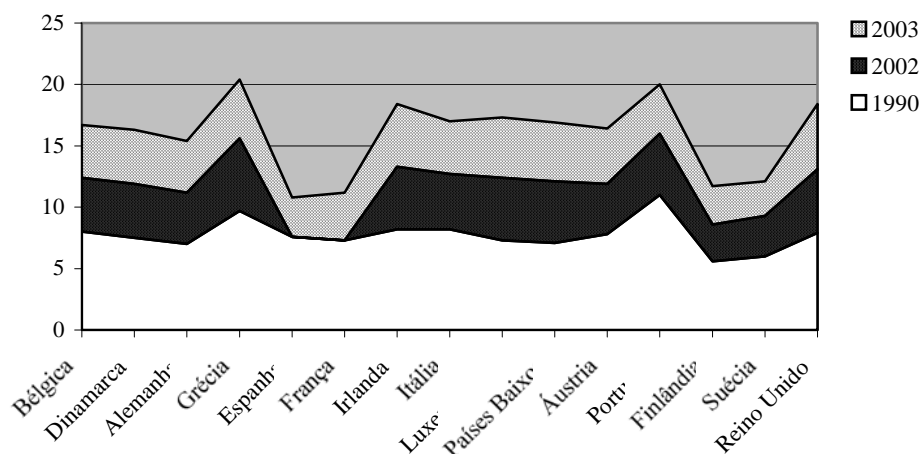
Em 2002, apenas surgem valores em seis países (Luxemburgo, Áustria, Portugal, Suécia, Finlândia e Países Baixos), destacando-se o Luxemburgo com 28,8% e a Áustria com 26,7%.

Taxa de Mortalidade Infantil, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	2002	2003
EU 15	7,6	4,5	4,3
Bélgica	8	4,4	4,3
Dinamarca	7,5	4,4	4,4
Alemanha	7	4,2	4,2
Grécia	9,7	5,9	4,8
Espanha	7,6	:	3,2
França	7,3	:	3,9
Irlanda	8,2	5,1	5,1
Itália	8,2	4,5	4,3
Luxemburgo	7,3	5,1	4,9
Países Baixos	7,1	5	4,8
Áustria	7,8	4,1	4,5
Portugal	11	5	4,0
Finlândia	5,6	3	3,1
Suécia	6	3,3	2,8
Reino Unido	7,9	5,2	5,3

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Mortalidade Infantil, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)



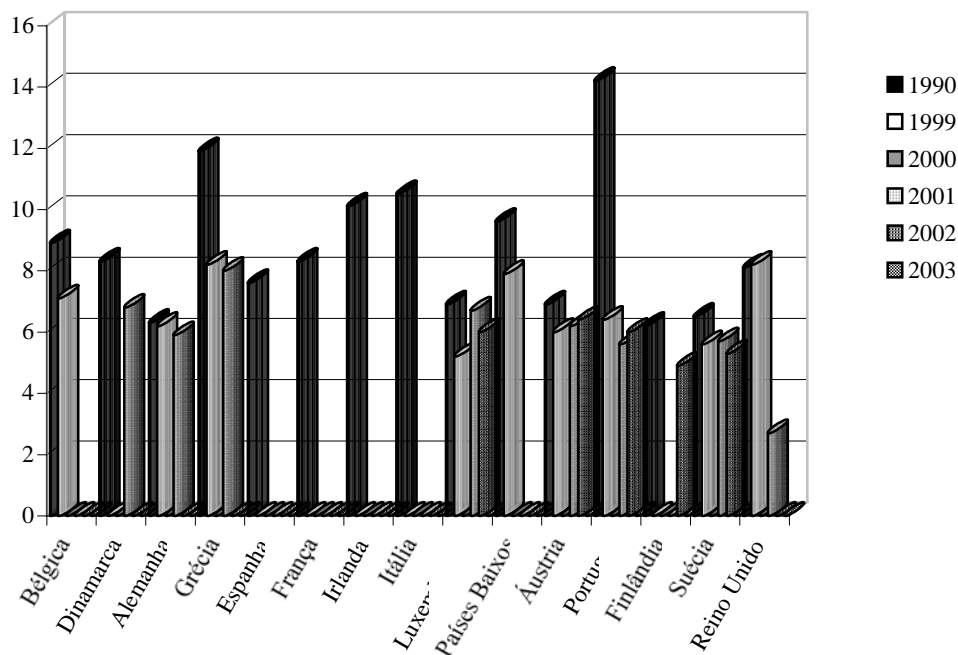
Podemos observar, através do gráfico que foi exposto, que houve uma descida acentuada da taxa de mortalidade infantil, na Europa dos 15, de 7,6% para 4,3% entre 1990-2003. As descidas estiveram na ordem dos 7% para Portugal, 4,9% para a Grécia, 3,9% para a Itália, 3,3% para a Áustria, 3,7% para a Bélgica e 2,8% para a Alemanha. A Espanha apresenta uma descida de 4,4 % e a França de 3,4 %. Estes dois últimos países não apresentam dados disponíveis relativamente a esta taxa de mortalidade infantil quanto ao ano de 2002.

Taxa de Mortalidade Infantil Perinatal, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	1999	2000	2001	2002	2003
EU 15	8,3	:	:	:	:	:
Bélgica	8,9	7,1	:	:	:	:
Dinamarca	8,3	:	:	6,8	:	:
Alemanha	6,3	6,2	:	5,9	:	:
Grécia	11,9	8,2	:	8,0	:	:
Espanha	7,6	:	:	:	:	:
França	8,3	:	:	:	:	:
Irlanda	10,1	:	:	:	:	:
Itália	10,5	:	:	:	:	:
Luxemburgo	6,9	5,2	:	6,7	6,0	:
Países Baixos	9,6	7,9	:	:	:	:
Áustria	6,9	6	:	6,2	6,4	:
Portugal	14,2	6,4	:	5,6	6,0	:
Finlândia	6,2	:	:	:	4,9	:
Suécia	6,5	5,6	:	5,7	5,3	:
Reino Unido	8,1	8,2	:	2,7	:	:

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Mortalidade Infantil Perinatal, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)



O gráfico acima exposto indica-nos que houve uma diminuição da taxa de mortalidade infantil perinatal, entre 1990-2003, na Europa dos 15. Para a Europa dos 15, temos o valor de 8,3 % em 1990, não havendo dados disponíveis nos restantes anos em análise.

Os países que apresentaram uma descida mais significativa foram Portugal com uma descida de 8,2 % entre 1990-2002, aumentando 0,4 % entre 2001 e 2002. Segue-se o Reino Unido com uma diminuição de 5,5 % entre 1999-2001, havendo um ligeiro aumento de 0,1 % entre 1990 e 1999. Em 2000, 2002 e 2003 não existem valores para este país. A Grécia registou uma diminuição de 3,9 % entre 1990 e 1999, em que os anos de 2000, 2002 e 2003 não apresentam quaisquer dados. Os Países Baixos entre 1990 e 1999 registaram uma descida de 1,7 %, em que a partir de 2000 não existem quaisquer dados registados. A Áustria registou uma diminuição de 0,5 % entre 1990 e 2002, havendo um ligeiro aumento de 0,2 % entre 2001 e 2002.

Existem alguns países que apenas apresentam valores em 1990, nomeadamente a Irlanda, a Itália, Espanha e França. Em 2003, não existem quaisquer dados registados pelo Eurostat para análise.

Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal, na Europa dos 15, entre 1990-2003

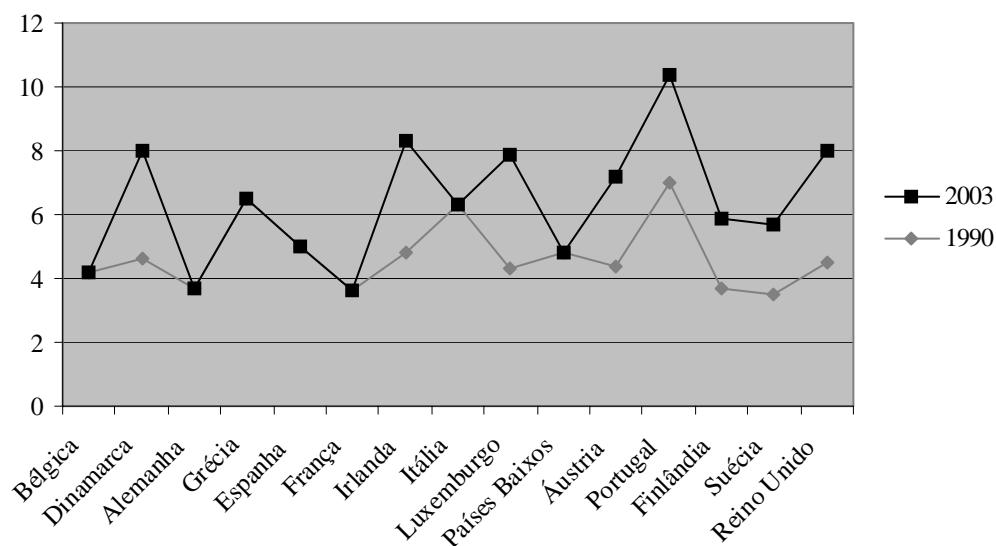
(em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	4,5	:	:
Bélgica	4,2	:	:
Dinamarca	4,6	3,4	:
Alemanha	3,7	:	:
Grécia	6,5	:	:
Espanha	5	:	:
França	3,6	:	:
Irlanda	4,8	3,5	:
Itália	6,3	:	:
Luxemburgo	4,3	3,6	:
Países Baixos	4,8	:	:
Áustria	4,4	2,8	:
Portugal	7	3,4	:
Finlândia	3,7	2,2	:
Suécia	3,5	2,2	:
Reino Unido	4,5	3,5	:

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal, na Europa dos 15, entre 1990-2003

(em %)



Este gráfico refere-se à taxa de mortalidade infantil neonatal na Europa dos 15, entre 1990-2003. Na Europa dos 15 apenas são apresentados dados disponíveis em 1990 (4,5 %).

Verificamos que houve uma descida desta taxa de um modo mais significativo em Portugal em 3,6 %, seguindo-se a Áustria com uma descida de 1,6 %, a Finlândia com uma diminuição na ordem dos 1,5% , a Irlanda e a Suécia com menos 1,3%, a Dinamarca com uma diminuição em 1,2 % e o Reino Unido com menos 1 %.

O ano de 2003 não apresenta dados disponíveis nos seguintes países: Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Itália e Países Baixos.

Capítulo V

5. Conciliação da Vida Profissional e da Vida Familiar

A razão pela qual a conciliação do trabalho e da vida familiar é considerada importante para muitos Governos, consiste na esperança de ao se atingirem os equilíbrios entre estas duas forças, possa ser possível a promoção de outros objectivos na sociedade. De modo a atingirem uma maior equidade de género, são considerados como principais objectivos dos Governos: 1) uma maior oferta do mercado de trabalho; 2) famílias com fontes mais seguras e estáveis de rendimento; 3) famílias com mais condições para enfrentarem a vida moderna; 4) em caso de divórcio, existirem condições de cada um seguir com a sua vida; 5) um melhor desenvolvimento infantil; 6) menos despesas públicas; 7) um aumento da fecundidade (pelo menos fazer com que as famílias possam ter o número de filhos desejados); 8) uma maior equidade de género.

Perante tantos objectivos, o desafio da política será encontrar um apropriado equilíbrio entre esses mesmos objectivos. Na Dinamarca e nos Países Baixos, este equilíbrio teve de alterar-se rapidamente devido à prioridade elevada atribuída a alguns objectivos, tais como um aumento da oferta do mercado de trabalho e uma equidade de género, objectivos que não eram considerados importantes há 30 anos atrás.

As medidas de conciliação da vida profissional e da vida familiar consistem na disponibilidade de serviços externos de apoio à família (como por exemplo, creches, amas que apoiam as crianças no seu próprio domicílio) e nas reduções dos horários de trabalho dos pais, permitindo-lhes dispôr de mais tempo para cuidarem dos seus filhos ou de familiares dependentes. Se a Política Familiar tem por finalidade atribuir aos seus beneficiários determinados recursos, a harmonização da vida familiar e profissional pretende oferecer aos pais a possibilidade de se dedicarem mais intensamente ao cuidado dos seus filhos durante a etapa em que mais necessitam, sem sofrerem penalizações excessivas.

Um dos elementos mais importantes desta mudança confrontou os sistemas de apoio às famílias com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho,

e em particular, das mães com crianças menores a seu cargo. A procura da compatibilidade entre a família e a vida profissional converteu-se num dos principais objectivos por parte dos Governos que promovem políticas explícitas ou implícitas de apoio às famílias, de apoio à infância ou na promoção de igualdade entre homens e mulheres. As medidas relativas à protecção da maternidade, ao cuidado das crianças e serviços de guarda de crianças com menos de três anos durante o horário de trabalho são as medidas mais frequentemente promovidas pelos Governos.

As políticas de conciliação entre a vida profissional e familiar pretendem uma melhor integração entre a esfera produtiva e reprodutiva. A protecção das mães trabalhadoras grávidas e das licenças de maternidade existem em alguns países europeus desde os finais do século passado, não obstante o facto dos Governos terem ampliado a duração dessas licenças, tal como da prestação económica relativa a essas mesmas licenças.

Estão a ser tomadas medidas, tal como estão a ser estudadas disposições, de modo a que impeçam as interrupções temporais da vida profissional por motivos familiares, prejudicando as pessoas que querem aceder aos benefícios correspondentes. O mais conveniente seria reduzir o horário de trabalho em vez de interromper com a actividade profissional, uma vez que o trabalho a tempo parcial consiste em fomentar a compatibilidade entre as atenções dedicadas aos filhos e a integração no mercado de trabalho. Outro sector importante de actuação consistiria na regulação dos horários laborais, escolares, comerciais e dos organismos da Administração Pública. Deste modo, evitar-se-iam incongruências e desajustes relativamente às actividades familiares. Outros autores também consideram que a conciliação entre o trabalho e a família deveria integrar serviços de guarda das crianças e políticas de cuidados a pessoas dependentes, quer sejam menores, doentes ou incapacitados.

O objectivo das medidas adoptadas relativamente ao mercado de trabalho consiste numa maior flexibilidade na organização dos horários de trabalho para que homens e mulheres possam fazer frente às suas responsabilidades familiares nas melhores condições possíveis. É necessário não esquecer que os encargos e responsabilidades não se apresentam do mesmo modo ao longo de toda a vida, aumentando tais responsabilidades e encargos em algumas etapas vitais dessa mesma vida (por exemplo, quando nasce um filho, quando se deve cuidar de familiares doentes ou em caso de divórcio).

As Políticas de Conciliação entre o trabalho e a família devem consistir na oferta de recursos públicos para que o cuidado das pessoas dependentes possa ser repartido entre a Família, o Mercado de Trabalho e o Estado. Contudo, o peso relativo que cada Estado atribui à Família e ao Mercado de Trabalho é muito diferente. Uns países consideram que o mais desejável é que as mulheres continuem a ser as principais protagonistas no seio da sua família, estimulando-as a participar no mercado de trabalho a tempo parcial ou a dedicarem-se em exclusivo à sua família, caso os seus membros assim o necessitem. Outros países estimulam a que as mães mantenham a sua participação activa no mercado de trabalho e que os pais aumentem substancialmente a sua contribuição nas tarefas familiares, dedicando-se especialmente à educação dos seus filhos. A posição que cada Governo adopta respectivamente à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, entre o Mercado de Trabalho e a Família, acaba por orientar as medidas que serão levadas a cabo nesse sentido.

Um dos inconvenientes mais graves deste tipo de medidas é a sua direcção maioritária para as mulheres, permanecendo a ideia de que as mulheres teriam que se adaptar às novas circunstâncias, enquanto que participariam simultaneamente no mundo familiar e profissional.

Actualmente são as mulheres que apresentam uma maior tendência em compatibilizar as suas funções tradicionais e recém adquiridas, o que reforça uma discriminação no mercado de trabalho. Contudo, surgiu a abertura de uma nova dinâmica, na qual os homens começam a usufruir das novas possibilidades que vão surgindo relativamente à vida familiar, descobrindo um conjunto de gratificações pessoais que antes eram praticamente desconhecidas.

Na actualidade, não se pode estabelecer uma relação simples e linear entre a actividade feminina e as Políticas Públicas de Igualdade entre homens e mulheres. As diferenças entre as Políticas de Conciliação explicam-se pelo facto de algumas sociedades europeias serem mais sensíveis que outras às novas necessidades das famílias, não ignorando determinadas tradições culturais, ideológicas e políticas. Independentemente das posições politico-ideológicas que motivam as medidas de conciliação entre a família e o trabalho, apesar dos seus limites, existem casais ou mulheres sozinhas (famílias monoparentais), que organizam muito bem as suas trajectórias. A implementação de tais medidas facilitou o nascimento de filhos desejados para uma parte importante da população, permitindo a existência de situações conjugais ou de divórcio que não se encontrem sujeitas a fortes problemas socioeconómicas e o

desenvolvimento da carreira profissional das mulheres. A ausência destas medidas dificulta em grande parte o crescimento pessoal e social da população.

Elementos na política austríaca existente encorajam as mães a cuidar dos seus filhos numa base de full-time mais do que terem empregos regulares. O sistema de benefícios austríaco tem um grande efeito na escolha entre trabalhar e cuidar dos filhos. Os incentivos para as mães cuidarem dos seus filhos a full-time variam de acordo com a idade da criança. Comparando com a Irlanda, o sistema de benefícios austríaco apoia muito mais os casais em que ambos trabalham quando as crianças têm mais de três anos de idade. Todavia, para famílias com crianças muito pequenas, a política austríaca concede significativamente mais apoio às famílias que escolhem ter um dos progenitores a cuidar das crianças a full-time do que na Irlanda.

Por sua vez, as famílias austríacas em que apenas um dos membros trabalha e têm crianças pequenas, recebem subsídios em dinheiro consideráveis, enquanto que um apoio similar para o mesmo tipo de famílias na Irlanda é muito mais baixo.

Desde 2002, o subsídio relativo à licença de cuidados prestados às crianças na Áustria é pago em cerca de 410 dólares por mês (para além de outros pagamentos relacionados com cuidados de crianças que valem cerca de 147 dólares por mês) durante 30-36 meses.

O principal problema deste benefício é que a longa duração desta licença (maior do que a duração da licença parental) pode suscitar que os pais se aproveitem desta ajuda financeira, não se apercebendo das consequências da sua ausência no mercado de trabalho a longo prazo.

Relativamente à Áustria vemos que o generoso apoio aos rendimentos das famílias com crianças muito pequenas e a elegibilidade da licença parental conduzem a uma versão de “ dar a escolha aos pais”, dando significativamente mais apoio às famílias que escolhem ter um dos progenitores a cuidar de crianças pequenas a full-time do que na Irlanda. As políticas neste país devem assegurar que os pais que desejem trabalhar mais do que um limitado número de horas tenham acesso a um apoio semelhante:

- Introduzir o direito, no trabalho a part-time, de um período de licença protegida a nível do emprego ou até à idade em que os serviços de cuidados prestados às crianças se tornem disponíveis.

- Introduzir um benefício mais alto relativo aos cuidados prestados às crianças para aqueles que desejem regressar ao trabalho mais cedo. Igualmente o período de pagamento existente reservado para o outro cônjuge poderia ser encurtado com pagamentos mais altos, de modo a estimular o uso da licença parental entre os pais.
- Reformulação das regras que estabelecem os subsídios de modo a reduzir os incentivos e concentrar os ganhos em níveis de rendimentos específicos (facilitando as opções dos pais na conciliação entre o trabalho e o cuidado de crianças).
- Associar a parte relativa aos subsídios de cuidados prestados às crianças com o uso formal dos serviços de cuidados prestados às mesmas.

Em qualquer caso, deve-se assegurar que os pais estão completamente conscientes das diferentes durações dos benefícios de cuidados prestados às crianças e também dos períodos de licença parental protegidos a nível de emprego, de forma a reduzir o risco dos pais não voltarem para o trabalho quando o período de licença parental termina.

Por outro lado, e por forma a resolver as preocupações relacionadas com a capacidade, deverá ocorrer um apoio extensivo dos serviços de cuidados prestados às crianças aos pais trabalhadores com crianças de todas as idades, através de iniciativas de diferentes níveis de Governo. Para melhorar a eficiência entre os prestadores destes serviços, deve-se considerar a deslocação dos subsídios destes serviços para os pais, com a condição de apenas utilizarem equipamentos de qualidade licenciada. Por fim, também será necessário encorajar mais empresas em participarem num processo de auditoria entre trabalho e família.

Quanto à Irlanda, deveria considerar-se a introdução do direito a trabalho a part-time para os pais com crianças muito pequenas. Também deverá ser introduzida uma estratégia de obrigações mútuas, requerendo das famílias monoparentais a procura activa de trabalho, por forma a fazer face ao alto nível de desemprego que estas famílias experimentam.

Também é necessário incentivar os empregadores e as uniões de trabalhadores para criarem locais de trabalho mais “amigos da família”, como por exemplo, através da introdução de iniciativas que fornecem, nos locais de trabalho, um serviço de aconselhamento de práticas “amigas da família”, assegurando auditorias regulares. Deve também ser considerada a hipótese de extensão dos horários extra-escolares nos equipamentos de educação.

No caso da Irlanda, o sector de serviço informal deverá ser objecto de controle através de instrumentos de qualidade, recebendo subsídios públicos para cuidar das crianças.

Relativamente à preocupação da capacidade dos serviços de cuidados prestados às crianças e à deslocação dos subsídios públicos dos equipamentos de cuidados para os pais que foram indicadas no caso austríaco, aplicam-se igualmente no caso irlandês.

5.1. As Tendências Europeias da Actividade Económica Feminina

O emprego surge como um dos principais problemas entre a conciliação da vida profissional e familiar, podendo oferecer alguns constrangimentos entre a vida dos homens e mulheres. As alterações que se verificaram no mercado de trabalho originaram transformações nas estruturas e modos de viver. O aumento da população activa feminina contribuiu para a alteração dos padrões tradicionais de repartição de tarefas, surgindo novos desafios quanto à família e ao mercado de trabalho.

A maior parte dos homens e mulheres dedicam a maior parte do seu tempo ao trabalho remunerado. O aumento da concorrência e da necessidade da competitividade da economia (influenciado pela integração nos mercados internacionais) exige uma maior dedicação ao seu trabalho, sem que tal implique um aumento da produtividade. O rendimento monetário da actividade remunerada das mulheres tornou-se fundamental para a melhoria da qualidade de vida ou até mesmo fundamental para a sobrevivência do seu agregado. Uma das motivações que faz com que a mulher entre na força de trabalho é a “lógica da necessidade”, tal como o investimento que a mulher faz na sua educação e formação, gerando na mesma uma motivação e ambição quanto à sua carreira profissional. Neste caso seguiu a “lógica da opção”, segundo a qual o custo de

oportunidade da mulher não entrar no mercado de trabalho é demasiado elevado para que esta “lógica de opção” prevaleça.

As mulheres portuguesas estão em força no mercado de trabalho. É, então, importante que se continue a verificar o aumento da taxa de actividade feminina nos próximos anos. Uma vez que as mulheres se encontram com maior força no ensino superior, sendo este número tendencialmente crescente, é normal que aumente a percepção das mulheres de que a sua realização pessoal está relacionada com o bom desempenho a nível da sua profissão. A necessidade de aumentar o rendimento do agregado familiar é outro factor que poderá influenciar a lógica da oferta de trabalho. É na população activa feminina que se espera um crescimento mais notório, prevendo-se que a taxa de actividade feminina suba, entre 1995 e 2010, na ordem dos 2,5%.

A taxa de actividade ao longo do ciclo de vida é um indicador importante para conhecer as opções do percurso profissional e familiar das mulheres.

Ao contrário do que acontece na maior parte dos países da União Europeia, em Portugal a mulher mantém a sua presença, de forma contínua, no mercado de trabalho, não havendo qualquer interrupção na sua carreira profissional no momento do casamento ou no momento do nascimento do primeiro filho. Existe um aumento da taxa de actividade até aos 25 anos, havendo posteriormente um abandono do mercado de trabalho entre os 25 e 35 anos, altura em que a maternidade ganha um peso fundamental na vida das mulheres. Entre as mulheres que interrompem a sua vida activa por um longo período de tempo, a principal razão é a necessidade de criar os filhos.

Uma vez que a actividade das mulheres portuguesas é uma das maiores da Europa, coloca-se a seguinte questão: qual o número de horas de trabalho dispendido pelas mulheres no mercado de trabalho? O número de horas de trabalho semanal varia, tal como varia o período que as mães podem dedicar aos seus filhos após o nascimento, o número de pessoas que optam por trabalhar a tempo parcial e a flexibilidade de horários permitida pelas entidades empregadoras. Em Portugal, as mulheres dedicam uma grande parte do seu tempo ao trabalho remunerado, sendo o país da Europa onde a jornada de trabalho é a mais longa entre a população feminina. O trabalho a tempo parcial ainda tem pouca extensão no mercado português.

Isto permite que surjam outras questões: será que a mulher prefere trabalhar um menor número de horas, em empregos a tempo parcial, por opção, por questões familiares (conciliação do trabalho e família) ou porque existem obstáculos no mercado

de trabalho quanto à plena participação da mulher, levando-a para o desempenho de empregos a tempo parcial?

O trabalho a tempo parcial surge como uma possível forma de flexibilidade do emprego, nomeadamente dos tempos de trabalho, adequando as novas necessidades de produção (quanto às mudanças tecnológicas ou incrementação da produção segundo os diferentes períodos do ciclo produtivo) e adaptando-se às flutuações da procura. As mulheres são o principal alvo desta flexibilização do trabalho. As empresas recorrem a esta forma de trabalho atípico com o objectivo da competitividade, havendo uma redução dos custos de mão-de-obra, usufruindo das competências específicas do trabalhador, havendo assim uma maior adaptação às oscilações do mercado.

O trabalho a tempo parcial para as mulheres constitui uma forma mais ou menos constante ao longo da sua vida profissional, com uma maior intensidade no escalão entre os 25-45 anos, o que impossibilita uma ascensão na sua carreira. Quanto aos homens, esta forma de trabalho é mais acentuada nos escalões dos 20 anos. Em muitos casos, jovens estudantes combinam os seus estudos com o trabalho, bem como as pessoas da faixa etária dos 60 ou mais anos que também trabalham neste tipo de regime (part-time).

Existem dois factores responsáveis pela escolha do trabalho a tempo parcial: a tentativa de uma melhor conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e a impossibilidade de encontrar um emprego a tempo completo.

Para os restantes países é comum assistir-se à passagem de empregos a tempo completo para empregos a tempo parcial conforme vai aumentando o número de filhos. Para as empresas portuguesas, este tipo de trabalho não é uma prática muito comum, pois os empregadores ainda não estão conscientes da necessidade de flexibilizar os horários de trabalho, facilitando a conciliação entre trabalho e família. Como consequência, aumentaria a motivação dos trabalhadores e a produtividade da empresa. Outro factor importante que também pode ser considerado responsável pela fraca percentagem do trabalho parcial são os níveis salariais de Portugal, comparando com os outros países da União Europeia. Os fracos rendimentos fazem com que o casal tenha de trabalhar a tempo completo, obtendo maiores receitas para o sustento da sua família.

Ainda a nível do trabalho a tempo parcial, é importante ter em consideração que existe uma parte da população que trabalha um número inferior de horas do que aquele que gostaria de trabalhar: o subemprego, ou seja, a totalidade de indivíduos com uma actividade remunerada que trabalham um número de horas inferior às desejáveis.

Quanto ao desemprego e emprego feminino, torna-se importante analisar o seu local de trabalho, sendo encontradas diferenças entre homens e mulheres relativamente ao facto de quem trabalha mais em casa e quem trabalha mais na empresa.

A actividade feminina também deve ser abordada segundo as remunerações, nomeadamente as diferenças entre homens e mulheres, sendo facilmente verificável que as mulheres se encontram numa situação menos favorável. Uma grande parte das mulheres encontra-se no mercado de trabalho, exercendo uma profissão, mas no que diz respeito ao tipo de contrato de trabalho, à antiguidade no emprego e a nível remuneratório, as diferenças persistem, e negativamente do lado feminino. A maioria das mulheres encontra emprego com contrato a tempo certo, trabalhos mais precários, reflectindo-se em menores níveis de antiguidade. Ao comparar a remuneração média de base, tal como os ganhos médios mensais, a mulher recebe sempre menos que o homem, dentro do mesmo grupo etário, com as mesmas habilitações literárias e com as mesmas qualificações profissionais.

As diferenças salariais entre homens e mulheres são constantes, havendo uma clara discriminação de género, reflectindo-se na organização da vida familiar. A remuneração feminina é muito importante como componente do rendimento do agregado doméstico sendo, na maior parte das vezes, imprescindível para os cuidados e educação dos filhos. Mesmo assim, as mulheres recebem salários inferiores aos salários masculinos, pois o trabalho feminino é menos valorizado quer no mercado de trabalho em geral, quer no seio do agregado doméstico.

A análise das remunerações permitiu concluir que existe uma desigualdade entre homens e mulheres, sendo um dos factores explicativos para esta situação a desigual participação dos homens e mulheres nas actividades familiares e cuidados e apoio prestado à família. Sendo atribuído às mulheres um trabalho de maior precariedade, com menores níveis de antiguidade e de baixas remunerações, naturalmente será pedido ao sexo feminino que abdique do seu emprego e progressão na carreira. O sair mais cedo do emprego, acompanhar os filhos ao médico sempre que estes necessitem, o estar presente numa reunião de pais na escola ou o cuidar de um familiar doente na família são factores que normalmente são atribuídos quase sempre à mulher, tendo esta que sacrificar a sua carreira para o bem e acompanhamento da sua família.

Existe um ciclo vicioso que caracteriza as remunerações e a progressão na carreira das mulheres. As mulheres são tradicionalmente responsabilizadas pelo cuidado e apoio à família, o que oferece como consequência o afastamento, mesmo que

temporário, da actividade profissional o que, por sua vez, dificulta o acesso a prémios, acabando por prejudicar directamente os ganhos e a progressão na carreira.

A baixa participação dos homens nos cuidados e apoio à família e a excessiva participação feminina nestas tarefas, permite uma actuação das entidades patronais, no sentido de mudar o actual estado da situação. Torna-se fundamental uma maior igualdade de oportunidades de progressão na carreira, tal como de incentivos, por parte da entidade empregadora, para que os homens participem mais na vida familiar e de forma mais efectiva.

A nível da sua experiência prática, as mulheres são menos valorizadas que os homens, acentuando-se esta desvalorização nos níveis educativos superiores. As mulheres têm contratos mais precários do que os homens, sendo mais afectadas pelo desemprego, com excepção da Finlândia, da Suécia e do Reino Unido. Em 1993, na Grécia, em Portugal e na Espanha, as taxas de desemprego femininas eram muito mais elevadas do que as masculinas, duplicando o desemprego feminino face ao masculino em Espanha. O trabalho a part-time, nos anos 90, consistia numa actividade mais feminina do que masculina, sendo muito comum nos Países Baixos, no Reino Unido e na Alemanha, onde em 1993 as mulheres em trabalho parcial eram representadas por 64%, 45 % e 32 % respectivamente, sobre a taxa total da população activa feminina. Nos Países Baixos e na Dinamarca, os homens também mostram taxas de emprego a part-time bastante elevadas (15 % e 11 %) comparativamente com outros países europeus. No sul da Europa, a proporção de mulheres activas que trabalham a part-time é muito menor do que no resto dos países da União Europeia.

Ter filhos afecta as taxas de actividade das mulheres, variando estas taxas nos países europeus. Na Dinamarca e em Portugal, as mulheres apresentam um elevado nível de actividade seja qual for o número e idade dos filhos. Na Alemanha, nos Países Baixos e no Reino Unido, as taxas de actividade descem segundo o número de filhos e aumentam quando as mães regressam ao trabalho porque os seus filhos já são maiores, sendo a descontinuidade do trabalho feminino frequente nestes países. Na Bélgica e na França, as taxas de actividade feminina dependem mais do número de filhos do que a idade desses filhos. Na Espanha, na Grécia, na Irlanda, na Itália e no Luxemburgo, as taxas de actividade feminina tendem a diminuir à medida que aumenta o número de filhos.

A chegada do primeiro filho encontra-se associada com uma diminuição da taxa de actividade económica na Finlândia, na Alemanha, na Irlanda, nos Países Baixos e no

Reino Unido. As taxas de actividade diminuem em quase todos os países da União Europeia (excepto a Bélgica e a Dinamarca) quando as mães têm dois filhos, diminuindo em todos os países da União Europeia quando a mãe tem três filhos, uma vez que o impacto do terceiro filho é maior do que o impacto do segundo filho, na maioria dos casos.

As taxas de emprego para as mães com crianças que não atingiram ainda os três anos de idade são de cerca de 70% na Áustria, mas apenas 32% estão a trabalhar (a restante percentagem de mães está de licença parental), comparando com os 45% na Irlanda. Contudo, as taxas de emprego entre as famílias monoparentais na Irlanda correspondem apenas a metade das taxas de emprego entre este tipo de famílias na Áustria, onde cerca de 80% das famílias monoparentais estão a trabalhar.

Uma cultura de longas horas de trabalho caracteriza estes dois países. Cerca de um terço de todos os homens austríacos e irlandeses trabalham cerca de 43 horas por semana, com 11% e 14% respectivamente a trabalhar 60 horas ou mais por semana. Estes horários são mais elevados do que na maioria dos restantes países europeus.

O nascimento de uma criança é um factor determinante no comportamento do trabalho feminino, enquanto que tornar-se um pai raramente afecta o comportamento do trabalho masculino. Normalmente, causa menos danos ao rendimento familiar quando o progenitor com menores rendimentos (normalmente a mãe) reduz as suas horas de trabalho. Como resultado, e apesar da igualdade de género em termos de níveis de educação, as mulheres encontram um maior risco em permanecerem em trabalhos, os quais não incentivam as suas carreiras. Esta falha de género, em termos de qualidade de trabalho, ainda é maior do que a falha relativa às taxas de emprego.

Esta falha de género no emprego, na Áustria, é mais pequena do que na Irlanda (15% e 22% respectivamente). Contudo, a falha relativa ao salário é mais pequena na Irlanda (19%) do que na Áustria (entre 20% a 30%). As perspectivas de carreira femininas na Áustria são influenciadas pelo longo tempo em que estas mães não estão a trabalhar no período a seguir ao nascimento das crianças. Muitas mulheres usam o período de licença parental até ao segundo aniversário da criança e na fim da utilização da licença, praticamente metade das mães não regressam ao trabalho, muitas vezes até a criança ser mais velha. Entre as mães que regressam ao trabalho, cerca de 40% destas mães encaminham-se para o chamado emprego marginal com ganhos limitados. O “Returners Programme” criado pelo sector de emprego público foi especificamente

designado para ajudar estes pais com longas interrupções a voltar ao mercado de trabalho.

Na Irlanda como as condições e períodos das licenças são mais curtos do que na Áustria, mais mulheres com crianças pequenas encontram-se a trabalhar. Comparativamente com a Áustria, o aumento de taxas de emprego femininas na Irlanda ocorreu apenas recentemente, sendo que relativamente poucas mulheres irlandesas tiveram tempo para assumirem cargos de gestão e liderança.

Existem também alguns empregadores que percebem as mulheres como menos comprometidas com a sua carreira do que os homens, acabando por investir menos nas próprias carreiras femininas. Até certo ponto este facto torna-se num ciclo vicioso: as mulheres trabalhadoras têm poucos incentivos para desenvolverem a sua carreira se percebem que a probabilidade dessa progressão é mais limitada para elas do que para os homens, ficando assim mais disponíveis para desinvestirem/desistirem das suas oportunidades de trabalho, acabando por trabalharem muitas vezes em empregos que não valorizam as suas reais competências.

Sendo que permite mais tempo para cuidar das crianças, o emprego a part-time é muitas vezes olhado como uma forma atractiva para os pais, de forma a cuidarem das suas crianças, ao mesmo tempo que mantêm uma ligação ao mercado de trabalho, especialmente quando as crianças são muito novas.

Na Irlanda e até certo ponto na Áustria, o sector dos serviços em expansão facilitou um aumento do emprego em part-time, que desde 1990 tem sido remunerado numa base comparável ao emprego a full-time. Nem todos os tipos de emprego a part-time são iguais, e o seu valor como uma solução de conciliação depende em parte de não ficar envolvido em trabalhos mal pagos e precários, sobretudo por parte das mulheres trabalhadoras.

5.2. Os Serviços de Cuidados Prestados às Crianças e suas Implicações na Gestão da Vida Profissional e Familiar

A prestação de serviços concedida às famílias pode ser disponibilizada pela Administração Pública (gratuitamente ou como contrapartida do pagamento de uma taxa) ou pelo mercado. No primeiro caso, a sua diversidade advém da titularidade pública ou privada da agência que presta tais serviços, quer a nível do seu

financiamento, como a nível da sua gestão e provisão. Estes serviços podem ser prestados pelo voluntariado ou pelo sector informal. Os serviços formais variam entre os jardins de infância, os serviços de assistência ao domicílio, os centros de dia, etc.

Uma das dificuldades que os pais e as mães com filhos com menos de seis anos enfrentam relativamente ao sistema educativo formal nos países europeus, é o cuidado dos filhos durante o horário de trabalho. As sociedades modernas actualmente intervêm para a solução desta dificuldade, através da disponibilidade de serviços formais, da Administração Pública e dos serviços informais existentes no mercado.

Os serviços formais e públicos de guarda das crianças foram originalmente direccionados para as classes mais desfavorecidas socialmente. A tendência de aumento do “bem-estar misto” (*Welfare mix*) encontra-se associada à ligação crescente entre a Administração Pública e os agentes governamentais, originando uma oferta de serviços de guarda das crianças no local de trabalho por parte de grandes empresas na Europa.

Os níveis de oferta dos serviços públicos de guarda das crianças variam de país para país, através da finalidade subjacente à provisão dos serviços formais. Em alguns países, a atenção disponibilizada para as crianças com menos de 6 anos é considerada como uma preparação para a sua entrada no sistema escolar, baseando-se em critérios pedagógicos. Em outros países, os cuidados prestados às crianças destinam-se a facilitar a incorporação das mães no mercado de trabalho. Podemos concluir que estes serviços de guarda e custódia demonstram carências no campo da socialização, apesar da oferta desses serviços públicos se basear em programas educativos.

É necessário ter em conta que a provisão de guarda de crianças se encontra submetida às crenças que os cidadãos de um país têm relativamente ao facto de, nos primeiros anos de vida da criança, a mãe ser considerada sua responsável. Segundo esta concepção, em alguns países, permanece a ideia de que as mães com filhos pequenos não deveriam trabalhar fora de sua casa. Este ponto de vista poderá ser encarado como um incentivo ao desenvolvimento de licenças parentais.

Os países que melhor se encontram situados no campo da educação pré-escolar são a França, a Bélgica e a Alemanha. A Dinamarca e a Suécia são os países mais avançados quanto à atenção dada à primeira infância. A França foi um dos países que, desde muito cedo, considerou um dever o desenvolvimento de serviços formais de guarda das crianças, pois o valor pedagógico da educação pré-escolar foi um dos principais motivos para o seu desenvolvimento, excedendo a preocupação atribuída ao trabalho das mães jovens.

Em França, a partir de Janeiro de 1995, aumentou a ajuda disponibilizada à família através da contratação de amas para o cuidado de crianças com menos de 6 anos no domicílio familiar (*Aide à la famille pour l'emploi d'une assistante maternelle agréée, AFEAMA*), calculando-se que este subsídio trimestral cobriu aproximadamente 70 % do custo bruto do serviço. Esta ajuda, criada em 1990, não está submetida à condição dos recursos, sendo prestada às famílias em que trabalham ambos os cônjuges com filhos menores de 6 anos, dando emprego a uma ama que cuide das crianças na sua casa. Em Junho de 1997, existiam 400 mil beneficiários desta prestação e cerca de 320 mil amas registadas. Aumentou-se em 50 % o subsídio para os cuidados infantis ao domicílio por uma terceira pessoa (*Allocation de garde d'enfant à domicile, AGED*). Este subsídio trimestral, existente desde 1986 para famílias em que ambos os cônjuges são trabalhadores activos, consiste no pagamento de cotizações sociais (salariais e patronais) correspondentes ao salário mínimo das empregadas domésticas. Trata-se de uma prestação que não se encontra submetida à condição dos recursos económicos. Quando a criança tem menos de 3 anos, o subsídio cobre a totalidade das cotizações. Em 1995, assistiu-se a um aumento das prestações para famílias com crianças entre os 4 e os 6 anos, com a atribuição de um subsídio que apenas cobria metade das cotizações.

Desde 1995, esta prestação registou um êxito crescente, pois graças a esta ajuda, e independentemente do número de filhos, os pais que exercem uma actividade profissional, tendo o seu filho mais novo menos de 6 anos, podem empregar uma pessoa em sua casa para tomarem conta dos seus filhos. A redução dos impostos associada aos empregos familiares, faz com que as famílias beneficiárias da *AGED* possam diminuir o seu imposto sobre os rendimentos para metade dos gastos realmente efectuados.

Um dos inconvenientes das prestações como a *AFEAMA* e a *AGED* reflecte-se na sua pequena equidade, uma vez que beneficiam as famílias que podem descontar na sua declaração de rendimentos. Ao contrário, aquelas famílias isentas de declarar ou com recursos financeiros limitados não podem contratar amas, dispondo de uma menor margem de manobra para a prestação de cuidados aos seus filhos pequenos. Este problema reflecte-se não só nas desigualdades de acesso dos sistemas de guarda das crianças, como coloca em perigo os serviços formais e públicos de guarda das crianças, através da diminuição das inscrições nesses mesmos serviços por parte das categorias mais ricas da população. O financiamento dos equipamentos para a primeira infância deve-se aos subsídios familiares e a uma participação monetária dos pais, calculada em

função do seu rendimento. Este sistema penaliza os municípios em que se concentram as famílias mais pobres.

A Itália é um dos países em que a educação pré-escolar para as crianças entre os 3 e os 6 anos se encontra bastante desenvolvida, mas não abrange as crianças entre os 0 e os 3 anos. Estes serviços são designados por “*nidi d’infanzia*” ou “ninhos de infância”, enquanto que os serviços destinados a crianças entre os 3 e os 5 anos são designados por “*scuole materne o per la infanzia*”, ou seja, “escolas maternas para a infância“. As crianças com mais de 6 anos frequentam a escola e dispõem de serviços em que as aulas são vigiadas (“*servizi do doposcuola*”). A grande diferença entre o número dos “ninhos de infância” e as “escolas maternas para a infância” apresenta uma explicação histórica e reflecte distintas finalidades sociais, educativas e didácticas de ambas as instituições. Em 1994, existiam 2200 “ninhos” (2000 públicos e 200 privados), cobrindo teoricamente cerca de 5,8 % de todas as crianças entre os 0 e os 3 anos, existindo enormes diferenças entre os municípios e regiões, quer relativamente à oferta, como à procura. O parlamento italiano aprovou uma Lei a 30 de Julho de 1997, cuja finalidade foi a de incentivar a inovação no campo dos serviços para a primeira infância.

Ao contrário dos “ninhos”, as “escolas maternas para a infância” passaram a depender do Estado em 1968, pois o Estado e os municípios constituem os provedores básicos deste serviço pré-escolar. Em 2000, 90 % das crianças entre os 3 e os 6 anos frequentavam as escolas para a infância. Estas escolas, apesar de não serem obrigatórias, oferecem um serviço público quase universal. A diferença entre os “ninhos de infância” e as “escolas maternas” centra-se no facto dos custos dos primeiros estarem parcialmente a cargo dos pais, enquanto que as “escolas maternas” são praticamente gratuitas, já que as famílias apenas têm de pagar a cota de inscrição e a alimentação das crianças.

Na Alemanha também se observam grandes diferenças entre a assistência a crianças entre os 0 e os 3 anos e os 3 e os 6 anos entre 1990 e 1994. Tal como na Itália, os serviços públicos alemães de guarda de crianças para mais de três anos não são criados para apoiar as mães na conciliação entre família e o emprego, mas sim para ajudar os pais nos esforços para educar os seus filhos, ajudando-os na adaptação ao mundo exterior. As organizações voluntárias e a Administração Local oferecem serviços para melhorar a educação das crianças, consistindo em horários em part-time e apenas para crianças com mais de três anos. Relativamente às crianças com menos de

três anos, a concepção alemã defende que estas crianças devem ficar em casa com a sua mãe.

O Reino Unido foi o país em que a provisão de serviços públicos para a educação pré-escolar encontrou uma resposta mais duvidosa por parte das autoridades. Os Governos conservadores sempre se opuseram à responsabilidade do Estado e ao desenvolvimento de uma política pública no campo da educação pré-escolar. Margaret Thatcher manifestou explicitamente o seu protesto relativamente aos serviços de guarda infantil. Em 1991, já não foi possível ignorar por mais tempo a insuficiência de serviços formais de guarda das crianças e o Governo aprovou um plano que previa reduções fiscais para os empresários que quisessem criar serviços de guarda das crianças. Os resultados desta iniciativa foram bastante limitados.

Em 1994, o primeiro-ministro britânico comprometeu-se em aumentar o número destes serviços para todas as crianças com 4 anos, de modo a cobrir gradualmente a procura dos mesmos pelos pais, enquanto que o Ministério da Educação estabeleceu uma comissão especial para concretizar este compromisso. O resultado anunciado em 1995, foi a proposta de um sistema de cheques escolares das autoridades locais para todos os pais que tenham a possibilidade de contratar livremente os serviços formais de guarda de crianças, utilizando esses cheques.

As reformas propostas por Tony Blair converteram esta tendência dos anos 90, que consiste sobretudo na elaboração de uma estratégia que fomente a inserção no mercado de trabalho daqueles que possam ceder à tentação de se tornarem dependentes das ajudas sociais. Em muitas famílias, o custo dos serviços de guarda das crianças constitui um importante obstáculo para o trabalho das mulheres, sendo que muitas delas se vêem obrigadas a optar por deixar o trabalho ou gastar todo o seu ordenado em serviços de guarda para crianças.

O *Childcare Tax Credit* vigente ofereceu apoio às famílias com rendimentos baixos e médios, através do sistema fiscal, cobrindo até 70 % do custo dos serviços de guarda das crianças. Este programa pretende não só ajudar os pais com os gastos dos serviços de guarda de crianças, como também fazer com que estes tenham acesso a serviços de qualidade. O Governo Blair está decidido a concretizar importantes modificações, de modo a que esses serviços se compatibilizem com o horário de trabalho dos pais.

Nos países escandinavos, sempre se atribuiu grande importância ao desenvolvimento dos serviços de guarda de crianças. Contudo, deve-se evitar um erro:

ter a ideia de que existe um modelo de bem-estar comum baseado na concepção partilhada das mulheres trabalhadoras e mães. Com muita frequência este paradigma nórdico não passa de uma generalização abusiva do modelo sueco.

Na Suécia, ao mesmo tempo que se valoriza positivamente a participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado e nas actividades públicas em geral, tentou promover-se a responsabilidade parental (do pai e da mãe) relativamente aos cuidados prestados às crianças, actuando especificamente sobre os progenitores masculinos e aliviando as cargas inerentes às tarefas educativas das famílias, através de uma boa rede de serviços de guarda das crianças e de outros centros extra-familiares de cuidados prestados às crianças e de outros familiares dependentes.

Na Dinamarca, a Administração Local é responsável em promover os serviços de guarda das crianças, uma vez que a procura por estes serviços é bastante forte, pois 90 % das mães dinamarquesas são activas e o Governo assumiu um compromisso de garantia de serviços de guarda para crianças entre 1 a 5 anos antes de 1996.

Em Espanha, os níveis de escolarização para crianças entre os 3 e os 6 anos são bastante positivos, mas os serviços de guarda para crianças com menos de 3 anos são muito escassos. Neste país, as medidas de desenvolvimento da educação infantil nunca foram concebidas para que os pais (fundamentalmente as mães) pudessem compatibilizar as suas responsabilidades familiares e profissionais. A Lei orgânica 1/1990 de 3 de Outubro (*Ley General de Ordenación del Sistema Educativo, LOGSE*) estabelece que o período entre os 0 e os 6 anos de idade seja abrangido pelo sistema educativo. Esta etapa educativa mantém o seu carácter voluntário, dividindo-se em dois ciclos: o primeiro abrange até aos 3 anos de idade e o segundo até aos 6 anos, em que se dá início à escolaridade obrigatória. As taxas de escolarização em centros públicos para crianças de 4 e 5 anos são bastante elevadas, enquanto que o número de serviços de guarda com menos de três anos é muito reduzido, uma vez que o Ministério da Educação não criou centros com classes que abrangessem estas crianças. Isto significa que a provisão destes serviços é deixada para as autoridades locais ou para a iniciativa privada, sendo estes serviços pagos ao contrário dos serviços oferecidos pelos centros educativos públicos.

O sistema fiscal espanhol estabeleceu uma dedução na cota de declaração do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Físicas (*IRPF*) pela razão de gastos de custódia de crianças com menos de três anos cujos pais trabalhassem fora de casa.

A pouca existência de centros públicos responsáveis pelos cuidados de crianças com menos de 3 anos explica-se por razões políticas mas também devido a uma falta de uma procura registada. As causas desta pouca procura de serviços devem-se a duas razões fundamentais: as elevadas taxas de desemprego da população feminina jovem fazem com que muitas mães não procurem estes serviços; e a existência de um grande número de avós inactivas, que vivem próximas das casas das suas filhas e que estão dispostas a cuidar dos seus netos, quando as suas filhas trabalham fora de casa. Estes dois factores podem originar rapidamente uma nova situação que provavelmente provocaria uma maior procura. Em primeiro lugar, uma melhoria no mercado de trabalho fará com que muitas mulheres com crianças pequenas comecem a realizar trabalhos extra-domésticos, que até há pouco tempo eram inactivas porque tinham escassas possibilidades de encontrar emprego. Em segundo lugar, existirá cada vez menos donas de casa de meia idade que possam tomar conta dos seus netos, uma vez que se encontram empregadas e já participam no mercado de trabalho.

Na Dinamarca, as mães permanecem no mercado de trabalho devido aos benefícios das licenças associados às crianças. Uma retirada temporária do mercado de trabalho é algo comum neste país, mas cada vez mais as mães permanecem no mercado de trabalho, ajustando o seu horário ao trabalho remunerado. As mães e os pais que trabalham optam pelos serviços de guarda das crianças, de modo a satisfazerem esta necessidade. Porém, é necessário que os pais que pretendem manter-se no mercado de trabalho, encontrem um equilíbrio entre a qualidade e o preço dos serviços disponibilizados. Nos Países Baixos, os serviços informais desempenham um papel importante: é mais barato e os pais sentem-se mais à vontade utilizando um apoio de um familiar, amigo ou vizinho. Todavia, existe uma consideração relativa aos serviços formais de cuidados prestados às crianças que consiste num bom desenvolvimento das crianças, dada a sua colocação neste último tipo de serviços (Dinamarca).

As políticas governamentais influenciam a qualidade e o preço. O uso de serviços formais aumentou quer na Dinamarca, quer nos Países Baixos. A Dinamarca apresenta um elevado número de serviços formais que abrangem crianças de tenra idade, em que os pais se habituaram à utilização destes serviços. A despesa pública com os serviços formais é elevada, uma vez que é considerada como um investimento do futuro, dado que promove o desenvolvimento infantil, conhecimentos educacionais, equidade de género e uma oferta futura no mercado de trabalho.

Nos Países Baixos, a despesa pública está relacionada com considerações do mercado de trabalho. Este país assistiu ao aumento das taxas de participação nos serviços formais das crianças, mas em diferentes tipos de provisão, níveis de utilização e diferentes métodos de organização e financiamentos. Nos Países Baixos, onde os trabalhadores desenvolvem um papel muito importante, centram-se na escolha parental relativa às facilidades de cuidados prestados às crianças, ignorando um pouco a qualidade destes serviços, ao contrário do que acontece na Dinamarca.

Os diferentes serviços de cuidados prestados às crianças podem dividir-se em 4 categorias:

- 1) Cuidados prestados às crianças em centros que por vezes são organizados no sector educativo (“*centre-based care*”).
- 2) Amas que trabalham na sua própria casa, tomando conta de uma ou mais crianças (“*family day care*”).
- 3) Amas que trabalham na casa da criança e que por vezes vivem com essa mesma família.
- 4) Serviços informais prestados por membros familiares, amigos e vizinhos.

As Políticas Públicas, por vezes, concentram-se nas duas primeiras categorias, enquanto que os serviços informais e o uso de amas raramente são financiados pelo sector público. Os serviços informais estão actualmente menos disponíveis devido às mudanças de estilo de vida: não só as mães como as avós trabalham. Cada vez mais as famílias vivem longe das redes de apoio familiares. Todavia, os serviços informais continuam a permanecer como uma importante estratégia de conciliação da vida familiar e do trabalho.

Os diferentes tipos de serviços formais existentes na Dinamarca consistem em instituições do Governo local e em instituições autónomas, sendo que:

- “*Crèches*”, para crianças entre os 6 meses e os 3 anos.
- Jardins de infância (“*Kindergartens*”) para crianças entre os 3 e os 6 anos.

- “*Age integrated institutions*” cobrindo crianças de todos os grupos de idades.
- “*School leisure time facilities*” (SFO) para crianças pequenas após a escola, muitas vezes nos pátios da própria escola.
- “*Pool Scheme Institutions*” acordos privados estabelecidos com os municípios (podendo estes acordos serem iniciados por trabalhadores com crianças, sociedades imobiliárias, quadros de escolas privadas). As firmas privadas são as únicas que podem participar destes esquemas, mas não beneficiam de nenhuma remuneração por parte dos serviços prestados às crianças.
- “*Family Day Care*” para crianças entre os 6 meses e os 3 anos, em que os responsáveis pelas crianças são supervisionados pelos municípios e recebem apoio de centros que disponibilizam os responsáveis pelos cuidados prestados às crianças, onde se reúnem semanalmente em grandes grupos.

Os diferentes tipos de serviços formais existentes nos Países Baixos são:

- “*Child Day Care Centres*”, centros de dia que recebem crianças entre as 6 semanas e os 4 anos, sendo prestados por instituições privadas que recebem ou não uma remuneração.
- “*Family Day Care*”, serviços responsáveis pela guarda das crianças mediados através de um oficial de uma agência de centro de dia (entre 0 a 4 crianças, 1,3 % frequentam esta instituição).
- “*Play Groups*” para crianças entre os 2 e os 3 anos de idade, onde brincam com os seus amigos. Semanalmente, as crianças frequentam entre 2 a 3 sessões, correspondendo a 2.5 a 4 horas.
- Pré-escolar “*Primary School Kindergarten*” para crianças a partir dos 4 anos até à escola primária, pertencendo ao sistema educativo (o máximo de 5.5 horas por dia).

- “*Out-of-School Hours Care*” para crianças pequenas em idade escolar, muitas vezes em associação com os serviços de guarda prestados às crianças.

Na Dinamarca, o “*Home-Based Care*” é supervisionado pelos municípios e representam cerca de dois terços dos serviços relativos aos cuidados prestados às crianças, utilizados por crianças com menos de três anos. Após os três anos de idade, a utilização deste centro declina a favor do “*centre-based care*”. Em oposição, nos Países Baixos apenas 10.500 crianças (por ano cerca de 200 mil crianças nascem nos Países Baixos) usam o “*Family Day Care Service*” reflectindo a preferência do uso de “*centre based care*”, ou então não utilizam serviços formais.

Nos Países Baixos, os serviços equivalentes contam com praticamente toda a participação dos serviços para crianças entre os 4 e os 5 anos. Estes abrangem a escola primária, após o período de aulas e apenas durante uma parte do dia. Muitas crianças que frequentam os “*centre-based care*” utilizam outras formas de serviços formais para preencher outras horas do seu dia (a Dinamarca não tem este sector educativo).

O tipo de organização relativo aos serviços de cuidados prestados às crianças varia entre os países, existindo na Dinamarca uma provisão fornecida pelo Governo local em cerca de 70 % e um sector não lucrativo (“*self-governing facilities*”) que oferece cerca de 30 % dos “*centre-based childcare*”. Estes últimos são constituídos por um grupo de pais de uma determinada área, mas também podem ser constituídos pelos trabalhadores com crianças e sociedades imobiliárias.

O Governo local na Dinamarca é o principal agente fornecedor dos serviços formais, enquanto que nos Países Baixos esta responsabilidade é atribuída ao sector privado. Na Dinamarca, a visão predominante consiste na provisão pública dos serviços, com a autoridade local responsável pela sua gestão, pelo que a responsabilidade também é atribuída às associações de pais, garantindo a qualidade e capacidade desses serviços. Nos Países Baixos, a provisão dos serviços dá-se maioritariamente a nível privado. Neste país, o papel dos municípios é tradicionalmente maior, sendo também importante a atribuição de subsídios, que são fornecidos pelo Governo central para os seus próprios centros ou centros não lucrativos. Neste país, existe uma resistência ao pesado encargo dos custos dos serviços no orçamento público, pois é considerado que esta situação deverá estar a cargo dos pais. O sector privado desempenha um papel importante na provisão dos serviços nos Países Baixos, não ignorando outros mercados de prestação de serviços (cuidado prestado a idosos e incapacitados).

Nos Países Baixos, os empregadores deverão partilhar equitativamente os custos dos serviços prestados às crianças com os pais e o Governo. O envolvimento do empregador não favorece a provisão pública mas sim a provisão privada destes serviços.

Em Portugal, alguns pais recorrem a serviços de cuidados às crianças a full-time para os seus filhos muito pequenos, independentemente das perspectivas de emprego e dos rendimentos familiares. Alguns pais recorrem aos serviços informais, ou seja, a familiares ou vizinhos, sendo estes encarados como meios não dispendiosos e de confiança. Este tipo de cuidados nem sempre existe ou limita-se a algumas horas semanais. Em outras situações, os pais recorrem a serviços formais ou informais pagos. Tendo em conta o preço, a acessibilidade e a qualidade, os pais que trabalham recorrem a diversos tipos de cuidados, conjugando os serviços de cuidados às crianças com as suas responsabilidades profissionais.

A política de cuidados às crianças é determinada segundo a oferta de serviços e de mão-de-obra, tal como pelas preocupações relacionadas com o desenvolvimento e educação das crianças. Esta política deverá obter um equilíbrio entre estes objectivos, variando conforme os países e a idade das crianças. A política dos serviços públicos de cuidados às crianças com menos de três anos coincide com a conciliação entre a vida profissional e familiar, enquanto que nas crianças de mais idade, os objectivos educativos apresentam um peso maior.

Em Portugal, as mães podem optar por abandonar temporariamente o seu trabalho por forma a cuidar dos seus filhos muito pequenos, uma vez que de forma geral, os serviços de cuidados prestados às crianças não se encontram muito acessíveis. O nosso país apresenta uma taxa relativamente elevada de mulheres a trabalhar em full-time, o que aumenta a necessidade de serviços de cuidados prestados às crianças a tempo inteiro, para crianças com menos de três anos e a ocupação dos tempos livres para as crianças em idade escolar. Para muitas mães, os seus horários de trabalho e a necessidade de manter o nível económico familiar são vistos como os principais obstáculos que as impedem de se dedicarem mais tempo aos seus filhos (existe em Portugal o receio de que as crianças pequenas possam por vezes ser deixadas sozinhas).

O principal objectivo deveria consistir na escolha dos pais quanto ao tipo de cuidados que preferem (incluindo os cuidados parentais), usufruindo da capacidade dos serviços existentes. Para tal, é preciso alterar a estrutura do mercado dos serviços de cuidados às crianças, uma vez que esta actualmente exige a compra desses serviços a tempo inteiro. Este facto constitui uma forte barreira quanto à maior utilização do

trabalho a part-time em Portugal. Sendo um dos objectivos do Governo conseguir um maior recurso ao trabalho a tempo parcial, deve-se rever a estrutura das mensalidades, diferenciando-as segundo as horas de cuidados a serem utilizadas. Muitos pais preferem recorrer a amas informais (cuidados de carácter familiar), uma vez que permitem a flexibilização do horário de trabalho e também um ambiente familiar.

Quanto aos equipamentos para as crianças com menos de três anos, estes consistem em equipamentos sociais colectivos. Em Portugal, as crianças muito pequenas começam a frequentar as creches quando termina o quarto ou o quinto mês de licença de maternidade. Este tipo de equipamento exige uma frequência entre três ou quatro meios dias por semana. As crianças podem permanecer nestes equipamentos durante onze horas por dia, sendo uma prática habitual entre os centros privados do sector, uma vez que a duração do tempo de guarda por dia varia nestes equipamentos (consultar **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos** quanto ao quadro relativo às *Principais Características dos Equipamentos de Cuidados à Criança, em Portugal*, página 165).

Os cuidados às crianças prestados pela família são os mais utilizados no caso de crianças muito pequenas. Estes cuidados podem realizar-se em casa do responsável pelos cuidados prestados às crianças, sendo frequentemente o caso de infantários privados, ou na casa dos pais, quando a criança fica ao cuidado de uma ama. Esta ama poderá apresentar ou não qualificações profissionais reconhecidas formalmente, tal como uma situação formal de emprego. Os pais que optam por esta solução, valorizam dois factores: 1) a criança permanece num ambiente familiar, permitindo o desenvolvimento de relações pessoais entre a criança e o responsável por esses cuidados; 2) permite horários mais alargados e flexíveis que os oferecidos pelos equipamentos colectivos e que, por sua vez, limitam a actividade profissional dos pais. Porém, não é ignorada a preocupação relativa à qualidade dos cuidados prestados pelas amas informais.

Quanto aos equipamentos para as crianças em idade pré-escolar, em Portugal, os cuidados às crianças entre os 3 e os 6 anos de idade oferecem uma pluralidade de equipamentos colectivos, sendo alguns deles estritamente recreativos (centros de actividades de tempos livres, “*drop-in day care centres*”, grupos de jogos, enquanto que outros equipamentos colectivos estão orientados para o sector do ensino (jardins de infância e estabelecimentos pré-escolares). No nosso país, os jardins de infância aceitam inscrições de crianças com 3 ou mais anos, mas a frequência diária poderá ir até às 8

horas, estando esta de acordo com as necessidades dos pais. Os programas educativos são muitas vezes coordenados com actividades de tempos livres socioeducativas.

Os equipamentos disponíveis para os cuidados prestados às crianças aumentaram desde o início dos anos 90, apesar da utilização dos equipamentos formais variar entre os países e segundo a idade das crianças. A escolha pela guarda parental ou por outras estruturas de serviços informais e personalizados, associada à pouca capacidade e custos relativamente elevados dos serviços formais para crianças muito pequenas, justificam o aumento da utilização desses serviços segundo a idade das crianças.

Em Portugal, 75 % das crianças entre os 3 e os 6 anos, estão inscritas em equipamentos pré-escolares, sendo estes responsáveis pela organização de actividades de tempos livres, o que faz com que estes serviços sejam utilizados a full-time. Em oposição, cerca de 22% a 23 % das crianças com menos de 3 anos frequentam serviços formais. A taxa de emprego das mães com filhos muito pequenos (70 %) é facilitada pela disponibilidade dos serviços formais (que possibilitam o emprego a full-time) mas também pela confiança sentida na ama (12 %) e na guarda prestada por familiares (36%). Em Portugal, existe a preocupação de que as crianças pequenas, existentes em famílias de baixos rendimentos, de serem por vezes deixadas sozinhas, uma vez que não tem acesso aos serviços informais. O acesso a estes últimos reflecte-se numa preocupação destas famílias que recentemente se deslocaram para a área urbana de Lisboa, não tendo assim o apoio dos seus familiares.

As Políticas Públicas intervêm no sector dos serviços prestados às crianças com o objectivo de proporcionar condições sociais e educativas que permitam o desenvolvimento saudável das crianças, sendo também importante permitir aos pais, através destes serviços, uma conciliação entre a vida profissional e familiar. Através do usos desses serviços, a taxa de actividade aumenta, produzindo mais riqueza e gerando um efeito de alavanca sobre as finanças públicas.

Os serviços de cuidados prestados às crianças, dentro e fora do horário escolar, não são suficientes para satisfazer as necessidades dos pais. Existem diversas desigualdades no acesso aos serviços informais: muitas famílias não acedem à ajuda de familiares, amigos ou vizinhos, os grupos de baixos rendimentos ou de fraco nível de educação têm mais dificuldade em conseguir a ajuda de terceiros, enquanto que as taxas de ocupação dos serviços formais variam entre países, reflectindo assim as várias necessidades e políticas em matéria de desenvolvimento da capacidade dos serviços de cuidados às crianças.

Em Portugal, as taxas de ocupação destes serviços de guarda são muito elevadas em Portugal (94 %), principalmente aqueles destinados às crianças com menos de três anos.

No nosso país, o desenvolvimento destes serviços nos últimos 20 ou 30 anos deveu-se às dotações cada vez mais elevadas do sector privado. Portugal evoluiu de um modelo inicial baseado em instituições públicas, para um modelo que se caracteriza por diversas parcerias entre o sector público e privado. O programa “Creche 2000” pretende aumentar a capacidade da rede nacional dos serviços de cuidados prestados às crianças com menos de 3 anos, elevando a capacidade dessa rede através da promoção e criação de novos equipamentos, como também uma melhor adaptação aos equipamentos existentes. Segundo este programa a rede de instituições privadas de solidariedade social, as escolas particulares e individuais pagas podem requerer um subsídio que cubra no máximo 80 % das despesas.

Em Portugal, o recurso a serviços informais (familiares) para cuidar de crianças muito pequenas é frequentemente utilizado (36 %), mas quase um quarto das crianças com menos de 3 anos frequentam os serviços formais, uma vez que facilitam um trabalho a full-time para os pais. Ao comparar a despesa com equipamentos de cuidados prestados às crianças com a despesa em actividades extra-escolares (para crianças até aos 12 anos), esta última eleva-se a 16 %. No nosso país, a principal dificuldade não se reflecte tanto sobre a compatibilidade das horas de trabalho e sobre as práticas existentes para a educação e cuidados prestados à criança muito pequena, mas sim no acesso a estas mesmas práticas.

Os pais tentam conciliar o trabalho e a vida familiar através da utilização de uma variedade de serviços. Por um lado, os serviços formais são vistos como a única alternativa para os pais, enquanto que, por outro lado, os serviços informais também podem ser encarados como a única alternativa existente. Entre estas duas posições existem diversas combinações para os serviços de cuidados prestados às crianças, quer a nível público, como privado. Os vários serviços existentes demonstram as consequências das longas jornadas de trabalho. A disponibilidade de serviços, a qualidade das redes sociais e familiares, os tempos de deslocação de casa para o trabalho e vice-versa são factores determinantes. Porém, estes factores não são os únicos que vão influenciar os serviços utilizados por estas famílias, sendo também importantes as diferenças culturais, como por exemplo, quando as crianças começam a escola com 7 anos na Finlândia, muitas vezes regressam a casa sozinhas ou vão para casa de amigos,

enquanto os pais trabalham o dia inteiro (em Portugal esta situação também é comum). Em França, no Reino Unido e em Itália, a necessidade de ir buscar as crianças à escola quase sempre interrompe o dia de trabalho dos seus pais ou familiares.

Quanto à distribuição das tarefas familiares e partilha dos cuidados prestados às crianças, estas raramente ocorrem de modo equitativo. Porém, quando essa partilha existe, esta é feita de modo deliberado. É comum existir uma certa partilha das tarefas, mas também é comum que um dos cônjuges, nomeadamente a mãe, seja a principal responsável e organizadora dos cuidados prestados à sua família. Algumas mães recebem pouco apoio dos seus companheiros, o que parece estar associado a uma certa situação de falta de provisões familiares.

Os serviços formais de cuidados prestados às crianças apresentam uma cobertura baixa para crianças com menos de três anos – 12% a 13% - na Áustria e na Irlanda. Para as crianças com idades entre os três e os seis anos, 85% a 90% dos pais utilizam uma forma de equipamento formal.

Os Governos locais da Irlanda desempenham um papel importante na oferta deste tipo de serviços em crianças entre os 4 e 5 anos, enquanto que na Áustria este apoio (em forma de ajuda financeira) está disponível para os pais que utilizam os serviços de cuidados prestados às crianças quando estas ainda são pequenas. Em anos mais recentes, a preocupação com a capacidade de resposta destes serviços levou a aumentos do investimento público dos serviços de cuidados prestados às crianças nestes dois países, apesar destas preocupações continuarem a existir particularmente nos centros urbanos, onde as mães trabalhadoras utilizam muitas vezes os serviços de apoio informais. Por isso, garantir uma oferta suficiente e de alta qualidade destes equipamentos sociais, de modo a fomentar o desenvolvimento da criança e o seu bem-estar, é o maior objectivo das políticas de cuidados prestados às crianças.

Uma possibilidade para melhorar a eficiência deste sector de cuidados prestados às crianças na Áustria consiste em transferir os subsídios relativos a estes mesmos cuidados dos equipamentos para os pais, sendo que estes pagamentos estariam sujeitos apenas ao uso de equipamentos de qualidade devidamente licenciados.

Na Irlanda, o Governo tem expressado a sua preocupação relativamente à qualidade dos cuidados prestados às crianças que provém do sector informal. Neste sentido, poderia haver um investimento público neste tipo de serviços, através de subsídios públicos elegíveis a este sector informal, tendo em conta que seriam controlados com algumas regras básicas de qualidade.

5.3. Despesa Pública em Serviços de Cuidados Prestados às Crianças

A despesa pública em serviços formais é mais elevada na Dinamarca (2,1 % do PIB) do que nos Países Baixos. Com a introdução da medida governativa “stimulative measures programme”, a despesa pública nos serviços aumentou para 0,1 % do PIB em 2001 nos Países Baixos. Conjuntamente com a despesa do sector educativo quanto à pré-escola, a despesa pública em serviços, relativamente ao sector educativo e social, abrange cerca de 0,24 % do PIB.

As escolhas dos pais para tomar conta dos seus filhos em casa, desistindo do seu trabalho, utilizando serviços formais ou informais ou mesmo uma mistura destes dois tipos de serviços, são fortemente influenciadas pelo custo dos serviços. As pessoas responsáveis pelas crianças constituem um factor que encarece muito o custo dos serviços. Os responsáveis públicos nos serviços de cuidados prestados às crianças na Dinamarca têm elevados salários (ganham dois terços dos ordenados médios, os professores ganham 85 % dos salários médios, os directores dos centros ganham cerca do salário médio). A remuneração dos responsáveis afecta não só os custos dos serviços como a qualidade dos mesmos.

Outro factor que contribui para o elevado custo dos serviços nos Países Baixos é o uso limitado, mas regular do “*home-based family day care*”. O “*family day care*” na Dinamarca é considerado mais barato que o “*centre-based care*” apesar do pessoal responsável ser em número similar. São poucos os agregados familiares, especialmente os agregados familiares mais pobres, que podem suportar na totalidade os custos de um serviço de guarda de crianças. Os custos são partilhados entre os pais e o Governo local da Dinamarca, enquanto que nos Países Baixos os empregadores são responsáveis por uma parte substancial dos custos.

Nos Países Baixos, o financiamento dos serviços é partilhado entre os pais, empregadores e Governo. Os pais que estão empregados recebem um subsídio do empregador segundo o custo dos serviços de prestação de cuidados às crianças. Aqueles que não recebem um subsídio do empregador, recebem um subsídio pelo Governo local, ou então os pais ficam responsáveis pela totalidade dos custos. Na Dinamarca, os empregadores têm um papel muito limitativo quanto ao financiamento dos serviços, sendo este partilhado entre os pais e entre o Governo central e local. A Dinamarca e os Países Baixos apresentam fundos directos relativos aos serviços.

A Dinamarca apresenta um sistema público de financiamento: o Governo local financia os serviços de guarda das crianças que se encontram separados do sistema de impostos locais, existindo um financiamento municipal que inclui por sua vez o financiamento do Governo central. Cada Governo local determina quanto vai gastar nos serviços. A contribuição dos pais, quanto à partilha dos custos dos serviços, atinge um máximo de 30 %, pagando esta quantia directamente ao centro responsável pela criança. As pessoas responsáveis pelos departamentos locais de família controlam os “*centre-based*” e “*home-based care*” nas áreas respectivas, trabalhando com técnicos sociais e de saúde quando for necessário intervir em casos onde o desenvolvimento da criança esteja em risco.

O sistema de financiamento público nos Países Baixos é mais complexo que o anterior. Os centros pré-escolares são financiados directamente pelo Governo central (pelo Ministério da Educação) e são gratuitos. Quanto a todos os outros tipos de serviços de cuidados prestados às crianças, um departamento do Governo central fica responsável por fornecer recursos a determinados grupos (por exemplo os refugiados), como fica também responsável por dar apoio a estes serviços. Outro departamento (do Ministério dos Assuntos Sociais) fornece subsídios aos pais que vivem sozinhos com as crianças, estando também responsável pela sua integração no emprego. Estes dois Ministérios cobrem 75 % dos custos públicos destes serviços. Os restantes 25 % da contribuição pública advém de financiamentos municipais (“*municipality fund*”) e são atribuídos pelo Ministério dos Assuntos Internos. Com este financiamento central, os municípios financiam os prestadores destes serviços de modo a aumentar a oferta dos mesmos.

O modo como os empregadores financiam os “*centre-based childcare*” difere muito entre estes dois países. Nos Países Baixos, existiu um período em que o Governo receava envolver-se. Os empregadores, juntamente com os sindicatos, encorajaram as mulheres a permanecerem no trabalho, através da satisfação das necessidades sentidas relativamente aos cuidados prestados às crianças. Assumiram este papel através da contribuição segundo o custo dos serviços para os trabalhadores, estando esta premissa incluída nos acordos industriais (CAOs). A contribuição correspondia a uma proporção do pagamento e muitas vezes era dirigida para uma fundação de serviços prestados às crianças criada pelos empregadores, enquanto que os sindicatos procuravam serviços privados.

Desde o início dos anos 90, o Governo começou a envolver-se mais seriamente, através de um financiamento do Governo local, em que dava apoio aos pais que não tinham subsídios dos seus empregadores, tentando aumentar assim a capacidade do sector dos serviços. Cerca de 65 % dos acordos industriais incluíam a provisão de serviços. Uma vez que os custos eram partilhados, tornava-se mais dispendioso para o empregador, quando a indústria era constituída pela participação feminina e menos dispendioso para as indústrias quando a mão-de-obra era predominantemente masculina.

Antigamente, os empregadores apenas contribuía para os custos dos serviços das mães trabalhadoras, mas actualmente os empregadores não fazem esta distinção, o que faz com que os empregadores de ambos os pais (de diferentes indústrias) contribuam para os custos dos serviços.

De modo a proporcionar incentivos aos empregadores quanto à provisão dos serviços, os empregadores dos Países Baixos podem deduzir 30 % dos custos dos serviços prestados às crianças em impostos e em contribuições da Segurança Social retiradas dos salários.

A utilização dos subsídios públicos por parte do Governo local (Dinamarca e Países Baixos) apresenta como objectivo a redução dos custos dos serviços que os pais suportam. Na Dinamarca, os financiamentos dos serviços por parte do Governo local realizam-se através de uma provisão directa e pelo financiamento de instituições autónomas, também por parte do Governo local. O Governo local decide quanto irá gastar nos serviços e financia-os directamente. Aos pais, é-lhes pedido o pagamento de uma parte dos custos (entre 30 % a 33 %). Nos Países Baixos também existe um financiamento directo por parte do Governo local, procurando serviços para os pais que não recebem qualquer contribuição por parte do empregador. Mais uma vez é pedido aos pais o pagamento dos custos dos serviços. Na Dinamarca, o financiamento envolve os responsáveis pelos cuidados prestados às crianças. O esquema não pode custar ao município mais do que ter uma criança no serviço público, mantendo um baixo nível do custo do serviço.

O Governo dinamarquês anunciou a introdução de uma nova opção, em que os municípios podem permitir que os pais recebam um subsídio e que tomem conta dos seus filhos em casa. Esta nova estratégia vai operar tal como o esquema da livre escolha, excepto quando o subsídio que os pais vão receber corresponde ao subsídio atribuído aos serviços de cuidados às crianças. O pagamento estará disponível durante

um ano até a criança completar os 6 anos e entrar para a escola. É necessário que a criança não esteja em nenhum serviço de cuidados e um dos pais esteja desempregado (e não esteja a usufruir de nenhuma licença paga), de modo a que possam tomar conta da criança.

O conceito de qualidade dos serviços reproduz contextos sociais e culturais que se vão alterando ao longo do tempo. A qualidade abrange o nível de cuidados e a natureza das actividades. Na Dinamarca e nos Países Baixos, a legislação do Governo central atribui a responsabilidade dos níveis de cuidados prestados às crianças ao Governo local. Os responsáveis por cuidados prestados às crianças devem corresponder a diversos requisitos de modo a obterem a licença, que é importante para estes receberem os benefícios fiscais.

Na Dinamarca, os serviços são utilizados maioritariamente a full-time, enquanto que nos Países Baixos estes serviços são utilizados a part-time. Dada a elevada taxa de emprego feminina na Dinamarca, a predominância nos serviços a full-time não é surpreendente. O sistema de serviços de cuidados prestados às crianças, teoricamente, oferece a possibilidade de escolha entre serviços a part-time e a full-time. Contudo, existem constrangimentos que afectam esta opção de escolha.

Na Dinamarca, o número de serviços disponíveis a part-time diminuiu nos últimos anos, devido à falta de procura, por um lado e, por outro lado, não existirem vantagens em termos de financiamento por parte dos Governos locais em oferecerem serviços a part-time.

Nos Países Baixos é possível comprar pacotes de serviços a part-time ou a full-time. Os serviços a full-time são possíveis, mas os seus custos são muito elevados, não estando assim disponíveis para todas as famílias. É difícil para os serviços alterarem a sua actuação a part-time para full-time, mesmo que os pais necessitem de mais horas, a não ser que os serviços não apresentem capacidade para o número de crianças que suportam.

As diferentes facilidades podem proporcionar diferentes horários de abertura dos serviços: alguns serviços abrem mais cedo, enquanto que outros fecham mais tarde, de modo a adaptarem-se à variabilidade dos horários de trabalho dos pais. Porém, são poucos os serviços que estão abertos a partir das 17 horas. Em 1989, 32 % dos serviços estavam abertos após as 17 horas, mas este facto diminuiu para 24 % em 1994 e para 17% em 1998, devido às limitações orçamentais e acordos industriais com os trabalhadores. Esta questão preocupa os empregadores e os pais, que lutam pelo

trabalho a full-time e pelos serviços de cuidados prestados às crianças também a full-time. Neste país, os serviços determinam o seu próprio horário, dependendo da procura, da capacidade dos responsáveis e dos custos.

Na Dinamarca, existe uma questão relativa aos custos e disponibilidade dos serviços para aqueles que trabalham em horários mais extensos, particularmente em serviços nocturnos. Isto afecta principalmente os pais que trabalham por turnos nas indústrias e às pessoas ligadas ao sector de saúde, mais propriamente à enfermagem.

A maioria do país preferem que os serviços prestados às crianças se localizem mais perto de casa do que do seu emprego.

Na Dinamarca, quatro em cinco crianças participam em “*out-of-school hours care*” (OSH), enquanto que três em cinco crianças participavam deste serviço em meados dos anos 90. Nos Países Baixos, a proporção de crianças que utiliza este tipo de serviços ainda é menor (2,9%), reflectindo o desenvolvimento destes serviços principalmente na área da infância. Cerca de 39 % dos pais encaram um período de espera entre 10 ou mais meses para que os seus filhos possam ser integrados neste tipo de serviços.

Nestes dois países, este novo serviço pertence aos serviços prestados às crianças e não aos serviços educativos, não obstante na Dinamarca estes serviços surgirem muitas vezes juntamente com as escolas primárias. O “*school leisure time facilities*” (SFO), serviço associado ao OSH, encontra-se localizado nas escolas e é da responsabilidade do director da escola. As contribuições dos pais são importantes mas não existe nenhum limite máximo para essa mesma contribuição, ao contrário do que acontece nos serviços prestados às crianças. Mesmo assim, os pais cobrem 37 % dos custos.

Os sistemas de cuidados às crianças, educação pré-escolar e tempos livres em Portugal e o seu modo de financiamento deveriam ser revistos. Em vez de financiar exclusivamente as entidades prestadoras de serviços, uma parte significativa do actual financiamento deveria ser entregue aos pais. Isto permitiria aumentar a sua capacidade de escolha quanto ao trabalho e serviços de cuidados às crianças, tal como das entidades prestadoras e tipos de cuidados. Este sistema iria beneficiar um maior número de pais e melhorar a eficiência e o sentido dos custos entre os prestadores desses mesmos serviços. A condição de recursos poderia ser utilizada para orientar as despesas com os cuidados às crianças para os mais necessitados, enquanto a qualidade poderia melhorar ao dar-se apoio financeiro à utilização de equipamentos licenciados.

O investimento público na educação e cuidados para a primeira infância em Portugal deve: 1) oferecer educação e cuidados prestados fora da família, havendo um maior desenvolvimento social e cognitivo das crianças, preparando a sua integração no sistema educativo; 2) ajudar os pais na conciliação da vida profissional e familiar e na promoção da igualdade entre os sexos no emprego. Estas políticas visam apoiar a oferta de mão-de-obra por parte das famílias (em particular das mães), minimizando a perda de capital humano, que resulta do abandono das mulheres no mercado de trabalho. Os serviços de cuidados à criança pretendem compatibilizar a maternidade e o trabalho.

Pode-se assim concluir que as reduzidas respostas sociais para cuidar das crianças com menos de 3 anos e para o cuidado das crianças mais velhas, em actividades pré-escolares devem ser questões que devem suscitar um maior investimento.

As Políticas Públicas de cuidados às crianças, visando aquelas que têm idades inferiores a 3 anos, consistem num dos principais objectivos da conciliação entre a vida familiar e profissional. Quanto às crianças mais velhas, os objectivos políticos não devem descuidar dos objectivos educativos.

Em Portugal, o investimento público nos serviços de cuidados prestados às crianças apresenta 3 objectivos: 1) tornar possível uma maior acessibilidade dos serviços de cuidados e de educação das crianças; 2) melhorar a qualidade dos serviços; 3) aumentar a capacidade dos serviços;

Existem conflitos relativamente a estes objectivos que se reflectem em desequilíbrios, resultado dos constrangimentos financeiros existentes no nosso país.

A tensão entre o desenvolvimento da comparticipação e manutenção de certos padrões de qualidade pode ser considerada como um primeiro desequilíbrio. Para aumentar a capacidade dos serviços, é necessário minimizar o custo dos cuidados prestados às crianças, reduzindo os custos do trabalho. Pode-se obter esta medida através da redução do rácio pessoal-criança, podendo colocar em risco a qualidade e/ou baixar os níveis do salário neste sector, recrutando-se pessoal menos qualificado e/ou temporário. Manter um elevado padrão de qualidade ou melhorar a qualidade dos serviços, pode aumentar os custos dos cuidados prestados às crianças, reflectindo-se num aumento dos rácios pessoal-criança ou dos níveis do salário. Esta estratégia dificulta o alargamento da capacidade dos serviços devido ao aumento dos custos por unidade de guarda.

A despesa pública nos cuidados prestados às crianças, em percentagem do PIB, é elevada em Portugal (0,36 % em 2001). Por cada criança matriculada, a despesa pública com os serviços de cuidados prestados às crianças, em relação ao PIB, corresponde a 13%. No nosso país, o desenvolvimento de serviços de cuidados prestados às crianças funcionam durante períodos diários relativamente longos, devido ao elevado número de mães com filhos pequenos que trabalham a full-time. Os serviços públicos são totalmente financiados pelo Estado, e este organismo também financia os serviços prestados por instituições que pertencem à Segurança Social (prestador de serviços sem fins lucrativos).

Todos os anos o Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança e representantes da rede de solidariedade social, assinam um protocolo, no qual é estabelecido a contribuição financeira do Estado para os vários serviços sociais e serviços prestados às crianças. Os prestadores de serviços devem obedecer a critérios de saúde e segurança, tal como a certas políticas pedagógicas e pagamento de mensalidades. A comparticipação financeira da Segurança Social é efectuada através da celebração de acordos de cooperação entre o centro distrital da Segurança Social e as Instituições da Rede de Solidariedade Social. O Ministério da Educação financia os serviços de cuidados prestados às crianças que disponibilizem cinco horas por dia de actividades educativas, enquanto que o Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança financia as actividades não educativas (o prolongamento do horário de funcionamento e dos almoços).

O acesso à educação pré-escolar em Portugal é grátis, apesar das famílias terem de pagar as actividades sociais, de lazer e almoços. As instituições que se encontram incluídas na rede de solidariedade social, vêm cerca de 60 % dos custos das actividades socioculturais financiadas por fundos públicos, enquanto que os subsídios públicos atingem apenas 5 % do custo dos cuidados prestados às crianças em instituições privadas.

A qualidade dos cuidados prestados às crianças envolvem diversos aspectos, nomeadamente as normas de higiene e segurança, rácios pessoal-crianças, a dimensão dos grupos, o cumprimento de certos planos educativos, sendo estes considerados factores básicos da regulamentação da qualidade, qualificações, formação e remuneração do pessoal nos serviços.

Portugal apresenta um programa que, por sua vez, estabelece directrizes que vão ajudar os professores na tomada de decisão sobre a prática pedagógica. Porém, os

subsídios não são directamente criados de modo a proporcionar incentivos para os serviços de cuidados prestados às crianças, nomeadamente no aumento dos níveis do pessoal e formação profissional dos mesmos. O desenvolvimento da qualidade baseia-se na utilização de procedimentos de controle usados pelos centros regionais de segurança social antes da assinatura do acordo de cooperação e através de verificações e controlos que vão permitir recomendações que possam fazer com que as instituições introduzam mudanças e se adaptem aos critérios de qualidade.

Os centros regionais de Segurança Social em Portugal oferecem uma assistência técnica a respostas sociais baseadas na família, permitindo às amas usufruírem dos programas de formação e supervisão, proporcionando um apoio mútuo. A participação nestes programas pode aumentar a consciência das amas não qualificadas para os benefícios e podem usufruir deles se obtiverem uma licença e entrarem no sector de emprego formal.

Os pais portugueses conciliam muitas vezes a utilização de serviços formais e informais. Estes pais preferem a utilização dos cuidados informais, sendo este tipo de serviço muitas vezes utilizado pelos agregados familiares mais pobres. O salário dos pais para os cuidados são fundamentais na utilização ou não dos serviços formais. Embora em todos os países as mensalidades para os serviços de cuidados às crianças se sujeitem à comprovação do rendimento do agregado familiar, estas mensalidades variam segundo a duração e o tipo de cuidados prestados.

As mensalidades associadas ao serviços em part-time, são amplamente proporcionais às mensalidades dos serviços a full-time, excepto em Portugal, onde não é feita nenhuma redução nas mensalidades a part-time. Apesar do custo dos cuidados a tempo inteiro ser baixo, o custo dos cuidados a tempo parcial é relativamente elevado, tornando o trabalho a part-time menos atractivo.

Em Portugal, as instituições privadas não recebem qualquer subsídio público, o que faz com que em algumas zonas de Lisboa as mensalidades dos cuidados prestados às crianças nestas instituições se aproximem dos 40 % dos ganhos médios de produção por trabalhador. O cálculo das mensalidades familiares, tanto para as amas como para as creches, é quase idêntico, baseando-se no rendimento do agregado familiar.

Os subsídios do utilizador destes serviços são um instrumento que permite aumentar o acesso a esses mesmos serviços. No nosso país, teoricamente, os pais são livres de escolher os serviços de cuidados prestados às crianças independentemente de serem privados, públicos ou semi-públicos. Todavia, na prática, existem limitações

quanto à opção tomada pelos pais: a falta de infra-estruturas em algumas regiões, as limitações relativas ao horário diário dos cuidados prestados às crianças, o nível dos salários dos pais e as dificuldades em utilizar certos tipos de serviços prestados às crianças por dia e/ou semana. Estas limitações diminuem o recurso dos pais aos cuidados formais prestados às crianças.

Poderá tentar-se diminuir estas limitações através do subsídio da procura (pagamento de mensalidades directamente aos pais) em detrimento da oferta (garantia de subsídios aos prestadores de serviços). Esta possível solução apresenta algumas vantagens, permitindo uma maior eficiência e um acesso mais equitativo aos serviços. Permite assim estabelecer uma melhor distribuição dos subsídios às famílias de baixos rendimentos e uma redução de desigualdades no acesso destes serviços que possam existir nas regiões, apesar das políticas preferenciais para as regiões com baixa capacidade de oferta de cuidados prestados às crianças. Por sua vez, a oferta irá promover a competição entre os serviços, tornando-os prestadores mais conscientes dos custos e mais receptivos à procura dos pais, nomeadamente em termos de horário de abertura e flexibilidade.

Em Portugal, o financiamento público apoia principalmente os prestadores do sector público e as instituições não lucrativas. Uma recente experiência testou o impacto e uma mudança quanto à atribuição do subsídio, passando este a ser entregue aos utilizadores. Apesar da avaliação ser preliminar, são identificados alguns efeitos positivos: dar apoio aos pais poderá originar uma nova procura de cuidados prestados às crianças, fazendo com que as amas não qualificadas adiram a um esquema formal e a padrões de qualidade.

A despesa social pública com as famílias com crianças varia consideravelmente na Áustria e na Irlanda – em 2001 foi mais elevada na Áustria com 3,3% do PIB, comparando com 2,1% na Irlanda.

5.4. Flexibilidade Laboral e Redução do Tempo de Trabalho

Uma das modalidades recentes da Política Familiar consiste na introdução de uma certa flexibilidade do mundo produtivo, de tal forma que os próprios interessados (tanto homens como mulheres) possam ser compatíveis nas melhores condições possíveis e sem penalizações excessivas, relativamente às suas responsabilidades profissionais e familiares. O conflito entre trabalho e família, principalmente quando existem crianças pequenas, conta com a presença dupla de mulher em ambas as esferas, mas de maneira bastante diferente nos países da União Europeia, onde as responsabilidades familiares assumidas perante o Mercado de Trabalho e o Estado variam consideravelmente.

Quando se menciona a expressão flexibilidade conjuntamente com a conciliação da vida profissional e familiar, a primeira expressão adquire um significado completamente distinto. Se para as empresas a flexibilidade é vista em função das necessidades que mudam consoante a produção, significa a possibilidade de poder prescindir de postos de trabalho sem excessivos entraves administrativos, para as famílias a flexibilidade é mencionada de acordo com as mesmas, uma vez que é necessário fazer diversos ajustes relacionados com o nascimento de um filho ou com a doença de um dos seus membros familiares.

No contexto da Política Familiar, a flexibilidade introduz uma margem de manobra para que os membros familiares, em certos momentos das suas vidas, possam socorrer às suas próprias necessidades ou dos seus membros mais próximos, sem sofrerem quaisquer sanções por parte do mercado de trabalho. Existem vários aspectos que permitem determinar até que ponto a flexibilidade comporta uma sanção para o trabalhador. Quando são analisadas as diversas consequências associadas às diversas modalidades de emprego, deve-se ter em conta pelo menos três critérios: na medida em que o trabalhador/a dispõe de uma margem de eleição em aceitar ou rejeitar a modalidade de emprego em questão; na medida em que o trabalho flexível supõe ou não a precaridade laboral e a perda de direitos e benefícios reconhecidos ao trabalhador a tempo inteiro; até que ponto uma determinada modalidade de emprego se oferece quer a homens como a mulheres.

5.5. O Emprego a Part-Time

O emprego a part-time constitui umas das estratégias fundamentais para a conciliação da vida familiar e profissional. Nos países mediterrâneos existe uma menor taxa de emprego feminina a part-time, com excepção da Finlândia. Aqueles países em que as mulheres trabalham mais a part-time são a Alemanha, a Dinamarca, a Suécia, o Reino Unido e os Países Baixos. Quatro em cada cinco postos de trabalho a part-time são ocupados por mulheres, o que demonstra que este fenómeno é maioritariamente feminino. Os países que apresentam uma média muito elevada quanto à participação feminina no mercado de trabalho a part-time são a Suécia, a França, o Reino Unido, a Áustria, a Alemanha, a Bélgica e o Luxemburgo. Aqueles países que apresentam uma participação masculina em trabalhos a part-time mais elevada são por ordem decrescente, a Grécia, a Finlândia, Portugal, a Itália, a Dinamarca, a Irlanda, Países Baixos e Espanha.

A posição dos Governos europeus sobre a questão do trabalho a tempo parcial é bastante distinta. Os alemães consideram que a grande procura do emprego a part-time deveria ser satisfeita, ao contrário do Governo belga que considera este fenómeno como uma ameaça, provocando uma fragmentação no mercado de trabalho, sendo então necessário conter o trabalho a part-time. A Itália é o outro país que vê o trabalho a tempo parcial com receio. Os Países Baixos e o Luxemburgo assumiram medidas que favoreciam este fenómeno após o período da licença de maternidade.

Os Países Baixos são um país paradigmático no que respeita ao desenvolvimento do emprego em part-time. Nos últimos 10 anos, o seu crescimento foi muito elevado, quer para as mulheres como para os homens: a percentagem de mulheres que trabalhavam a part-time passou de 51,6 % em 1985 para 67,2 % em 1995. No caso masculino, esta percentagem passou de 7,7 % para 16,8 % no mesmo período. Neste país, o emprego em part-time está submetido a regulamentos semelhantes aos do trabalho a full-time, de tal forma que os trabalhadores a tempo parcial desfrutam do mesmo salários base e gozam da mesma protecção contra despedimentos. Estes trabalhadores tem os mesmos direitos relativamente às gratificações, nomeadamente pagas por antiguidade, férias, férias pagas e subsídios da Segurança Social. Contudo, a igualdade salarial é uma questão que ainda não está solucionada no seu todo, uma vez que muitas trabalhadoras não beneficiam dos fundos de pensões das empresas. Tanto o Governo como as empresas e sindicatos favorecem o trabalho a part-time de modo a

criar emprego, satisfazendo as necessidades de produção. Nos últimos anos, o Governo melhorou os serviços de guarda e cuidados prestados às crianças, apesar destas reformas terem tido um alcance limitado. A existência de serviços para mães e pais trabalhadores deveria resultar da negociação entre as empresas, os sindicatos e os próprios pais e não tanto da acção do Governo. Por outro lado, a protecção económica das famílias reflecte da maneira implícita um modelo do homem como “ganha-pão” da família. Tanto os homens como as mulheres concebem o trabalho remunerado em termos de direitos, enquanto que as responsabilidades dos cuidados prestados à família são vistas como uma obrigação.

Neste contexto, a protecção do trabalho a tempo parcial, tanto para os homens como para as mulheres deve-se a um produto de confluência de interesses entre os sindicatos, o movimento feminista e o Governo, uma vez que o desenvolvimento desta modalidade de emprego constituiu uma oportunidade para avançar para uma sociedade onde haja uma maior igualdade entre os sexos. A promoção do trabalho em part-time originou um modelo de família mais igualitários, em que ambos os progenitores sustentam e dividem as responsabilidades familiares, apesar da participação das mulheres no trabalho a part-time ser superior à participação dos homens neste tipo de trabalho. Apesar das suas possíveis insuficiências, este modelo oferece uma possibilidade de escolha para as mães (e famílias em geral) em optar entre diversas maneiras de conciliar o trabalho remunerado e familiar.

O trabalho remunerado a part-time em condições dignas é pouco frequente nas mulheres trabalhadoras do sul da Europa, onde existe um mercado de trabalho precário e descontínuo, onde o Governo não criou uma boa rede de serviços para apoiar as famílias, estando fortemente enraizada a tradição familiar na qual o trabalho doméstico é responsabilidade das mulheres.

Em Espanha, desde o princípio dos anos 80, que as normas laborais determinavam uma progressiva flexibilização do mercado de trabalho. Em nenhum momento o objectivo das reformas se encontrou relacionado com a consecução de uma maior conciliação entre a vida profissional e familiar. A dimensão familiar não se encontrou presente nos programas da acção previstos pelas entidades patronais e sindicatos, nem nos planos do movimento feminista, que por sua vez não apoia o emprego a tempo parcial como uma possível estratégia de conciliação. As reformas do mercado de trabalho em 1984 e em 1993 facilitaram a contratação a tempo parcial, criando condições para o desenvolvimento dos contratos temporários, em que no seu

momento auge, chegaram a afectar um terço das pessoas trabalhadoras. O crescimento do trabalho a part-time não alterou a segurança no emprego para os contratados por tempo indefinido, de tal forma que nos últimos anos, criou-se uma segmentação entre o núcleo de trabalhadores protegidos e um sector composto maioritariamente por jovens e mulheres em situações altamente precárias. Esta estrutura do mercado de trabalho espanhol favorece a permanência do modelo familiar do homem como “ganha-pão” da família.

Em Espanha, as ocupações a tempo parcial estão concentradas nos serviços (sector doméstico), na feminização e na desqualificação. Deste modo, os mais afectados seriam as pessoas que constituem os segmentos mais fracos da força de trabalho: as mulheres jovens e com baixos níveis educativos.

A recente Lei 39/1999, de 5 de Novembro, pretende promover a conciliação da vida familiar e do trabalho das pessoas trabalhadoras, estabelecendo a possibilidade da redução do horário de trabalho segundo certas circunstâncias familiares: ter a ser cargo a responsabilidade de cuidados prestados às crianças com menos de 6 anos ou um inválido físico, psíquico ou sensorial que não desempenhe uma actividade remunerada terá direito a uma redução do horário de trabalho com a diminuição proporcional do seu salário entre, pelo menos, um terço e um máximo até à metade da duração da redução desses mesmo horário de trabalho. Terão acesso a este mesmo direito quem precise de cuidar de um familiar de segundo grau de consanguinidade ou afinidade, por razões de idade, acidente ou doença, não possa valer-se a si mesmo e que não desempenhe nenhuma actividade remunerada. A redução do horário de trabalho por motivos familiares constitui um direito individual dos trabalhadores, quer sejam homens ou mulheres.

Esta nova Lei melhora substancialmente a protecção das trabalhadoras durante a gravidez e a licença de maternidade, melhorando as suas garantias em caso de tentativa de despedimento por parte do empresário. É declarada nula a decisão de despedimento por razão de gravidez, a solicitação ou utilização das licenças de maternidade, paternidade, cuidado prestado a familiares ou então o despedimento de trabalhadores com contrato de trabalho suspenso. Não se pode extinguir um contrato de trabalho por faltas associadas ao risco durante a gravidez, doença do trabalhador, parto e lactância.

Quadros e Gráficos de Apoio

Estatístico III

Podem ser consultados no *Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos* (p.26-146) os quadros relativos às temáticas expostas no *Quadros e Gráficos de Apoio Estatístico III*, com os anos discriminados e seus respectivos valores.

Salientamos que os graus académicos apresentados encontram-se de acordo com a classificação internacional utilizada pelo Eurostat (*International Standard Classification of Education ISCED 1997*). Como esta classificação varia entre os diferentes países europeus, optou-se por apresentar os graus académicos segundo a terminologia apresentada pela fonte Eurostat .

Os graus académicos que serão analisados serão os seguintes:

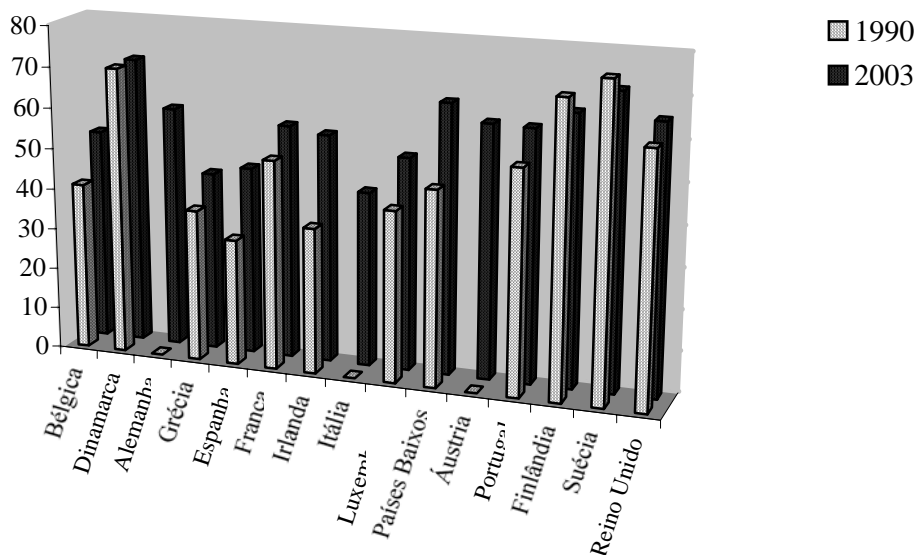
- * *Pre-primary, Primary and Lower Secondary Education*
- * *Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education*
- * *Tertiary Education*

Taxa de Emprego Feminina, entre os 15-64 anos, como parte da população feminina com a mesma idade, na Europa dos 15, entre 1990 – 2003 (em %)

	1990	2003
Europa dos 15	:	56,1
Bélgica	40,9	51,8
Dinamarca	70,2	70,5
Alemanha	:	59,1
Grécia	37,1	43,8
Espanha	30,8	46
França	51,1	57,2
Irlanda	35,6	55,8
Itália	:	42,7
Luxemburgo	41,8	52
Países Baixos	47,7	65,8
Áustria	:	61,7
Portugal	54,6	61,4
Finlândia	71,3	65,7
Suécia	76,2	71,5
Reino Unido	61,5	65,3

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego Feminina, entre os 15-64 anos, como parte da população feminina com a mesma idade, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)



A taxa de emprego feminina é definida como o número de mulheres empregadas entre os 15-64 anos, pertencendo à população total feminina entre os 15-64 anos.

Apesar da taxa de emprego feminina, na Europa dos 15, apresentar dados disponíveis até 2003 (excepto 1990, 1991 e 2004, em que os dados não se encontram disponíveis), verifica-se que o valor é significativo, vindo o mesmo a aumentar desde 1992 (consultar **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, página 26).

Analisando os quinze países europeus, verifica-se que a tendência da maioria dos países foi de um aumento desta taxa, entre 1990-2003, destacando-se a Irlanda com um aumento de 20,2%, os Países Baixos com um aumento na ordem dos 18,1%, a Espanha com um aumento da sua taxa em 15,2%, a Bélgica com uma subida em 10,9%, Portugal com um aumento na ordem dos 6,8%, a Grécia com uma subida desta taxa em 6,7%, a França com um aumento dos seus valores em 6,1% e o Reino Unido com um aumento na ordem dos 3,8%.

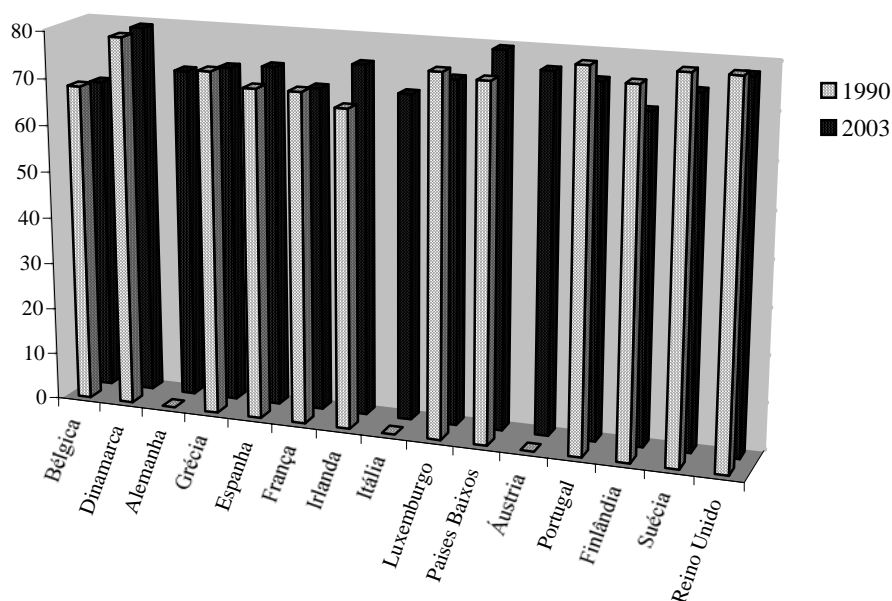
Dois países registram uma diminuição da taxa de emprego feminina, nomeadamente a Finlândia com menos 5,6% e a Suécia com menos 4,7%.

Taxa de Emprego Masculina, entre os 15-64 anos, como parte da população masculina com a mesma idade, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	2003
Europa dos 15	:	72,7
Bélgica	68,3	67,3
Dinamarca	79,3	79,6
Alemanha	:	71
Grécia	73,5	72,4
Espanha	70,6	73,2
França	70,6	69,4
Irlanda	67,9	75
Itália	:	69,6
Luxemburgo	76,7	73,3
Países Baixos	75,6	80,9
Áustria	:	76,4
Portugal	80,1	75
Finlândia	77	69,7
Suécia	87,1	74,2
Reino Unido	80,1	78,1

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego Masculina, entre os 15-64 anos, como parte da população masculina com a mesma idade, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)



A taxa de emprego masculina é definida como o número de homens empregados entre os 15-64 anos, pertencendo à população total masculina entre os 15-64 anos.

Apesar da taxa de emprego masculina, na Europa dos 15, apresentar dados apenas disponíveis até 2003 (excepto os anos 1990, 1991 e 2004, em que os dados não estão disponíveis), verifica-se que este valor é significativo: 72,7% (consultar **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, página 27).

Quanto a diminuições da taxa de emprego masculina, entre 1990-2003, destacam-se os seguintes países: a Suécia com uma diminuição na sua taxa na ordem dos 12,9%, a Finlândia com uma descida dos seus valores em 7,3%, Portugal com uma diminuição em 5,1%, o Luxemburgo com menos 3,4% da sua respectiva taxa, o Reino Unido com uma diminuição na ordem dos 2%, a França com menos 1,2%, a Grécia com uma descida da sua taxa em 1,1% e a Bélgica que assistiu a uma diminuição da taxa de emprego masculina em 1%.

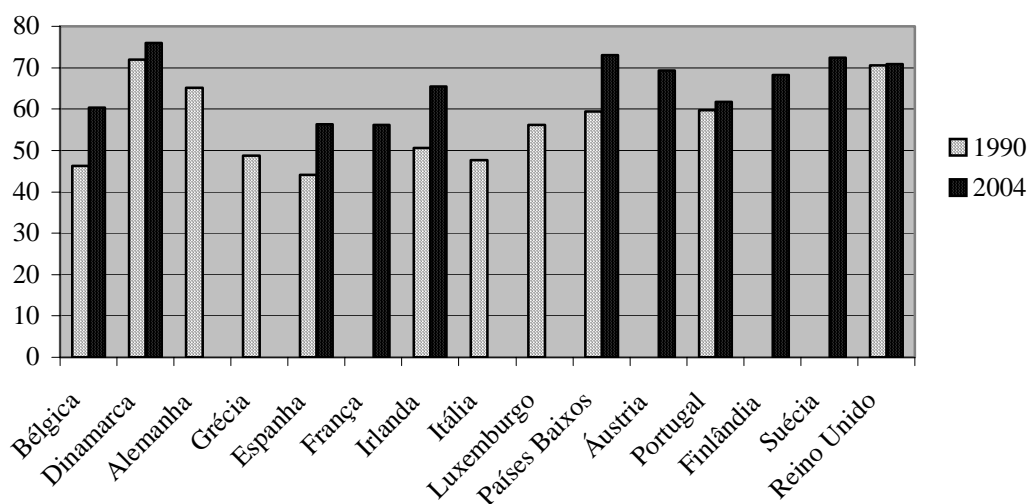
Quatro países registaram aumentos da taxa de emprego masculina, entre 1990-2003, nomeadamente a Irlanda com um aumento de 7,1%, os Países Baixos com um aumento de 5,3% na taxa de emprego masculina, a Espanha com um aumento de 2,6% e a Dinamarca com um aumento da sua taxa de emprego masculina na ordem dos 0,3%.

Taxa de Emprego sem Crianças Dependentes, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2004
Europa dos 15	:	:
Bélgica	46,2	60,4
Dinamarca	71,9	76
Alemanha	65,1	:
Grécia	48,8	:
Espanha	44,1	56,4
França	:	56,2
Irlanda	50,6	65,5
Itália	47,6	:
Luxemburgo	56,1	:
Países Baixos	59,4	73,1
Áustria	:	69,4
Portugal	59,7	61,7
Finlândia	:	68,3
Suécia	:	72,4
Reino Unido	70,6	70,8

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego sem Crianças Dependentes, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Segundo o gráfico apresentado, verifica-se que na Europa dos 15, comparando entre 1990-2004, a taxa de emprego numa população entre os 15 e os 64 anos e sem crianças dependentes, não apresentam dados disponíveis (segundo a fonte de informação da Eurostat).

Nos 15 países da União Europeia, durante este período, ocorre de forma generalizada, um aumento desta taxa de emprego, numa população entre 15 e 64 anos (população activa) e que não tem nenhuma criança dependente a seu cargo. São disso exemplo países como a Irlanda, com um aumento de 14,9%, a Bélgica, com um aumento de 14,2 %, os Países Baixos com um aumento de 13,7%, a Espanha com um aumento de 12,3% e Portugal com um aumento de 2%.

A França, a Áustria, a Finlândia e a Suécia não apresentam dados em 1990, assim como a Alemanha, a Grécia, a Itália e o Luxemburgo em 2004.

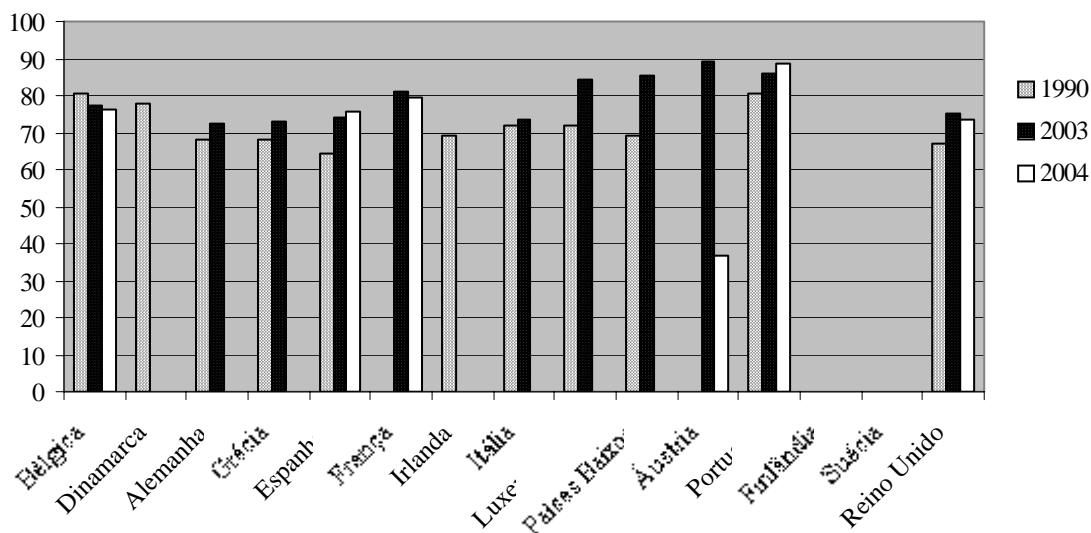
Taxa de Emprego por Uma Criança Dependente (0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15 , entre 1990-2004, (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	76,3	:
Bélgica	80,8	77,5	76
Dinamarca	78	:	:
Alemanha	67,9	72,6	:
Grécia	68,3	72,8	:
Espanha	64,1	73,8	75,9
França	:	80,9	79,5
Irlanda	69	:	:
Itália	72	73,6	:
Luxemburgo	71,7	84,3	:
Países Baixos	69,1	85,2	:
Áustria	:	89,3	36,9
Portugal	80,6	85,7	88,6
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	66,8	75	73,6

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego por Uma Criança Dependente (0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico refere-se à taxa de emprego por uma criança dependente (0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15. Pode-se verificar que no ano de 1990, assim como no ano de 2004, não existem dados disponíveis na Europa dos 15. Porém, em 2003, esta taxa representa 76,3% desta população. A tendência desta taxa na Europa dos 15 é de aumento, concretamente nos Países Baixos (16,1%), no Luxemburgo (12,6%), na Espanha (11,8%), em Portugal (8%) e no Reino Unido (6,8%).

A Bélgica, a França e a Áustria são os únicos países que apresentam uma diminuição da taxa de emprego por uma criança dependente entre os 0 e os 2 anos (numa população que se encontra na faixa etária dos 15 aos 64 anos), sendo que a França e a Áustria só nos revelaram os seus valores recentemente (anos de 2003 e 2004 apenas).

A Finlândia e a Suécia não apresentam quaisquer dados relativos a esta taxa, segundo os anos em análise.

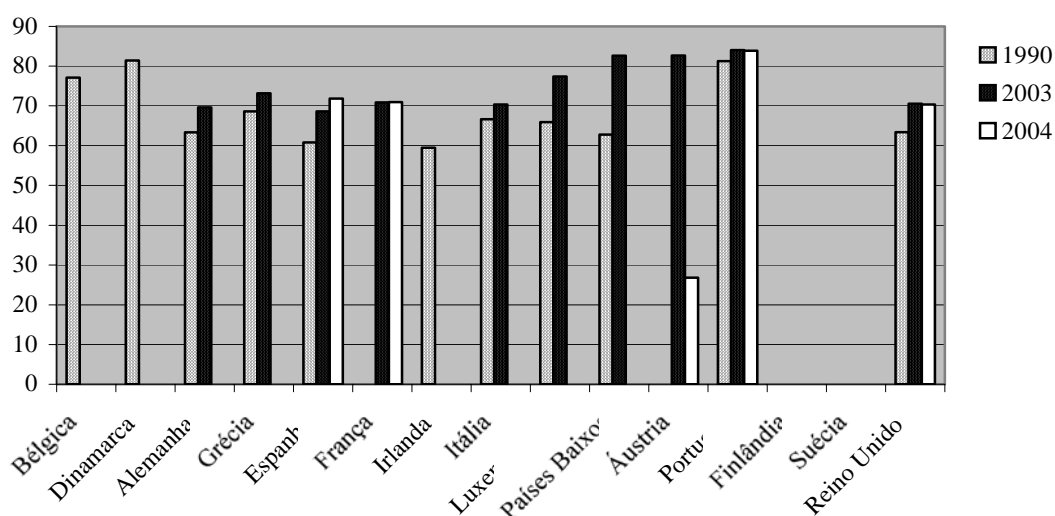
Em 2004 existem apenas dados disponíveis quanto a esta taxa de emprego em seis países da Europa dos 15: Bélgica (76%), Espanha (75,9%), França (79,5%), Áustria (36,9%), Portugal (88,6%) e Reino Unido (73,6%).

Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre 0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	71,2	:
Bélgica	77,1	90,4	:
Dinamarca	81,4	:	:
Alemanha	63,3	69,6	:
Grécia	68,6	73,2	:
Espanha	60,8	68,6	71,8
França	:	70,9	71
Irlanda	59,5	:	:
Itália	66,6	70,3	:
Luxemburgo	65,9	77,4	:
Países Baixos	62,8	82,6	:
Áustria	:	82,7	26,8
Portugal	81,3	84	83,9
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	63,4	70,6	70,3

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico refere-se à taxa de emprego por duas crianças dependentes (a mais nova entre os 0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15. Verifica-se que o ano de 1990, assim como em 2004, não existem dados disponíveis para a Europa dos 15. Porém, no ano de 2003, esta taxa representa 71,2% desta população. A tendência desta taxa, na Europa dos 15, é de ascensão, à semelhança da taxa anteriormente referida, concretamente nos Países Baixos com um aumento de 19,8% (1990-2003), na Bélgica com um aumento de 13,3 % (1990-2003), no Luxemburgo com um aumento de 11,5 % (1990-2003), na Espanha com um aumento de 11 % (1990-2004) e Portugal com um aumento de 2,7% (entre 1990-2003) e uma ligeira diminuição entre 2003-2004 (0,1%) .

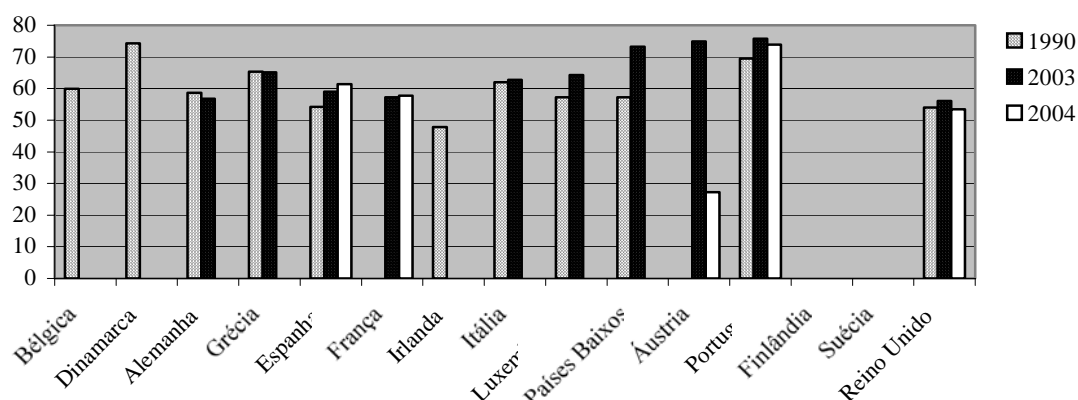
É curioso notar que a Áustria constitui o único país que revela uma diminuição da taxa de emprego por duas crianças dependentes, neste caso duas, somente entre os anos de 2003 e 2004: passou de 82,7 % para 26,8 %. A Finlândia e a Suécia continuam a ser os países que não apresentam quaisquer dados relativos a esta taxa de emprego por número de crianças dependentes. O ano de 2004 também se mostra omissos em relação a estes dados para variados países, como a Bélgica, a Dinamarca, a Alemanha, a Grécia, a Irlanda, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos.

Taxa de Emprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	59,2	:
Bélgica	59,9	:	:
Dinamarca	74,3	:	:
Alemanha	58,6	56,8	:
Grécia	65,3	65,1	:
Espanha	54,2	59	61,4
França	:	57,3	57,8
Irlanda	47,8	:	:
Itália	62	62,8	:
Luxemburgo	57,3	64,3	:
Países Baixos	57,3	73,2	:
Áustria	:	74,9	27,3
Portugal	69,5	75,8	73,9
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	54	56,1	53,4

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico apresenta a taxa de emprego por três ou mais crianças dependentes (a mais nova entre os 0-2 anos) numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15. Pode-se verificar que o ano de 1990, assim como no ano de 2004, não existem dados disponíveis para a Europa dos 15, existindo dados disponíveis apenas em 2003: 59,2 % desta população empregada, compreendida entre os 15 e os 64 anos, tinha 3 ou mais crianças a seu cargo.

Esta taxa de emprego demonstra duas tendências diferentes. A primeira é de um aumento desta taxa, nomeadamente em países como a Espanha (7,2%), o Luxemburgo (7%), os Países Baixos (15,9%) e Portugal (4,4 %). A segunda tendência é a de uma diminuição desta taxa, nomeadamente na Alemanha (1,8 %), na Grécia (0,2 %), na Áustria (47,6 %) e no Reino Unido (0,6 %).

Note-se também que, mais uma vez e segundo a fonte do Eurostat, não existem dados relativos a esta taxa de emprego em vários países da Europa dos 15.

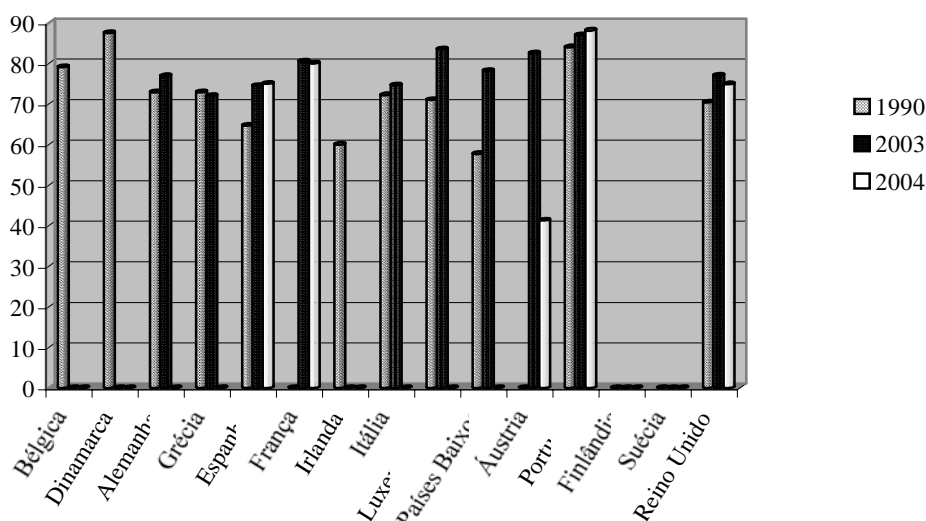
Taxa de Emprego por Uma Criança Dependente (3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15 ,entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	77,5	:
Bélgica	79,1	:	:
Dinamarca	87,5	:	:
Alemanha	72,9	76,9	:
Grécia	72,9	72	:
Espanha	64,7	74,5	75
França	:	80,5	80
Irlanda	60	:	:
Itália	72,2	74,6	:
Luxemburgo	71	83,5	:
Países Baixos	57,7	78,2	:
Áustria	:	82,5	41,3
Portugal	84	87	88,1
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	70,4	77	74,9

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego por Uma Criança Dependente (3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



O gráfico acima exposto demonstra a taxa de emprego por uma criança dependente (3-5 anos), numa população que se encontra entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15. O único dado que temos a referir relativo à Europa dos 15 é o do ano de 2003 – 77,5 % da população empregada entre 15 e 64 anos tinha uma criança dependente entre os 3 e os 5 anos.

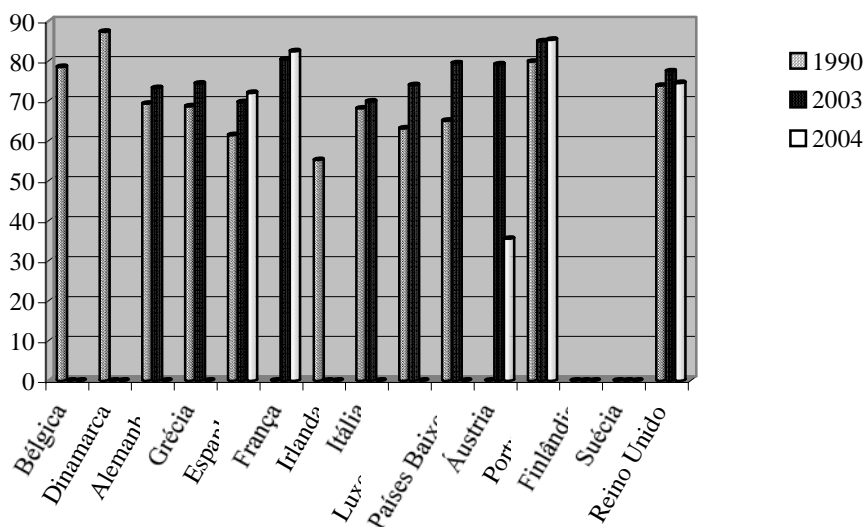
Entre 1990-2004, registou-se uma subida generalizada desta taxa de emprego em vários países, nomeadamente nos Países Baixos (de 57,7 % em 1990 para 78,2 % em 2003), no Luxemburgo (71 % em 1990 para 83,5 % em 2003), na Espanha (64,7 % em 1990 para 75 % em 2004) e em Portugal (4,1% entre 1990-2004). Contudo, na Áustria, na Grécia e na França ocorreu a tendência contrária, ou seja, ocorreu uma diminuição desta taxa. A Áustria foi o país que apresentou uma maior redução dos valores relativos a esta taxa: 41,2%. É ainda de salientar que o ano de 2004 apresenta dados para poucos países: Espanha, França, Áustria, Portugal e Reino Unido, sendo que a Finlândia e a Suécia continuam a ser os países que não apresentam quaisquer dados em relação a esta taxa de emprego.

Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	75	:
Bélgica	78,5	:	:
Dinamarca	87,3	:	:
Alemanha	69,3	73,2	:
Grécia	68,6	74,3	:
Espanha	61,4	69,7	72
França	:	80,3	82,4
Irlanda	55,2	:	:
Itália	68,1	69,8	:
Luxemburgo	63,1	73,9	:
Países Baixos	65	79,4	:
Áustria	:	79,1	35,5
Portugal	79,8	84,9	85,3
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	73,8	77,4	74,5

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em%)



O gráfico acima exposto demonstra a taxa de emprego por duas crianças dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população que se encontra entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15. O único dado disponível quanto à Europa dos 15 refere-se ao ano de 2003 – 75 % da população empregada entre 15 e 64 anos tinha duas crianças dependentes (a mais nova delas entre os 3 e os 5 anos).

Entre 1990-2004, verificamos que houve uma subida generalizada desta taxa de emprego, como por exemplo, no Luxemburgo, com um aumento de 10,8 % de 1990 para 2003, na Espanha, com um aumento de 10,6 % de 1990 para 2004 e em Portugal, com um aumento de 5,5 % de 1990 para 2004. Apenas na Áustria, constatamos que existe uma diminuição desta taxa de emprego(43,6 %), sobretudo entre 2003 e 2004.

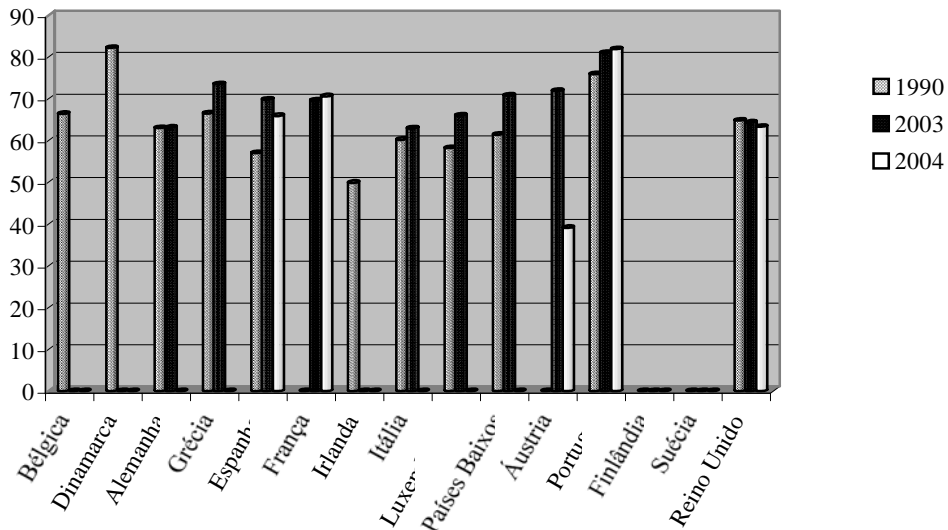
É ainda de salientar que o ano de 2004 apresenta dados disponíveis para poucos países: Espanha, França, Áustria, Portugal e Reino Unido, sendo que a Finlândia e a Suécia continuam a ser os países que não apresentam quaisquer dados em relação a esta matéria.

Taxa de Emprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	67,5	:
Bélgica	66,4	:	:
Dinamarca	82,2	:	:
Alemanha	63	63,1	:
Grécia	66,5	73,5	:
Espanha	57	69,8	65,9
França	:	69,6	70,6
Irlanda	49,9	:	:
Itália	60,2	62,9	:
Luxemburgo	58,2	66	:
Países Baixos	61,4	70,8	:
Áustria	:	71,9	39,1
Portugal	75,9	81	81,9
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	64,8	64,3	63,3

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Esta figura apresenta a taxa de emprego por três ou mais crianças dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população que podemos encontrar, na Europa dos 15, entre os 15 e os 64 anos. O único dado que temos a referir relativo à Europa dos 15 é relativo ao ano de 2003 – 67,5 % da população empregada entre 15 e 64 anos tinha três ou mais crianças dependentes (a mais nova delas entre os 3 e os 5 anos).

Entre 1990-2004, verificou-se uma subida generalizada desta taxa de emprego, como por exemplo, de 9,4 % de 1990 para 2003 nos Países Baixos, de 8,9 % de 1990 para 2004 na Espanha, de 7,8 % de 1990 para 2003 no Luxemburgo, de 7 % de 1990 para 2003 na Grécia ou ainda de 6 % de 1990 para 2004 em Portugal. Todavia, a Áustria marca a diferença mais uma vez nestas taxas de emprego, ao registar uma redução desta taxa na ordem dos 40,9 % entre o ano de 2003 e o ano de 2004. O Reino Unido também demonstra uma diminuição desta taxa de emprego por três ou mais crianças dependentes, sendo esta diminuição muito ligeira (de 1,5 % entre 1990 e 2004).

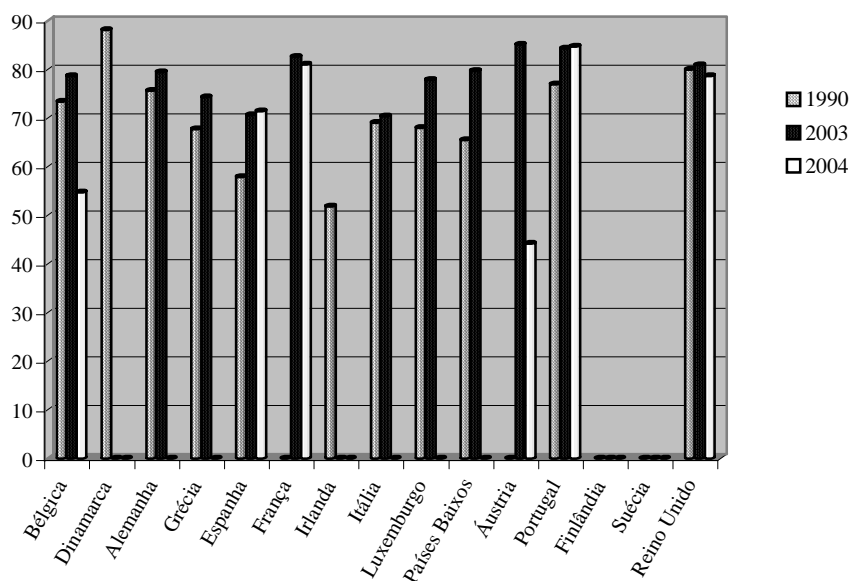
Taxa de Emprego por Uma Criança Dependente (6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	77,6	:
Bélgica	73,4	78,7	54,8
Dinamarca	88,1	:	:
Alemanha	75,7	79,5	:
Grécia	67,8	74,3	:
Espanha	57,9	70,7	71,5
França	:	82,6	81
Irlanda	51,9	:	:
Itália	69,1	70,4	:
Luxemburgo	68	77,9	:
Países Baixos	65,5	79,8	:
Áustria	:	85,2	44,2
Portugal	77	84,3	84,8
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	80	80,9	78,7

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego por Uma Criança Dependente (6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico demonstra a taxa de emprego por uma criança dependente, entre os 6 e os 14 anos, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15: 77,6 % corresponde a 2003, uma vez que nos anos de 1990 e 2004 não existem dados disponíveis (segundo a fonte do Eurostat).

A tendência geral regista um aumento desta taxa. Os países que demonstram claramente este aumento são: os Países Baixos (14,3 %, de 1990 para 2003), a Espanha (13,6 %, de 1990 para 2004), o Luxemburgo (9,9 %, de 1990 para 2003), Portugal (7,8%, de 1990 para 2004) e ainda a Grécia (6,5 %, de 1990 para 2003).

Também se verificaram algumas diminuições desta taxa, sendo as mais significativas na Áustria (41 %, de 2003 para 2004) e na Bélgica (18,6 %, de 1990 para 2004).

A Finlândia e a Suécia continuam a ser países omissos em relação a estas taxas de emprego por crianças dependentes. Esta taxa de emprego por 1 criança dependente entre os 6 e os 14 anos, numa população entre os 15 e os 64 anos também não é uma exceção. Pode-se ainda constatar que o ano de 2004 apresenta menos informações comparativamente a 1990 quanto aos 15 países europeus em análise.

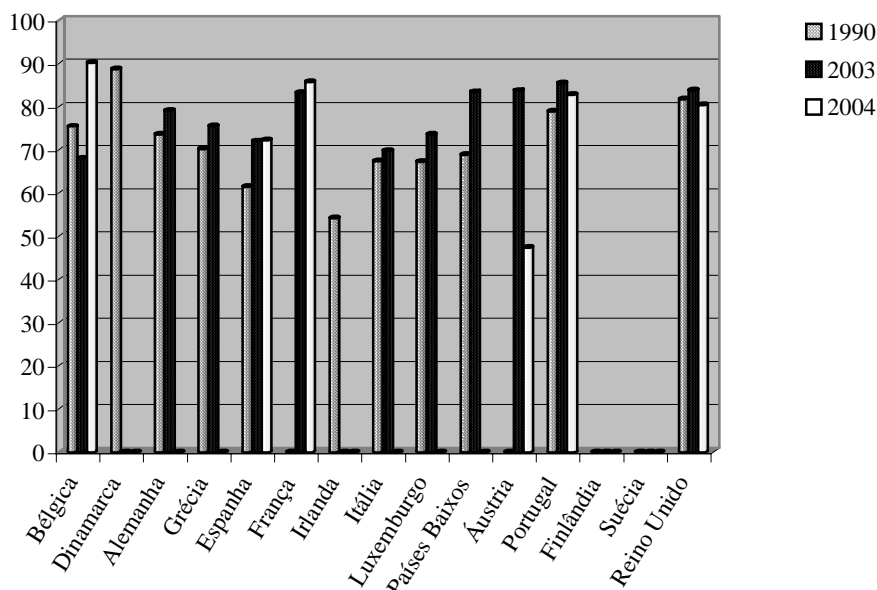
Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004

(em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	79	:
Bélgica	75,4	68	<u>90,1</u>
Dinamarca	88,7	:	:
Alemanha	73,5	79,1	:
Grécia	70,2	75,5	:
Espanha	61,4	72	72,2
França	:	83,2	85,7
Irlanda	54,2	:	:
Itália	67,3	69,7	:
Luxemburgo	67,2	73,6	:
Países Baixos	68,8	83,4	:
Áustria	:	83,7	47,3
Portugal	78,9	85,4	82,7
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	81,7	83,8	80,3

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico apresenta a taxa de emprego por duas crianças dependentes, entre os 6 e os 14 anos, na Europa dos 15, numa população esta entre os 15 e os 64 anos: 79 % em 2003, uma vez que nos anos de 1990 e 2004 não existem dados disponíveis para publicação (segundo a fonte do Eurostat).

A tendência geral regista um aumento desta taxa. Os países que demonstram claramente este aumento são: a Bélgica (14,7 %, de 1990 para 2004), seguindo-se os Países Baixos (14,6 %, de 1990 para 2003), a Espanha (10,8 %, de 1990 para 2004), o Luxemburgo (6,4 %, de 1990 para 2003), a Alemanha (5,6 %, de 1990 para 2003) e Portugal (3,8% entre 1990-2004).

Também se verificaram algumas diminuições desta taxa, sendo as mais significativas na Áustria (36,4 %, de 2003 para 2004) e no Reino Unido (1,4 %, de 1990 para 2004).

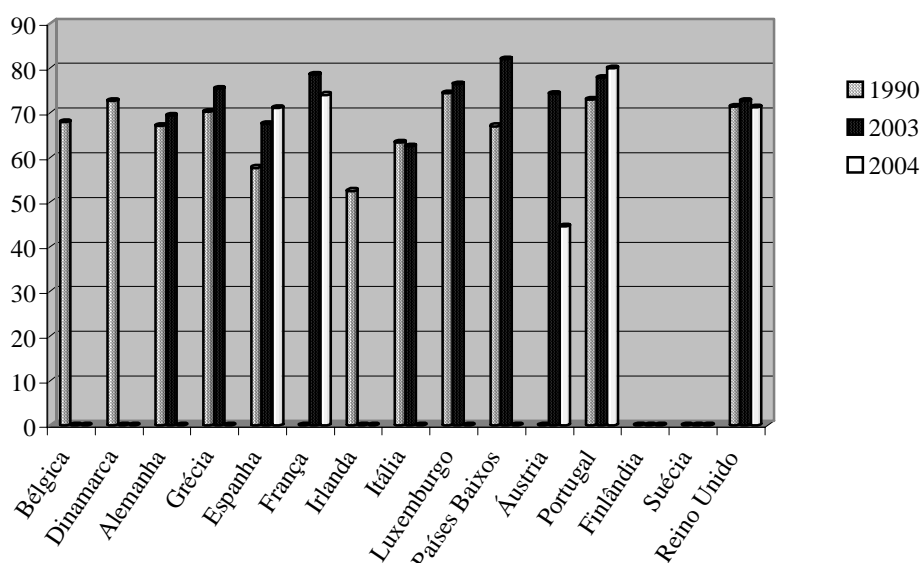
A Finlândia e a Suécia continuam a ser países omissos em relação a estas taxas de emprego por crianças dependentes que têm vindo a ser analisadas. Esta taxa de emprego por 2 crianças dependentes entre os 6 e os 14 anos, numa população entre os 15 e os 64 anos também não é uma exceção. Pode-se ainda constatar que o ano de 2004 apresenta menos informações comparativamente com 1990 quanto aos 15 países da Europa.

Taxa de Emprego por três ou mais crianças dependentes (a mais nova entre os 6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	72,2	:
Bélgica	67,9	:	:
Dinamarca	72,7	:	:
Alemanha	67,1	69,4	:
Grécia	70,2	75,4	:
Espanha	57,7	67,5	71,1
França	:	78,5	74
Irlanda	52,5	:	:
Itália	63,3	62,5	:
Luxemburgo	74,4	76,4	:
Países Baixos	67	82	:
Áustria	:	74,2	44,6
Portugal	72,9	77,8	80
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	71,4	72,6	71,2

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico regista a taxa de emprego por três ou mais crianças dependentes, entre os 6 e os 14 anos, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15: 72,2 % foi o valor registado em 2003, uma vez que em 1990 e 2004 não existem dados disponíveis para publicação (segundo a fonte do Eurostat).

A tendência geral regista um aumento desta taxa. Os países que demonstram este aumento são: a Espanha (13,4 %, de 1990 para 2004), Portugal (7,1 %, de 1990 para 2004), a Grécia (de 5,2 %, de 1990 para 2003) e os Países Baixos (2 %, de 1990 a 2003).

Também se verificam algumas diminuições desta taxa, sendo a mais significativa no país austríaco (29,6 %, de 2003 para 2004). Seguem-se, com diminuições menos acentuadas, países como a França (4,5 %, de 2003 para 2004), a Itália (0,8 %, de 1990 para 2003) e o Reino Unido (0,2 %, de 1990 para 2004).

A Finlândia e a Suécia continuam a ser países omissos em relação a estas taxas de emprego por crianças dependentes que têm vindo a ser analisadas. Esta taxa de emprego por 3 ou mais crianças dependentes entre os 6 e os 14 anos, numa população entre os 15 e os 64 anos, também não é uma exceção. Pode-se ainda constatar que o ano de 2004 apresenta menos informações comparativamente com o ano de 1990 quanto aos países europeus em análise.

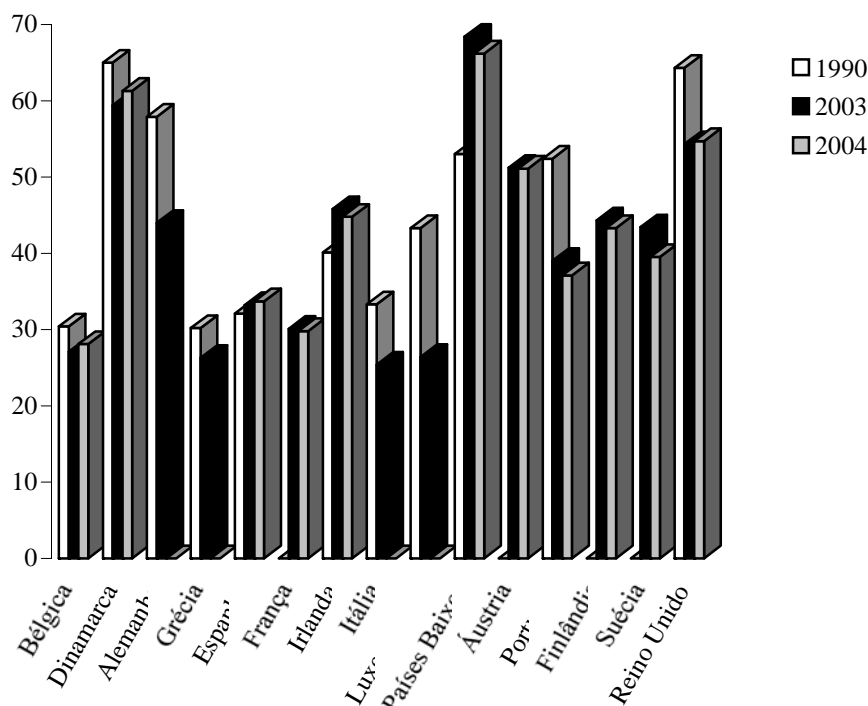
Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education(15-24 anos) na Europa dos 15 , entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	39,7	:
Bélgica	30,4	27,1	28,1
Dinamarca	65	59,4	61,3
Alemanha	57,9	44	:
Grécia	30,2	26,3	:
Espanha	32,1	33,2	33,7
França	:	30,1	29,8
Irlanda	40,1	45,8	44,8
Itália	33,3	25,4	:
Luxemburgo	43,3	26,4	:
Países Baixos	53	68,4	66,2
Áustria	:	51,2	51,1
Portugal	52,4	39	37,1
Finlândia	:	44,3	43,3
Suécia	:	43,4	39,5
Reino Unido	64,3	54,3	54,7

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego Total segundo os Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary and Non-Tertiary Education e Tertiary Education (15-24 anos),na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico demonstra a taxa de emprego segundo o total dos graus académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education , na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma parte da população entre os 15 e os 24 anos. Esta taxa de emprego regista apenas o valor 39,7 % em 2003, na Europa dos 15. Porém, ao serem analisados os vários países individualmente, verifica-se que a maior parte dos países demonstram uma tendência de diminuição da taxa em análise. O Luxemburgo diminuiu 16,9 % de 1990 a 2003, Portugal diminuiu 15,3 % de 1990 a 2004, a Alemanha 13,9 % de 1990 a 2003, o Reino Unido 9,6 % de 1990 a 2004 e a Itália 7,9 % de 1990 a 2003. Segue-se a Suécia e a Grécia, ambas com uma diminuição de 3,9 %, a primeira entre 2003 e 2004 e a segunda entre 1990 e 2003, a Dinamarca com 3,7 %, de 1990-2004 e a Bélgica 2,3 %, também entre 1990-2004.

Três países apresentaram, excepcionalmente, situações de aumento desta taxa de emprego por estes graus académicos: os Países Baixos com 13,2 %, a Irlanda com 4,7% e a Espanha com 1,6 %, aumentos que ocorreram entre 1990 e 2004.

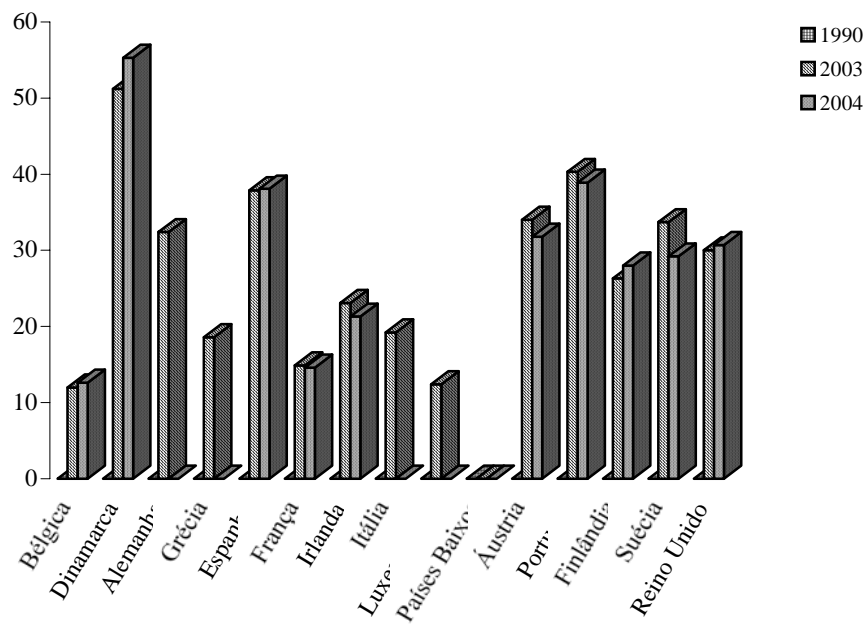
Note-se que a evolução da tendência desta taxa de emprego pelo total dos graus académicos na Europa dos 15, em termos gerais, não é facilmente perceptível, pois os anos de 1990 e 2004 não contêm qualquer informação estatística (segundo o Eurostat).

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (15-24 anos) na Europa dos 15 , entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	27	:
Bélgica	:	12	12,6
Dinamarca	:	51,2	55,3
Alemanha	:	32,4	:
Grécia	:	18,6	:
Espanha	:	37,9	38,1
França	:	14,9	14,6
Irlanda	:	23,1	21,3
Itália	:	19,2	:
Luxemburgo	:	12,4	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	34	31,8
Portugal	:	40,3	38,9
Finlândia	:	26,3	28
Suécia	:	33,7	29,2
Reino Unido	:	30	30,7

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (15-24 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



O gráfico acima exposto apresenta a taxa de emprego pelo grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma população entre os 15 e os 24 anos.

Esta taxa de emprego registada em 2003, corresponde a 27 %. Os países que demonstram um aumento desta taxa de emprego, entre 2003 e 2004, visto não haver quaisquer dados para 1990, foram: a Dinamarca com 4,1 %, a Finlândia com 1,7 %, o Reino Unido com 0,7 %, a Bélgica, com 1,6 % e a Espanha com 0,2 %.

Contrariamente, existem países que também apresentam diminuições desta taxa de emprego. Destaca-se a Suécia com 4,5 %, a Áustria com 2,2 %, a Irlanda com 1,8 %, Portugal com 1,4 % e a França com 0,3 %.

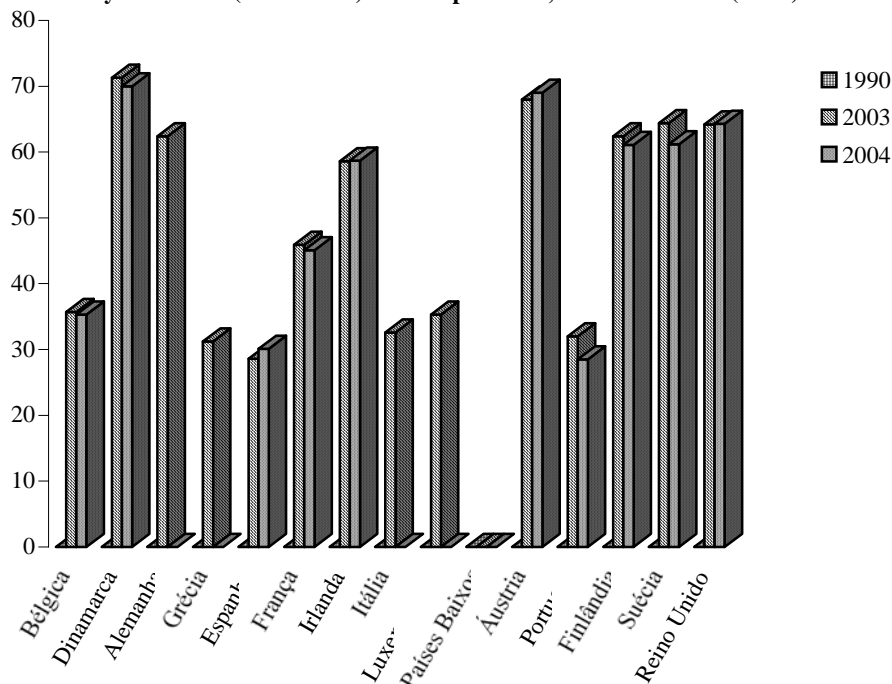
Note-se que a evolução da tendência desta taxa de emprego pelo grau académico em análise, na Europa dos 15, em termos gerais, não é facilmente perceptível, pois os anos de 1990 e 2004 não contêm qualquer informação estatística (segundo o Eurostat).

**Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary
Non-Tertiary Education (15-24 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)**

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	50,3	:
Bélgica	:	35,7	35,3
Dinamarca	:	71,3	70
Alemanha	:	62,4	:
Grécia	:	31,2	:
Espanha	:	28,6	30,1
França	:	45,9	45,1
Irlanda	:	58,6	58,7
Itália	:	32,6	:
Luxemburgo	:	35,3	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	68	69
Portugal	:	32	28,5
Finlândia	:	62,4	61,1
Suécia	:	64,4	61,2
Reino Unido	:	64,2	64,3

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

**Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary
Non-Tertiary Education (15-24 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em%)**



O gráfico acima representado demonstra a taxa de emprego pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2003 e 2004, para a população entre os 15 e os 24 anos, uma vez que o ano de 1990 não apresenta dados disponíveis, segundo a fonte de informação Eurostat.

Esta taxa de emprego apresenta, para o ano de 2003, 50,3 %, isto é, mais de metade da população empregada entre os 15-24 anos têm o grau académico em análise, na Europa dos 15.

Verifica-se que a tendência desta taxa corresponde a uma diminuição, nomeadamente nos seguintes países: Portugal com uma descida de 3,5 %, a Suécia com uma diminuição de 3,2 %, a Dinamarca e a Finlândia com menos 1,3 %, a França com uma diminuição de 0,8 %, a Bélgica com uma descida em 0,4 % e o Reino Unido com menos 0,1 %.

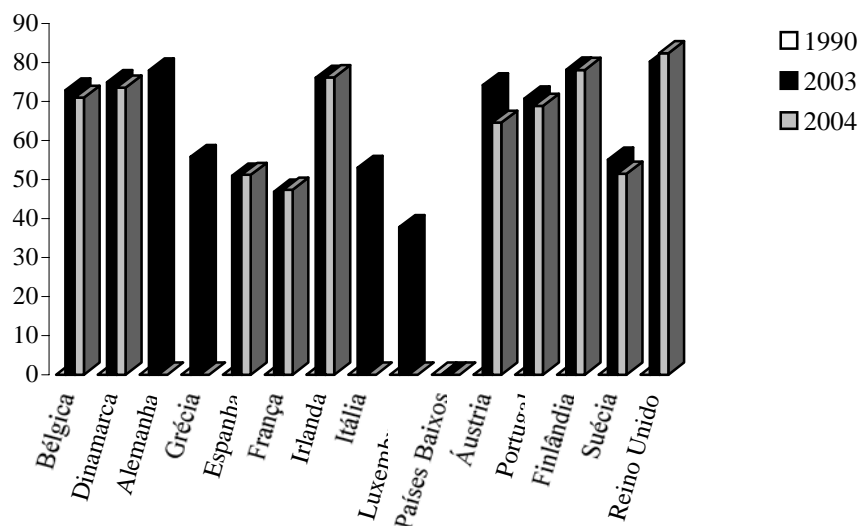
Os três casos excepcionais, quanto a esta taxa de emprego são a Espanha, a Áustria e a Irlanda, com aumentos na taxa de emprego segundo o grau académico em análise na ordem dos 1,5 %, 1 % e 0,1 % respectivamente.

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education (15-24 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	60,2	:
Bélgica	:	72,9	71
Dinamarca	:	75	73,6
Alemanha	:	78	:
Grécia	:	55,8	:
Espanha	:	51	51,2
França	:	46,9	47,4
Irlanda	:	76,1	76,2
Itália	:	53	:
Luxemburgo	:	37,8	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	74,2	64,6
Portugal	:	70,8	68,9
Finlândia	:	78,2	78,1
Suécia	:	55,1	51,5
Reino Unido	:	80,2	82,4

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education (15-24 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



O gráfico acima exposto apresenta a taxa de emprego pelo grau académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2003 e 2004, pela população entre os 15 e os 24 anos, uma vez que o ano de 1990 não apresenta dados disponíveis segundo a fonte de informação Eurostat.

O ano de 2003 regista uma taxa de emprego por este grau académico de 60,2 %, ou seja, uma parcela muito significativa da população empregada entre os 15-24 anos uma formação superior em qualquer um dos graus anteriormente referidos.

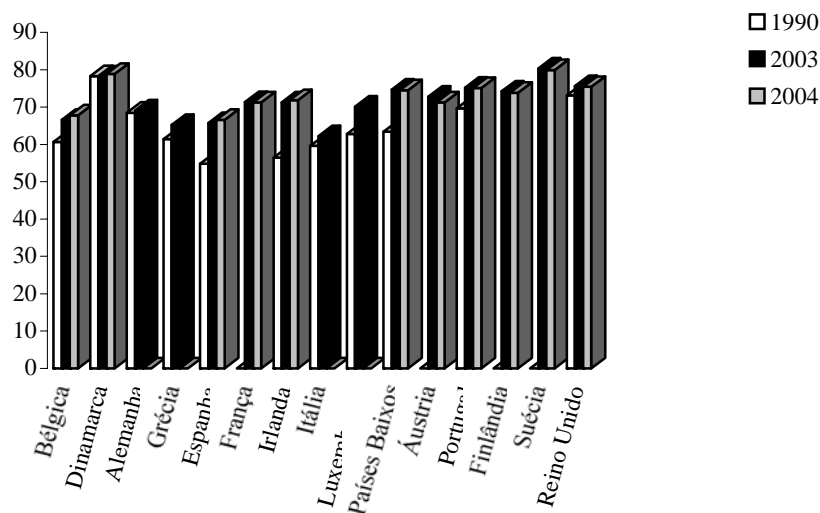
Relativamente a esta taxa de emprego, registaram-se tendências de diminuição, como tendências de aumento, na Europa dos 15. Enquanto que a Áustria, a Bélgica e Portugal, a Dinamarca e a Finlândia diminuíram as suas taxas de emprego em 9,6 %, 1,9%, 1,4 % e 0,1 % respectivamente, a Suécia aumentou a sua taxa de emprego em 3,6%, o Reino Unido em 2,2 %, a França em 0,5 %, a Espanha em 0,2 % e a Irlanda em 0,1 %.

Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (25-64 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	69,7	:
Bélgica	60,7	66,6	67,8
Dinamarca	78,3	78,2	78,9
Alemanha	68,5	69,1	:
Grécia	61,4	65,2	:
Espanha	54,8	65,7	66,6
França	:	71,3	71,2
Irlanda	56,5	71,2	71,8
Itália	59,6	62,2	:
Luxemburgo	62,8	70,1	:
Países Baixos	63,4	74,7	74,5
Áustria	:	72,8	71,2
Portugal	69,7	75,2	75,1
Finlândia	:	74,2	73,8
Suécia	:	80,3	79,9
Reino Unido	73,1	75,6	75,4

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (25-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico apresenta a taxa de emprego segundo o total dos graus académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma parte da população entre os 25 e os 64 anos. Esta taxa de emprego reflecte o valor único de 69,7 % no ano de 2003, na Europa dos 15, sendo que os anos de 1990 e 2004 não apresentam dados disponíveis, segundo o Eurostat.

A tendência desta taxa de emprego total é a de aumento, na maioria dos países da Europa dos 15, embora este facto não seja perceptível pela falta de informações que dispomos para a Europa dos 15, nos anos 1990 e 2004. Esta tendência pode ser verificada pelos seguintes valores: na Irlanda com 15,3 % (entre 1990 e 2004), na Espanha com 11,8 % (1990-2004), nos Países Baixos com 11,1 % (entre 1990 e 2004), no Luxemburgo com 7,3 % (entre 1990 e 2003), na Bélgica com 7,1 % (entre 1990 e 2004), em Portugal com 5,4 % (entre 1990 e 2004), na Grécia com 3,8 % (entre 1990 e 2003), na Itália com 2,8 % (entre 1990 e 2003), no Reino Unido com 2,3 % (entre 1990 e 2004) e na Dinamarca e na Alemanha com 0,6 % (entre 1990 e 2004).

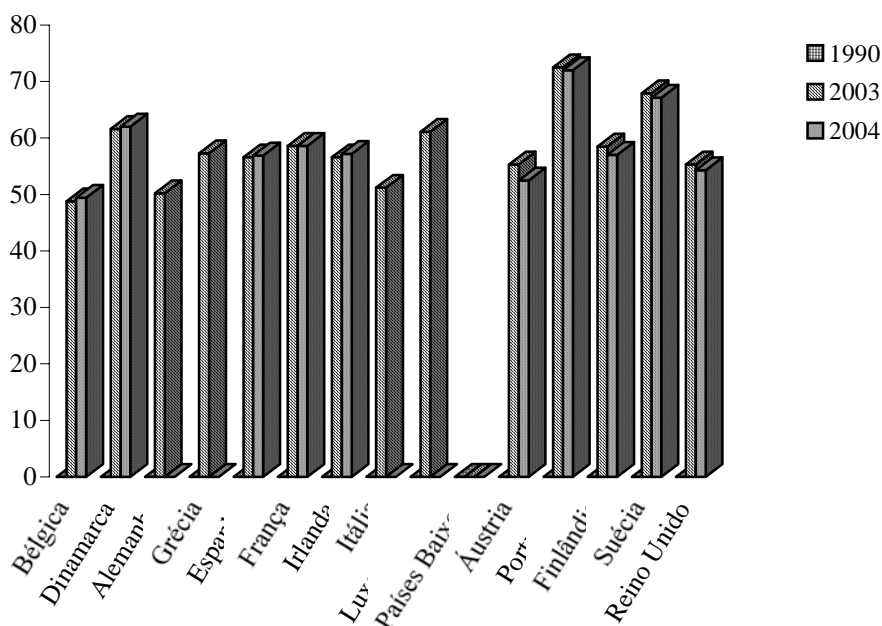
É de notar também que a Alemanha, a Grécia, a Itália e o Luxemburgo não apresentam dados para 2004, assim como a França, a Áustria, a Finlândia e a Suécia não apresentam dados para 1990.

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (25-64 anos) na Europa dos 15 , entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	55,7	:
Bélgica	:	48,8	49,4
Dinamarca	:	61,6	62
Alemanha	:	50,2	:
Grécia	:	57,3	:
Espanha	:	56,6	56,9
França	:	58,6	58,6
Irlanda	:	56,6	57,2
Itália	:	51,2	:
Luxemburgo	:	61,1	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	55,3	52,5
Portugal	:	72,5	72
Finlândia	:	58,5	57
Suécia	:	67,9	67,1
Reino Unido	:	55,3	54,3

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (25-64 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



O gráfico acima representado apresenta a taxa de emprego pelo grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 2003 e 2004, para uma população entre os 25 e os 64 anos, uma vez que o ano de 1990 não apresenta dados disponíveis segundo a fonte de informação Eurostat.

O ano de 2003 apresenta uma taxa de emprego, segundo este grau académico, de 55,7 %, ou seja, uma parcela muito significativa da população empregada entre os 25-64 anos, tem uma formação a nível do Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education.

Relativamente a esta taxa de emprego, registaram-se tendências de diminuição, como tendências de aumento, na Europa dos 15. As tendências de aumento verificaram-se na Bélgica e na Irlanda com 0,6 %, na Dinamarca com 0,4 % e na Espanha com 0,3%.

As tendências de diminuição surgiram na Áustria, na Finlândia, no Reino Unido, na Suécia e no nosso país, com 2,8 %, 1,5 %, 1 %, 0,8 % e 0,5 % respectivamente.

É de salientar também que os Países Baixos são o único país, deste grupo de 15 países, que não apresenta quaisquer dados disponíveis.

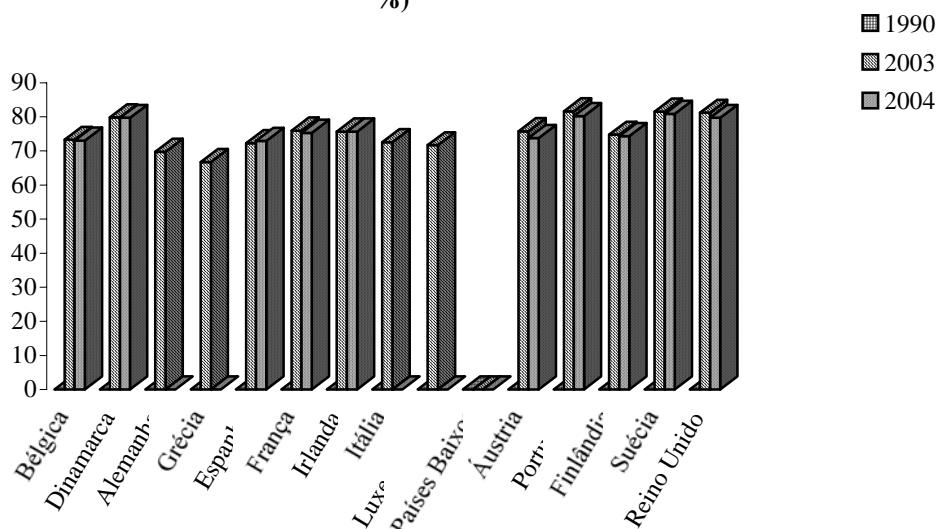
Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (25-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	74,2	:
Bélgica	:	73,3	73,1
Dinamarca	:	79,8	79,7
Alemanha	:	69,8	:
Grécia	:	66,8	:
Espanha	:	72,3	73
França	:	76	75,3
Irlanda	:	75,7	75,7
Itália	:	72,6	:
Luxemburgo	:	71,7	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	75,8	73,8
Portugal	:	81,6	80,2
Finlândia	:	74,8	74,4
Suécia	:	81,5	80,9
Reino Unido	:	81,2	79,7

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (25-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



O gráfico acima representado apresenta a taxa de emprego pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2003 e 2004, para uma população entre os 25 e os 64 anos, uma vez que o ano de 1990 não apresenta dados disponíveis, segundo a fonte de informação Eurostat.

Esta taxa de emprego apresenta, para o ano de 2003, na Europa dos 15, 74,2 %, isto é, a grande parte da população empregada entre os 25 e os 64 anos tem qualificações relativas ao Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15.

A tendência desta taxa é de diminuição, nomeadamente nos seguintes países: na Áustria, no Reino Unido, em Portugal, na França, na Suécia, na Finlândia, na Bélgica e na Dinamarca, diminuições entre os 2 % (Áustria) e os 0,1 % (Dinamarca).

Os Países Baixos são o único país, deste grupo de 15 países, que não apresenta quaisquer dados disponíveis relativamente à taxa de emprego em questão

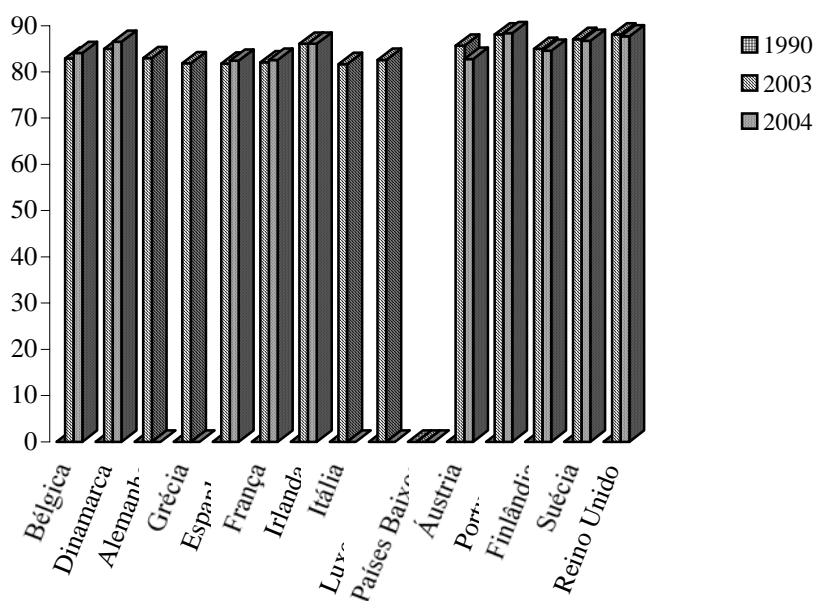
Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education (25-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	84	:
Bélgica	:	82,9	84,1
Dinamarca	:	85	86,5
Alemanha	:	83	:
Grécia	:	81,9	:
Espanha	:	81,8	82,4
França	:	82,1	82,6
Irlanda	:	86,1	86,1
Itália	:	81,7	:
Luxemburgo	:	82,6	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	85,7	82,8
Portugal	:	88,1	88,4
Finlândia	:	85	84,6
Suécia	:	87,1	86,7
Reino Unido	:	88,1	87,7

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education (25-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



O gráfico acima representado regista a taxa de emprego pelo grau académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2003 e 2004, para uma população entre os 25 e os 64 anos, uma vez que o ano de 1990 não apresenta dados disponíveis segundo a fonte de informação Eurostat.

Esta taxa de emprego apresenta, para o ano de 2003, na Europa dos 15, o valor de 84 %, isto é, a grande parte da população empregada entre os 25 e os 64 anos têm o grau académico equivalente a um bacharelato, licenciatura e mestrado, na Europa dos 15.

Verifica-se que existem tendências de diminuição, como tendências de aumento desta taxa, na Europa dos 15. As tendências de aumento podem verificar-se na Dinamarca com 1,5 %, na Bélgica com 1,2 %, na Espanha com 0,6 %, na França com 0,5 % e em Portugal com 0,3 %.

As tendências de diminuição ocorrem na Áustria com 2,9 %, e depois na Finlândia, na Suécia e no Reino Unido, com 0,4 %.

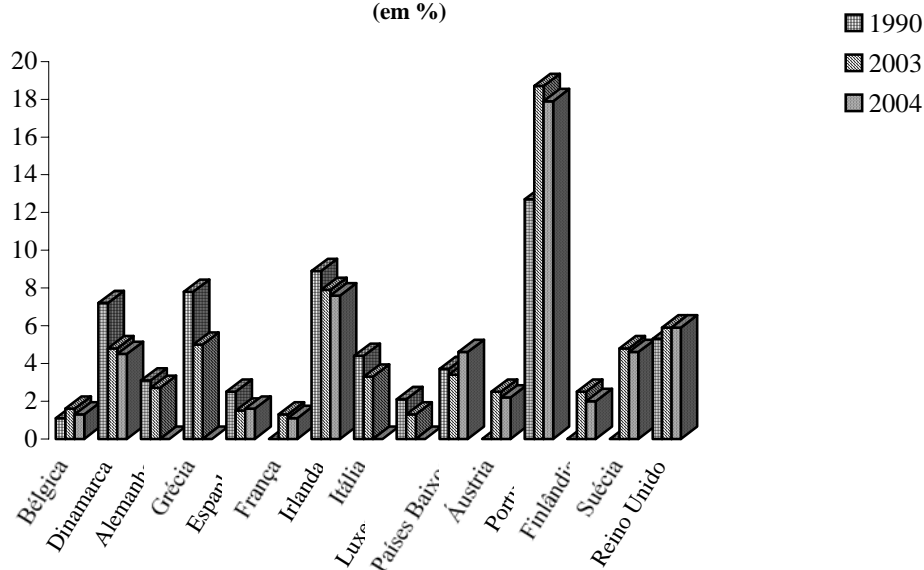
Os Países Baixos é o único país, na Europa dos 15, que não apresenta quaisquer dados disponíveis quanto à temática em análise.

Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (65 e mais Anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	3,5	:
Bélgica	1,1	1,6	1,3
Dinamarca	7,2	4,8	4,5
Alemanha	3,1	2,7	:
Grécia	7,8	5	:
Espanha	2,5	1,5	1,6
França	:	1,3	1,1
Irlanda	8,9	7,9	7,6
Itália	4,4	3,3	:
Luxemburgo	2,1	1,3	:
Países Baixos	3,7	3,4	4,6
Áustria	:	2,5	2,2
Portugal	12,7	18,7	17,9
Finlândia	:	2,5	2
Suécia	:	4,8	4,6
Reino Unido	5,3	5,9	5,9

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (65 e mais Anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico apresenta a taxa de emprego segundo o total de graus académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma parte da população com 65 e mais anos. Esta taxa de emprego apresenta, na Europa dos 15, uma diminuição dos seus valores no decorrer da década de 90 e princípios dos anos 2000. Esta diminuição europeia pode ser expressa no valor 3,5% no ano de 2003, já que os anos de 1990 e 2004 não apresentam dados disponíveis, segundo a fonte do Eurostat.

Esta tendência de diminuição pode ser observada em vários países: na Grécia com uma diminuição de 2,8 % entre 1990 e 2003, na Dinamarca com uma diminuição de 2,7 % entre 1990 e 2004, na Irlanda com uma diminuição de 1,3 % entre 1990 e 2004 e na Itália com uma diminuição de 1,1 % entre 1990 e 2003. Temos também na mesma situação a Espanha com uma diminuição de 0,9 % entre 1990 e 2004, o Luxemburgo com uma diminuição de 0,8 % entre 1990 e 2003, a Finlândia com uma diminuição de 0,5 % entre 2003 e 2004, a Alemanha com uma diminuição de 0,4 % entre 1990 e 2003, a Áustria com uma diminuição de 0,3 % entre 2003 e 2004 e a França e a Suécia, ambas com uma diminuição de 0,2 % entre 2003 e 2004.

As únicas exceções desta tendência de diminuição da taxa de emprego segundo estes graus académicos são os seguintes países: Portugal com um aumento de 5,2 %, os Países Baixos com um aumento de 0,9 %, o Reino Unido com uma aumento de 0,6 % e a Bélgica com uma aumento de 0,2 %, aumentos estes que ocorrem entre 1990 e 2004.

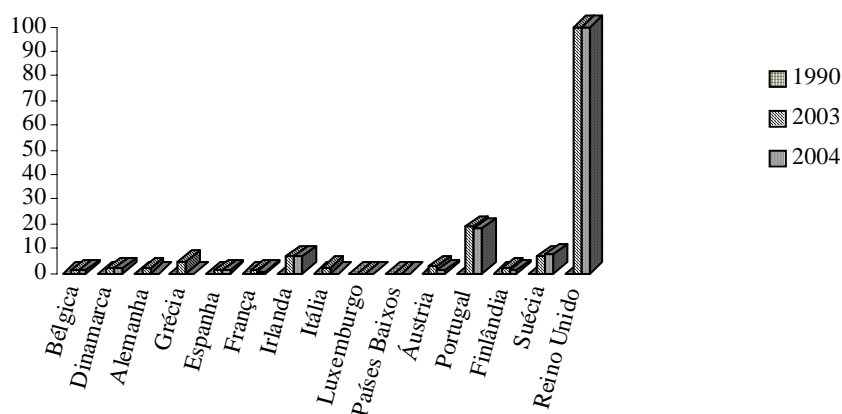
Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (65 e mais Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	3,2	:
Bélgica	:	0,9	0,9
Dinamarca	:	2,3	1,8
Alemanha	:	1,7	:
Grécia	:	4,8	:
Espanha	:	1,2	1
França	:	0,9	0,8
Irlanda	:	6,8	6,9
Itália	:	2,4	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	2,6	1,4
Portugal	:	18,9	18
Finlândia	:	1,7	1,5
Suécia	:	6,6	7,3
Reino Unido	:	100	100

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (65 e mais anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em%)



Como pode ser observado pelo gráfico acima exposto, a taxa de emprego pelo grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, para uma parte da população com 65 e mais anos, foi de 3,2 % em 2003. O ano de 2004 não regista dados disponíveis para a Europa dos 15 quanto a esta taxa, bem como nenhum país europeu em análise apresenta dados disponíveis para 1990.

Apesar da falta de informações quanto ao ano de 1990, verifica-se que entre 2003 e 2004, seis países apresentam reduções das suas taxas de emprego segundo este grau académico: a Áustria com 1,2 %, Portugal com 0,9 %, a Dinamarca com 0,5 %, a Espanha e a Finlândia, ambas com 0,2 % e a França com 0,1 %.

Ocorreram, igualmente, subidas das taxas de emprego segundo o grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education em dois países: na Suécia com aumentos na ordem dos 0,7 % e na Irlanda com um aumento de 0,1 %.

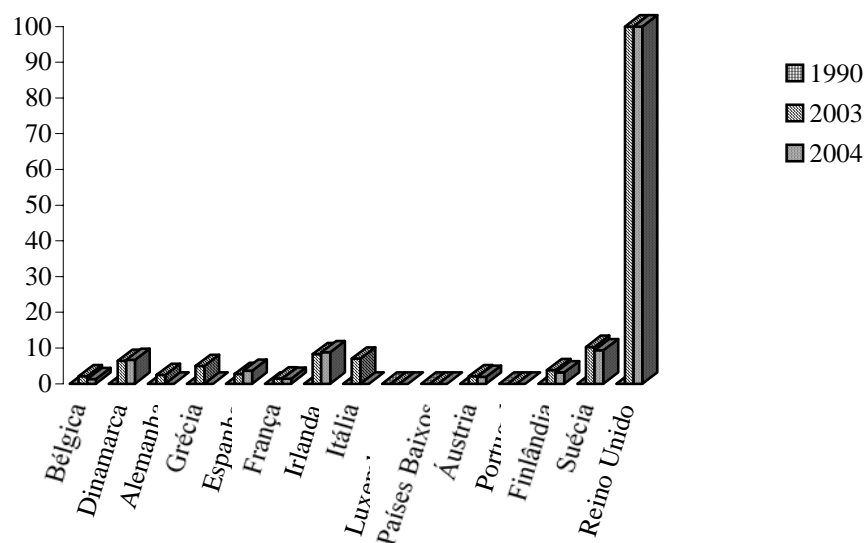
A Bélgica e o Reino Unido mantiveram as suas taxas de emprego segundo este grau académico, onde a Bélgica registou 0,9 % e o Reino Unido registou curiosamente 100 %, segundo a fonte de informação Eurostat.

**Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary
Non-Tertiary Education (65 e mais Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004
(em%)**

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	4,5	:
Bélgica	:	2,1	1,3
Dinamarca	:	6,4	6,7
Alemanha	:	2,5	:
Grécia	:	5	:
Espanha	:	2,7	3,6
França	:	1,5	1,4
Irlanda	:	8,3	8,8
Itália	:	7	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	2,1	1,9
Portugal	:	:	:
Finlândia	:	3,8	3,2
Suécia	:	10,3	9,4

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (65 e mais Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Como pode ser observado pelo gráfico acima exposto, a taxa de emprego pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, para uma parte da população com 65 e mais anos, foi de 4,5 % em 2003. O ano de 2004 não apresentou dados disponíveis para a Europa dos 15, bem como nenhum país europeus em análise apresentou dados disponíveis para 1990.

Apesar da falta de informações quanto ao ano de 1990, verificou-se que entre 2003 e 2004, existiram diversas tendências, nomeadamente de aumento, outras de diminuição ou tendências estáveis. Existiram também cinco países em que não são conhecidas as suas evoluções de 2003 para 2004, uma vez que não possuímos essas informações junto do Eurostat. Apenas pode-se afirmar que, do que nos é possível analisar, cinco países apresentam diminuições desta taxa de emprego, três demonstram subidas e um demonstra uma estabilidade desta mesma taxa..

O grupo dos referidos cinco países é constituído pela Suécia com uma diminuição da sua taxa de emprego em 0,9 %, pela Bélgica com uma diminuição de 0,8%, pela Finlândia com uma diminuição de 0,6 %, pela Áustria com uma descida da sua taxa em 0,2 % e pela França com uma diminuição de 0,1 %, diminuições estas ocorridas entre 2003 e 2004.

Os três países que registaram um aumento desta taxa de emprego, entre 2003 e 2004, foram a Espanha com um aumento de 0,9 %, a Irlanda com um aumento de 0,5 % e a Dinamarca com um aumento de 0,3 %. O Reino Unido apresenta, mais uma vez, 100 % para os anos de 2003 e 2004.

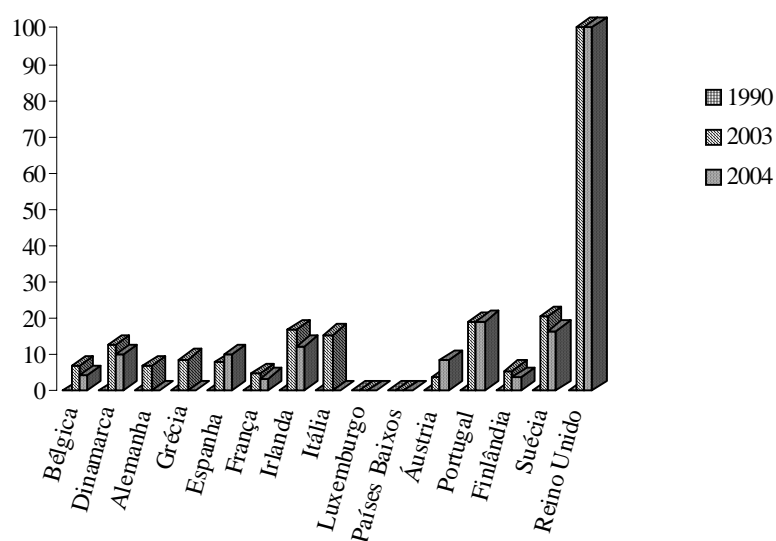
É de salientar o facto do Luxemburgo e dos Países Baixos não disponibilizarem dados junto da fonte de informação Eurostat para nenhum dos anos analisados (1990, 2003 e 2004), tanto para o grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (gráfico anteriormente analisado), como para o grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education.

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education (65 e mais Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	10,7	:
Bélgica	:	6,7	4,2
Dinamarca	:	12,5	9,8
Alemanha	:	6,7	:
Grécia	:	8,6	:
Espanha	:	7,7	9,9
França	:	4,7	3,3
Irlanda	:	16,6	12,3
Itália	:	15,3	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	3,6	8,2
Portugal	:	18,8	19
Finlândia	:	5,5	3,7
Suécia	:	20,3	16,3
Reino Unido	:	100	100

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education (65 e mais anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Como pode ser observado pelo gráfico acima exposto, a taxa de emprego pelo grau académico Tertiary Education, na Europa dos 15, para uma parte da população com 65 e mais anos, foi de 10,7 % para o ano de 2003. O ano de 2004 não demonstra qualquer número para a Europa dos 15 quanto a esta temática, bem como para qualquer um dos países analisados em 1990.

Apesar da falta de informações quanto ao ano de 1990, verifica-se que entre 2003 e 2004 e do que nos é possível analisar, seis países apresentam diminuições desta taxa de emprego, três demonstram subidas dos seus valores e um país apresenta uma estabilidade desta taxa de emprego.

O grupo dos referidos seis países é constituído pela Irlanda com uma diminuição de 4,3 %, pela Suécia com uma diminuição de 4 %, pela Dinamarca com uma diminuição de 2,7 %, pela Bélgica com uma diminuição de 2,5 %, pela Finlândia com uma diminuição de 1,8 % e pela França com uma diminuição de 1,4 %. Por sua vez, os três países que demonstram aumentos das suas taxas de emprego pelo grau académico em análise são a Áustria com 4,6 %, a Espanha com um aumento de 2,2 % e o nosso país com um aumento de 0,2 %. O Reino Unido apresenta, mais uma vez, 100 % para os anos de 2003 e 2004.

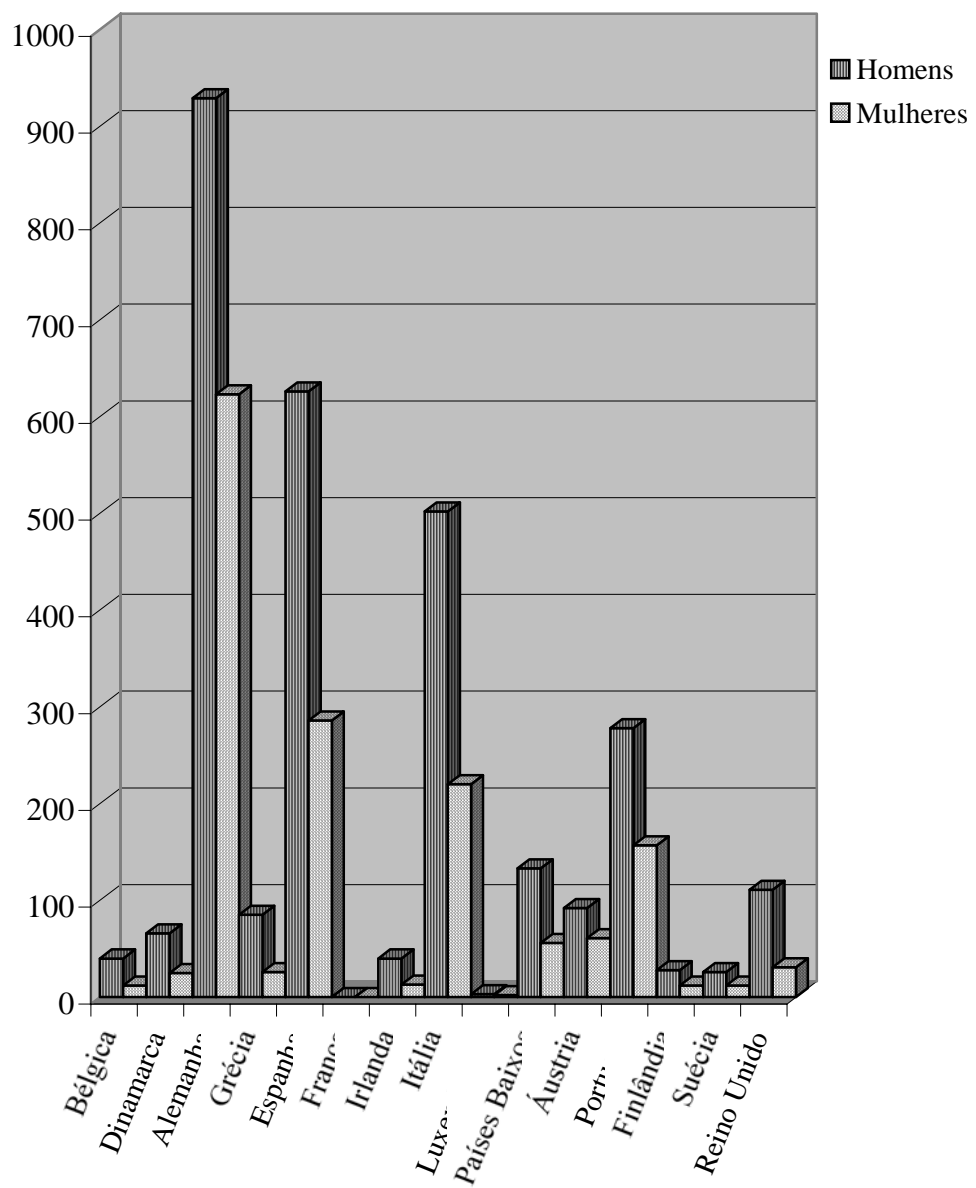
É de salientar o facto do Luxemburgo e dos Países Baixos não disponibilizarem dados junto da fonte de informação Eurostat para nenhum dos anos analisados quanto a esta taxa de emprego.

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

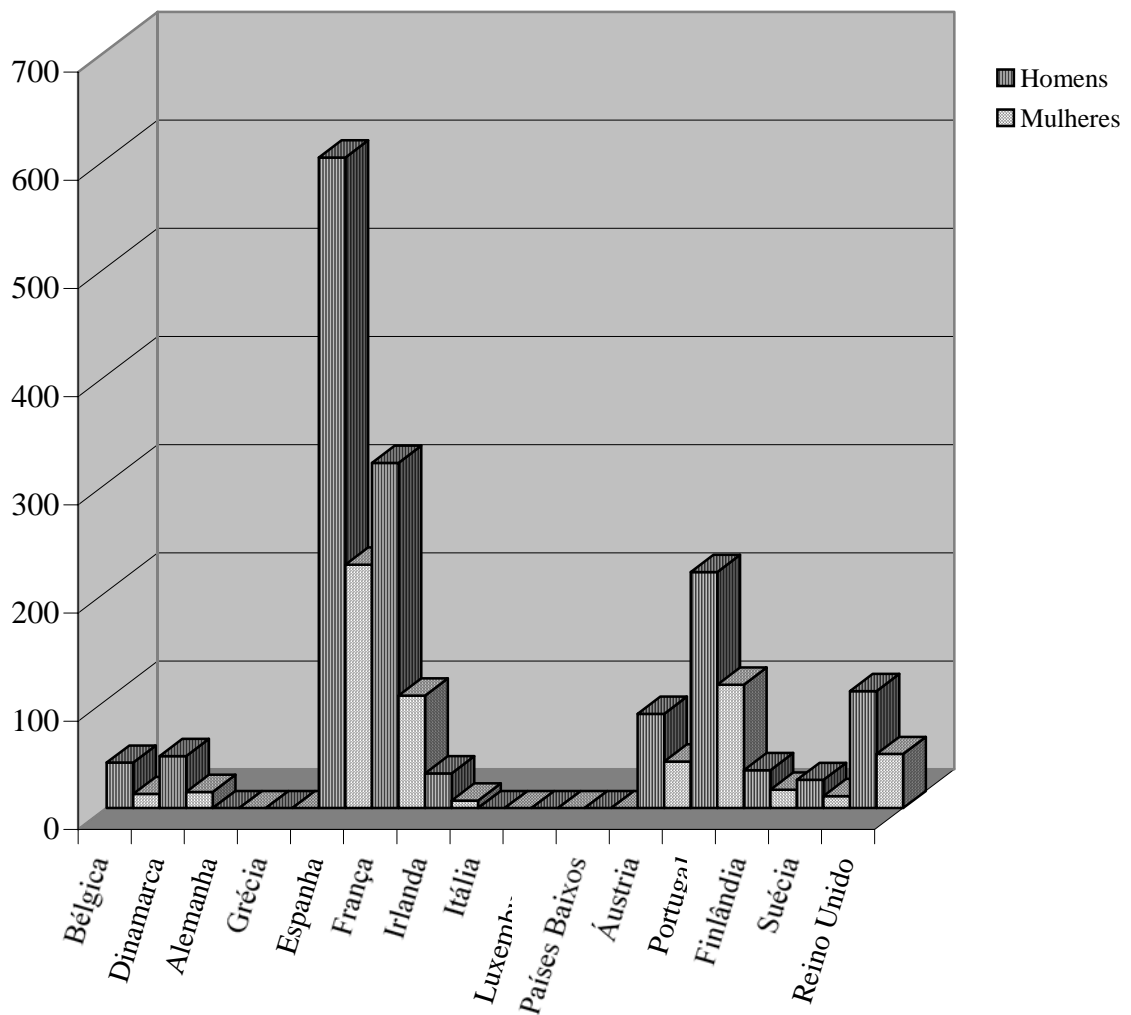
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	3256	1643	Europa dos 15	:	:
Bélgica	40	12	Bélgica	42	13
Dinamarca	66	25	Dinamarca	48	15
Alemanha	929	623	Alemanha	:	:
Grécia	85	26	Grécia	:	:
Espanha	626	286	Espanha	601	225
França	:	:	França	319	104
Irlanda	40	13	Irlanda	32	7
Itália	502	220	Itália	:	:
Luxemburgo	3	2	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	133	56	Países Baixos	:	:
Áustria	92	61	Áustria	87	43
Portugal	278	157	Portugal	218	114
Finlândia	28	12	Finlândia	35	17
Suécia	26	12	Suécia	26	11
Reino Unido	111	31	Reino Unido	108	50

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego a Full-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego a Full- Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A tendência, na Europa dos 15 quanto à taxa de emprego em full-time, entre homens e mulheres, pelo grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 15-24 anos, demonstra que existe um maior número de homens do que mulheres a trabalhar em full-time, em 2000 (consistindo numa diferença de 1 milhão e 613 mil pessoas). Para 2004, não existem dados disponíveis.

Entre 2000-2004 verifica-se que existem sempre mais homens do que mulheres a trabalhar em full-time. Contudo, nos anos em questão, registaram-se algumas diminuições e alguns aumentos destes valores, mas manteve-se a prevalência masculina nesta taxa. Os países mais significativos quanto a uma diminuição do número de homens e mulheres a trabalharem em full-time foram registados na Dinamarca, havendo uma diminuição em 18 mil homens, enquanto que houve uma diminuição de 10 mil mulheres a trabalharem em full-time, entre 2000-2004. A Espanha também registou uma diminuição desta taxa nos dois sexos, entre 2000-2004 (menos 25 mil homens; menos 61 mil mulheres). Na Irlanda deu-se uma diminuição de 8 mil homens, enquanto se registou nas mulheres uma diminuição na ordem das 6 mil, entre 2000-2004. Em Portugal deu-se uma diminuição de 60 mil homens, enquanto se registou uma diminuição na ordem das 43 mil mulheres, entre 2000-2004. No Reino Unido, registou-se, entre 2000-2004, uma diminuição desta taxa em cerca de 3 mil homens, enquanto que as mulheres aumentaram o seu número para 19 mil.

A Bélgica foi o único país europeu que registou um aumento, apesar de pouco significativo, desta taxa para ambos os sexos: os homens aumentaram na ordem dos 2 mil, enquanto que as mulheres aumentaram o seu número em mil.

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

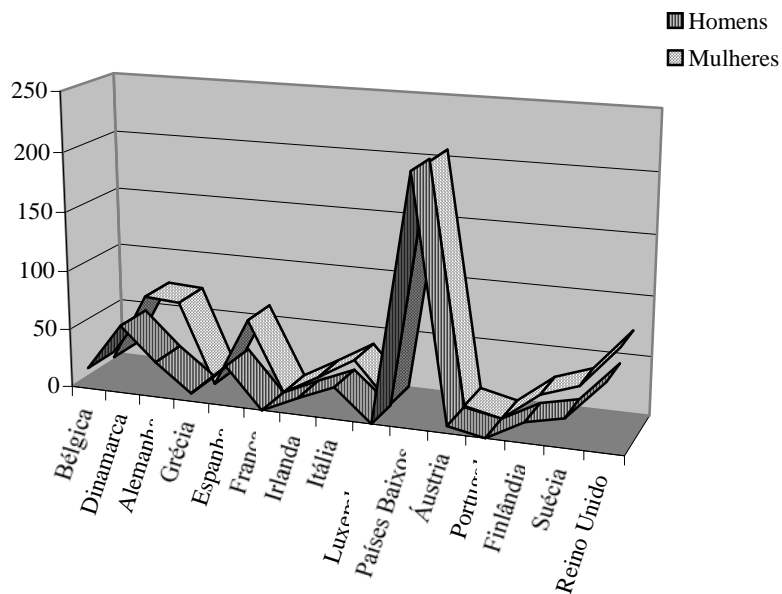
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	557	692	Europa dos 15	:	:
Bélgica	18	13	Bélgica	12	11
Dinamarca	58	70	Dinamarca	54	77
Alemanha	30	68	Alemanha	:	:
Grécia	7	3u	Grécia	:	:
Espanha	34	59	Espanha	34	64
França	:	:	França	54	80
Irlanda	14	17	Irlanda	8	12
Itália	27	35	Itália	:	:
Luxemburgo	:	1u	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	207	205	Países Baixos	:	:
Áustria	6	7	Áustria	7	10
Portugal	11u	13u	Portugal	11u	12u
Finlândia	17	24	Finlândia	19	24
Suécia	24	35	Suécia	30	49
Reino Unido	57	70	Reino Unido	52	72

Fonte: Eurostat

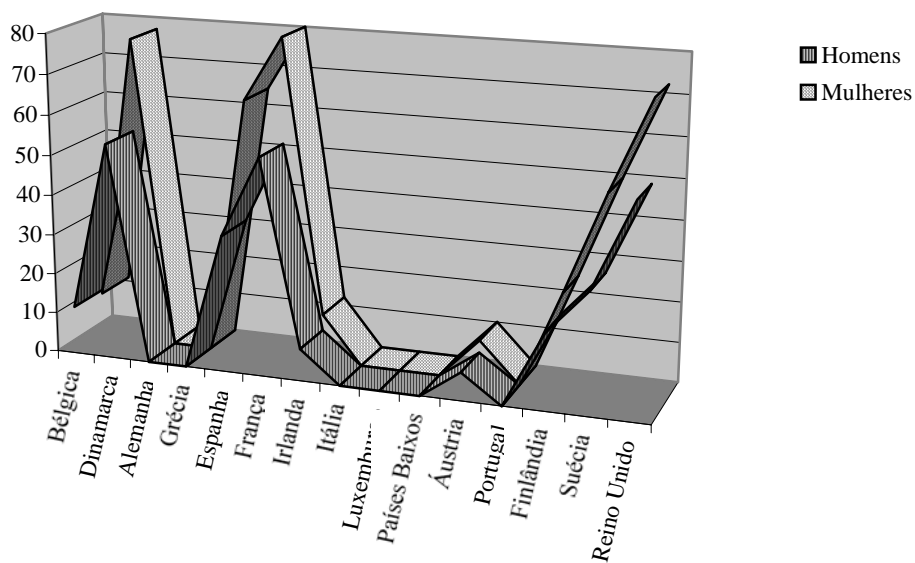
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Emprego, em Part -Time, segundo o Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Part -Time, segundo o Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em part-time, pelo grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000, demonstrou que existem mais mulheres do que homens a trabalharem a tempo parcial (ao contrário do número de pessoas a trabalharem em full-time, sendo esta tendência masculina).

Não será possível avaliar a tendência europeia destes valores, uma vez que não existem valores disponíveis para 2004 quanto à Europa dos 15. Contudo, pode-se analisar os dados existentes em cada país da Europa dos 15, chegando-se à conclusão de que apesar de existirem algumas exceções, a tendência desta taxa de emprego é marcada pelo sexo feminino.

Quer em 2000, como em 2004, as mulheres apresentam dados superiores aos homens, nomeadamente na Dinamarca, havendo um aumento de 7000 mulheres e a uma diminuição de 4000 homens, em Espanha, assistiu-se a um aumento de 5000 mulheres, enquanto que o número dos homens manteve-se e no Reino Unido o número de mulheres a trabalhar em part-time aumentou para 2000 mulheres, diminuindo na ordem dos 5000 homens.

Em alguns países assistiu-se a uma diminuição quer do número dos homens, como do número de mulheres: na Irlanda, entre 2000-2004, registou-se uma diminuição de 6000 homens e 5000 mulheres e na Bélgica diminuíram 6000 homens e 2000 mulheres a trabalharem em part-time. Em Portugal, entre 2000-2004, verificou-se que o número de homens a trabalhar em part-time manteve-se, enquanto diminuiu o número de mulheres a trabalharem a tempo parcial na ordem das 1000 mulheres (apesar dos dados serem classificados como pouco confiáveis ou incertos pela Eurostat). Na Finlândia, entre 2000-2004, registou-se um aumento de 2000 homens, enquanto que os valores relativos ao sexo feminino número feminino se manteve em 24000.

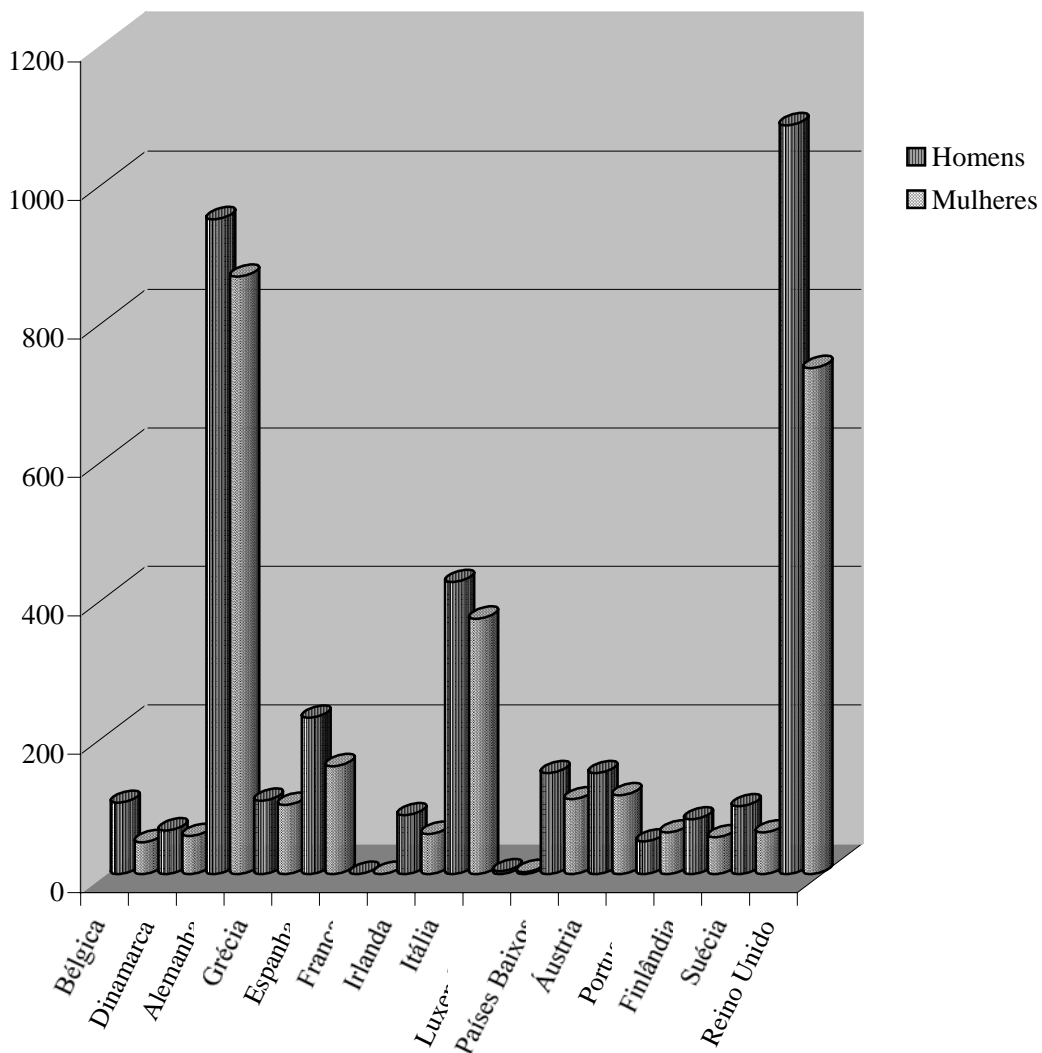
Os Países Baixos e a Grécia foram as únicas exceções, onde existem mais homens do que mulheres a trabalharem em part-time, apesar da diferença não ser significativa, em 2000: mais 2 mil homens e 4 mil homens respectivamente (não existem dados disponíveis para 2004).

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

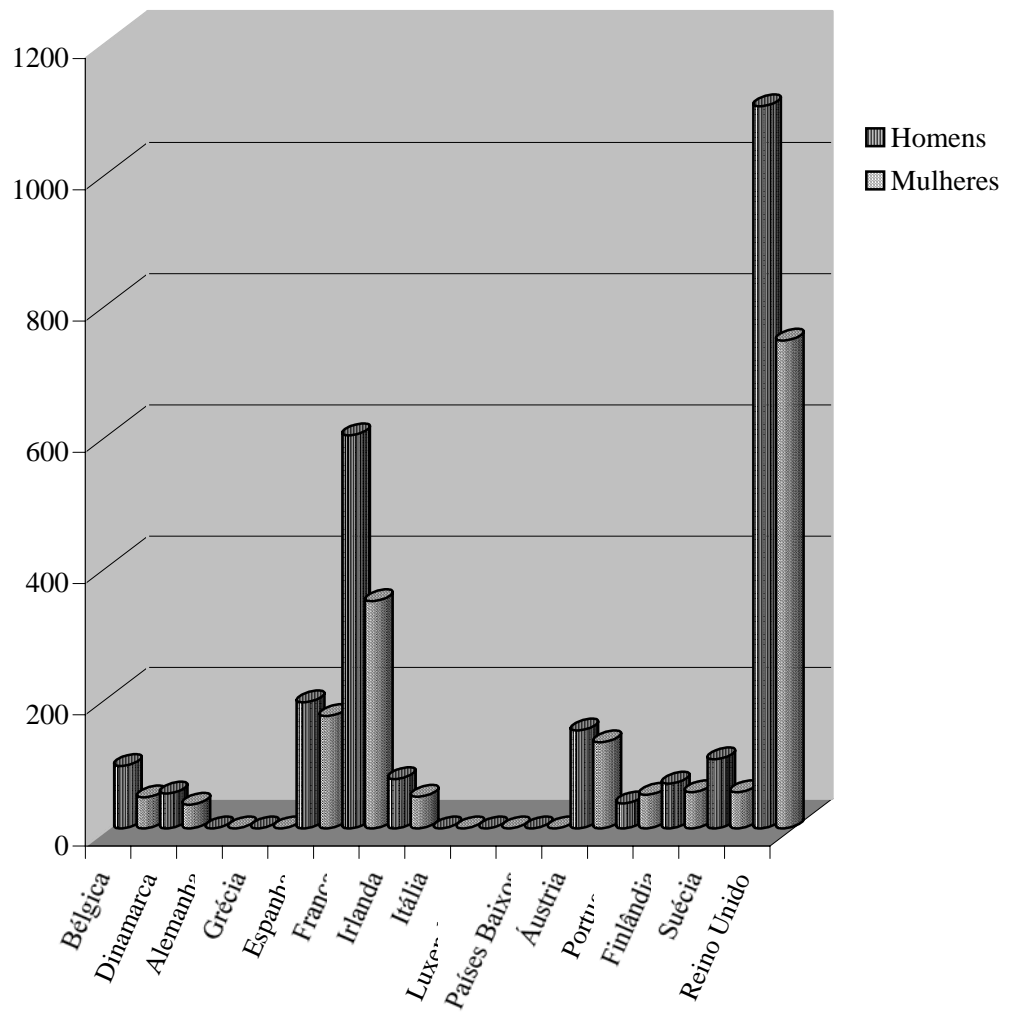
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	4088	3074	Europa dos 15	:	:
Bélgica	103	46	Bélgica	95	47
Dinamarca	63	55	Dinamarca	53	36
Alemanha	946	863	Alemanha	:	:
Grécia	106	100	Grécia	:	:
Espanha	226	156	Espanha	192	171
França	:	:	França	599	346
Irlanda	85	58	Irlanda	75	48
Itália	422	369	Itália	:	:
Luxemburgo	4	3	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	146	108	Países Baixos	:	:
Áustria	146	114	Áustria	149	131
Portugal	47	60	Portugal	38	51
Finlândia	79	53	Finlândia	68	55
Suécia	98	60	Suécia	105	55
Reino Unido	1082	731	Reino Unido	1100	743

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego, em Full -Time, segundo o Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Full- Time, segundo o Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em full-time, entre os 15-24 anos, pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000, regista um valor mais elevado nos homens do que nas mulheres, sendo a diferença entre ambas as taxas de 1 milhão e 14 mil pessoas.

Nos anos em análise e segundo este grau académico, os homens estão em predominância relativamente às mulheres, havendo alguns aumentos ou diminuições quanto aos valores atribuídos a ambos os sexos.

Destacam-se os seguintes países, entre 2000-2004: a Espanha assistiu a uma diminuição de 34 mil homens a trabalharem em full-time pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, assistindo a um aumento de 15 mil mulheres; a Finlândia assistiu a uma diminuição de 11 mil homens e a um aumento de 2 mil mulheres a trabalharem em full-time; a Bélgica registou uma diminuição de 8 mil homens e um aumento de mil mulheres. A Dinamarca registou, segundo este grau académico, no grupo de idades entre os 15-24 anos, entre 2000-2004, a diminuições em ambos os sexos: menos 10 mil homens e menos 19 mil mulheres. A Irlanda também registou diminuições em ambos os sexos e em igual número entre 2000-2004 : menos 10 mil homens e menos 10 mil mulheres. Portugal também registou diminuições em ambos os sexos e em igual número quanto a esta taxa de emprego, segundo os anos em análise: menos 9 mil mulheres e menos 9 mil homens.

O Reino Unido foi o único país que registou um aumento do número de mulheres e de homens, quanto a esta taxa de emprego e segundo o grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre 2000-2004: registou um aumento de 18 mil homens e de 12 mil mulheres.

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 15-24 anos ,na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

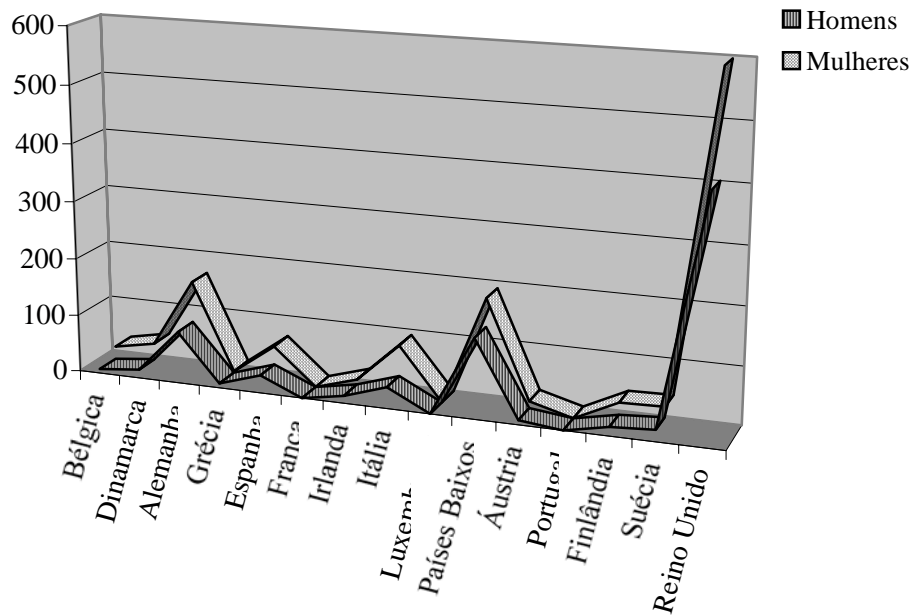
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	876	1476	Europa dos 15	:	:
Bélgica	7	29	Bélgica	9	28
Dinamarca	15	43	Dinamarca	23	41
Alemanha	90	161	Alemanha	:	:
Grécia	8	10	Grécia	:	:
Espanha	31	63	Espanha	41	57
França	:	:	França	75	177
Irlanda	13	22	Irlanda	15	22
Itália	37	90	Itália	:	:
Luxemburgo	:	:	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	138	187	Países Baixos	:	:
Áustria	8	20	Áustria	10	30
Portugal	:	:	Portugal	:	12 ^u
Finlândia	15	36	Finlândia	16	38
Suécia	20	38	Suécia	33	69
Reino Unido	415	595	Reino Unido	472	700

Fonte: Eurostat

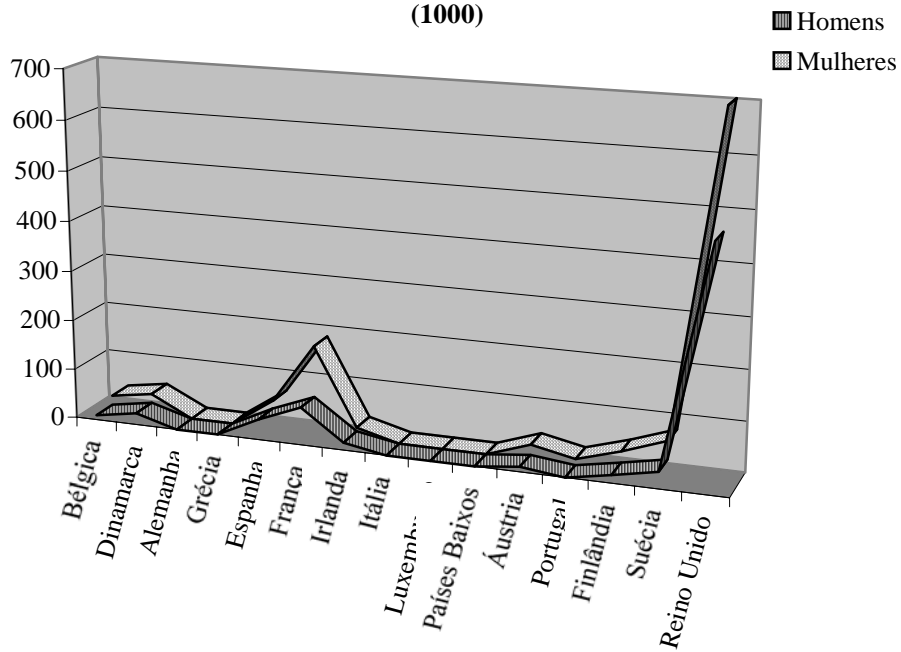
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Part -Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em part-time, entre os 15-24 anos, pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000, registou uma predominância feminina, sendo a diferença entre ambas as taxas de 6 mil pessoas (em 2004 não existem valores disponíveis para a Europa dos 15). Em todos os países europeus, a taxa de emprego em part-time, segundo este grupo de idades, é fortemente marcada pelas mulheres, entre 2000-2004. A única exceção é a Dinamarca, pois em 2004 apresenta uma predominância masculina, contrariamente aos valores registados em 2000. Alguns países apesar de não apresentarem dados disponíveis em 2004, em 2000 as mulheres são as que mais trabalham em part-time.

Apesar da forte componente feminina, destacam-se os seguintes países, entre 2000-2004: a Espanha com um aumento de 10 mil homens e menos 6 mil mulheres entre 2000-2004; o Reino Unido com um aumento de 57 mil homens e de 105 mil mulheres a trabalharem em part-time segundo o grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education; a Suécia também registou um aumento de 13 mil homens e de 31 mil mulheres; a Áustria com um aumento de 2 mil homens e de 10 mil mulheres; a Finlândia com um aumento de mil homens e de 2 mil mulheres. Portugal, em 2004, apresenta apenas dados disponíveis para as mulheres (12 mil), apesar deste valor ser considerado como um dado pouco confiável ou incerto, pelo Eurostat.

Como já fora referido, o único país exceção foi a Dinamarca que registou um aumento do número de homens e uma diminuição do número de mulheres a trabalharem em part-time, passando em 2004 a serem os homens aqueles que mais trabalham a tempo parcial, em oposição ao registado em 2000: os homens aumentaram em cerca de 8 mil, enquanto que as mulheres registaram uma diminuição na ordem das 2 mil.

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

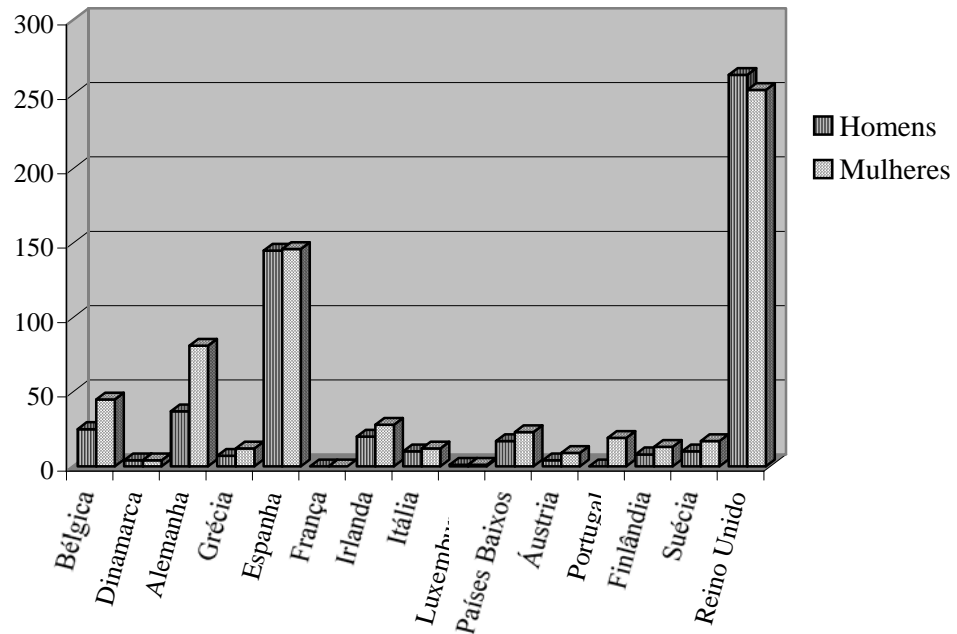
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	692	858	Europa dos 15	:	:
Bélgica	25	45	Bélgica	33	48
Dinamarca	4u	4u	Dinamarca	:	:
Alemanha	37	81	Alemanha	:	:
Grécia	7	12	Grécia	:	:
Espanha	145	146	Espanha	109	133
França	:	:	França	173	189
Irlanda	20	28	Irlanda	21	33
Itália	10	12	Itália	:	:
Luxemburgo	1u	1u	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	17	23	Países Baixos	:	:
Áustria	4	9	Áustria	8	12
Portugal	:	19	Portugal	9u	23
Finlândia	8	13	Finlândia	:	8
Suécia	10	17	Suécia	6	11
Reino Unido	263	253	Reino Unido	232	269

Fonte: Eurostat

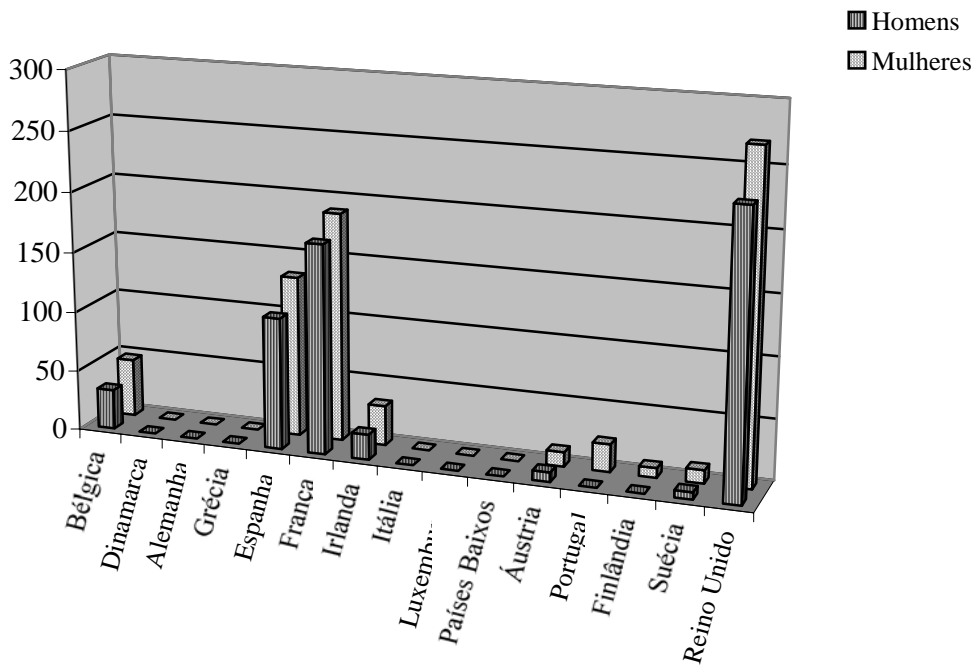
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em full-time, entre os 15-24 anos, pelo grau académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004, está fortemente marcada pelas mulheres, sendo a diferença entre ambas as taxas de 166 mil pessoas.

Em todos os países europeus as mulheres, neste grupo de idades e segundo este grau académico, são predominantes em relação à taxa de emprego masculina em full-time, apesar de existirem algumas oscilações positivas ou negativas dos respectivos valores quanto aos anos em análise, em ambos os sexos.

Destacam-se os seguintes países, entre 2000-2004: a Bélgica assistiu ao aumento da taxa de emprego em 8 mil homens e em 3 mil mulheres; a Áustria registou um aumento de 4 mil homens e de 3 mil mulheres; a Irlanda assistiu a um aumento da sua taxa de emprego em mil homens e em 5 mil mulheres. O Reino Unido foi o país em que, entre 2000-2004, se assistiu à diminuição da taxa masculina em full-time, segundo este grau académico e entre os 15-24 anos, na ordem dos 31 mil homens, e assistiu ao aumento da taxa de emprego feminina em 16 mil mulheres. A Espanha, entre 2000-2004, assistiu à diminuição dos seus valores, quer para os homens, como para as mulheres: registou uma diminuição de 36 mil homens e de 13 mil mulheres. Mas mesmo assim, a predominância feminina manteve-se neste país. Em Portugal assistiu-se a um aumento, entre 2000-2004, de 4 mil mulheres quanto à taxa de emprego em full-time, apesar de não se poder fazer qualquer reflexão relativamente à taxa de emprego masculina, uma vez que apenas existem dados disponíveis em 2004, sendo estes avaliados pelo Eurostat como pouco confiáveis ou incertos: 9 mil homens.

Na Finlândia registou-se uma diminuição desta taxa de emprego, entre 2000-2004, em cerca de 5 mil mulheres, existindo apenas dados disponíveis para os homens em 2000 (8 mil), não sendo assim possível fazer uma comparação.

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

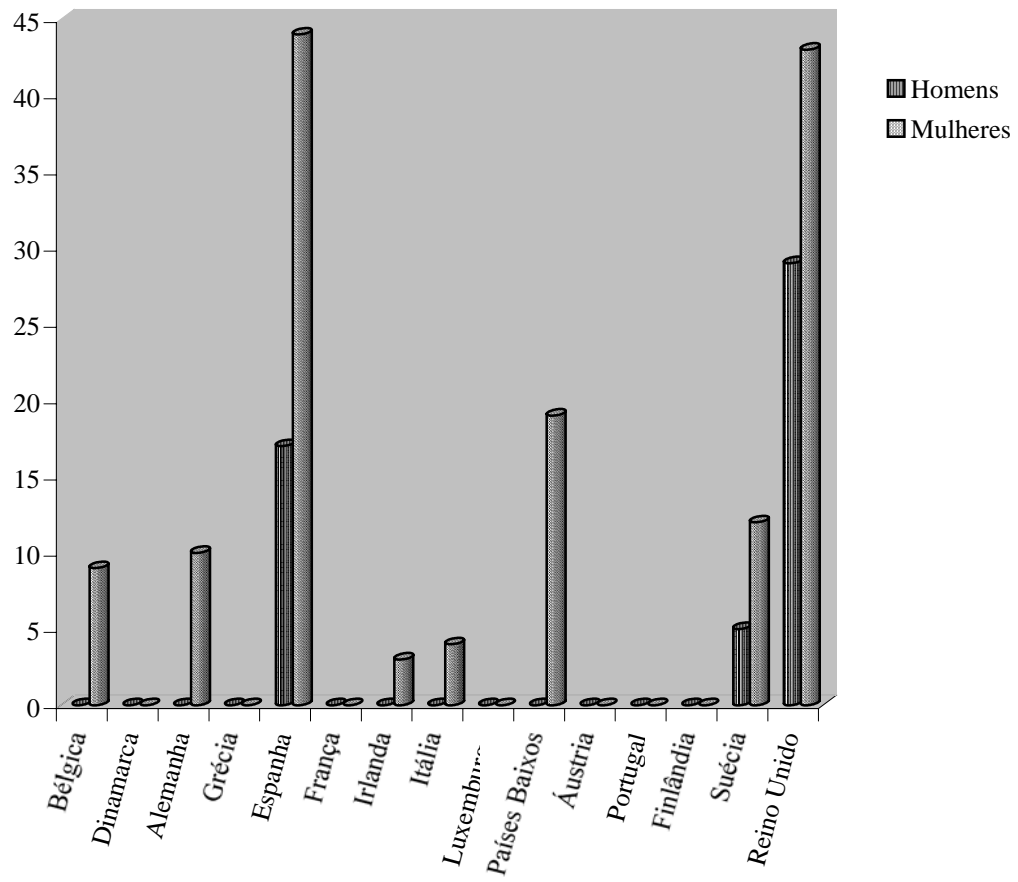
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	83u	207	Europa dos 15	:	:
Bélgica	:	9	Bélgica	:	13
Dinamarca	:	:	Dinamarca	:	:
Alemanha	:	10	Alemanha	:	:
Grécia	:	:	Grécia	:	:
Espanha	17	44	Espanha	18	41
França	:	:	França	30	60
Irlanda	:	3u	Irlanda	3u	6
Itália	:	4u	Itália	:	:
Luxemburgo	:	:	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	:	19	Países Baixos	:	:
Áustria	:	:	Áustria	:	4
Portugal	:	:	Portugal	:	:
Finlândia	:	:	Finlândia	:	:
Suécia	5	12	Suécia	4	8
Reino Unido	29	43	Reino Unido	40	57

Fonte: Eurostat

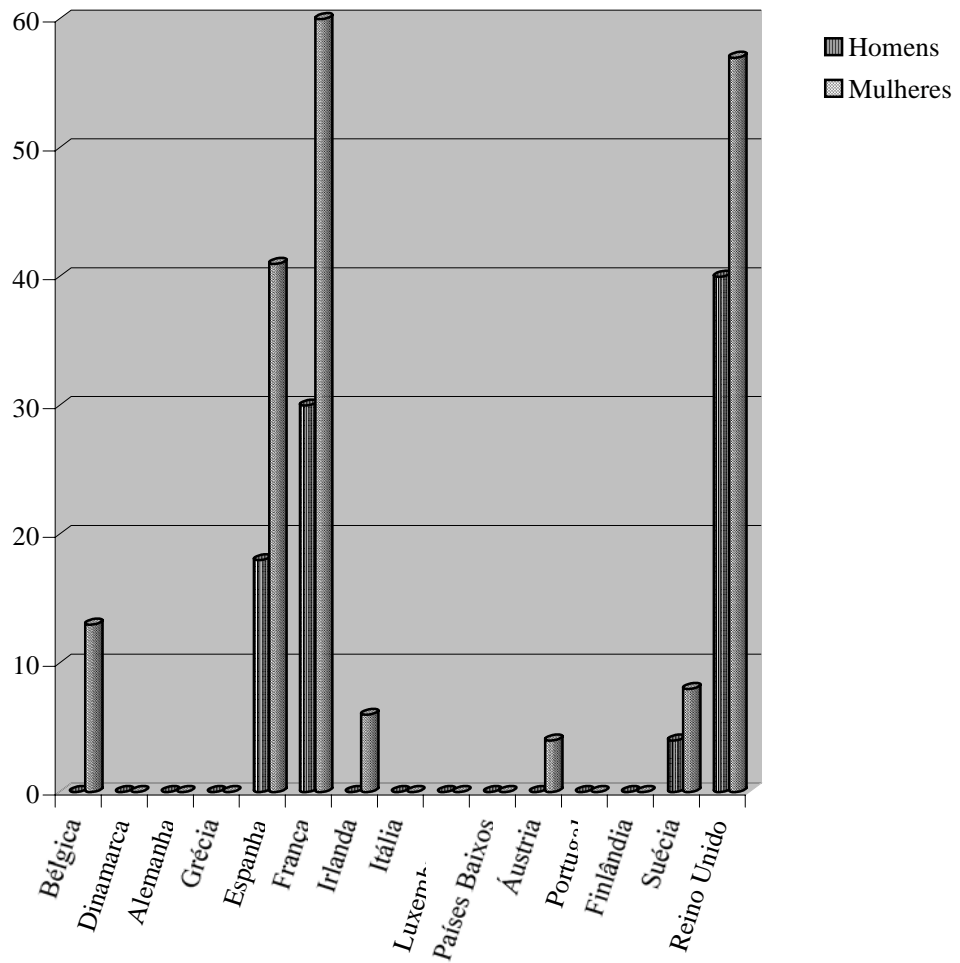
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo grau Académico Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em part-time, entre os 15-24 anos, pelo grau académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 2000-2004, registou mais uma vez a predominância feminina, havendo uma diferença entre ambas as taxas de 124 mil pessoas (o valor atribuído aos homens, em 2000, é considerado pela fonte Eurostat como um dado pouco confiável ou incerto. Em 2004, a Europa dos 15 não apresentou dados disponíveis).

Muitos dos países europeus não apresentaram dados disponíveis para se puder realizar uma reflexão sobre esta taxa de emprego, quer em 2000, como em 2004. Contudo, serão analisados os países que apresentam dados disponíveis.

Na análise desta taxa, os países europeus demonstram valores mais elevados por parte das mulheres, existindo alguns aumentos e diminuições entre 2000-2004.

Destacam-se os seguintes países: a Espanha, entre 2000-2004, registou um aumento da sua taxa de emprego masculina em mil homens, enquanto que a taxa feminina assistiu a uma diminuição na ordem das 3 mil mulheres, apesar desta continuar predominante; na Irlanda a taxa de emprego masculina apenas se encontra disponível em 2004, sendo esta composta por 3 mil homens (dados avaliados pelo Eurostat como pouco confiáveis ou incertos), enquanto que a taxa feminina, entre 2000-2004, assistiu a um aumento de 3 mil mulheres (apesar de em 2000 os dados disponíveis serem avaliados pelo Eurostat como pouco confiáveis ou incertos). O Reino Unido registou um aumento de ambas as taxas, na ordem dos 11 mil homens e das 14 mil mulheres, entre 2000-2004.

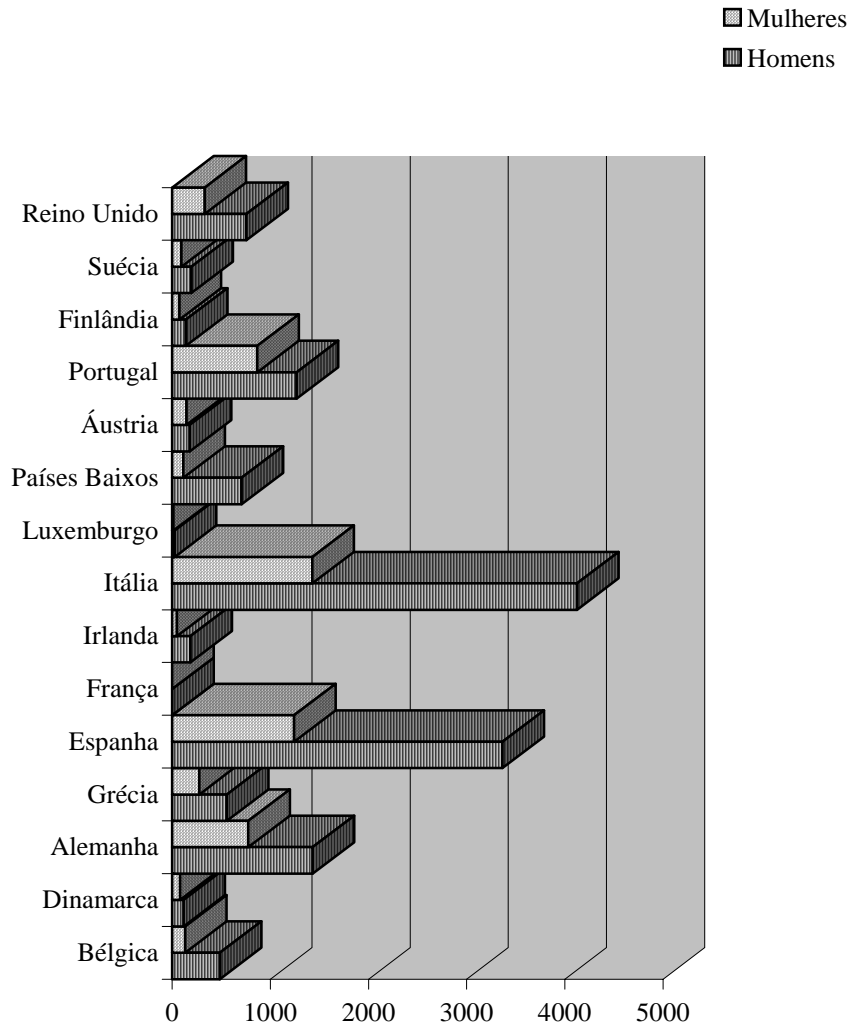
A Suécia foi o país que registou uma descida de ambas as taxas entre 2000-2004: menos mil homens e menos 4 mil mulheres a trabalharem em part-time pelo grau académico Tertiary Education, entre os 15-24 anos. A França, por sua vez, apresentou dados disponíveis apenas em 2004, onde se verificou que existiam o dobro das mulheres a trabalhar em part-time comparando com os valores masculinos.

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

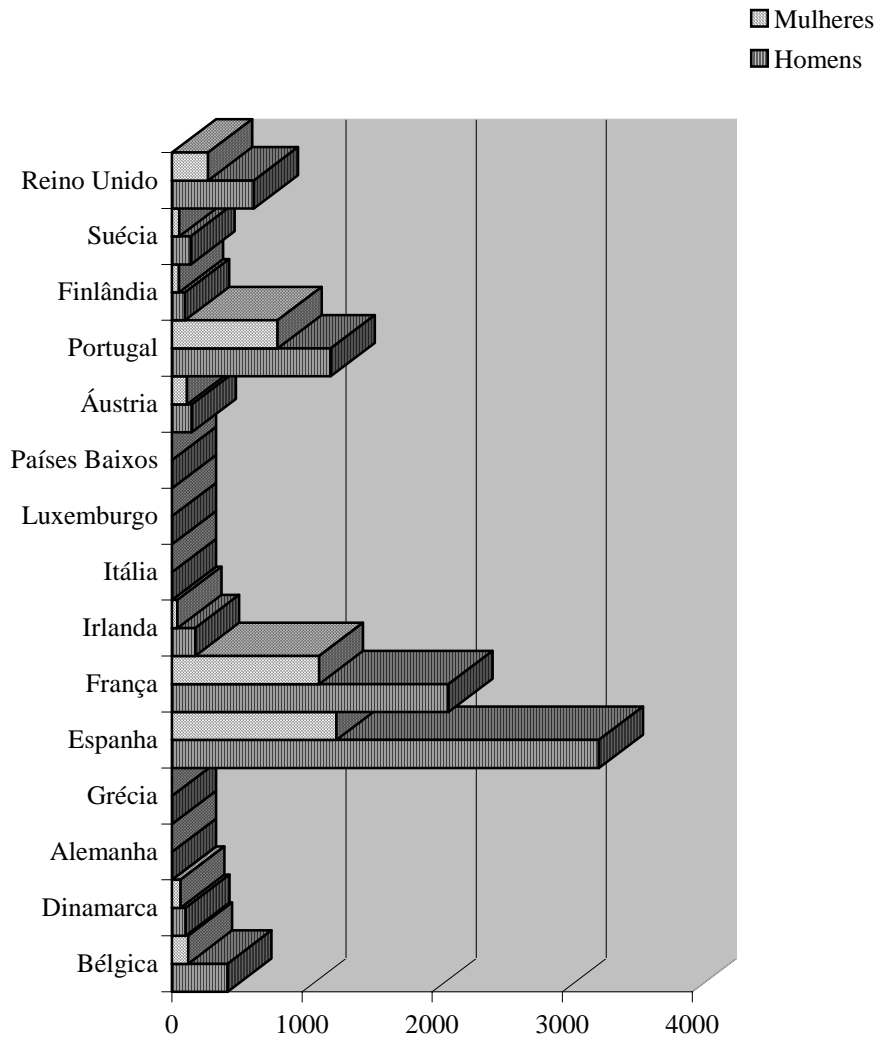
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	15852	6817	Europa dos 15	:	:
Bélgica	484	131	Bélgica	426	123
Dinamarca	115	79	Dinamarca	104	65
Alemanha	1431	774	Alemanha	:	:
Grécia	557	274	Grécia	:	:
Espanha	3364	1241	Espanha	3282	1264
França	:	:	França	2126	1130
Irlanda	184	47	Irlanda	178	41
Itália	4125	1427	Itália	:	:
Luxemburgo	25	12	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	706	113	Países Baixos	:	:
Áustria	178	146	Áustria	152	115
Portugal	1267	867	Portugal	1220	812
Finlândia	140	75	Finlândia	100	54
Suécia	194	93	Suécia	144	56
Reino Unido	755	330	Reino Unido	630	278

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em full-time, entre os 25-49 anos, pelo grau acadêmico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000, registou uma predominância da taxa de emprego masculina, sendo a diferença entre ambas as taxas de 9 milhões e 35 mil pessoas (em 2004 não se encontraram dados disponíveis para a Europa dos 15). Nos anos em análise, em todos os países europeus, a predominância foi da taxa de emprego masculina, registando-se alguns aumentos, tal como algumas diminuições, mas os valores superiores são sempre atribuídos aos homens .

A Espanha, entre 2000-2004, assistiu a uma diminuição da taxa de emprego masculina, entre os 25-49 anos, pelo grau acadêmico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, em 82 mil homens, aumentando a taxa de emprego feminina em 23 mil mulheres. Existem alguns países da Europa dos 15 que assistiram a uma diminuição da taxa de emprego masculina e feminina entre os 25-49 anos, segundo este grau acadêmico, entre 2000-2004, destacando-se: o Reino Unido com uma diminuição da taxa de emprego masculina e feminina, em 125 mil homens e 52 mil mulheres; a Suécia também assistiu a uma diminuição das taxas de emprego em ambos os sexos, nomeadamente menos 50 mil homens e menos 37 mil mulheres; Portugal assistiu à diminuição das suas taxas em 47 mil homens e em 55 mil mulheres; a Finlândia registou uma diminuição de 40 mil homens e de 21 mil mulheres; a Áustria registou uma diminuição da taxa de emprego masculina em full-time em 26 mil homens, enquanto que a taxa de emprego feminina assistiu a uma diminuição de 31 mil mulheres; a Dinamarca assistiu a uma diminuição das suas taxas na ordem dos 11 mil homens e das 14 mil mulheres; na Irlanda a taxa de emprego masculina e feminina registaram uma diminuição de iguais valores: menos 6 mil mulheres e menos 6 mil homens.

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

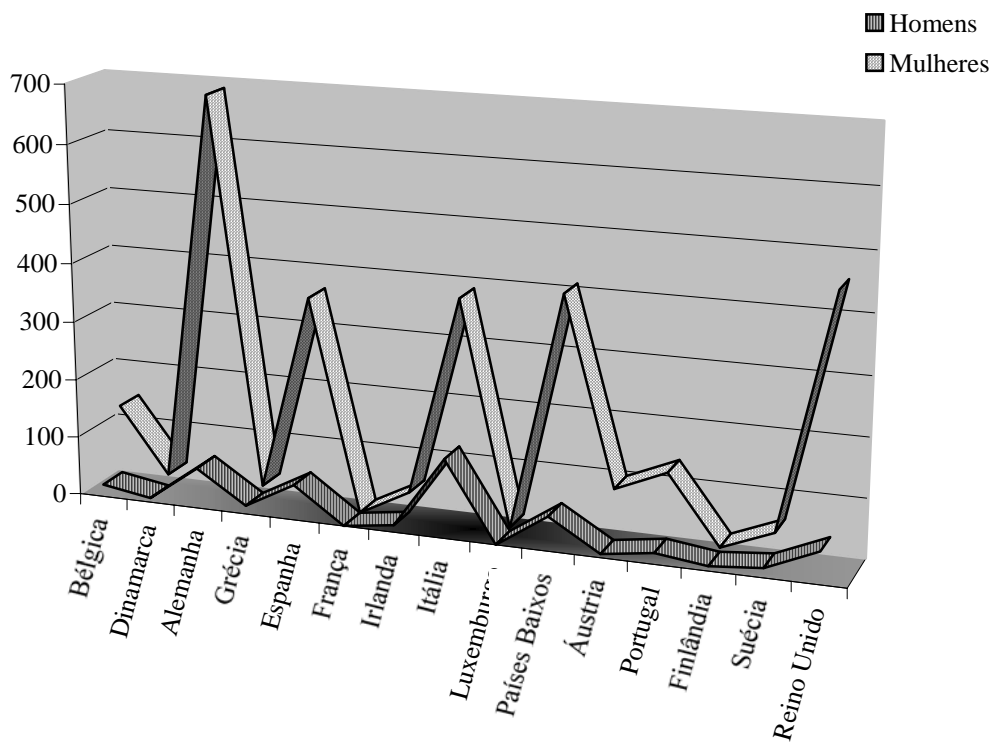
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	614	3544	Europa dos 15	:	:
Bélgica	21	139	Bélgica	20	137
Dinamarca	7u	27	Dinamarca	10	23
Alemanha	69	684	Alemanha	:	:
Grécia	14	27	Grécia	:	:
Espanha	60	359	Espanha	46	391
França	:	:	França	119	663
Irlanda	12	45	Irlanda	8	42
Itália	134	382	Itália	:	:
Luxemburgo	:	6	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	58	405	Países Baixos	:	:
Áustria	6	92	Áustria	6	74
Portugal	19	129	Portugal	25	122
Finlândia	8	15	Finlândia	4u	10
Suécia	16	50	Suécia	11	31
Reino Unido	54	450	Reino Unido	54	330

Fonte: Eurostat

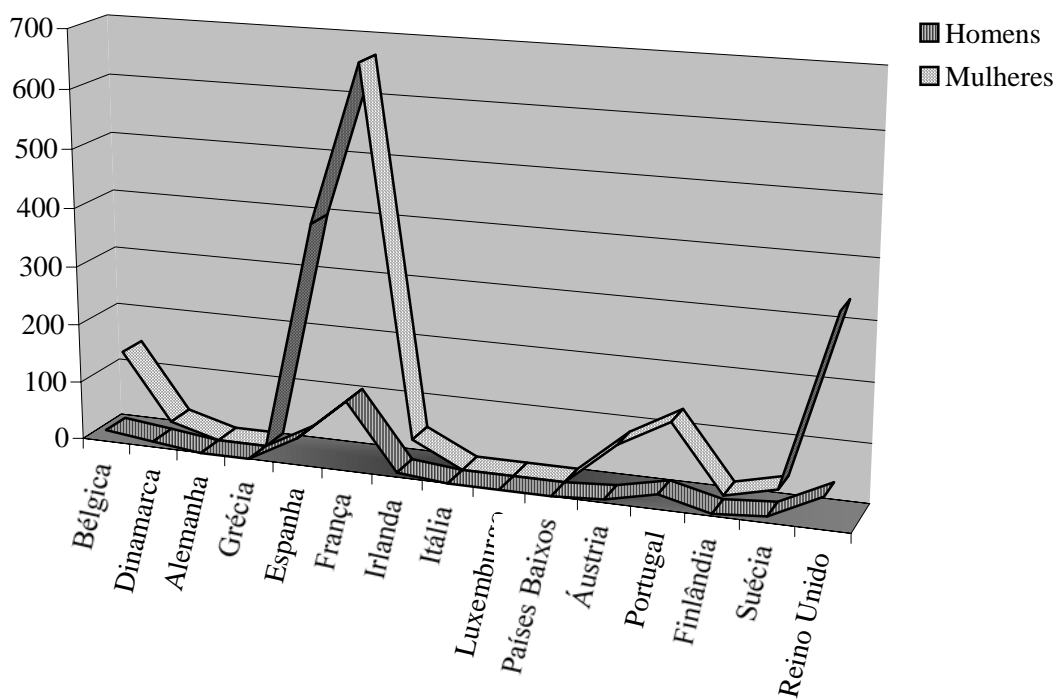
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em part-time, entre os 25-49 anos, pelo grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000, apresenta uma predominância da taxa de emprego feminina, havendo mais 2 milhões e 930 mil mulheres do que homens (em 2004 não existem dados disponíveis). Apesar de não existirem para todos os países dados disponíveis em 2004, as mulheres marcam fortemente esta taxa, apesar de haver algumas oscilações, quer positivas, como negativas, entre 2000-2004.

Destacam-se os seguintes países segundo este grau académico, neste grupo de idades, a tempo parcial, entre 2000-2004: Portugal com um aumento da taxa de emprego feminina em 6 mil mulheres e uma diminuição da taxa de emprego masculina em 7 mil homens, a Dinamarca com um aumento de 3 mil homens e com uma diminuição de 4 mil mulheres (apesar do dado disponível, em 2000, para os homens, seja classificado pela Eurostat como um dado pouco confiável ou incerto), a Suécia com menos 5 mil homens, assistindo a uma diminuição da sua taxa de emprego feminina em 19 mil mulheres, a Finlândia com menos 4 mil homens e com menos 5 mil mulheres nas suas respectivas taxas, a Bélgica registou menos mil homens e menos 2 mil mulheres nas suas taxas e a Espanha assistiu a uma diminuição de 14 mil homens e a um aumento da taxa de emprego feminina em 32 mil mulheres. A Alemanha e a Grécia não apresentam dados disponíveis para 2004, mas é de salientar que em 2000 existem respectivamente mais 615 mil mulheres e mais 13 mil mulheres a trabalharem a tempo parcial. A França apresenta dados apenas para 2004 e verifica-se que existe uma predominância da taxa de emprego feminina em 544 mil mulheres. O Reino Unido, entre 2000-2004, mantém o número de homens a trabalhar em part-time (54 mil), enquanto que a taxa de emprego feminina assistiu a uma diminuição de 120 mil mulheres.

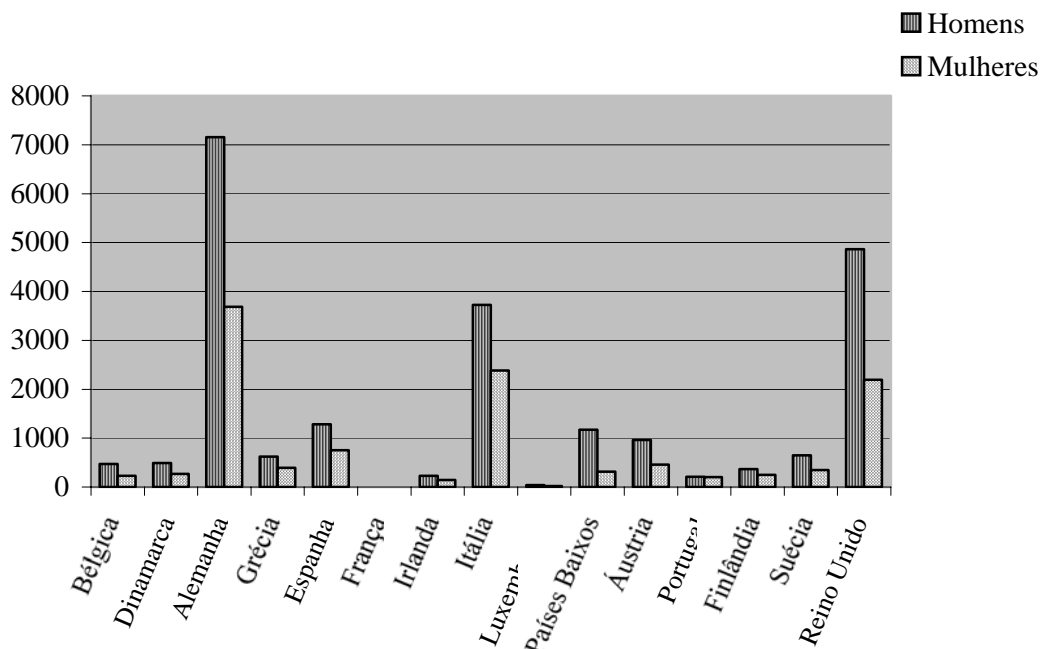
**Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary
and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 25-49 anos, na
Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)**

2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	26438	13823	Europa dos 15	:	:
Bélgica	470	231	Bélgica	615	272
Dinamarca	488	271	Dinamarca	443	258
Alemanha	7153	3684	Alemanha	:	:
Grécia	625	391	Grécia	:	:
Espanha	1285	753	Espanha	1533	939
França	:	:	França	4078	2249
Irlanda	227	143	Irlanda	238	138
Itália	3727	2385	Itália	:	:
Luxemburgo	37	18	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	1174	313	Países Baixos	:	:
Áustria	960	456	Áustria	880	436
Portugal	209	204	Portugal	262	244
Finlândia	365	247	Finlândia	382	253
Suécia	646	349	Suécia	768	420
Reino Unido	4866	2195	Reino Unido	4981	2339

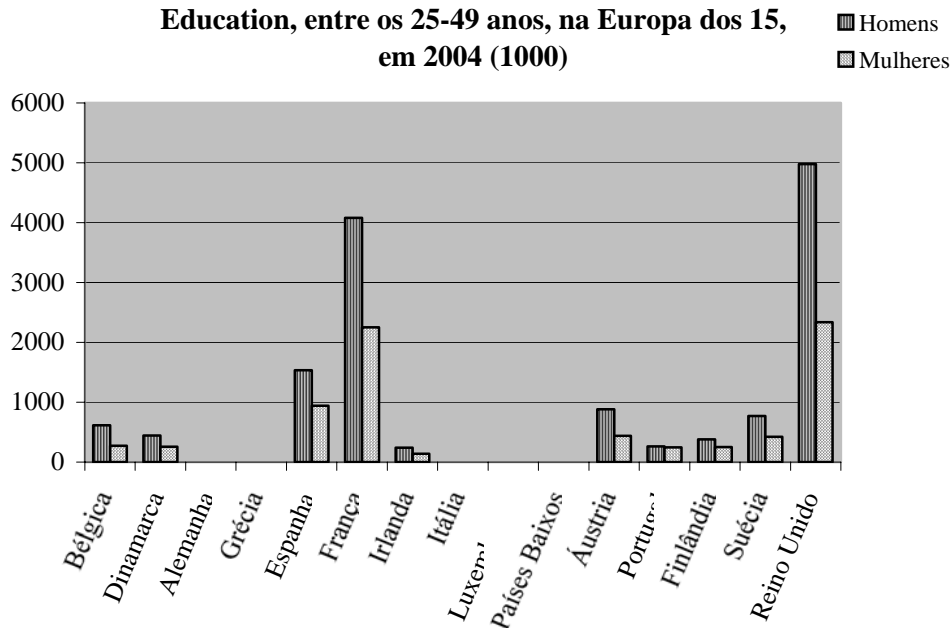
Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego, em Full - Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Full - Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em full-time, pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2000, regista uma predominância da taxa masculina, existindo mais 12 milhões e 615 mil homens que mulheres (em 2004 não existem dados disponíveis). Nos quinze países europeus em análise, a taxa de emprego é predominantemente masculina, assistindo-se entre 2000-2004 a alguns aumentos ou diminuições da taxa de emprego masculina e feminina.

Relativamente aos aumentos das taxas de emprego masculina e feminina, entre 2000-2004, destacam-se os seguintes países: a Espanha com um aumento da taxa de emprego masculina em 248 mil homens e um aumento da taxa de emprego feminina em 186 mil mulheres, o Reino Unido registou aumentos das suas taxas na ordem dos 155 mil homens e das 144 mil mulheres, a Bélgica assistiu a aumentos na ordem dos 145 mil homens e das 41 mil mulheres, a Suécia registou aumentos da taxa de emprego masculina em 122 mil homens e da taxa de emprego feminina em 71 mil mulheres. Portugal também registou aumentos das suas taxas em 53 mil homens e em 44 mil mulheres e a Finlândia registou um aumento da sua taxa de emprego masculina em 17 mil homens e da sua taxa de emprego feminina em 6 mil mulheres.

Entre os países que registaram uma diminuição da taxa de emprego, por este grau académico e segundo este grupo de idades, entre 2000-2004, foram a Áustria com menos 80 mil homens e com menos 20 mil mulheres a trabalharem em full-time e a Dinamarca com menos 45 mil homens e com menos 13 mil mulheres nas suas taxas de emprego respectivas.

Alguns países não apresentam dados disponíveis em 2004, mas não deixam de apresentar dados relevantes em 2000. Esses países são a Alemanha e a Itália. Na Alemanha, a sua taxa de emprego apresenta um número superior de homens do que mulheres, segundo este grau académico e por este grupo de idades: existem mais 3 milhões e 469 mil homens do que mulheres a trabalharem em full-time.. Na Itália registou-se, de igual modo, um número superior de homens do que de mulheres nesta taxa de emprego: a diferença entre ambos os sexos consiste em 1 milhão e 342 mil homens a mais do que mulheres.

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

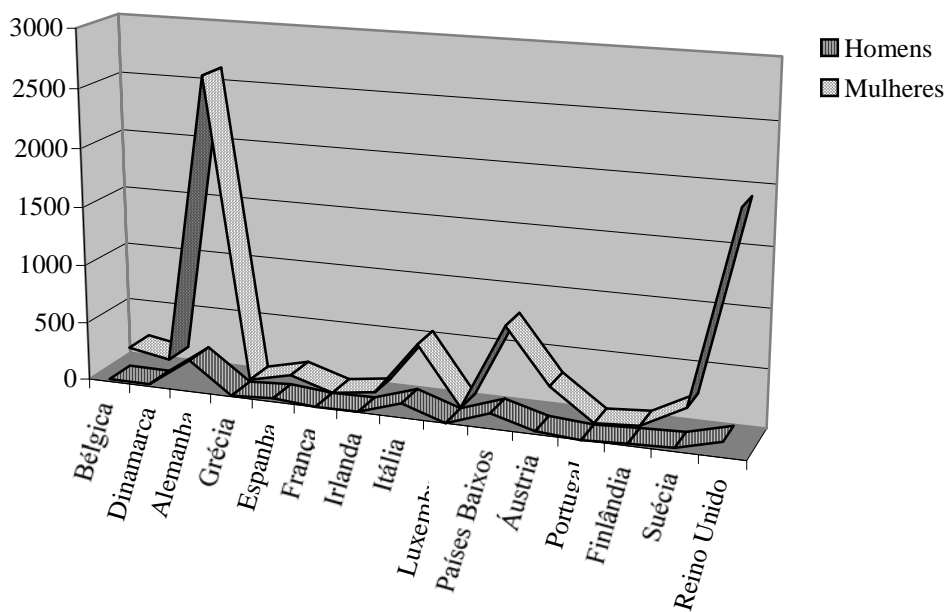
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	968	7818	Europa dos 15	:	:
Bélgica	22	185	Bélgica	25	219
Dinamarca	21	120	Dinamarca	31	95
Alemanha	271	2603	Alemanha	:	:
Grécia	9	26	Grécia	:	:
Espanha	31	111	Espanha	30	186
França	:	:	França	117	1011
Irlanda	5	50	Irlanda	5	64
Itália	122	506	Itália	:	:
Luxemburgo	1u	6	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	130	745	Países Baixos	:	:
Áustria	27	277	Áustria	26	309
Portugal	:	11u	Portugal	:	12u
Finlândia	17	36	Finlândia	18	41
Suécia	32	233	Suécia	48	235
Reino Unido	129	1891	Reino Unido	189	2009

Fonte: Eurostat

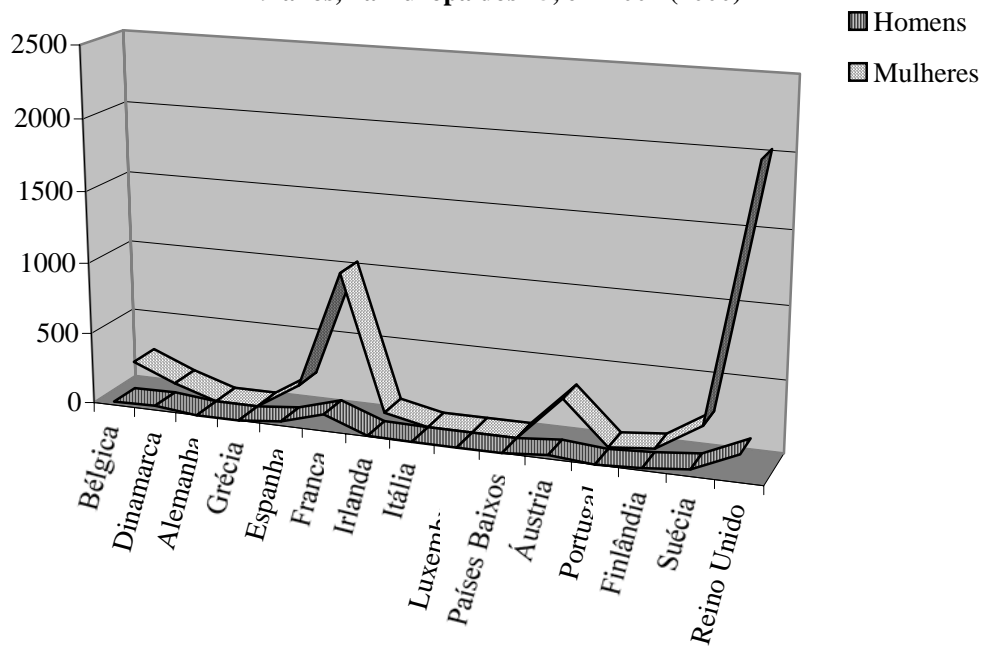
: Dados não Disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em part-time, entre os 25-49 anos, pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000, registou uma forte predominância da taxa de emprego feminina, existindo mais 6 milhões e 850 mil mulheres do que homens a trabalharem a tempo parcial (em 2004 não existem dados disponíveis). Todos os países europeus registaram um domínio feminino quanto a esta taxa de emprego, assistindo-se a aumentos e diminuições do número de mulheres na sua taxa de emprego.

Quanto a aumentos registados, quer das taxas femininas, como das taxas masculinas, entre 2000-2004, destacam-se os seguintes países: a Suécia, onde as taxas de emprego registaram aumentos na ordem dos 16 mil homens e das 2 mil mulheres, o Reino Unido com um aumento da sua taxa masculina em 60 mil homens, enquanto que a taxa feminina registou um aumento de 118 mil mulheres e a Bélgica com um aumento das suas taxas de emprego em 3 mil homens e em 34 mil mulheres. Em Espanha registou-se um aumento da taxa feminina e uma diminuição da taxa de emprego masculina, segundo este grau académico e por este grupo de idades: entre 2000-2004, a taxa masculina diminuiu na ordem dos mil homens, enquanto que a taxa de emprego feminina aumentou na ordem das 75 mil mulheres. A Áustria foi outro país que registou este fenómeno: diminuiu em cerca de mil homens a sua taxa de emprego masculina e assistiu a um aumento da sua taxa de emprego feminina em 32 mil mulheres. A Dinamarca registou o fenómeno inverso ao dos anteriores países: a taxa de emprego masculina, segundo este grau académico, entre os 25-49 anos, nos anos em análise, aumentou na ordem dos 10 mil homens e assistiu a uma diminuição da taxa de emprego feminina em 25 mil mulheres.

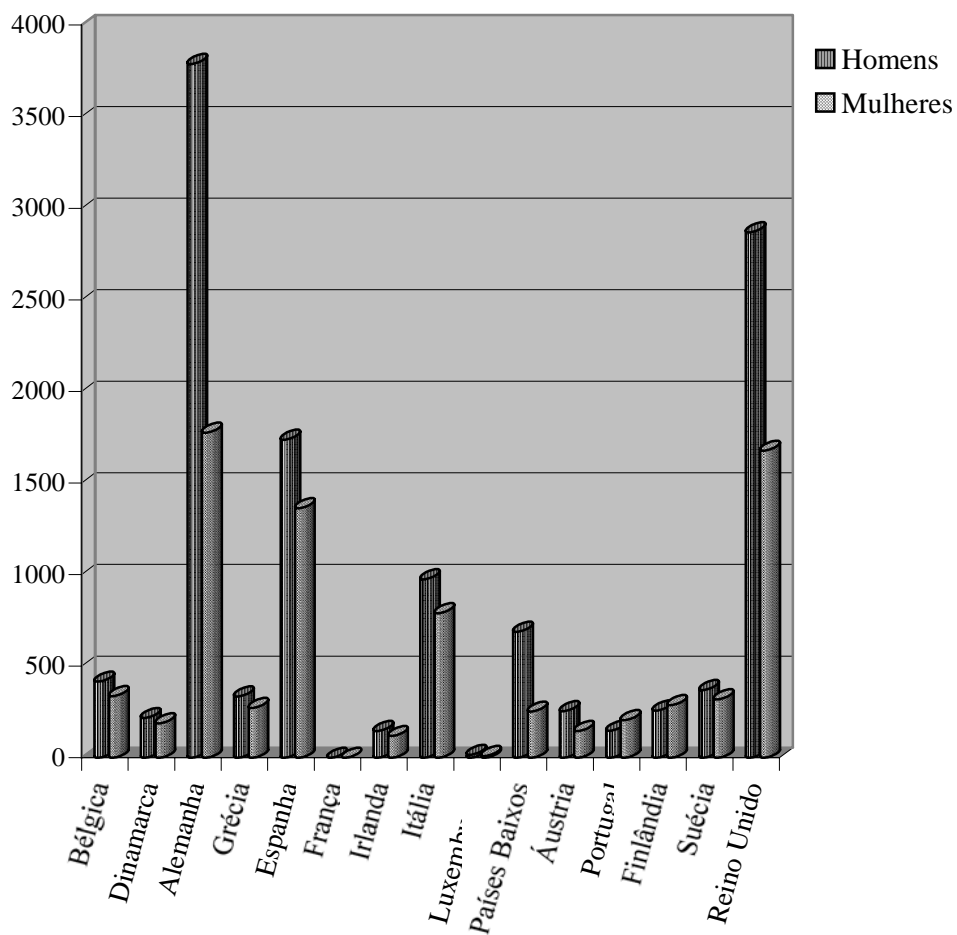
Alguns países não apresentam dados disponíveis em 2004, mas é de salientar os seus valores correspondentes a 2000: a Alemanha onde as mulheres marcam a sua predominância na ordem dos 2 milhões e 332 mil, os Países Baixos com mais 615 mil mulheres a trabalharem a tempo parcial e a Itália com mais 384 mil mulheres que homens a trabalharem em part-time. Portugal apresenta valores apenas para a taxa de emprego feminina, entre 2000-2004, apesar destes valores serem classificados pela Eurostat como pouco confiáveis ou incertos. Contudo, está registado um aumento da taxa de emprego feminina em mil mulheres. A França é o país que apresenta dados disponíveis apenas em 2004, onde mais uma vez se assiste à predominância da taxa feminina na ordem dos 894 mil mulheres, comparando com a taxa masculina neste mesmo ano.

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

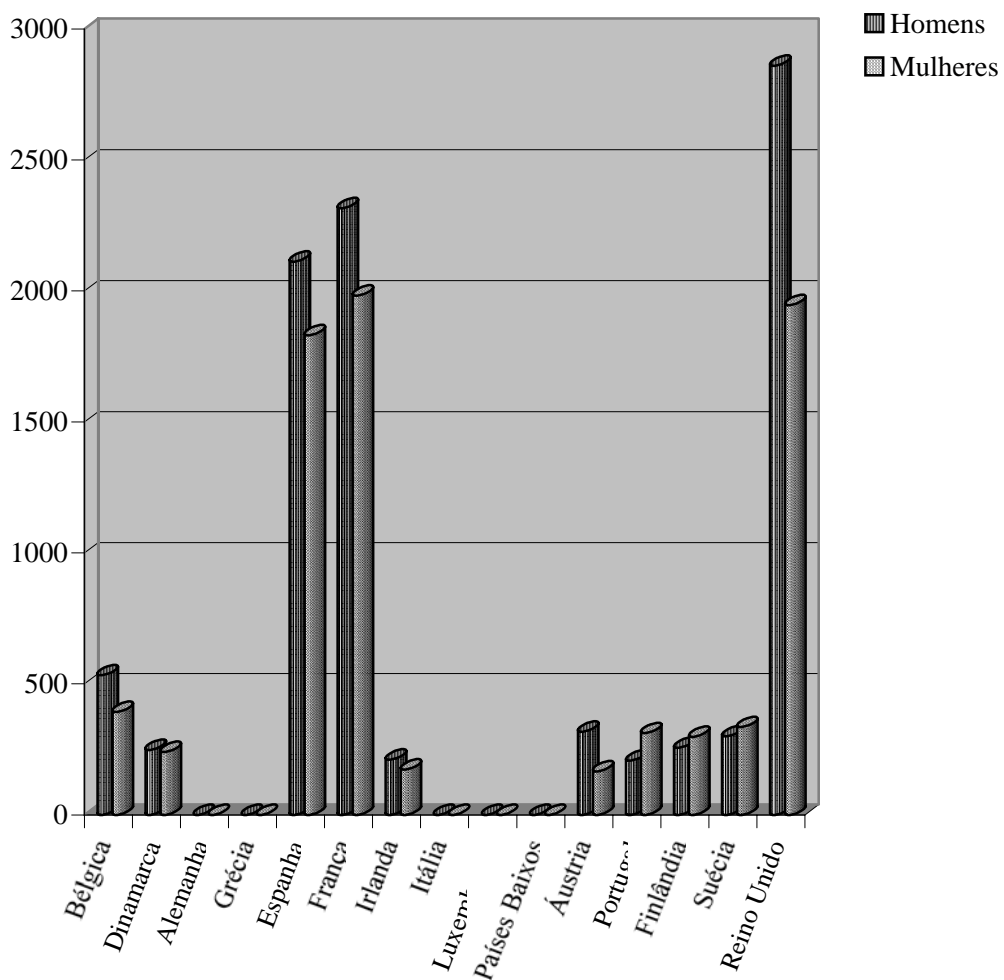
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	14318	9488	Europa dos 15	:	:
Bélgica	416	337	Bélgica	533	393
Dinamarca	217	188	Dinamarca	248	240
Alemanha	3788	1775	Alemanha	:	:
Grécia	335	272	Grécia	:	:
Espanha	1736	1362	Espanha	2112	1831
França	:	:	França	2316	1982
Irlanda	146	119	Irlanda	211	173
Itália	974	789	Itália	:	:
Luxemburgo	16	10	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	688	252	Países Baixos	:	:
Áustria	254	146	Áustria	317	166
Portugal	147	205	Portugal	207	312
Finlândia	258	287	Finlândia	256	298
Suécia	370	319	Suécia	300	335
Reino Unido	2868	1676	Reino Unido	2860	1946

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em full-time, entre os 25-49 anos, pelo grau académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000, registou um predomínio da taxa de emprego masculina, havendo mais 4 milhões e 830 mil homens do que mulheres a trabalharem em tempo inteiro (em 2004 não existem dados disponíveis). Doze dos países europeus em análise seguiram esta tendência da taxa de emprego masculina, apesar da existência de algumas oscilações, quer positivas, como negativas. Apenas três países foram excepção: Portugal e a Finlândia, entre 2000-2004, registaram uma predominância das mulheres quanto a esta taxa de emprego segundo este grau académico e este grupo de idades, e a Suécia em 2004, registou um aumento da taxa de emprego feminina e uma diminuição da taxa de emprego masculina.

Destacam-se os seguintes países que registaram aumentos entre 2000-2004: a Espanha, com um aumento das suas taxas em 376 mil homens e em 469 mil mulheres, a Bélgica com mais 117 mil homens e com mais 56 mil mulheres a trabalharem em full-time, a Áustria com mais 63 mil homens e com mais 20 mil mulheres registadas nas suas taxas de emprego e a Dinamarca com mais 31 mil homens e com mais 52 mil mulheres a trabalharem a tempo inteiro. O Reino Unido registou uma diminuição da taxa de emprego masculina na ordem dos 8 mil homens, assistindo a um aumento da taxa de emprego feminina em 270 mil mulheres. A Alemanha, apesar de apenas apresentar dados disponíveis para 2000, registou uma diferença entre ambas as taxas na ordem dos 2 milhões e 13 mil pessoas, sendo esta diferença marcada pelo aumento da taxa de emprego masculina.

As excepções são Portugal e a Finlândia (entre 2000-2004) e a Suécia (2004), em que registaram uma taxa de emprego feminina mais elevada do que a taxa de emprego masculina. Portugal, nos anos em análise, demonstrou uma diminuição da taxa de emprego masculina na ordem dos 60 mil homens e um aumento da taxa de emprego feminina em 107 mil mulheres, enquanto que a Finlândia assistiu a uma diminuição da taxa de emprego masculina em 70 mil homens e a um aumento da taxa de emprego feminina na ordem das 11 mil mulheres. Na Suécia, em 2004, assistiu-se a um predomínio das mulheres nesta taxa de emprego a tempo inteiro, por este grupo de idades e segundo este grau académico, havendo uma diminuição da taxa masculina em 70 mil homens e um aumento da taxa feminina em 16 mil mulheres.

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

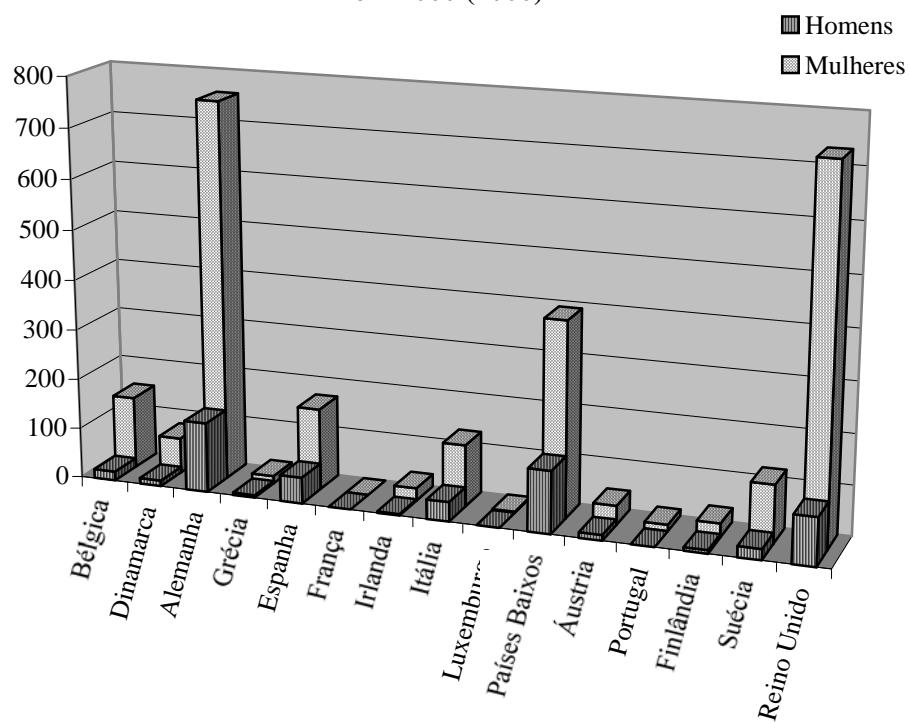
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	621	3130	Europa dos 15	:	:
Bélgica	18	143	Bélgica	27	185
Dinamarca	11	70	Dinamarca	19	75
Alemanha	139	754	Alemanha	:	:
Grécia	5	15	Grécia	:	:
Espanha	52	162	Espanha	67	246
França	:	:	França	90	566
Irlanda	3u	25	Irlanda	4u	37
Itália	39	123	Itália	:	:
Luxemburgo	:	2	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	124	388	Países Baixos	:	:
Áustria	11	38	Áustria	16	73
Portugal	:	13u	Portugal	:	14u
Finlândia	7	28	Finlândia	6	33
Suécia	22	115	Suécia	32	112
Reino Unido	95	728	Reino Unido	121	858

Fonte: Eurostat

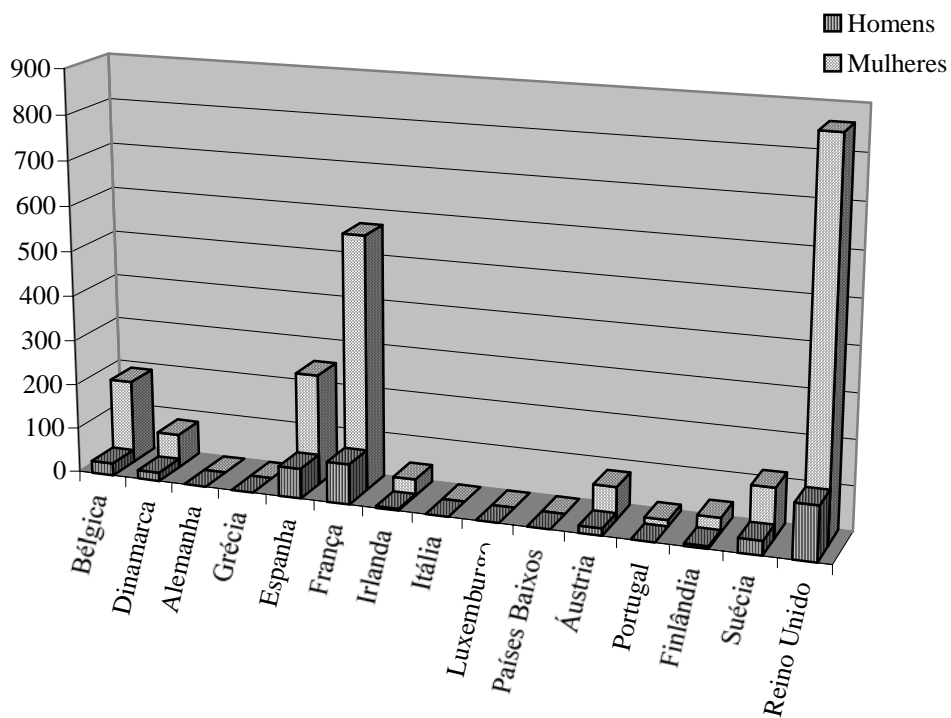
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

**Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico
Tertiary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15,
em 2000 (1000)**



Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em part-time, entre os 25-49 anos, pelo grau académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000, registou uma taxa de emprego feminina mais elevada, sendo superior em 2 milhões e 509 mil mulheres, comparativamente ao número existente na taxa de emprego masculina (em 2004 não existem dados disponíveis). Os quinze países da Europa também registaram um predomínio das mulheres nesta taxa de emprego, a tempo parcial, pelo grau académico em análise, entre 2000-2004.

Destacam-se os seguintes países, entre 2000-2004: o Reino Unido registou um aumento da taxa de emprego masculina na ordem dos 26 mil homens e da taxa de emprego feminina na ordem das 130 mil mulheres, seguindo-se a Espanha com um aumento das suas taxas na ordem dos 15 mil homens e das 84 mil mulheres, a Bélgica registou um aumento da taxa de emprego masculina em 9 mil homens e da taxa de emprego feminina em 42 mil mulheres, a Dinamarca assistiu a um aumento de 8 mil homens e de 5 mil mulheres a trabalharem em tempo parcial e a Áustria registou um aumento da taxa de emprego masculina em 5 mil homens e um aumento da taxa de emprego feminina em 35 mil mulheres.

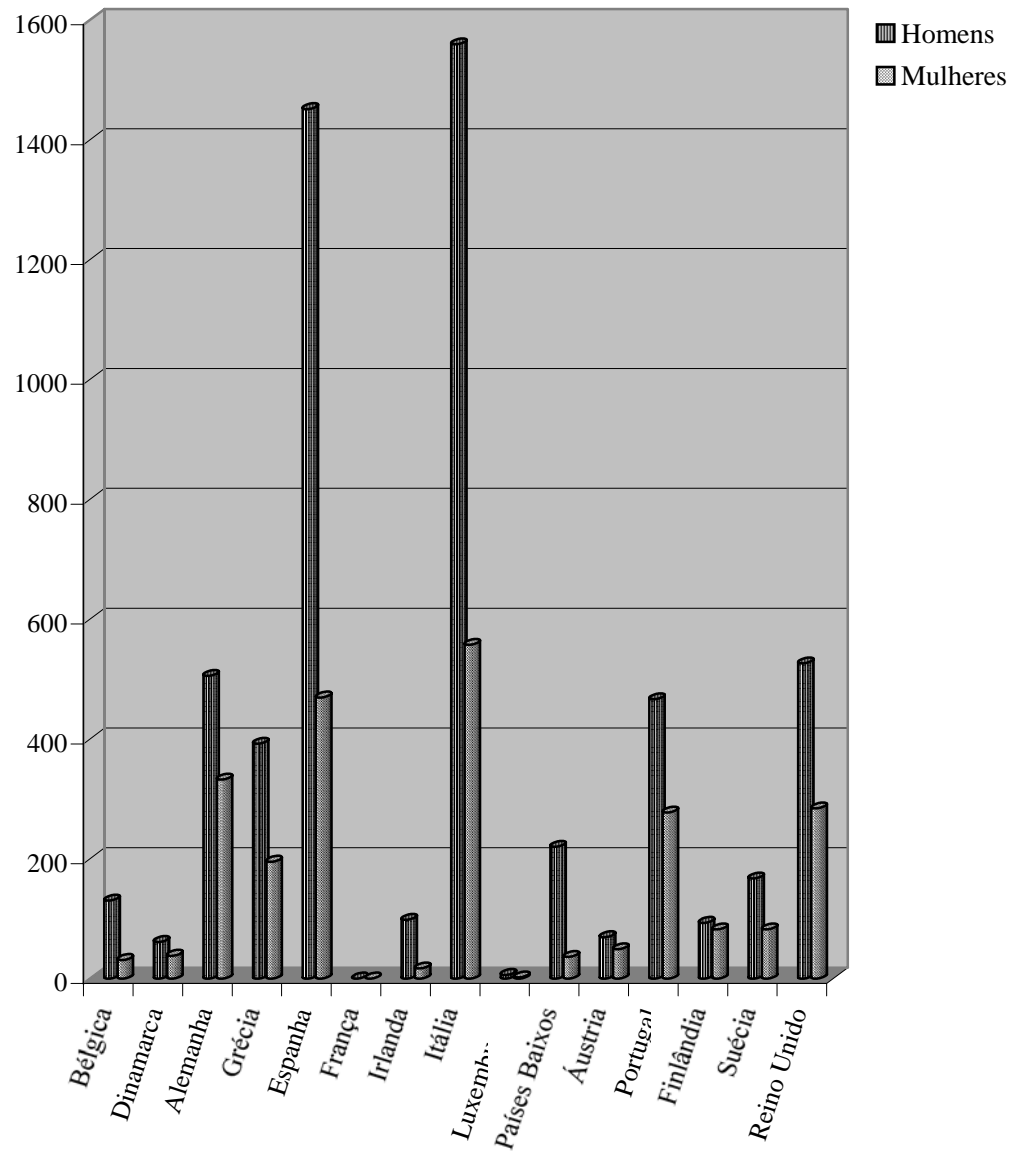
A Finlândia registou uma diminuição da taxa de emprego masculina em mil homens e um aumento da taxa de emprego feminina em 5 mil mulheres, enquanto que a Suécia assistiu a um aumento da taxa de emprego masculina na ordem dos 10 mil homens e uma diminuição da taxa de emprego feminina na ordem das 3 mil mulheres. Portugal apenas apresenta dados disponíveis para 2004 e relativos às mulheres: apesar dos dados disponíveis serem considerados como dados pouco confiáveis ou incertos pelo Eurostat, o nosso país registou um aumento da taxa de emprego feminina em mil mulheres.

Taxa de Emprego, em Full-Time,, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

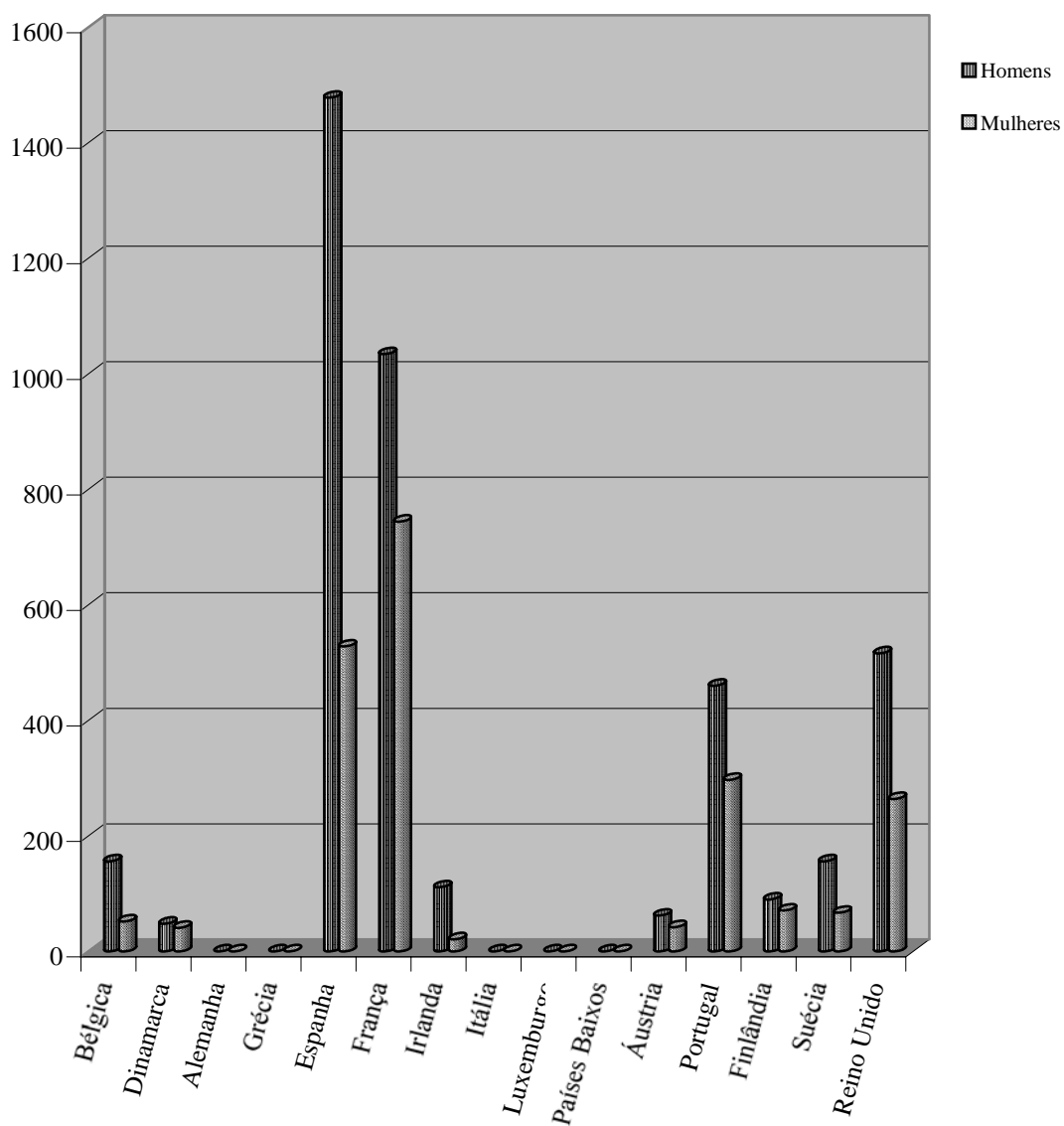
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	6643	3059	Europa dos 15	:	:
Bélgica	130	31	Bélgica	156	52
Dinamarca	61	38	Dinamarca	48	41
Alemanha	505	332	Alemanha	:	:
Grécia	392	195	Grécia	:	:
Espanha	1451	469	Espanha	1478	528
França	:	:	França	1034	744
Irlanda	98	17	Irlanda	111	21
Itália	1559	557	Itália	:	:
Luxemburgo	6	2	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	220	36	Países Baixos	:	:
Áustria	69	49	Áustria	62	42
Portugal	466	277	Portugal	460	297
Finlândia	93	82	Finlândia	90	71
Suécia	167	82	Suécia	156	67
Reino Unido	526	284	Reino Unido	516	264

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em full-time, entre os 50-64 anos, pelo grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000, regista um maior número de homens do que mulheres, nomeadamente 3 milhões e 584 mil homens (em 2004 não existem dados disponíveis). Nos quinze países em análise, a taxa de emprego masculina é preponderante, apesar de entre 2000-2004 assistir-se a alguns aumentos ou diminuições das taxa de emprego feminina e masculina.

Destacam-se os seguintes países, segundo os anos em análise: a Espanha, onde a sua taxa de emprego masculina registou um aumento de 27 mil homens, enquanto que a taxa de emprego feminina registou um aumento de 59 mil mulheres, a Bélgica assistiu a um aumento da taxa de emprego masculina a tempo inteiro na ordem dos 26 mil homens e uma diminuição da taxa de emprego feminina na ordem das 21 mil mulheres, a Dinamarca assistiu a uma diminuição da taxa de emprego masculina em 13 mil homens e a um aumento da taxa de emprego feminina em 3 mil mulheres e Portugal assistiu de igual modo a uma diminuição da taxa de emprego masculina em 6 mil homens e a um aumento da taxa de emprego feminina em 20 mil mulheres.

Dos países em análise, quatro registaram importantes diminuições das suas taxas de emprego, segundo este grau académico e por este grupo de idades, entre 2000-2004: a Suécia com menos 11 mil homens e menos 15 mil mulheres a trabalharem em full-time, seguindo-se o Reino Unido com menos 10 mil homens e com menos 20 mil mulheres, na Áustria ambas as taxas diminuíram o mesmo número de homens e de mulheres (7 mil), enquanto que na Finlândia se assistiu a uma diminuição da taxa de emprego masculina na ordem dos 3 mil homens e da taxa de emprego feminina na ordem das 11 mil mulheres.

Apesar de não apresentarem dados disponíveis para 2004, ressalta o caso italiano e o caso alemão: assistiu-se a um aumento da taxa de emprego masculina italiana, face à taxa de emprego feminina deste mesmo país, na ordem de 1 milhão e 2 mil homens, enquanto que na Alemanha também se assistiu ao aumento da taxa de emprego masculina, mas na ordem dos 173 mil homens.

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

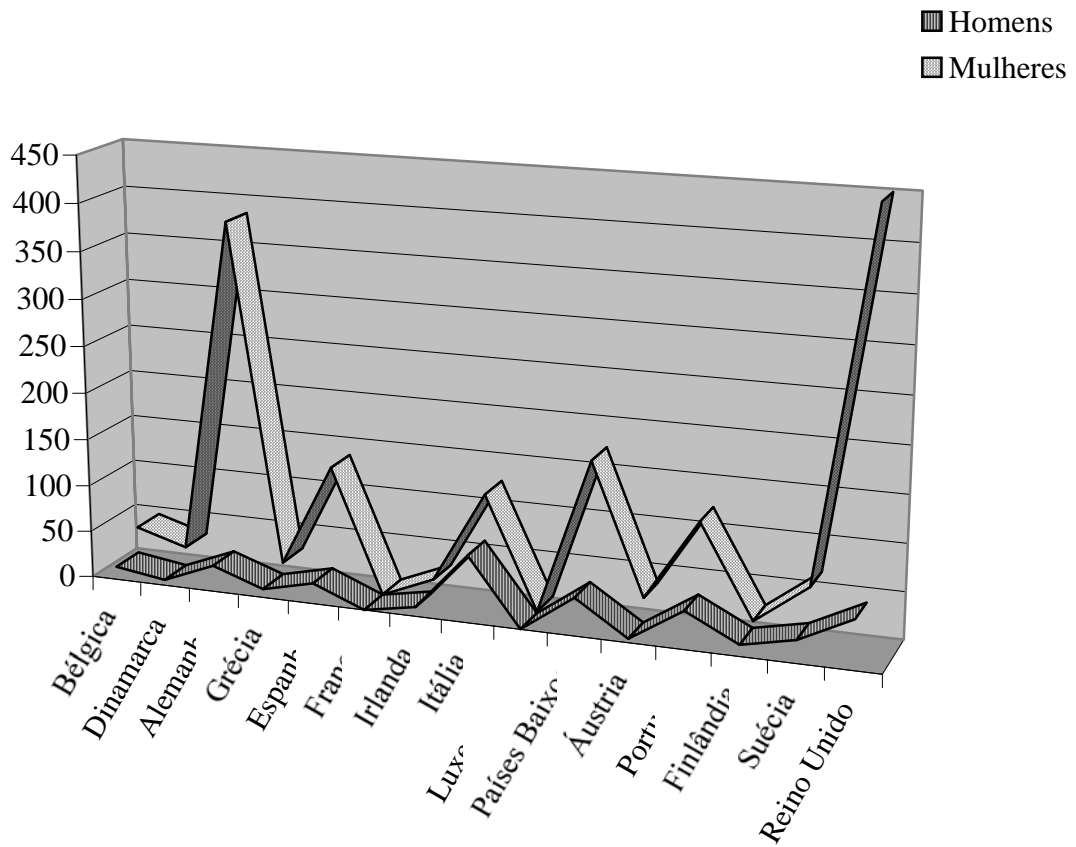
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	405	1960	Europa dos 15	:	:
Bélgica	14	42	Bélgica	21	64
Dinamarca	6u	26	Dinamarca	:	18
Alemanha	28	381	Alemanha	:	:
Grécia	9	22	Grécia	:	:
Espanha	22	131	Espanha	24	166
França	:	:	França	68	397
Irlanda	10	23	Irlanda	9	29
Itália	71	120	Itália	:	:
Luxemburgo	:	2	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	40	167	Países Baixos	:	:
Áustria	4	30	Áustria	3	31
Portugal	40	116	Portugal	43	109
Finlândia	12	19	Finlândia	14	23
Suécia	24	61	Suécia	23	52
Reino Unido	52	447	Reino Unido	63	401

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

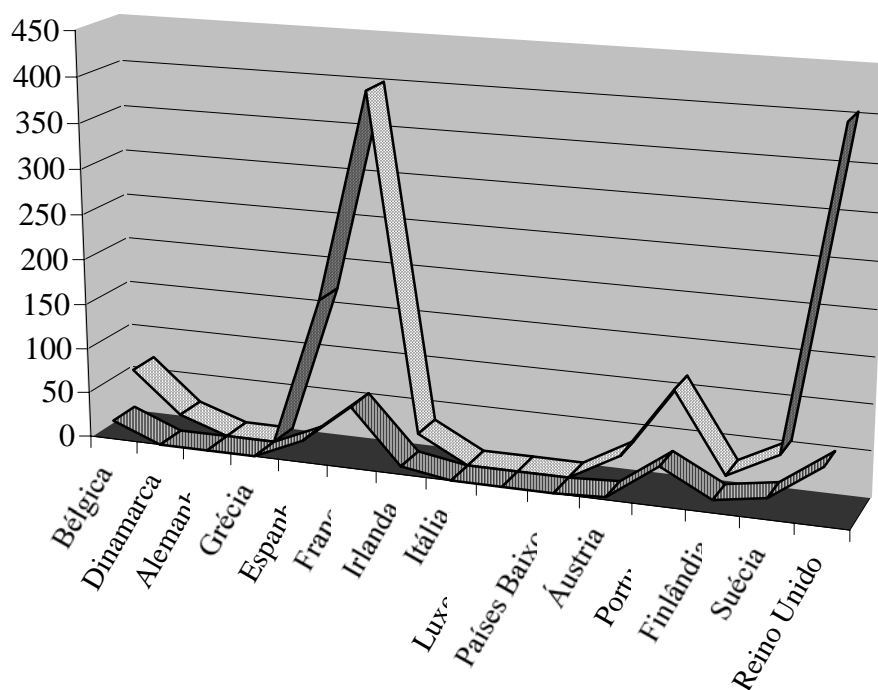
u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)

■ Homens
 ■ Mulheres



A taxa de emprego, em part-time, entre os 50-64 anos, pelo grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000, registou um predomínio da taxa de emprego feminina, nomeadamente em 1 milhão e 555 mil mulheres, comparando com a taxa de emprego masculina (em 2004 não se encontraram dados disponíveis). Os quinze países, entre 2000-2004, registaram um predomínio da taxa de emprego feminina, apesar de se registarem alguns aumentos e diminuições em ambas as taxas, a tempo parcial, entre os 50-64 anos, segundo este grau académico.

Destacam-se os seguintes países, segundo o período em análise: a Bélgica assistiu a um aumento de ambas as taxas, na ordem dos 7 mil homens e das 22 mil mulheres, a Espanha registou aumentos na taxa de emprego masculina na ordem dos 2 mil homens, registando-se a mesma tendência quanto à taxa de emprego feminina na ordem das 35 mil mulheres, a Finlândia com registos em 2004 superiores aos registos de 2000, na ordem dos 2 mil homens e das 4 mil mulheres, o Reino Unido com um maior número de homens a trabalharem em part-time na ordem dos 11 mil e uma diminuição do número das mulheres a trabalharem a tempo parcial na ordem das 46 mil e Portugal com mais 3 mil homens e com menos 7 mil mulheres a trabalharem em part-time. A Irlanda registou uma diminuição da taxa de emprego masculina na ordem dos mil homens e um aumento da taxa de emprego feminina na ordem das 6 mil mulheres, enquanto que a Suécia assistiu a uma diminuição de mil homens e de 9 mil mulheres nas suas respectivas taxas.

A Alemanha apresenta dados disponíveis apenas para 2000, mas é de ressaltar a diferença entre ambas as taxas, existindo mais 353 mil mulheres a trabalharem em part-time do que homens. A França apresenta dados disponíveis para 2004, onde ressalta um maior número de mulheres do que de homens a trabalharem a tempo parcial: mais 329 mil mulheres.

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

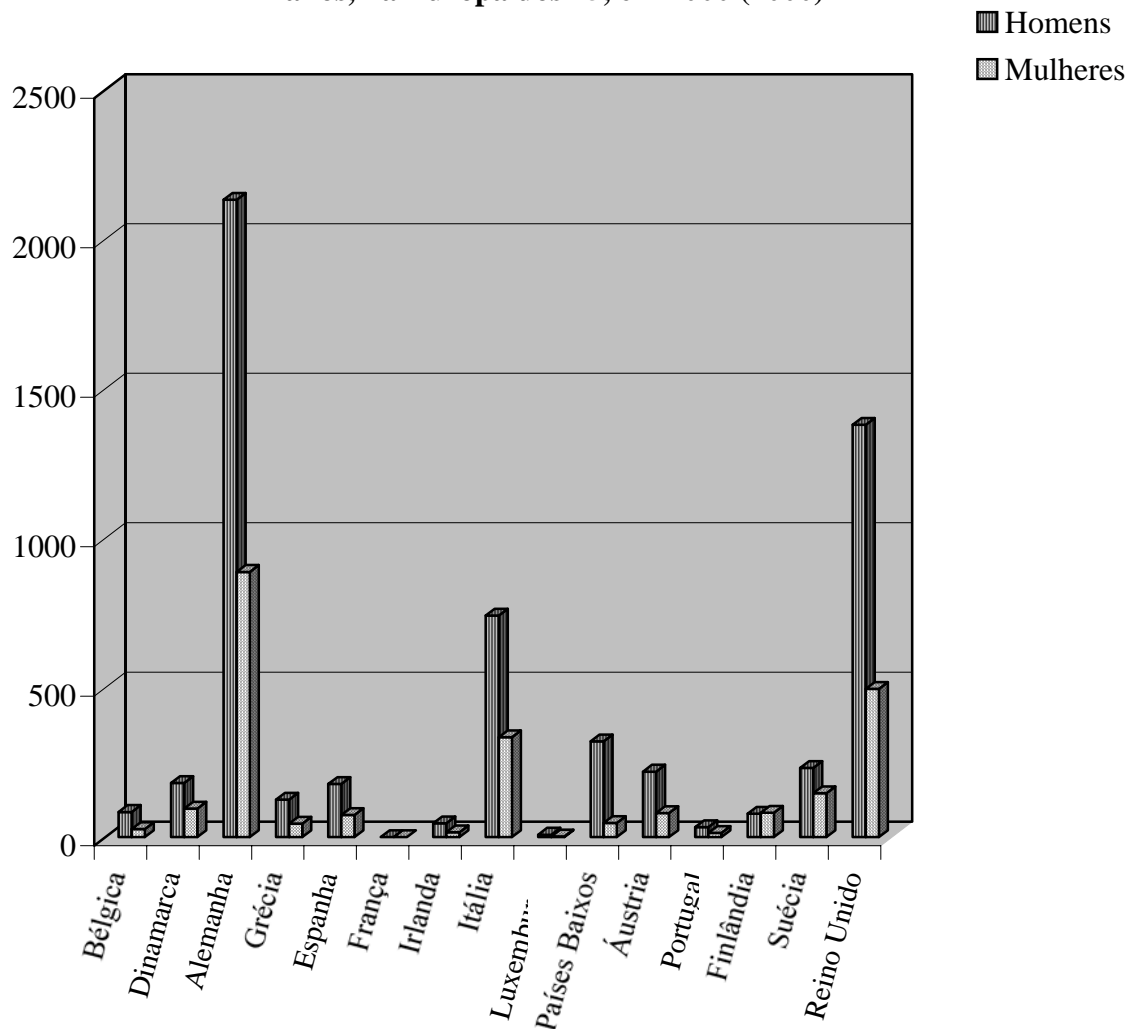
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	6699	2833	Europa dos 15	:	:
Bélgica	84	27	Bélgica	136	48
Dinamarca	181	95	Dinamarca	197	95
Alemanha	2132	887	Alemanha	:	:
Grécia	125	45	Grécia	:	:
Espanha	178	74	Espanha	266	128
França	:	:	França	1171	631
Irlanda	46	16	Irlanda	53	26
Itália	741	334	Itália	:	:
Luxemburgo	8	2	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	320	47	Países Baixos	:	:
Áustria	219	80	Áustria	208	81
Portugal	33	14 u	Portugal	38	18
Finlândia	78	81	Finlândia	107	100
Suécia	231	147	Suécia	295	184
Reino Unido	1379	496	Reino Unido	1888	777

Fonte: Eurostat

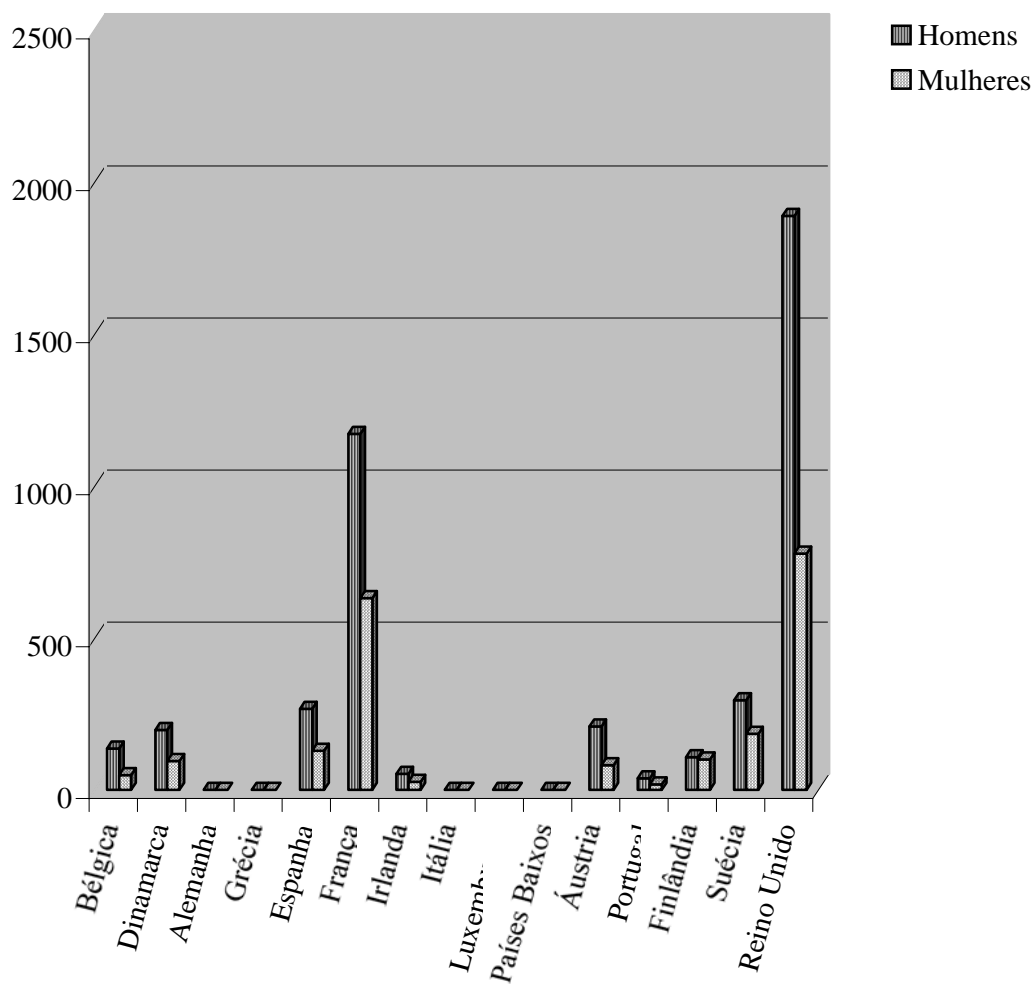
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em full-time, entre os 50-64 anos, pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000, registou um predomínio da taxa masculina, uma vez que existiam mais 3 milhões e 866 mil homens do que mulheres a trabalharem a tempo inteiro (não existem dados disponíveis para 2004). Catorze dos quinze países em análise registaram esta tendência da taxa masculina, excepto a Finlândia em 2000, em que a taxa de emprego feminina era superior à taxa de emprego masculina. Porém, nos quinze países registaram-se oscilações positivas de ambas as taxas.

Relativamente aos aumentos de ambas as taxas de emprego, segundo o grau académico em análise, entre 2000-2004, destacam-se os seguintes países: o Reino Unido registou um aumento da taxa de emprego masculina na ordem dos 509 mil homens e um aumento da taxa de emprego feminina na ordem das 281 mil mulheres, seguindo-se a Espanha com mais 88 mil homens e com mais 54 mil mulheres a trabalharem em full-time, a Suécia com aumentos na ordem dos 64 mil homens e das 10 mil mulheres nas suas respectivas taxas, a Bélgica com mais 52 mil homens e com mais 21 mil mulheres a trabalharem em full-time, Portugal com um aumento da taxa de emprego masculina em 5 mil homens e com um aumento da taxa de emprego feminina em 4 mil mulheres e a Dinamarca com mais 16 mil homens a trabalharem em full-time, enquanto que a taxa de emprego feminina dinamarquesa registou o mesmo número de mulheres, nomeadamente 95 mil.

Apesar de apenas apresentar dados disponíveis para 2000, é de salientar que a taxa de emprego masculina alemã a tempo inteiro correspondia a 1 milhão e 245 mil homens, sendo este número superior ao número de mulheres registadas na taxa de emprego feminina. A França ao apresentar apenas dados disponíveis para 2004, demonstrou que a taxa de emprego masculina é superior em 540 mil homens relativamente ao número de mulheres registados na taxa de emprego feminina.

Dos quinze países em análise surgiu uma excepção, nomeadamente a Finlândia em 2000, em que a taxa de emprego feminina a tempo inteiro, entre os 50-64 anos, era superior à taxa de emprego masculina, na ordem das 3 mil mulheres. Em 2004, ambas as taxas de emprego finlandesas aumentaram, mas a taxa masculina aumentou mais do que a taxa feminina, passando a ser predominante neste ano, respeitando a tendência apresentada pelos restantes países em análise: a taxa de emprego masculina aumentou na ordem dos 29 mil homens, enquanto que a taxa de emprego feminina aumentou na ordem das 19 mil mulheres.

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

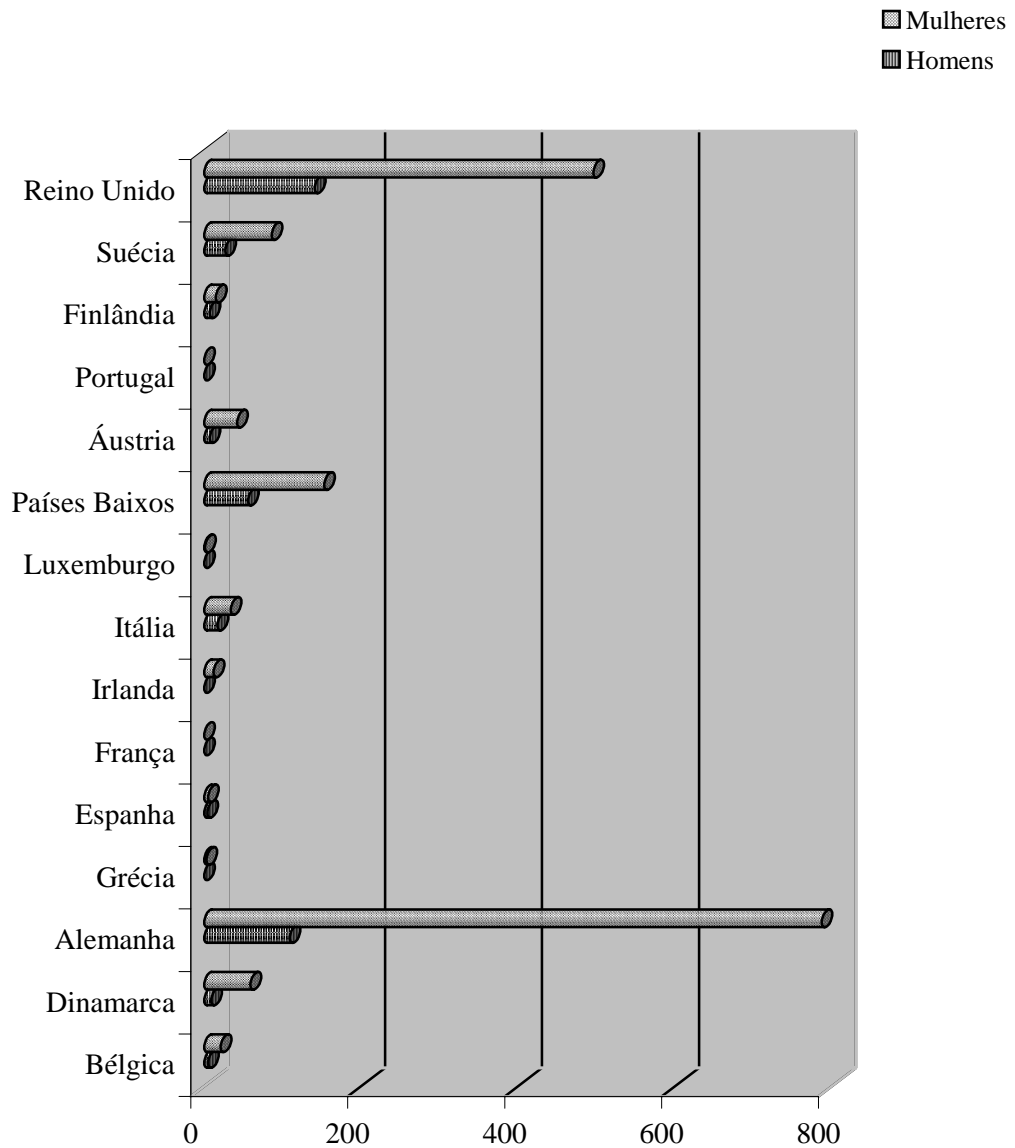
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	446	1896	Europa dos 15	:	:
Bélgica	5	21	Bélgica	20	42
Dinamarca	9	59	Dinamarca	14	59
Alemanha	109	787	Alemanha	:	:
Grécia	:	3u	Grécia	:	:
Espanha	4u	5	Espanha	3u	14
França	:	:	França	63	254
Irlanda	:	12	Irlanda	3u	17
Itália	17	34	Itália	:	:
Luxemburgo	:	1u	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	56	153	Países Baixos	:	:
Áustria	7	42	Áustria	14	62
Portugal	:	:	Portugal	:	:
Finlândia	7	15	Finlândia	12	24
Suécia	27	86	Suécia	35	112
Reino Unido	141	496	Reino Unido	200	764

Fonte: Eurostat

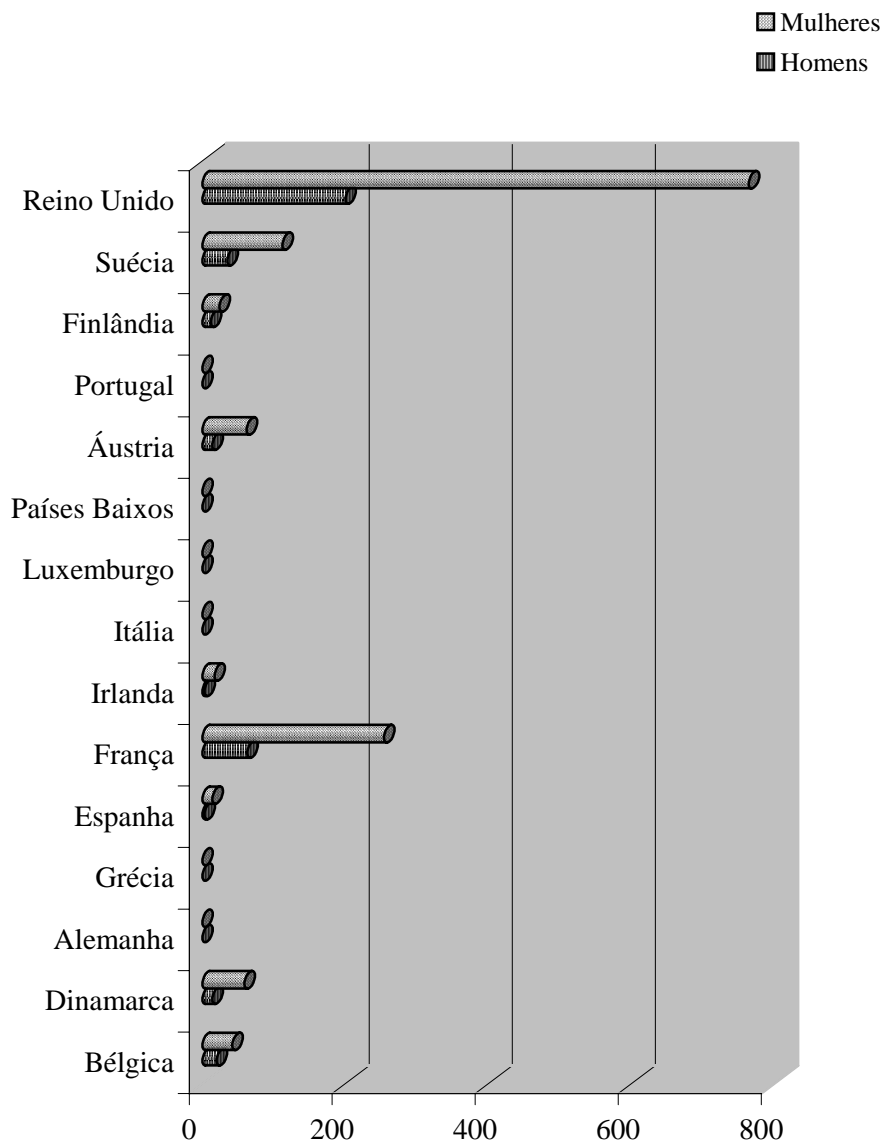
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Part- Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



**Taxa de Emprego, em Part- Time, pelo Grau Académico
Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary
Education, entre os 50-64 anos,, na Europa dos 15, em 2004
(1000)**



A taxa de emprego, em part-time, entre os 50-64 anos, pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000, registou um maior número de mulheres do que de homens, nomeadamente 1 milhão e 450 mil mulheres (não existem dados disponíveis para 2004). Todos os países em análise registaram um predomínio da taxa de emprego feminina sobre a taxa de emprego masculina, apesar de ambas as taxas registarem, nos anos em análise, alguns aumentos dos seus respectivos valores. Apenas a Espanha apresentou uma diminuição da taxa de emprego masculina, entre 2000-2004, apesar dos valores registados serem classificados pelo Eurostat como dados pouco confiáveis ou incertos (1000 homens).

Destacam-se os seguintes países perante o aumento das taxas de emprego feminina e masculina entre 2000-2004: o Reino Unido registou um aumento de ambas as taxas na ordem dos 59 mil homens e das 268 mil mulheres, seguindo-se a Bélgica, com mais 15 mil homens e 21 mil mulheres a trabalharem em part-time, a Suécia registou um aumento da taxa de emprego masculina em 8 mil homens e da taxa de emprego feminina em 26 mil mulheres, a Áustria apresentou um aumento da sua taxa de emprego masculina em 7 mil homens e da sua taxa de emprego feminina na ordem das 20 mil mulheres e a Finlândia assistiu a um aumento de 5 mil homens e de 9 mil mulheres a trabalharem em tempo parcial. Na Dinamarca registou-se um aumento da taxa de emprego masculina na ordem dos 5 mil homens, enquanto que a taxa de emprego feminina manteve os mesmos valores em 2000 e em 2004.

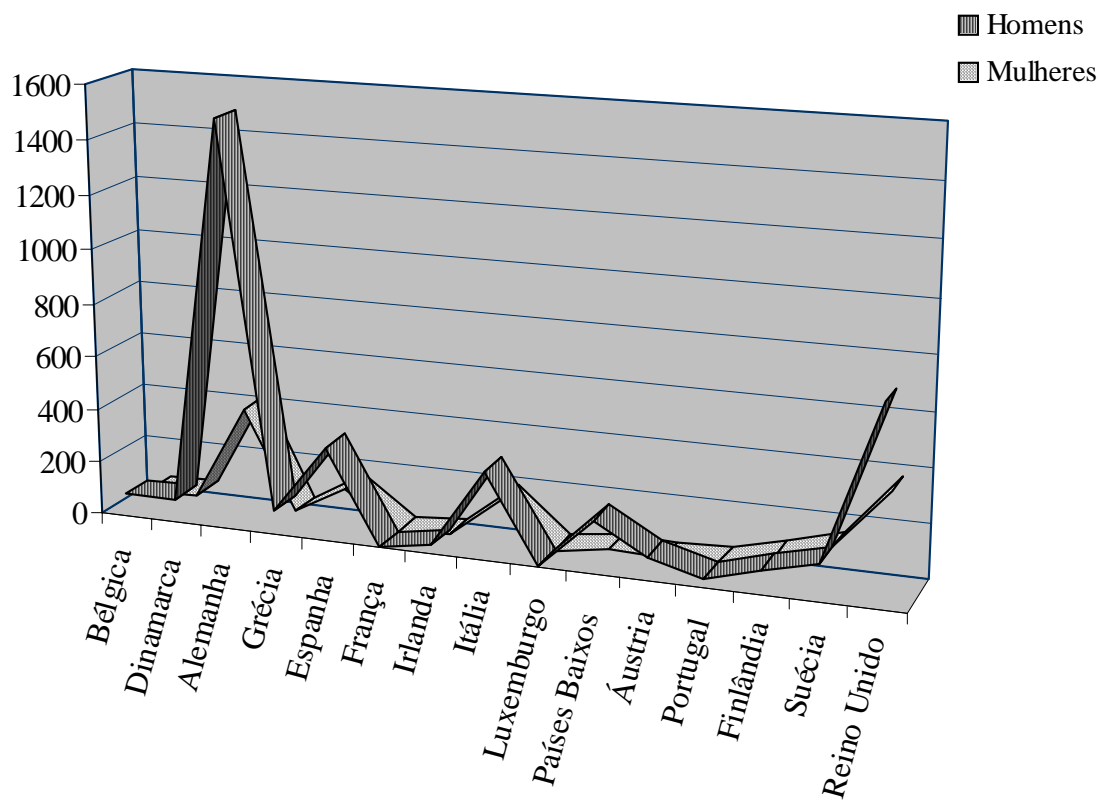
Na Alemanha, apesar de apenas apresentar dados disponíveis para 2000, é de salientar que a taxa de emprego feminina foi superior à taxa de emprego masculina na ordem das 678 mil mulheres. Em França, apesar dos dados disponíveis apenas se referirem a 2004, a taxa de emprego feminina foi superior à taxa de emprego masculina na ordem das 191 mil mulheres. Portugal foi o único país que não apresenta dados disponíveis em 2000 e 2004 relativamente às taxas de emprego masculina e feminina.

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

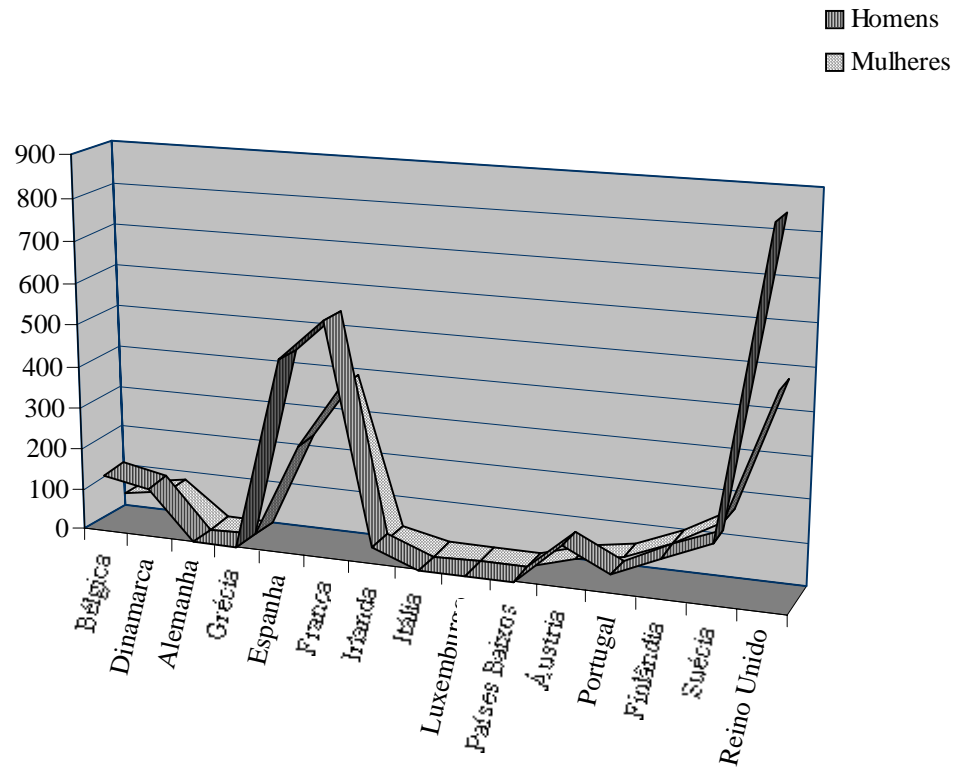
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	4271	1835	Europa dos 15	:	:
Bélgica	88	43	Bélgica	141	63
Dinamarca	89	52	Dinamarca	120	82
Alemanha	1512	404	Alemanha	:	:
Grécia	93	33	Grécia	:	:
Espanha	353	142	Espanha	461	230
França	:	:	França	562	385
Irlanda	34	16	Irlanda	43	26
Itália	326	166	Itália	:	:
Luxemburgo	5	2	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	197	33	Países Baixos	:	:
Áustria	86	24	Áustria	98	35
Portugal	36	32	Portugal	45	51
Finlândia	87	78	Finlândia	96	97
Suécia	138	135	Suécia	142	159
Reino Unido	724	357	Reino Unido	858	472

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego, em Full- Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em full-time, entre os 50-64 anos, pelo grau acadêmico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000, apresenta uma forte tendência da taxa de emprego masculina, sendo esta superior à taxa de emprego feminina na ordem dos 2 milhões e 436 mil homens (não existem dados disponíveis para 2004).

Esta tendência foi seguida pelos países europeus em análise, excepto pela Finlândia e pela Suécia em 2004, em que registaram uma predominância da taxa de emprego feminina. Contudo, os quinze países em questão registaram aumentos em ambas as taxas.

Os países que registaram maiores aumentos, entre 2000-2004, foram o Reino Unido com aumentos registados nas suas taxas na ordem dos 134 mil homens e das 115 mil mulheres, a Espanha em que a taxa de emprego masculina aumentou na ordem dos 108 mil homens e a taxa de emprego feminina aumentou na ordem das 88 mil mulheres, a Bélgica com mais 53 mil homens e 20 mil mulheres a trabalharem em full-time e Portugal registou aumentos na ordem dos 9 mil homens e das 19 mil mulheres.

A Alemanha, apesar de apresentar dados disponíveis apenas para 2000, a diferença de ambas as taxas de emprego corresponde a 1 milhão e 108 mil pessoas, a favor da taxa de emprego masculina. A França apresenta apenas valores disponíveis para 2004, onde a taxa de emprego masculina é predominante (mais 117 mil homens do que mulheres a trabalharem a tempo inteiro).

Como foi referido anteriormente, a Finlândia e a Suécia foram os dois países que apresentaram um predomínio da taxa de emprego feminina em 2004, apesar de em 2000 registar-se a tendência contrária. Ambas as taxas aumentaram nos anos em análise, nomeadamente a Finlândia, na ordem dos 9 mil homens e das 19 mil mulheres e a Suécia na ordem dos 4 mil homens e das 24 mil mulheres. Em 2004, a diferença entre ambas as taxas é para a Finlândia de mil pessoas, a favor das mulheres, enquanto que para a Suécia é de 17 mil pessoas, também a favor das mulheres.

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

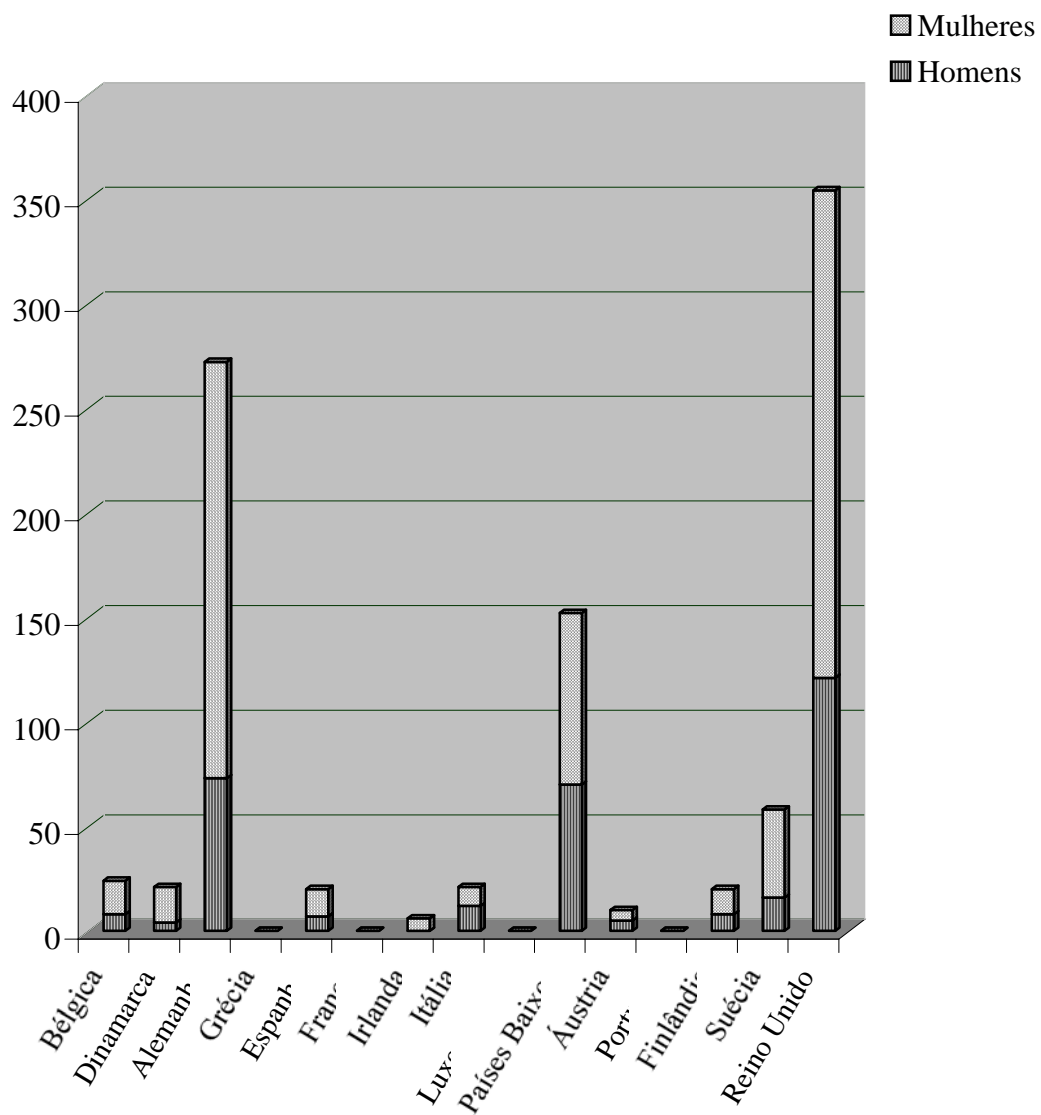
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	356	725	Europa dos 15	:	:
Bélgica	8	16	Bélgica	16	35
Dinamarca	4 u	17	Dinamarca	12	32
Alemanha	73	199	Alemanha	:	:
Grécia	:	:	Grécia	:	:
Espanha	7	13	Espanha	9	18
França	:	:	França	38	120
Irlanda	:	6	Irlanda	:	9
Itália	12	9	Itália	:	:
Luxemburgo	:	:	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	70	82	Países Baixos	:	:
Áustria	5	5	Áustria	6	8
Portugal	:	:	Portugal	:	:
Finlândia	8	12	Finlândia	14	15
Suécia	16	42	Suécia	19	56
Reino Unido	121	233	Reino Unido	167	338

Fonte: Eurostat

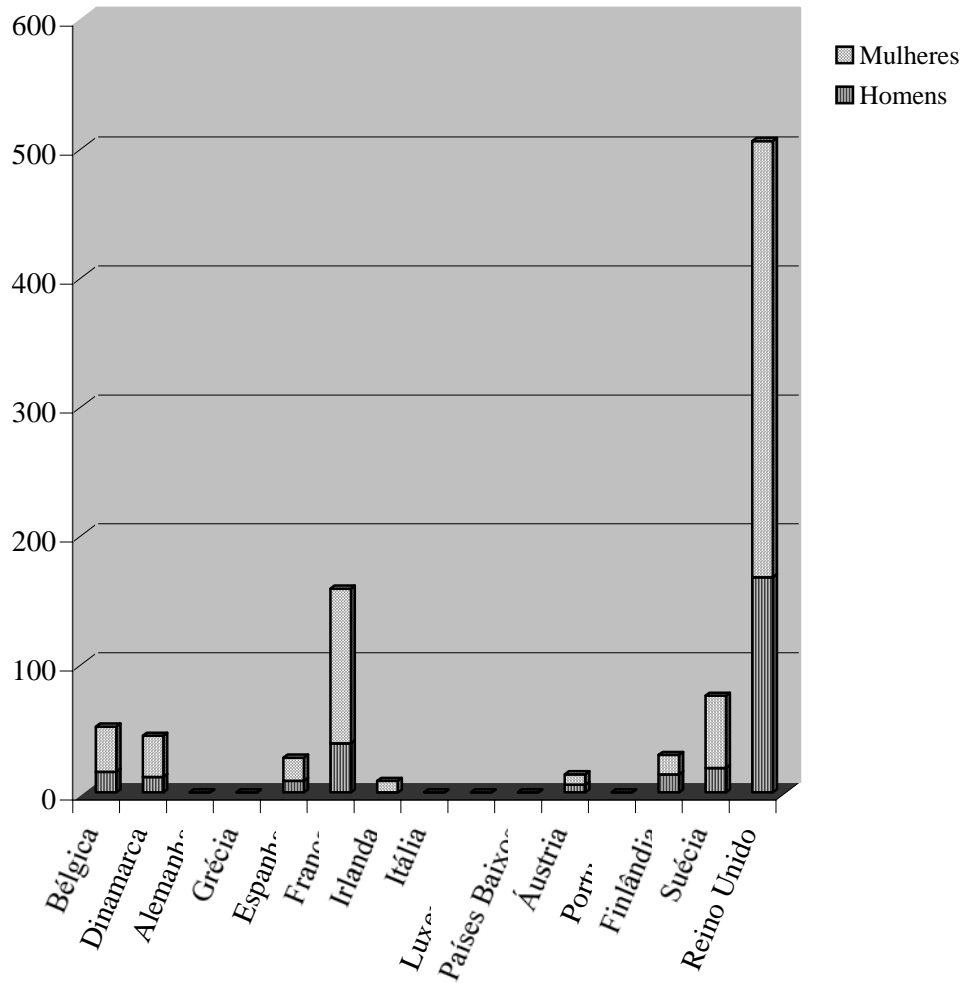
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em part-time, entre os 50-64 anos, pelo grau acadêmico Tertiary Educatio, na Europa dos 15, em 2000, registou um maior número de mulheres do que homens nas respectivas taxas de emprego, nomeadamente 369 mil mulheres (não existem dados disponíveis para 2004). Nos países em análise, apenas a Itália não seguiu a tendência europeia, apesar dos restantes países apresentarem valores mais elevados nas taxas de emprego femininas do que nas taxas de emprego masculinas.

Destacam-se os seguintes países, entre 2000-2004: o Reino Unido com um aumento na sua taxa de emprego masculina na ordem dos 46 mil homens, enquanto que a taxa de emprego feminina aumentou na ordem das 105 mil mulheres, a Bélgica com um aumento do número de homens a trabalharem a tempo parcial na ordem dos 8 mil homens, tal como um aumento de 19 mil mulheres a trabalharem em part-time, a Dinamarca com um aumento da taxa de emprego masculina em 8 mil homens e da taxa de emprego feminina em 15 mil mulheres, a Suécia com um aumento da taxa de emprego masculina em 3 mil homens e da taxa de emprego feminina em 14 mil mulheres e a Espanha com aumentos nas suas respectivas taxas de 2 mil homens e de 5 mil mulheres.

A Alemanha, apesar de apenas apresentar dados disponíveis em 2000, assistiu a um predomínio da taxa de emprego feminina face à masculina em 126 mil mulheres, enquanto que a França, em 2004, registou de igual modo, um domínio da taxa de emprego feminina, sendo a diferença de ambas as taxas de 82 mil pessoas (não apresentou dados disponíveis em 2000). Portugal não apresentou dados em nenhum dos anos analisados, tal como em anos anteriores.

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

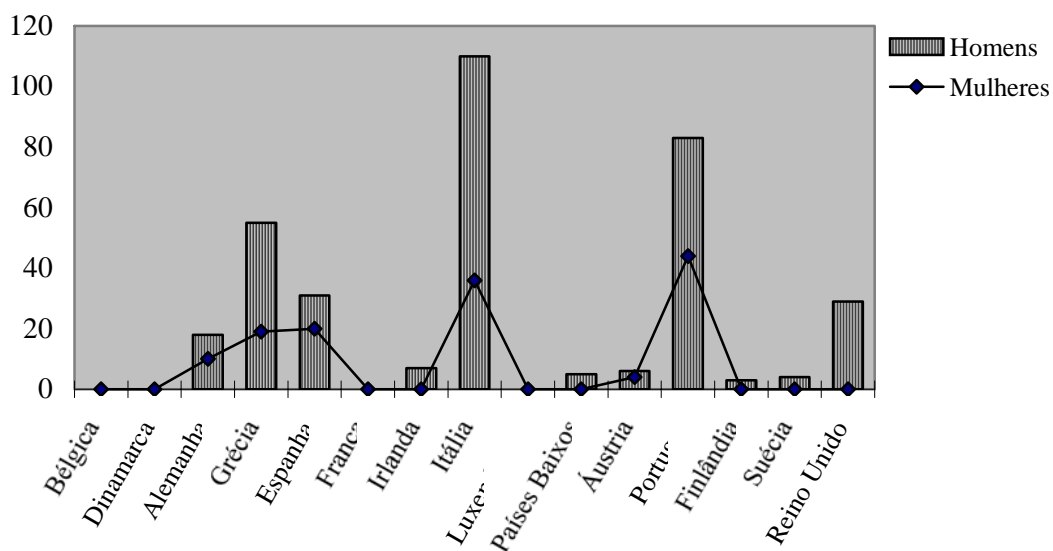
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	369	156	Europa dos 15	:	:
Bélgica	:	:	Bélgica	4u	:
Dinamarca	:	:	Dinamarca	:	:
Alemanha	18	10	Alemanha	:	:
Grécia	55	19	Grécia	:	:
Espanha	31	20	Espanha	31	20
França	:	:	França	14	13
Irlanda	7	:	Irlanda	15	:
Itália	110	36	Itália	:	:
Luxemburgo	:	:	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	5u	:	Países Baixos	:	:
Áustria	6	4	Áustria	:	:
Portugal	83	44	Portugal	89	36
Finlândia	3u	:	Finlândia	3u	:
Suécia	4	:	Suécia	5	:
Reino Unido	29	:	Reino Unido	32	11

Fonte: Eurostat

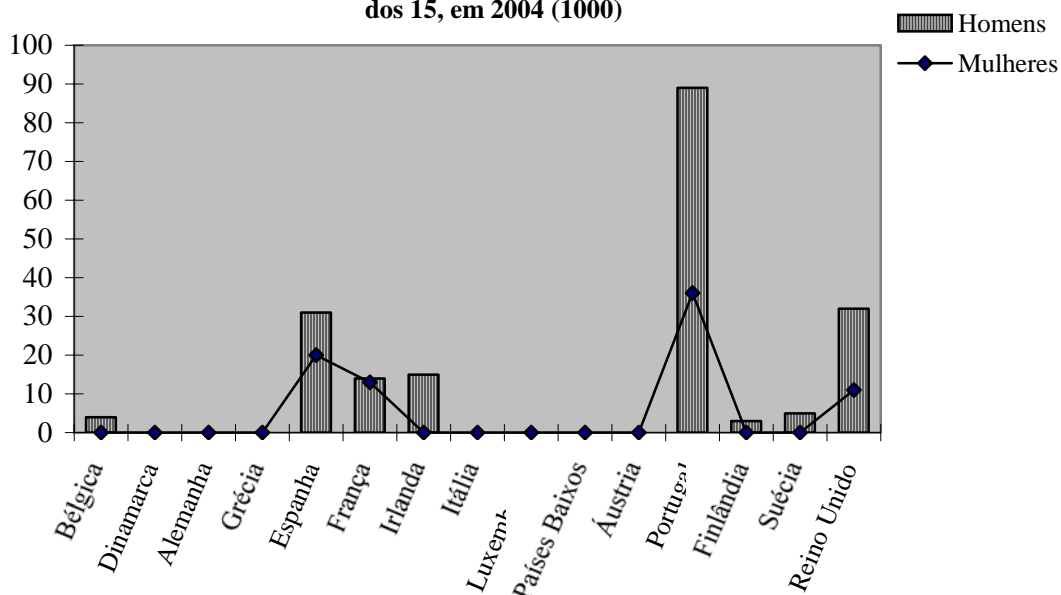
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full- Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Full- Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em full-time, com 65 e mais anos, pelo grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000, registou um predomínio da taxa de emprego masculina, apresentando um valor superior à taxa de emprego feminina na ordem dos 213 mil homens (em 2004 não existem dados disponíveis). Apesar de serem poucos os países que apresentam todos os seus dados disponíveis em 2000 e em 2004, pode-se constatar que a tendência europeia é seguida pelos quinze países em análise no período em questão.

Destacam-se os seguintes países: Portugal com um aumento da taxa de emprego masculina na ordem dos 6 mil homens e uma diminuição da taxa de emprego feminina na ordem das 8 mil mulheres e o Reino Unido apresenta aumentos dos valores masculinos na ordem dos 3 mil homens, enquanto que a taxa de emprego feminina apenas apresenta valores disponíveis em 2004 (11 mil mulheres).

Surgiram alguns países, entre 2000-2004, que não apresentaram valores disponíveis para as mulheres, apresentando apenas a evolução da taxa de emprego masculina: a Irlanda registou um aumento da taxa masculina de 8 mil homens, enquanto que a Suécia apresentou uma evolução da taxa de emprego masculina na ordem dos mil homens. A Finlândia também apresenta apenas valores masculinos nos anos em análise, apesar dos valores em questão serem considerados pouco confiáveis ou incertos pelo Eurostat. A Alemanha apresenta valores apenas em 2000, verificando-se que a taxa de emprego masculina é preponderante à taxa de emprego feminina na ordem dos 8 mil homens. A Itália apresenta valores apenas para 2000, mas a taxa de emprego masculina é superior à taxa de emprego feminina em 74 mil homens.

Taxa de Emprego, Part-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

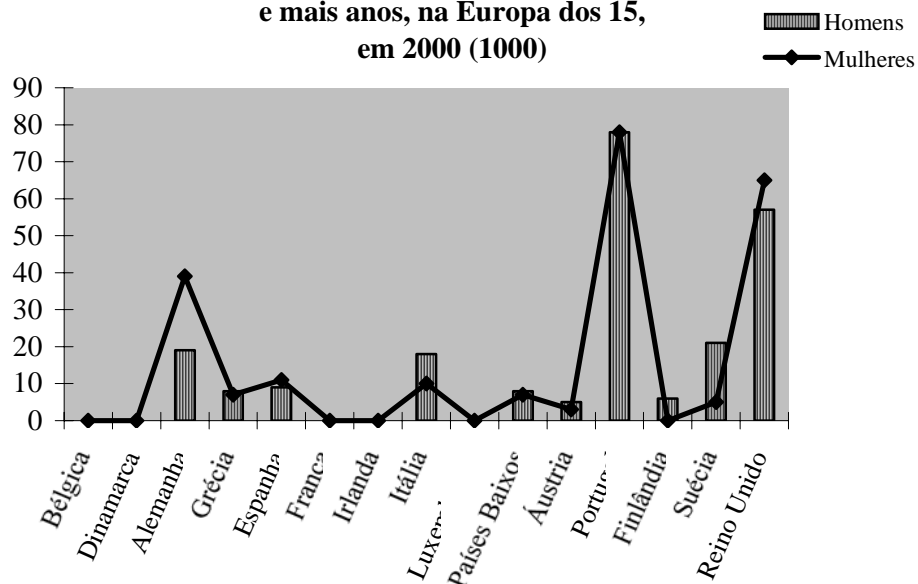
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	251	246	Europa dos 15	:	:
Bélgica	:	:	Bélgica	4u	:
Dinamarca	:	:	Dinamarca	:	:
Alemanha	19	39	Alemanha	:	:
Grécia	8	7	Grécia	:	:
Espanha	9	11	Espanha	5	8
França	:	:	França	17	12
Irlanda	:	:	Irlanda	5	3u
Itália	18	10	Itália	:	:
Luxemburgo	:	:	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	8u	7u	Países Baixos	:	:
Áustria	5	3	Áustria	3	3
Portugal	78	78	Portugal	87	89
Finlândia	6	:	Finlândia	3u	:
Suécia	21	5	Suécia	13	5
Reino Unido	57	65	Reino Unido	57	69

Fonte: Eurostat

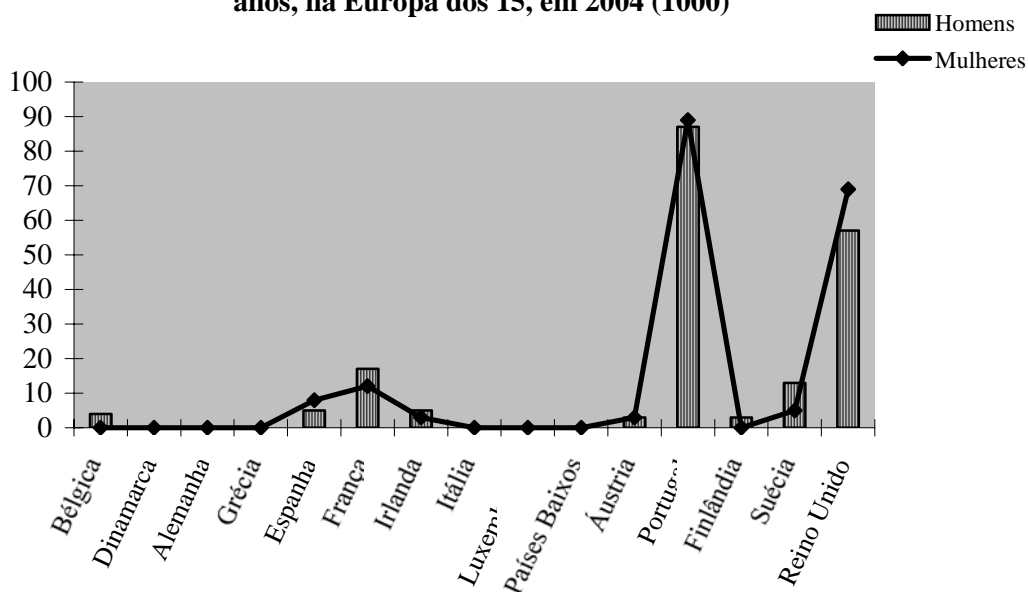
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em part-time, com 65 e mais anos, pelo grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, em 2000, registou uma taxa de emprego masculina superior à taxa de emprego feminina na ordem dos 5 mil homens (em 2004 não existem dados disponíveis). Nem todos os países europeus em análise seguiram a tendência europeia, havendo quatro países que registaram uma predominância da taxa de emprego feminina.

Relativamente à predominância da taxa de emprego masculina, entre 2000-2004, destacam-se os seguintes países: a Suécia com uma diminuição da taxa de emprego masculina na ordem dos 8 mil homens, enquanto que a taxa de emprego feminina apresentou o mesmo valor em 2000 e em 2004, a Áustria com uma diminuição da taxa de emprego masculina em 2 mil homens enquanto que taxa de emprego feminina apresentou os mesmos valores, quer em 2000, como em 2004. A Itália, apesar de apresentar dados disponíveis apenas em 2000, a taxa de emprego masculina é superior à taxa de emprego feminina em 8 mil homens e a França, ao apresentar dados disponíveis apenas em 2004, registou a superioridade da taxa de emprego masculina face à taxa de emprego feminina na ordem dos 5 mil homens.

Quatro países apresentaram uma taxa de emprego feminina superior à taxa de emprego masculina, nomeadamente o Reino Unido, onde a taxa de emprego feminina aumentou na ordem das 4 mil mulheres, enquanto que a taxa de emprego masculina apresentou o mesmo valor em 2000 e em 2004 (57 mil homens), enquanto que Portugal, em 2000, apresentou em ambas as taxas os mesmos valores, enquanto que em 2004 assiste-se a um predomínio da taxa de emprego feminina. Entre 2000-2004, Portugal aumentou a sua taxa de emprego masculina na ordem dos 9 mil homens e a sua taxa de emprego feminina na ordem das 11 mil mulheres. A Espanha foi outro dos países que registou um predomínio da taxa de emprego feminina, apesar de ambas as taxas terem assistido a uma diminuição dos seus valores nos anos em análise: menos 4 mil homens e 3 mil mulheres a trabalharem em part-time, neste grupo de idades e segundo este grau académico. O último país que pertence ao grupo de quatro países onde predomina a taxa de emprego feminina é a Alemanha, pois ao apresentar dados disponíveis apenas em 2000, a taxa de emprego feminina registou valores superiores à taxa de emprego masculina na ordem das 29 mil mulheres.

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

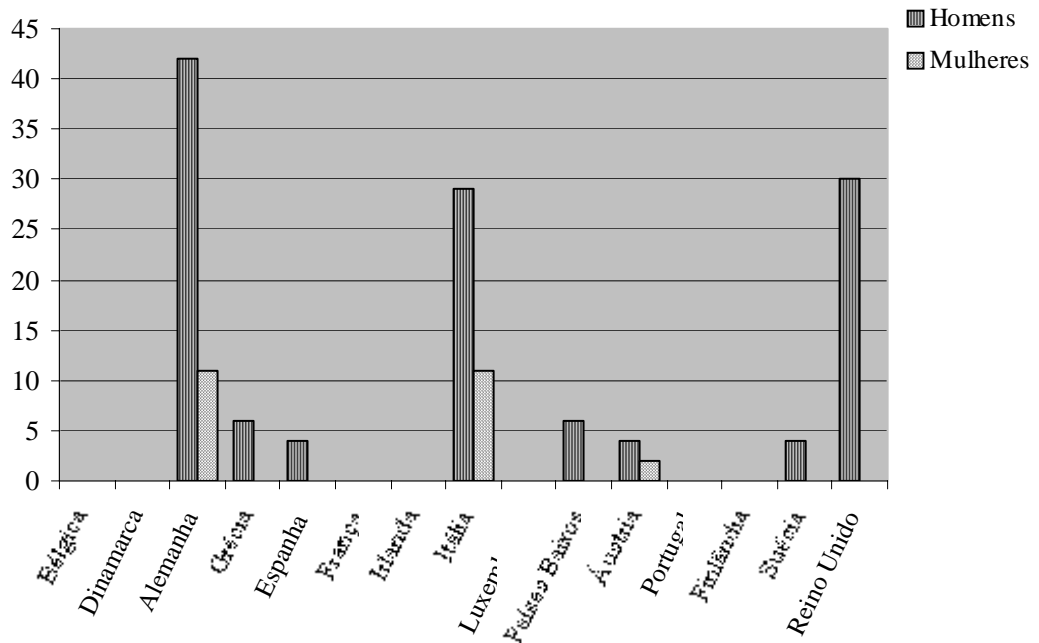
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	139	:	Europa dos 15	:	:
Bélgica	:	:	Bélgica	:	:
Dinamarca	:	:	Dinamarca	:	:
Alemanha	42	11	Alemanha	:	:
Grécia	6	:	Grécia	:	:
Espanha	4u	:	Espanha	5	3u
França	:	:	França	9	4u
Irlanda	:	:	Irlanda	3u	:
Itália	29	11	Itália	:	:
Luxemburgo	:	:	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	6u	:	Países Baixos	:	:
Áustria	4	2	Áustria	3	:
Portugal	:	:	Portugal	:	:
Finlândia	:	:	Finlândia	:	:
Suécia	4	:	Suécia	6	:
Reino Unido	30	:	Reino Unido	53	12

Fonte: Eurostat

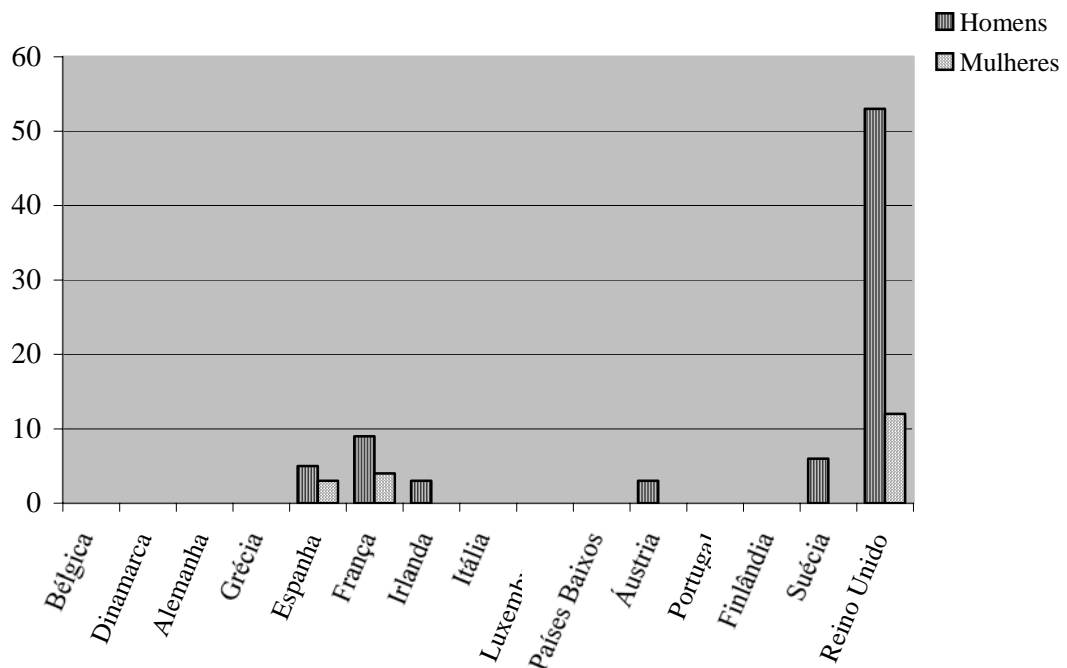
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em full-time, pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2000, apresenta dados disponíveis relativos à taxa de emprego masculina (139 mil homens), pois em 2000 não existem dados disponíveis para as mulheres, tal como em 2004 não existem dados disponíveis para ambas as taxas. Muitos dos países europeus em análise não apresentam dados disponíveis para ambas as taxas ou então perante a taxa de emprego feminina. Contudo, foi possível verificar pelos dados disponíveis o predomínio da taxa de emprego masculina na Europa dos 15.

A Áustria, em 2000, apresenta uma taxa de emprego masculina superior à taxa de emprego feminina na ordem dos 2 mil homens, pois ao comparar 2000 com 2004, verifica-se que houve uma diminuição da taxa de emprego masculina em mil homens e não existem dados disponíveis em 2004 quanto à taxa de emprego feminina. Em Espanha verifica-se que não existem dados disponíveis relativos à taxa de emprego feminina em 2000, surgindo apenas dados disponíveis em 2004 (sendo estes dados classificados pelo Eurostat como pouco confiáveis ou incertos), enquanto que a taxa de emprego masculina registou, entre 2000-2004, um aumento de mil homens (apesar de em 2000 os valores disponíveis serem considerados pouco confiáveis ou incertos). No Reino Unido a taxa de emprego masculina, entre 2000-2004, aumentou em 23 mil homens, enquanto que a taxa de emprego feminina apresenta dados disponíveis apenas em 2004 (12 mil mulheres).

A Alemanha, apesar de apenas apresentar dados disponíveis em 2000, é de salientar o número elevado de homens face à taxa de emprego feminina: mais 31 mil homens que mulheres. Na Itália apenas é possível comparar as taxas em 2000, uma vez que em 2004 não se encontram dados disponíveis, verificando-se que existem mais 18 mil homens com 65 e mais anos a trabalhar a full-time, segundo este grau académico, do que mulheres. A França apresenta dados disponíveis apenas em 2004, onde a taxa de emprego masculina é superior à taxa de emprego feminina na ordem dos 5 mil homens.

Portugal, a Bélgica, a Dinamarca, o Luxemburgo e a Finlândia foram os países que não apresentaram quaisquer dados disponíveis quer em 2000, como em 2004.

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

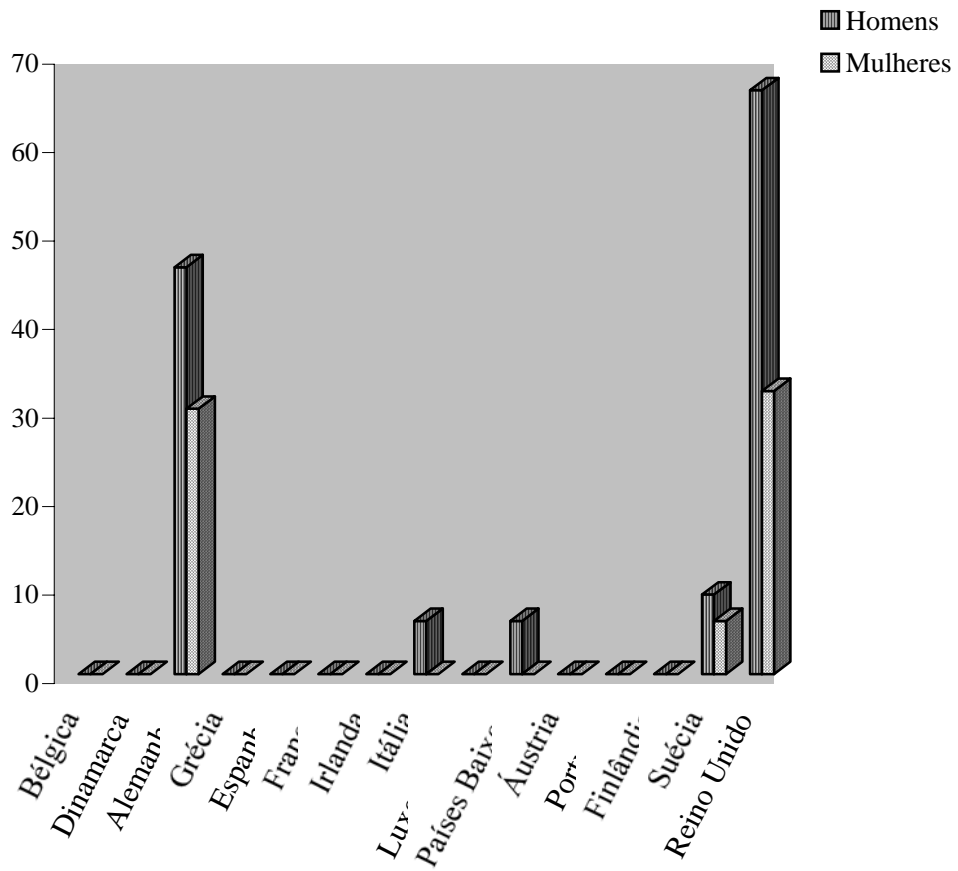
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	148	83u	Europa dos 15	:	:
Bélgica	:	:	Bélgica	:	:
Dinamarca	:	:	Dinamarca	11	:
Alemanha	46	30	Alemanha	:	:
Grécia	:	:	Grécia	:	:
Espanha	:	:	Espanha	:	:
França	:	:	França	6u	5u
Irlanda	:	:	Irlanda	:	:
Itália	6u	:	Itália	:	:
Luxemburgo	:	:	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	6u	:	Países Baixos	:	:
Áustria	:	:	Áustria	2	2
Portugal	:	:	Portugal	:	:
Finlândia	:	:	Finlândia	:	:
Suécia	9	6	Suécia	12	5
Reino Unido	66	32	Reino Unido	106	67

Fonte: Eurostat

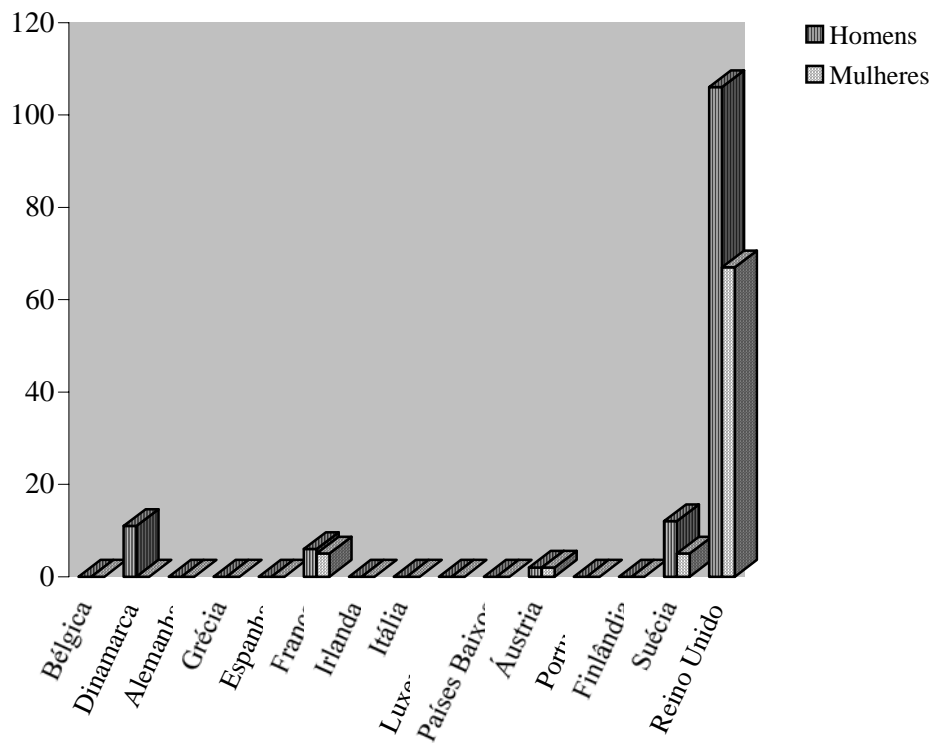
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Part- Time, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em part-time, com 65 e mais anos, pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000, apresenta valores mais elevados na taxa de emprego masculina, nomeadamente mais 65 mil homens comparando com a taxa de emprego feminina (o valor das mulheres em 2000, na Europa dos 15, é considerado um valor pouco confiável ou incerto, além de não existirem dados disponíveis em 2004). A maioria dos dados não se encontra disponíveis nos países em análise, enquanto que outros dados disponíveis são classificados pelo Eurostat como pouco confiáveis ou incertos. Contudo, registou-se que esta taxa de emprego a tempo parcial é predominantemente masculina, apesar dos poucos dados disponíveis.

Destacam-se os seguintes países, entre 2000-2004: o Reino Unido apresenta uma evolução da taxa de emprego masculina na ordem dos 40 mil homens e da taxa de emprego feminina na ordem das 35 mil mulheres e a Suécia apresentou uma evolução das suas taxas em 40 mil homens e em 35 mil mulheres. A Alemanha, ao apresentar apenas dados disponíveis em 2000, a taxa de emprego masculina era neste ano superior à taxa de emprego feminina na ordem dos 16 mil homens. A França, ao apresentar apenas dados disponíveis em 2004, a sua taxa de emprego masculina foi superior à taxa de emprego feminina na ordem dos mil homens (apesar destes dados serem classificados como pouco confiáveis ou incertos).

A Bélgica, a Grécia, a Espanha, a Irlanda, o Luxemburgo, Portugal e a Finlândia não apresentam dados disponíveis entre 2000-2004 .

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)

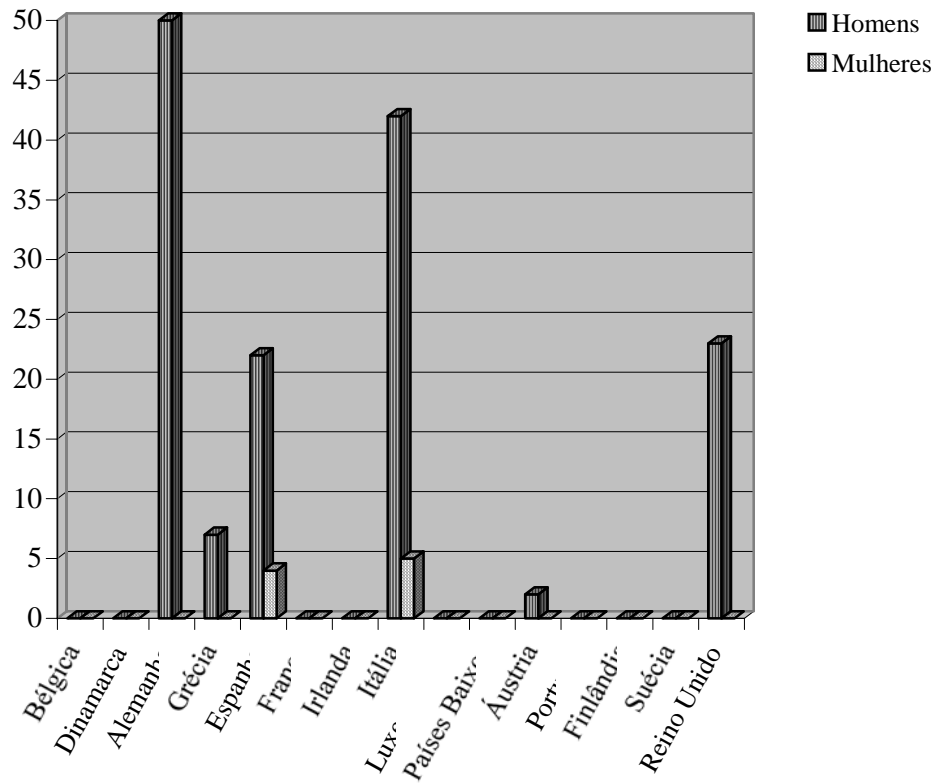
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	170	:	Europa dos 15	:	:
Bélgica	:	:	Bélgica	3u	:
Dinamarca	:	:	Dinamarca	5u	:
Alemanha	50	:	Alemanha	:	:
Grécia	7	:	Grécia	:	:
Espanha	22	4u	Espanha	25	6
França	:	:	França	10	:
Irlanda	:	:	Irlanda	:	:
Itália	42	5u	Itália	:	:
Luxemburgo	:	:	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	:	:	Países Baixos	:	:
Áustria	2	:	Áustria	5	:
Portugal	:	:	Portugal	:	:
Finlândia	:	:	Finlândia	:	:
Suécia	:	:	Suécia	4	:
Reino Unido	23	:	Reino Unido	27	:

Fonte: Eurostat

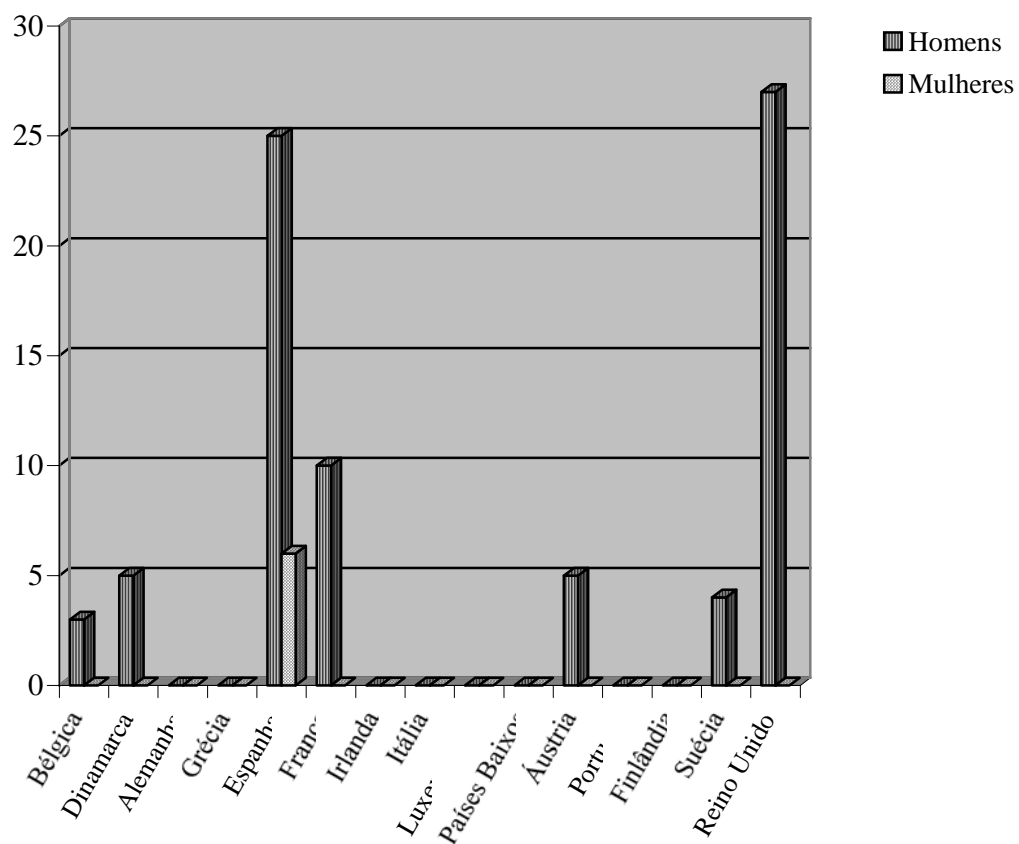
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Full-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em full-time, com 65 e mais anos, pelo grau académico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000, apenas apresenta valores correspondentes à taxa de emprego masculina: 170 mil homens (em 2000 a taxa de emprego feminina não apresenta valores disponíveis, tal com em 2004 não se encontram disponíveis os valores de ambas as taxas). São poucos os valores que surgem, principalmente quanto à taxa de emprego feminina. Porém, pode-se afirmar que a taxa de emprego masculina é superior à taxa de emprego feminina nos países da Europa dos 15.

A Espanha apresenta uma evolução de ambas as taxas entre 2000-2004, nomeadamente em 3 mil homens e em 2 mil mulheres (o dado disponível em 2000, quanto à taxa de emprego feminina, é classificado pelo Eurostat como um dado pouco confiável ou incerto). A Áustria apenas apresenta valores relativos à taxa de emprego masculina nos anos em análise, registando-se uma evolução de 3 mil homens. O Reino Unido apresenta apenas a taxa de emprego masculina, tal como a Áustria e no mesmo período de tempo, verificando-se uma evolução da taxa de emprego masculina na ordem dos 4 mil homens. A Itália apresenta as suas taxas apenas para o ano de 2000, sendo a taxa de emprego masculina superior à taxa de emprego feminina em 37 mil homens (apesar do valor respectivo à taxa de emprego feminina ser classificado pelo Eurostat como pouco confiável ou incerto).

A Irlanda, o Luxemburgo, os Países Baixos, Portugal e a Finlândia não apresentam dados disponíveis entre 2000-2004.

**Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, com
65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 2000-2004 (1000)**

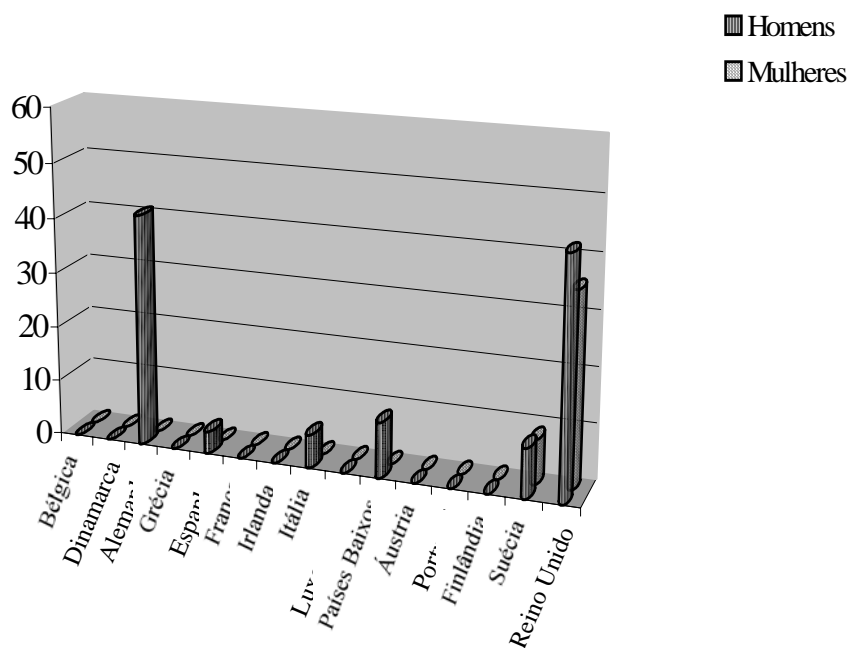
2000	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	128	61u	Europa dos 15	:	:
Bélgica	:	:	Bélgica	3u	:
Dinamarca	:	:	Dinamarca	:	:
Alemanha	42	:	Alemanha	:	:
Grécia	:	:	Grécia	:	:
Espanha	4u	:	Espanha	4u	:
França	:	:	França	5u	:
Irlanda	:	:	Irlanda	:	:
Itália	6u	:	Itália	:	:
Luxemburgo	:	:	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	10	:	Países Baixos	:	:
Áustria	:	:	Áustria	4	:
Portugal	:	:	Portugal	:	:
Finlândia	:	:	Finlândia	:	:
Suécia	9	8	Suécia	7	7
Reino Unido	43	35	Reino Unido	59	37

Fonte: Eurostat

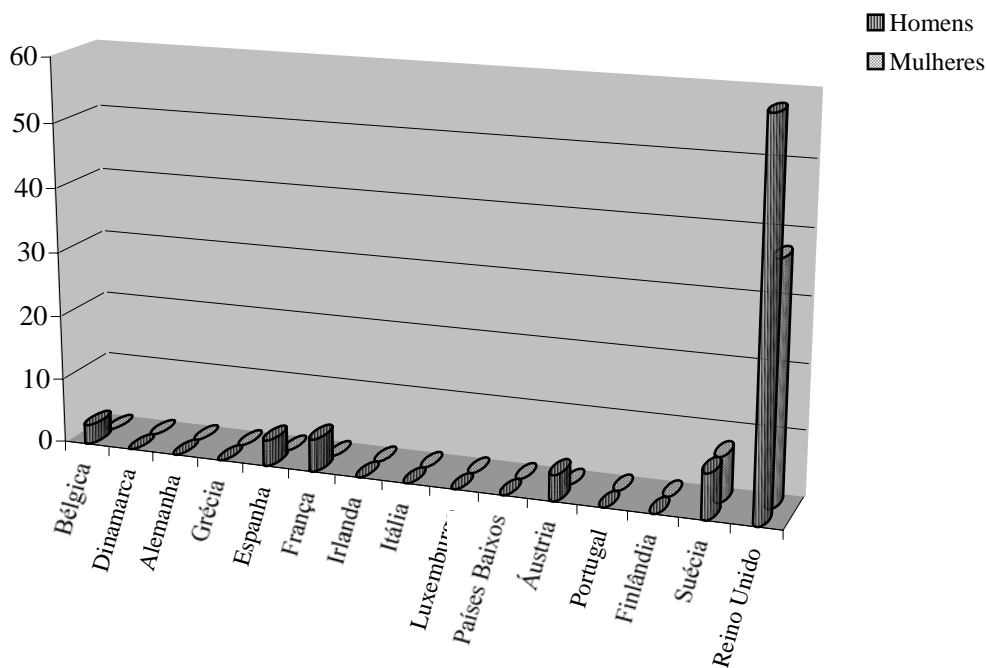
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2000 (1000)



Taxa de Emprego, em Part-Time, pelo Grau Académico Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A taxa de emprego, em part-time, com 65 e mais anos, pelo grau acadêmico Tertiary Education, na Europa dos 15, em 2000, revelou um predomínio da taxa de emprego masculina sobre a taxa de emprego feminina na ordem dos 67 mil homens (o valor da taxa de emprego feminina em 2000 foi classificado pela fonte Eurostat como pouco confiável ou incerto, além de não haverem dados disponíveis em 2004). Existem poucos dados disponíveis que permitam fazer uma comparação entre os países europeus em análise. Foram apenas analisados três países.

O Reino Unido, entre 2000-2004, apresentou uma evolução de ambas as taxas de emprego, nomeadamente em 16 mil homens e em 2 mil mulheres, ao contrário da Suécia, que nesse mesmo período registou uma diminuição de ambas as taxas de emprego, na ordem dos 2 mil homens e das mil mulheres. A Espanha, entre 2000-2004, apresentou dados disponíveis mas pouco confiáveis ou incertos apenas relativos à taxa de emprego masculina: 4 mil homens.

A Dinamarca, a Grécia, a Irlanda, o Luxemburgo, Portugal e a Finlândia não apresentam dados disponíveis entre 2000-2004.

**Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, para mulheres entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 2001-2004
(1000)**

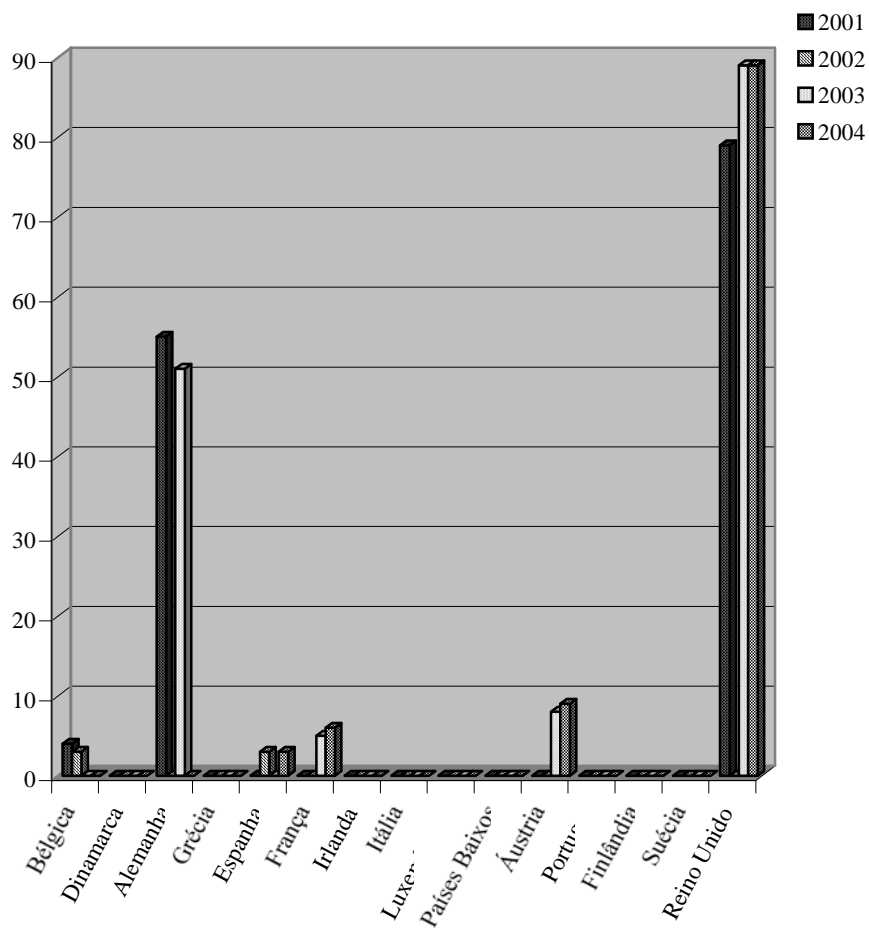
	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	152	:	161	:
Bélgica	4u	3u	:	:
Dinamarca	:	:	:	:
Alemanha	55	:	51	:
Grécia	:	:	:	:
Espanha	:	3u	:	3u
França	:	:	5u	6u
Irlanda	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:
Áustria	:	:	8	9
Portugal	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:
Reino Unido	79	:	89	89

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou Incertos

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, para mulheres entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 2001-2004 (1000)



A fonte utilizada apresentou cinco tipos de razões que pudessem justificar o trabalho a part-time, sendo estas: *não encontrou trabalho a full-time, não queria um trabalho a full-time, por doença ou incapacidade, encontrava-se a estudar ou em formação e responsabilidades familiares ou pessoais*. Considerando que a última razão seria a que teria mais peso em relação a este trabalho de investigação, será analisada apenas esta justificação, apesar das restantes puderem ser consultadas nos Quadros em Anexo.

Relativamente às responsabilidades familiares ou pessoais como razão para trabalhar em part-time, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 2001-2004, o gráfico acima exposto apenas se refere às mulheres, uma vez que não se encontravam disponíveis nenhuns valores masculinos, em nenhum ano e em nenhum país.

A tendência europeia, apesar de apenas existirem dados disponíveis em 2001 e em 2003, registou um aumento de 9 mil mulheres que optaram por trabalhar em part-time devido a razões familiares ou pessoais. Alguns países europeus seguiram esta tendência, nomeadamente o Reino Unido, que entre 2001 e 2003, apresentou um aumento de 10 mil mulheres a trabalharem em part-time devido a esta razão, apesar de entre 2003 e 2004 os valores permanecerem sem qualquer tipo de evolução. A França e a Áustria registaram um aumento de mil mulheres entre 2003 e 2004 (os dados disponíveis franceses foram classificados pelo Eurostat como dados pouco confiáveis ou incertos).

Outros países registaram uma diminuição do número de mulheres a trabalharem em part-time por razões familiares ou pessoais, nomeadamente a Alemanha, comparando 2001 e 2003, com uma diminuição de 4 mil mulheres e a Bélgica, comparando 2001 e 2002, com uma diminuição de mil mulheres (estes dados foram classificados pelo Eurostat como dados pouco confiáveis ou incertos).

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, entre 2001-2004 (1000)

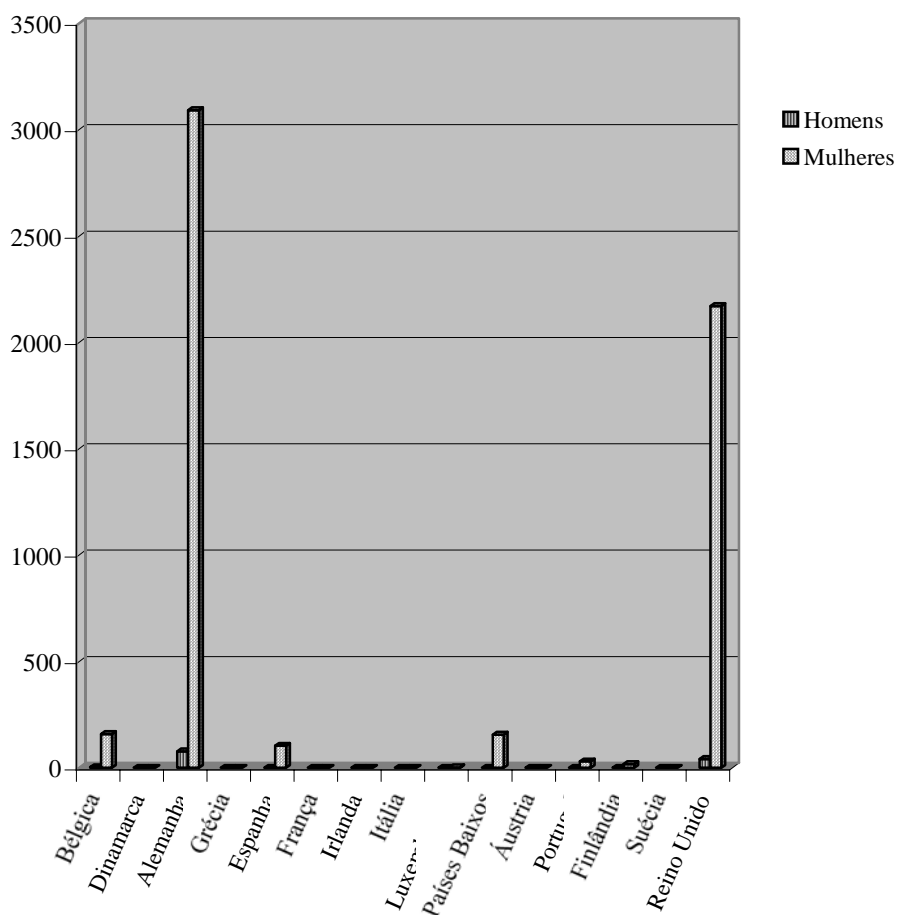
2001	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	134	5948	Europa dos 15	:	:
Bélgica	3	159	Bélgica	5	166
Dinamarca	:	:	Dinamarca	:	10
Alemanha	78	3091	Alemanha	:	:
Grécia	:	:	Grécia	:	:
Espanha	:	104	Espanha	:	134
França	:	:	França	:	142
Irlanda	:	:	Irlanda	:	:
Itália	:	:	Itália	:	:
Luxemburgo	:	2	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	:	156	Países Baixos	:	118
Áustria	:	:	Áustria	6	253
Portugal	:	30	Portugal	:	30
Finlândia	:	17	Finlândia	:	20
Suécia	:	:	Suécia	4	120
Reino Unido	42	2170	Reino Unido	55	2143

Fonte: Eurostat

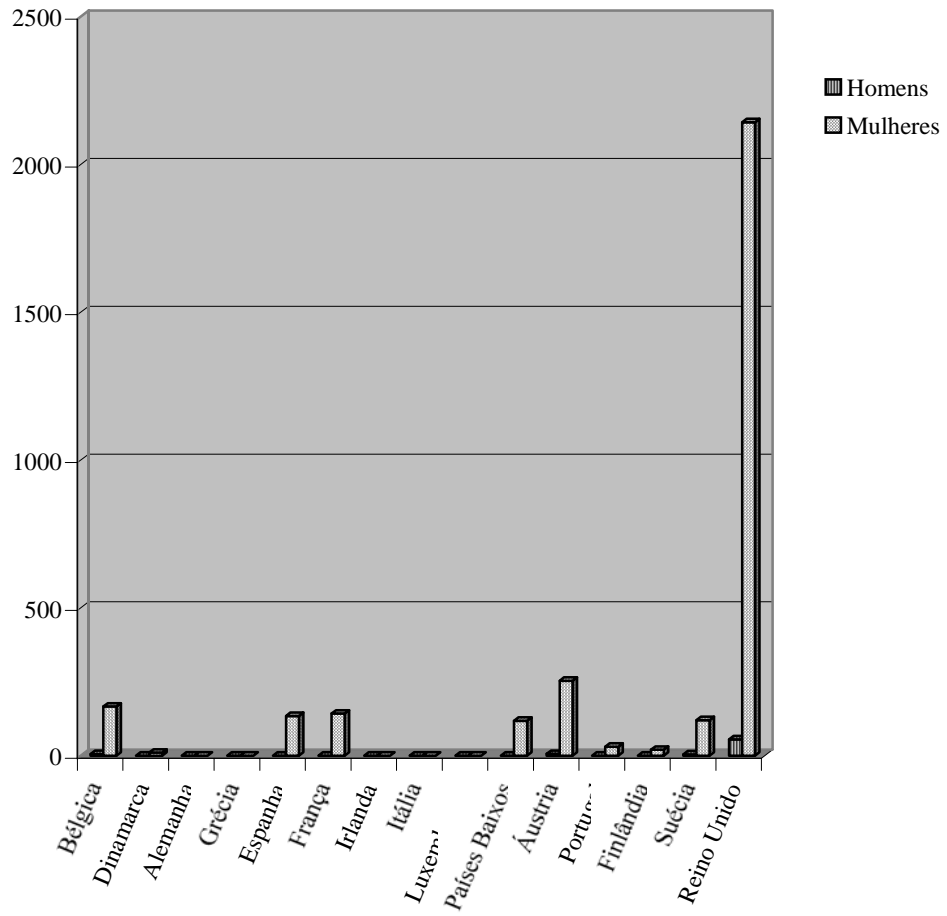
: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2001 (1000)



Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A fonte utilizada apresentou cinco tipos de razões que pudessem justificar o trabalho a part-time, sendo estas: *não encontrou trabalho a full-time, não queria um trabalho a full-time, por doença ou incapacidade, encontrava-se a estudar ou em formação e responsabilidades familiares ou pessoais*. Considerando que a última razão seria a que teria mais peso em relação a este trabalho de investigação, será analisada apenas esta justificação, apesar das restantes puderem ser consultadas no **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, páginas 84-93.

A Europa dos 15, em 2001, apresentou um número de mulheres muito superior ao número de homens que trabalhavam em part-time devido a razões familiares ou pessoais, sendo o número feminino superior ao masculino na ordem dos 5 milhões e 814 mil (em 2004 não existem dados disponíveis). A maioria dos países europeus, entre 2001-2004, seguiram a tendência europeia, nomeadamente a Bélgica com um aumento do número de homens em 2 mil e das mulheres em 7 mil e o Reino Unido, com um aumento de 13 mil homens e uma diminuição do número de mulheres em 27 mil (mas a tendência feminina, apesar desta diminuição, é superior à masculina). A Alemanha apresenta dados disponíveis apenas para 2001, registando o número de mulheres que trabalham em part-time por razões familiares ou pessoais superior ao número dos homens: 3 milhões e 13 mil mulheres. A Áustria, em 2004, apresenta valores femininos superiores aos valores masculinos na ordem das 247 mil mulheres, encontrando-se a Suécia também neste ano com mais mulheres a trabalharem em part-time devido a responsabilidades familiares ou pessoais (116 mil). A Espanha, entre 2001-2004 apresenta valores apenas disponíveis para as mulheres, registando-se um aumento de 30 mil mulheres a trabalhar em part-time por razões pessoais ou familiares. Portugal também apresentou dados disponíveis, entre 2001-2004, para as mulheres, mantendo-se o mesmo valor nos anos analisados.

Os Países Baixos registaram uma diminuição entre 2001-2004 quanto ao número de mulheres que trabalham em part-time, por razões familiares ou pessoais, na ordem das 38 mil mulheres, uma vez que não se encontram dados disponíveis para os homens nos anos em análise.

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, entre 2001-2004 (1000)

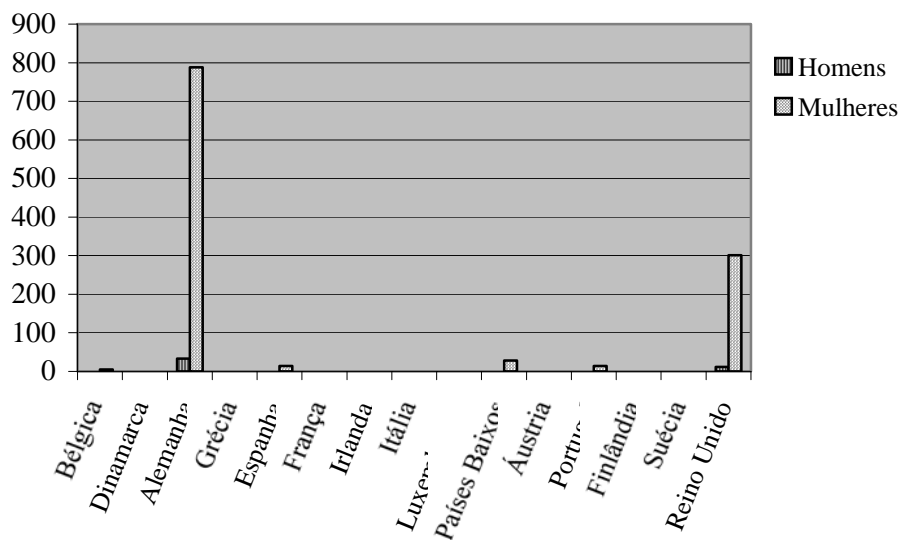
2001	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	:	1164	Europa dos 15	:	:
Bélgica	:	5	Bélgica	:	6
Dinamarca	:	:	Dinamarca	:	:
Alemanha	33	788	Alemanha	:	:
Grécia	:	:	Grécia	:	:
Espanha	:	14	Espanha	:	11
França	:	:	França	:	17
Irlanda	:	:	Irlanda	:	:
Itália	:	:	Itália	:	:
Luxemburgo	:	:	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	:	28	Países Baixos	:	22
Áustria	:	:	Áustria	:	9
Portugal	:	14 ^u	Portugal	:	13 ^u
Finlândia	:	:	Finlândia	:	:
Suécia	:	:	Suécia	:	5
Reino Unido	12	301	Reino Unido	17	313

Fonte: Eurostat

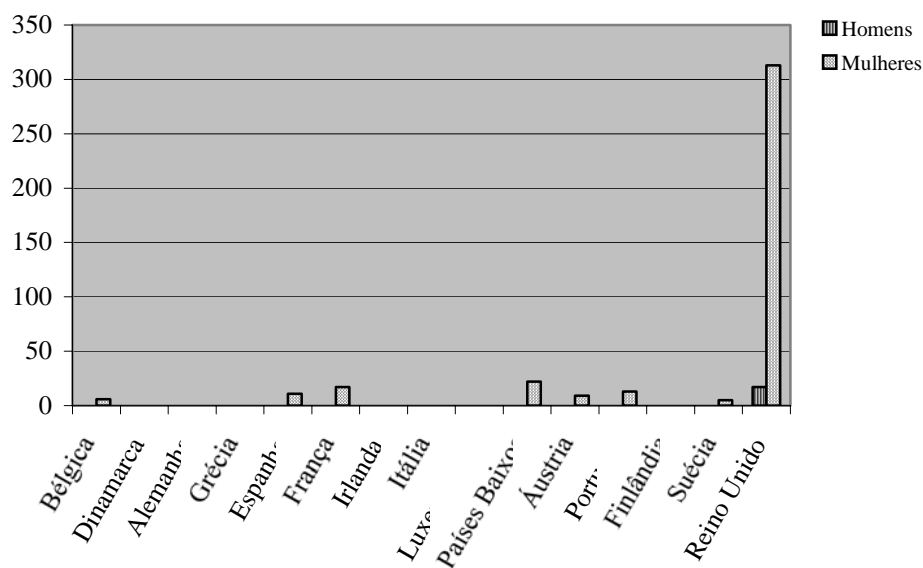
: Dados não disponíveis

^u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2001 (1000)



Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A fonte utilizada apresentou cinco tipos de razões que pudessem justificar o trabalho a part-time, sendo estas: *não encontrou trabalho a full-time, não queria um trabalho a full-time, por doença ou incapacidade, encontrava-se a estudar ou em formação e responsabilidades familiares ou pessoais*. Considerando que a última razão seria a que teria mais peso em relação a este trabalho de investigação, será analisada apenas esta justificação, apesar das restantes puderem ser consultadas no **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, páginas 94-103.

As responsabilidades familiares ou pessoais, como razão para trabalhar em part-time, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, apenas apresentam dados disponíveis para as mulheres em 2001, sendo o seu valor de 1 milhão e 164 mil. Nos países europeus apenas existem dados disponíveis relativos ao sexo feminino, excepto na Alemanha e no Reino Unido, que apresentam alguns valores relativos ao sexo masculino. Perante os dados femininos, pode-se verificar que houve uma diminuição do número de mulheres a trabalhar em part-time, por razões familiares ou pessoais, entre 2001-2004, destacando-se os Países Baixos com menos 6 mil mulheres, a Espanha com menos 3 mil mulheres, Portugal e a Bélgica com menos mil mulheres.

A Alemanha, apesar de apresentar dados disponíveis para ambos os sexos apenas em 2001, verificou-se que o número de mulheres é superior ao número de homens a trabalhar em part-time por razões familiares ou pessoais na ordem das 755 mil. No Reino Unido, entre 2001-2004, registou-se um aumento do número de mulheres e de homens, nomeadamente 12 mil mulheres e 5 mil homens, a trabalharem em tempo parcial devido a responsabilidades familiares ou pessoais.

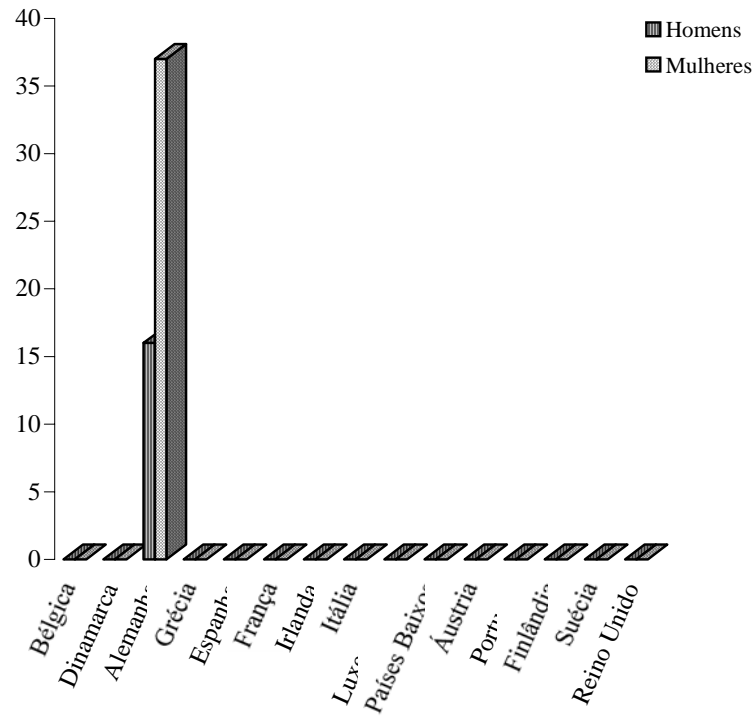
Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 2001-2004 (1000)

2001	Homens	Mulheres	2004	Homens	Mulheres
Europa dos 15	:	:	Europa dos 15	:	:
Bélgica	:	:	Bélgica	:	:
Dinamarca	:	:	Dinamarca	:	:
Alemanha	16	37	Alemanha	:	:
Grécia	:	:	Grécia	:	:
Espanha	:	:	Espanha	:	:
França	:	:	França	:	:
Irlanda	:	:	Irlanda	:	:
Itália	:	:	Itália	:	:
Luxemburgo	:	:	Luxemburgo	:	:
Países Baixos	:	:	Países Baixos	:	:
Áustria	:	:	Áustria	:	:
Portugal	:	:	Portugal	:	:
Finlândia	:	:	Finlândia	:	:
Suécia	:	:	Suécia	:	:
Reino Unido	:	:	Reino Unido	:	11

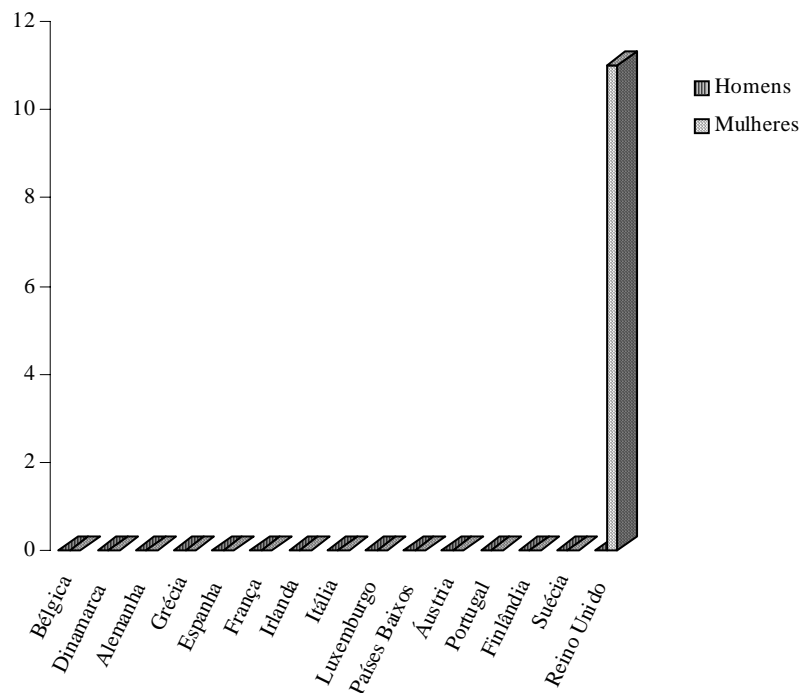
Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2001 (1000)



Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, em 2004 (1000)



A fonte utilizada apresentou cinco tipos de razões que pudessem justificar o trabalho a part-time, sendo estas: *não encontrou trabalho a full-time, não queria um trabalho a full-time, por doença pessoal ou incapacidade, encontrava-se a estudar ou em formação e responsabilidades familiares ou pessoais*. Considerando que a última razão seria a que teria mais peso em relação a este trabalho de investigação, será analisada apenas esta justificação, apesar das restantes puderem ser consultadas **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, página 104-113.

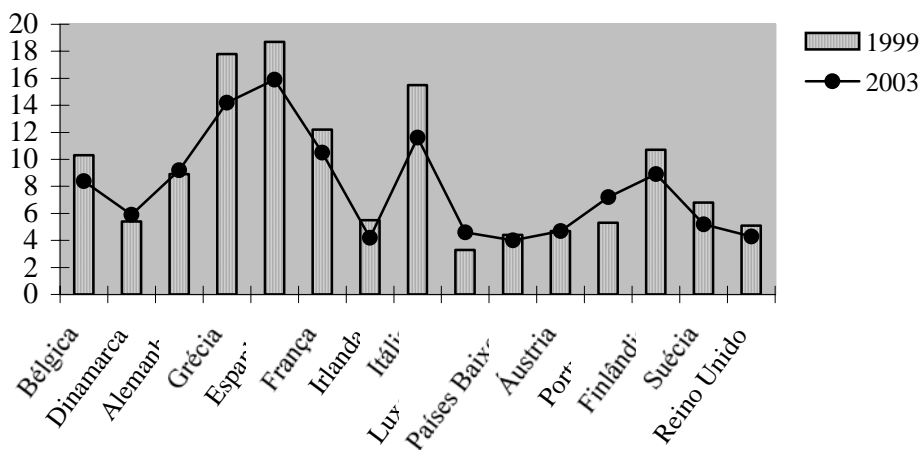
As responsabilidades familiares ou pessoais como razão para trabalhar em part-time, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 2001-2004, apenas apresentam dados disponíveis em dois países, nomeadamente na Alemanha e apenas em 2001, onde se regista um maior número de mulheres a trabalharem em part-time segundo a razão em análise (21 mil) e o Reino Unido, que apenas apresenta 11 mil mulheres em 2004, estando os restantes valores não disponíveis.

**Taxa de Desemprego Feminina, como percentagem da População Activa Feminina,
na Europa dos 15, entre 1999-2003**

	1999	2003
Europa dos 15	10,1	9
Bélgica	10,3	8,4
Dinamarca	5,4	5,9
Alemanha	8,9	9,2
Grécia	17,8	14,2
Espanha	18,7	15,9
França	12,2	10,5
Irlanda	5,5	4,2
Itália	15,5	11,6
Luxemburgo	3,3	4,6
Países Baixos	4,4	4
Áustria	4,7	4,7
Portugal	5,3	7,2
Finlândia	10,7	8,9
Suécia	6,8	5,2
Reino Unido	5,1	4,3

Fonte: Eurostat

**Taxa de Desemprego Feminina como percentagem da
População Activa Feminina na Europa dos 15 entre 1999-
2003**



A taxa de desemprego feminina é definida como o número de mulheres desempregadas pertencendo à população activa feminina (quadro que pode ser consultado **em Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, página 115).

A Europa dos 15 registou, entre 1999 e 2003, uma diminuição da taxa de desemprego feminina na ordem dos 1,1%. A maioria dos países europeus, entre 1999 e 2003, seguiu a tendência europeia, destacando-se a Itália com uma diminuição da taxa de desemprego feminina na ordem dos 3,9%, a Grécia com uma descida da sua taxa em 3,6%, a Espanha com uma diminuição em 2,8%, a Bélgica assistiu a uma descida da sua taxa em 1,9%, a Finlândia com uma diminuição dos seus valores em 1,8%, a França assistiu a uma diminuição de 1,7% na taxa de desemprego feminina, a Suécia com uma diminuição na ordem dos 1,6%, a Irlanda com menos 1,3% de mulheres desempregadas, o Reino Unido com menos 0,8% quanto à taxa de desemprego em análise e os Países Baixos registaram uma descida da sua taxa em 0,4%.

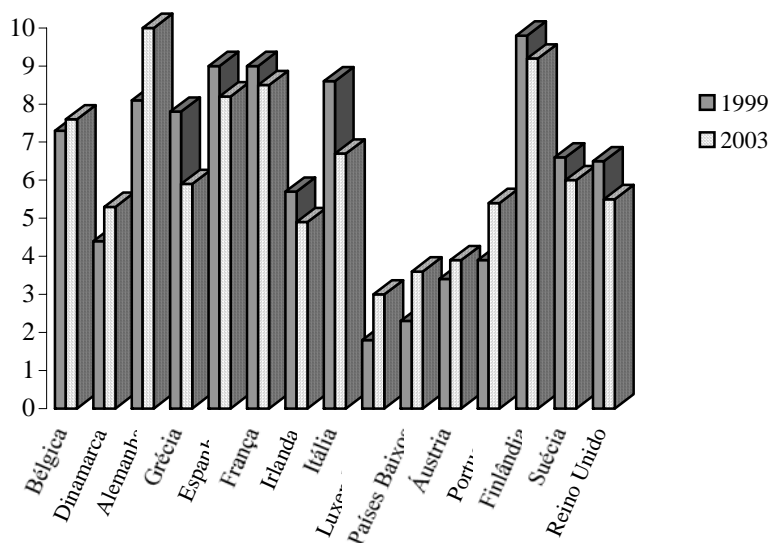
Quatro países registaram aumentos na taxa de desemprego feminina, entre 1999 e 2003, nomeadamente Portugal com mais 1,9% de mulheres desempregadas, o Luxemburgo com um aumento de 1,3%, a Dinamarca com uma subida da taxa de desemprego feminina em 0,5% e a Alemanha com mais 0,3% de mulheres desempregadas. A Áustria foi o único país que comparando 1999 com 2003, manteve a mesma taxa de desemprego feminina: 4,7%.

Taxa de Desemprego Masculina, como percentagem da População Activa Masculina, na Europa dos 15, entre 1999-2003

	1999	2003
Europa dos 15	7,5	7,4
Bélgica	7,3	7,6
Dinamarca	4,4	5,3
Alemanha	8,1	10
Grécia	7,8	5,9
Espanha	9	8,2
França	9	8,5
Irlanda	5,7	4,9
Itália	8,6	6,7
Luxemburgo	1,8	3
Países Baixos	2,3	3,6
Áustria	3,4	3,9
Portugal	3,9	5,4
Finlândia	9,8	9,2
Suécia	6,6	6
Reino Unido	6,5	5,5

Fonte: Eurostat

Taxa de Desemprego Masculina como percentagem da População Activa Masculina, na Europa dos 15, entre 1999-2003



A taxa de desemprego masculina é definida como o número de homens desempregados pertencendo à população activa masculina (consultar **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, página 117).

A taxa de desemprego masculina, na Europa dos 15, entre 1999 e 2003, registou uma diminuição muito pouco significativa, na ordem dos 0,1%. Os países europeus em análise encontram-se bastante equilibrados quanto a aumentos e diminuições da taxa de desemprego masculina.

Dos países que seguiram a tendência da Europa dos 15, entre 1999 e 2003, destacam-se a Itália e a Grécia com uma diminuição de 1,9% da sua taxa de desemprego masculina, a Espanha com uma diminuição na ordem dos 1,2%, o Reino Unido com uma descida dos seus valores em 1%, a Irlanda com menos 0,8% de homens desempregados, a França com uma diminuição da sua taxa em 0,5%, a Finlândia e a Suécia com uma descida das suas taxas de desemprego masculina em 0,6%.

Relativamente a aumentos da taxa de desemprego masculina, entre 1999 e 2003, destacam-se a Alemanha com um aumento da sua taxa na ordem dos 1,9%, Portugal com uma subida na ordem dos 1,5%, os Países Baixos registaram um aumento em 1,3%, o Luxemburgo com um aumento da sua taxa de desemprego masculina na ordem dos 1,2%, a Dinamarca com uma subida na ordem dos 0,9%, a Áustria com um aumento da sua taxa de desemprego masculina em 0,5% e a Bélgica com um aumento da taxa de desemprego masculina em 0,3%.

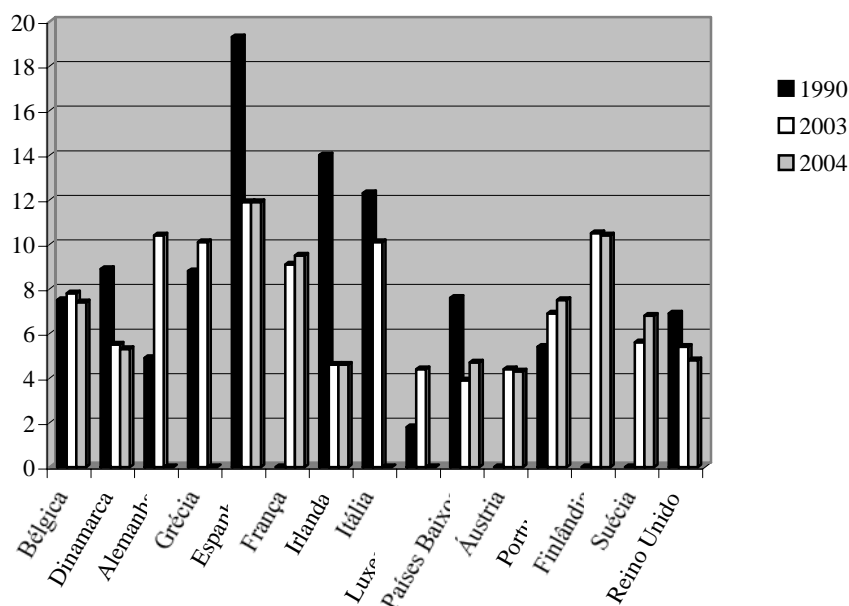
Taxa de Desemprego sem Crianças Dependentes, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	8,6	:
Bélgica	7,5	7,8	7,4
Dinamarca	8,9	5,5	5,3
Alemanha	4,9	10,4	:
Grécia	8,8	10,1	:
Espanha	19,3	11,9	11,9
França	:	9,1	9,5
Irlanda	14	4,6	4,6
Itália	12,3	10,1	:
Luxemburgo	1,8	4,4	:
Países Baixos	7,6	3,9	4,7
Áustria	:	4,4	4,3
Portugal	5,4	6,9	7,5
Finlândia	:	10,5	10,4
Suécia	:	5,6	6,8
Reino Unido	6,9	5,4	4,8

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego sem Crianças Dependentes, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



O gráfico anteriormente representado refere-se à taxa de desemprego sem crianças dependentes, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004. No ano de 2003, na Europa dos 15, 8,6 % desta população desempregada não tinha qualquer criança a seu cargo. Nada pode ser mencionado quanto aos anos de 1990 e de 2004, na Europa dos 15, visto não existirem dados disponíveis, segundo a fonte de informação Eurostat.

Pode-se concluir que existem duas tendências contrárias quanto à taxa de desemprego em análise, nomeadamente uma tendência de aumento e outra tendência de diminuição. Porém, a tendência de diminuição é aquela que predomina, constituindo exemplos disso, entre 1990-2004: a Irlanda com uma diminuição desta taxa de desemprego em 9,4 %, a Espanha com uma diminuição de 7,4 %, a Dinamarca com uma diminuição de 3,6 %, os Países Baixos com uma diminuição de 2,9 % e ainda o Reino Unido com uma diminuição de 2,1 % quanto à taxa de desemprego em análise.

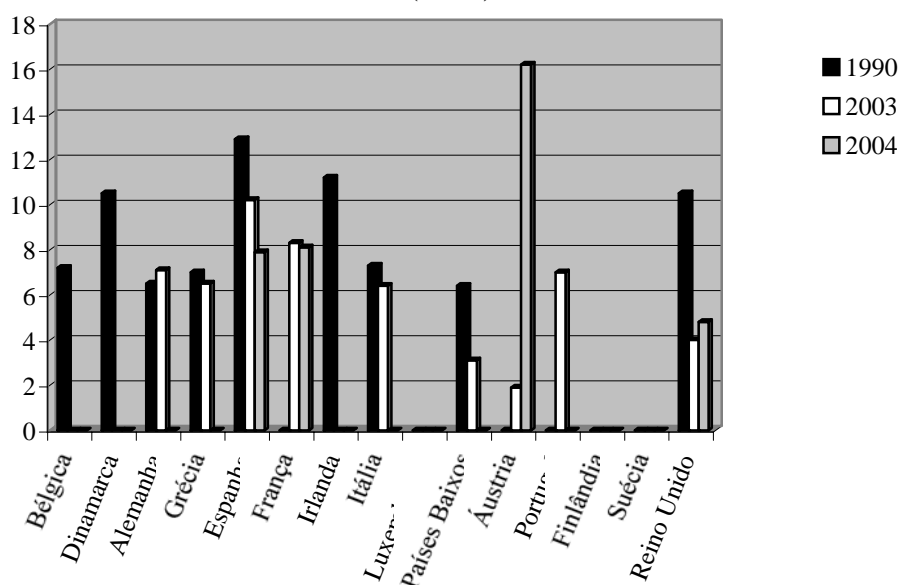
A tendência de aumento desta taxa de desemprego sem crianças dependentes é visível na Alemanha (5,5 %, entre 1990-2003), no Luxemburgo (2,6 %, entre 1990-2003) ou no nosso país (2,1 %, entre 1990-2004). Lembramos que, em 2004, já não existem dados a registar por parte da Alemanha, da Grécia, da Itália e do Luxemburgo, tal como não existem dados disponíveis para a Finlândia e para a Suécia em 1990.

Taxa de Desemprego por Uma Criança Dependente (0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	6,8	:
Bélgica	7,2	:	:
Dinamarca	10,5	:	:
Alemanha	6,5	7,1	:
Grécia	7	6,5	:
Espanha	12,9	10,2	7,9
França	:	8,3	8,1
Irlanda	11,2	:	:
Itália	7,3	6,4	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	6,4	3,1	:
Áustria	:	1,9	16,2
Portugal	6,5	7	5,0
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	10,5	4	4,8

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

**Taxa de Desemprego por Uma Criança Dependente
(0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre
1990-2004 (em %)**



O gráfico anteriormente exposto refere-se à taxa de desemprego por uma criança dependente, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004. No ano de 2003, 6,8 % desta população desempregada tinha uma criança a seu cargo, na Europa dos 15. Nada pode ser mencionado quanto aos anos de 1990 e de 2004, na Europa dos 15, visto não existirem dados disponíveis, segundo a fonte de informação Eurostat.

Ao analisar-se o gráfico, chega-se à conclusão de que a tendência de diminuição desta taxa de desemprego por uma criança dependente(0-2 anos) é aquela que predomina, constituindo exemplos disso o Reino Unido com uma diminuição de 5,7 %, entre 1990-2004, a Espanha com uma diminuição de 5 %, entre 1990-2004, os Países Baixos com uma diminuição de 3,3 %, entre 1990-2003 e Portugal com uma diminuição de 1,5 %, entre 1990-2004.

A tendência de aumento desta taxa é visível na Áustria (14,3 %, entre 1990-2004) e na Alemanha (0,6 %, entre 1990-2003).

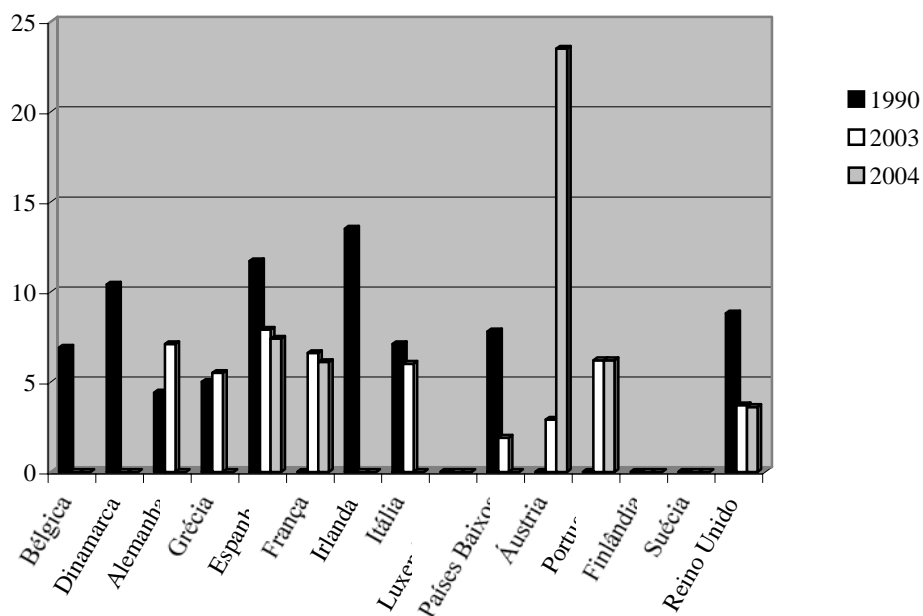
Lembramos que, em 2004, já não existem dados disponíveis por parte da Bélgica, da Dinamarca, da Alemanha, da Grécia, da Irlanda (2003 e 2004), da Itália e dos Países Baixos, da Finlândia e da Suécia. O Luxemburgo, a Finlândia e a Suécia não apresentaram dados disponíveis em nenhum dos anos em análise.

Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990 -2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	6	:
Bélgica	6,9	:	:
Dinamarca	10,4	:	:
Alemanha	4,4	7,1	:
Grécia	5	5,5	:
Espanha	11,7	7,9	7,4
França	:	6,6	6,1
Irlanda	13,5	:	:
Itália	7,1	6	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	7,8	1,9	:
Áustria	:	2,9	23,5
Portugal	:	6,2	6,2
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	8,8	3,7	3,6

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990 -2004 (em %)



O gráfico acima exposto refere-se à taxa de desemprego por duas crianças dependentes, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004. No ano de 2003, na Europa dos 15, 6 % desta população desempregada tinha duas crianças a seu cargo. Nada pode ser mencionado quanto a 1990 e 2004, na Europa dos 15, visto não existirem dados disponíveis, segundo a fonte de informação Eurostat.

A tendência deste gráfico é a de diminuição, tal como nos dois gráficos anteriores. São exemplos disso os Países Baixos (5,9 %, entre 1990-2003), o Reino Unido (5,2 %, entre 1990-2004), a Espanha (4,3 %, entre 1990-2004) e a Itália (1,1 %, entre 1990-2003).

A tendência de aumento desta taxa é visível na Áustria (20,6 %, entre 2003 e 2004), na Alemanha (2,7 %, entre 1990-2003) e na Grécia (0,5 %, entre 1990-2003).

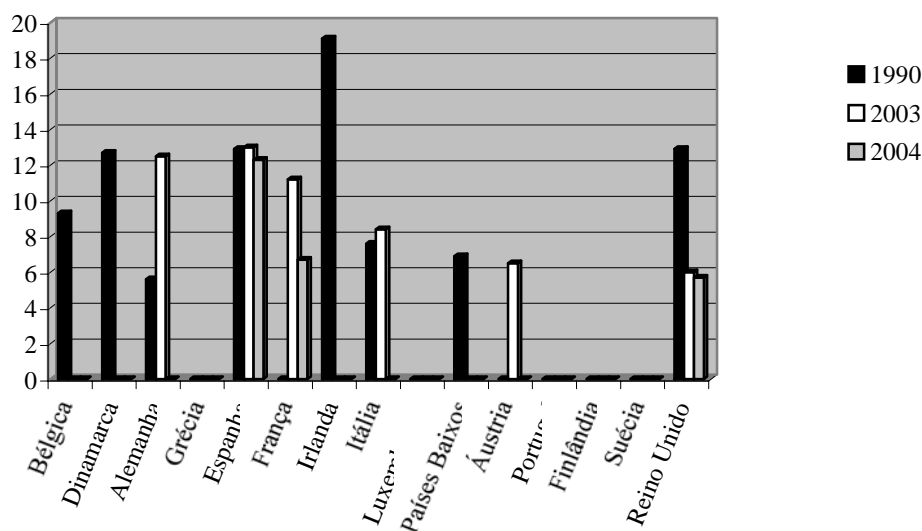
Não existem dados disponíveis quanto aos anos analisados para a Finlândia, para a Suécia e Luxemburgo. A Bélgica, a Dinamarca e a Irlanda não apresentam dados disponíveis para 2003 e 2004, enquanto que a Alemanha, a Grécia, a Itália e os Países Baixos não apresentam dados disponíveis para 2004.

Taxa de Desemprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	9,2	:
Bélgica	9,3	:	:
Dinamarca	12,7	:	:
Alemanha	5,6	12,5	:
Grécia	:	:	:
Espanha	12,9	13	12,3
França	:	11,2	6,7
Irlanda	19,1	:	:
Itália	7,6	8,4	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	6,9	:	:
Áustria	:	6,5	:
Portugal	:	:	:
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	12,9	6	5,7

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 0-2 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



O gráfico anteriormente representado refere-se à taxa de desemprego por três ou mais crianças dependentes, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990 e 2004. No ano de 2003, na Europa dos 15, 9,2 % desta população desempregada tinha três ou mais crianças a seu cargo. Nada pode ser mencionado quanto aos anos 1990 e 2004, visto não existirem dados disponíveis, para a Europa dos 15, segundo a fonte de informação Eurostat.

Este gráfico apresenta duas tendências opostas: uma tendência de diminuição desta taxa de desemprego e outra tendência de aumento da mesma. A primeira pode ser observada através das percentagens obtidas em países como o Reino Unido (entre 1990-2004), a França (entre 2003-2004) e Espanha (entre 1990-2004) com 7,2 %, 4,5 % e 0,6% respectivamente. A tendência de aumento desta taxa de desemprego é visível na Alemanha e na Itália, com 6,9 % e 0,8 % respectivamente, entre 1990-2003.

Note-se que este gráfico regista apenas dados para alguns países e para alguns anos (com as exceções da Espanha e do Reino Unido que apresentam dados para 1990-2004).

Não existem dados a registar por parte da Finlândia e da Suécia entre 1990-2004, bem como por parte da Grécia, do Luxemburgo e de Portugal.

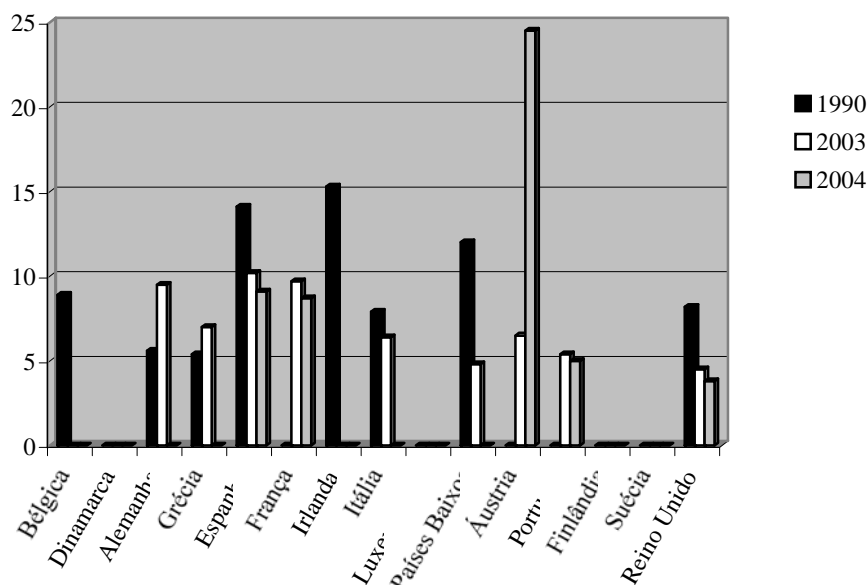
Taxa de Desemprego por Uma Criança Dependente (3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990 -2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	7,6	:
Bélgica	8,9	:	:
Dinamarca	:	:	:
Alemanha	5,6	9,5	:
Grécia	5,4	7	:
Espanha	14,1	10,2	9,1
França	:	9,7	8,7
Irlanda	15,3	:	:
Itália	7,9	6,4	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	12	4,8	:
Áustria	:	6,5	24,5
Portugal	:	5,4	5
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	8,2	4,5	3,8

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego por Uma Criança Dependente (3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990 -2004 (em %)



O gráfico acima representado refere-se à taxa de desemprego por uma criança dependente, entre os 3 e os 5 anos, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004. No ano de 2003, na Europa dos 15, 7,6 % desta população desempregada tinha uma criança a seu cargo. Nada pode ser mencionado quanto a 1990 e 2004, na Europa dos 15, visto não existirem dados disponíveis, segundo a fonte de informação Eurostat.

Este gráfico apresenta tendências de aumento e de diminuição, apesar da tendência de diminuição prevalecer em países como os Países Baixos com menos 7,2 % (entre 1990-2003), a Espanha com menos 5 % (entre 1990-2004), o Reino Unido com menos 4,4 % (entre 1990-2004), a Itália com menos 1,5% (entre 1990-2003), a França com menos 1 % (entre 2003-2004) e Portugal com menos 0,4 % (entre 2003 -2004).

A tendência de aumento da taxa de desemprego por uma criança dependente é visível na Áustria, com um aumento de 18 % entre 2003-2004, na Alemanha com um aumento de 3,9 % entre 1990-2003 e ainda na Grécia com um aumento de 1,6 % entre 1990-2003.

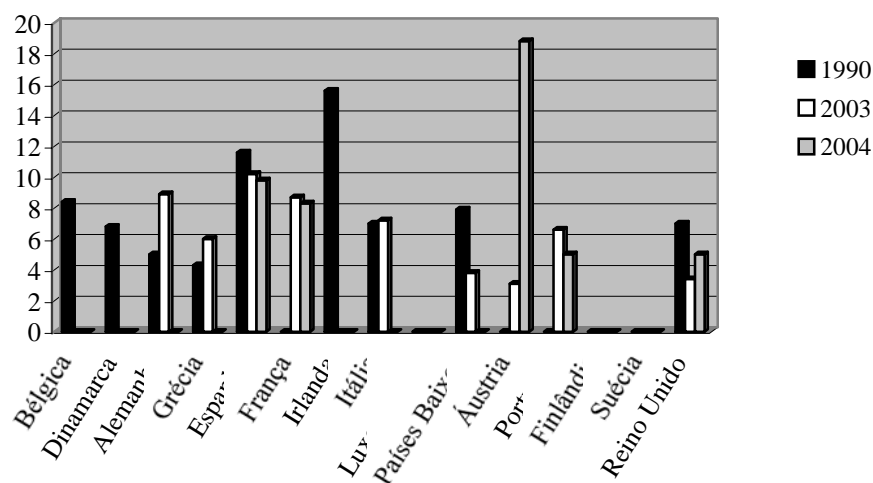
Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	7,5	:
Bélgica	8,4	:	:
Dinamarca	6,8	:	:
Alemanha	5	8,9	:
Grécia	4,3	6	:
Espanha	11,6	10,2	9,8
França	:	8,7	8,3
Irlanda	15,6	:	:
Itália	7	7,2	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	7,9	3,8	:
Áustria	:	3,1	18,8
Portugal	:	6,6	5
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	7	3,4	5

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em%)



O gráfico acima exposto refere-se à taxa de desemprego por duas crianças dependentes, a mais nova com idades entre os 3 e os 5 anos, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004. No ano de 2003, na Europa dos 15, 7,5 % desta população desempregada tinha duas crianças a seu cargo, a mais nova entre os 3 e os 5 anos. Nada pode ser mencionado quanto a 1990 e 2004, visto não existirem dados disponíveis para a Europa dos 15, segundo a fonte de informação Eurostat.

Este gráfico apresenta duas tendências opostas: os países como a Áustria, a Alemanha, a Grécia e a Itália mostram uma tendência de crescimento desta taxa de 15,7% (entre 2003-2004), 3,9 % (entre 1990-2003), de 1,7 % (entre 1990-2003) e 0,2 % (entre 1990-2003) respectivamente. Por outro lado, a tendência de diminuição revela-se em países como os Países Baixos com 4,1 % (entre 1990-2003), o Reino Unido com 2% (entre 1990-2004), a Espanha com 1,8 % (entre 1990-2004), Portugal com 1,6 % (entre 2003-2004) e a França com 0,4 % (entre 2003-2004).

A Finlândia e a Suécia continuam a ser os países que não demonstram informações disponíveis quanto aos anos em análise. Para além disso, o ano de 2004 também se apresenta omissos quanto a dados disponíveis em relação a determinados países, como são os casos da Bélgica, da Dinamarca, da Alemanha, da Grécia, da Irlanda, da Itália, do Luxemburgo e dos Países Baixos.

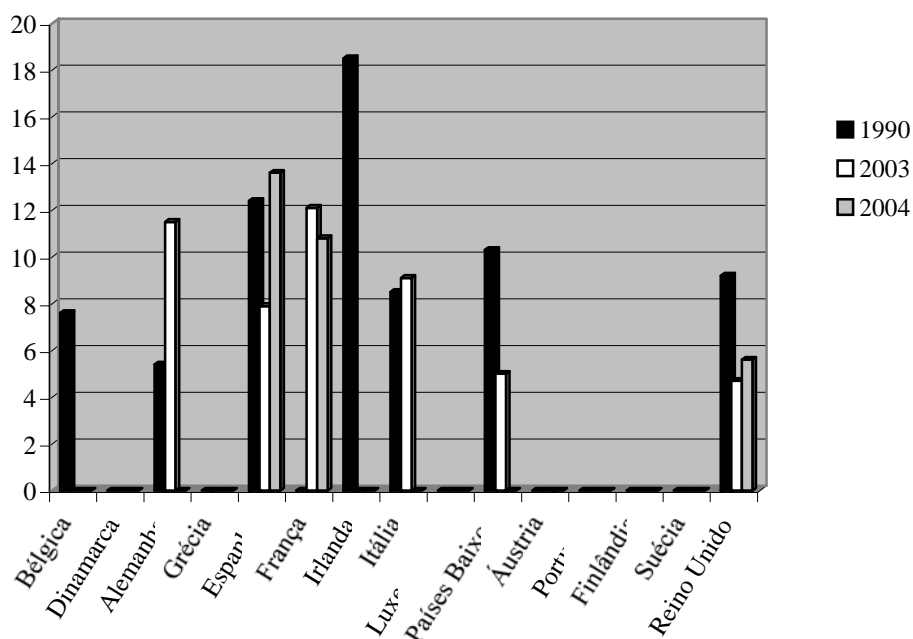
Taxa de Desemprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990 -2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	8,6	:
Bélgica	7,6	:	:
Dinamarca	:	:	:
Alemanha	5,4	11,5	:
Grécia	:	:	:
Espanha	12,4	7,9	13,6
França	:	12,1	10,8
Irlanda	18,5	:	:
Itália	8,5	9,1	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	10,3	5	:
Áustria	:	:	:
Portugal	:	:	:
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	9,2	4,7	5,6

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 3-5 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990 - 2004 (em %)



O gráfico acima representado refere-se à taxa de desemprego por três ou mais crianças dependentes, a mais nova com idades entre os 3 e os 5 anos, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004. No ano de 2003, na Europa dos 15, 8,6 % desta população desempregada tinha três ou mais crianças a seu cargo, a mais nova entre os 3 e os 5 anos. Nada pode ser mencionado quanto aos anos de 1990 e de 2004, visto não existirem dados disponíveis, segundo a fonte de informação Eurostat.

Este gráfico apresenta, tal como o gráfico anterior, duas tendências opostas: os países como a Alemanha, a Espanha e a Itália apresentam uma subida desta taxa de desemprego por três ou mais crianças dependentes: 5,9 % (entre 1990-2003), 1,2 % (entre 1990-2004) e 0,6 % (entre 1990-2003) respectivamente. Por sua vez, os Países Baixos (entre 1990-2004), o Reino Unido (entre 1990-2004) e a França (entre 2003-2004) revelam uma descida desta taxa de desemprego na ordem dos 5,3 %, dos 3,6 % e dos 1,3 % respectivamente.

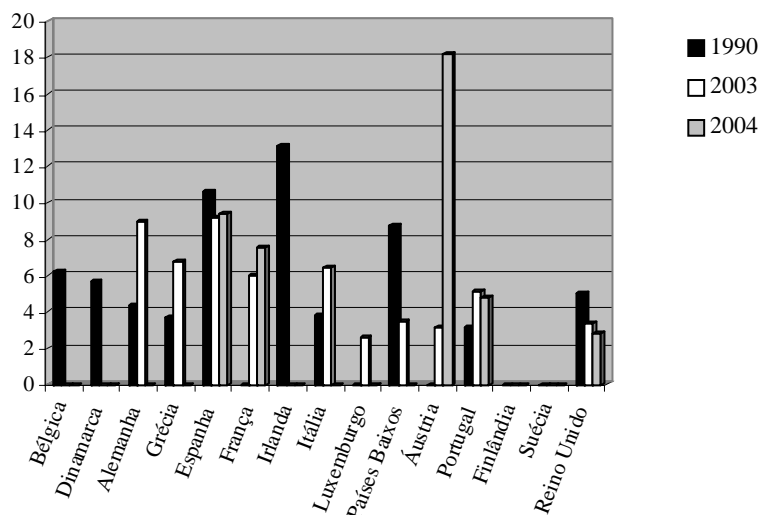
O ano de 2004 continua a sobressair pela falta de dados disponíveis (segundo a fonte de informação Eurostat) para vários países da Europa dos 15, exceptuando, neste caso apenas, a Espanha, a França e o Reino Unido.

Taxa de Desemprego por Uma Criança Dependente (6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	6,7	:
Bélgica	6,2	:	:
Dinamarca	5,7	:	:
Alemanha	4,3	9	:
Grécia	3,7	6,8	:
Espanha	10,6	9,2	9,4
França	:	6	7,5
Irlanda	13,1	:	:
Itália	3,8	6,4	:
Luxemburgo	:	2,6	:
Países Baixos	8,7	3,5	:
Áustria	:	3,1	18,2
Portugal	3,1	5,1	4,8
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	5	3,4	2,8

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego por Uma Criança Dependente (6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Esta representação gráfica diz respeito à taxa de desemprego por uma criança dependente, entre os 6 e os 14 anos, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004.

No ano de 2003, na Europa dos 15, 6,7 % desta população desempregada tinha uma criança a seu cargo. Nada pode ser mencionado quanto a 1990 e 2004, visto não existirem dados disponíveis para a Europa dos 15, segundo a fonte de informação Eurostat. Pode-se observar que, do conjunto destes 15 países, seis apresentam tendências de aumento desta taxa: em primeiro lugar a Áustria com um aumento de 15,1% (entre 2003-2004), seguindo-se a Alemanha (4,7 %, entre 1990-2003), a Grécia (3,1 %, entre 1990-2003), a Itália (2,6 %, entre 1990-2003), Portugal (1,7 %, entre 1990-2004) e a França (1,5 %, entre 1990-2004).

Existem três países que apresentam uma diminuição deste fenómeno: os Países Baixos (5,2 %, entre 1990-2003), o Reino Unido (2,2 %, entre 1990-2004) e a Espanha (1,2 %, entre 1990-2004).

A Finlândia e a Suécia continuam a não apresentar quaisquer dados disponíveis, bem como a Bélgica, a Dinamarca e a Irlanda, apresentando estes três países dados disponíveis apenas em 1990. O ano de 2004, em termos gerais, é o ano menos conclusivo em termos de análise de tendências, uma vez que só apresenta dados disponíveis para 5 países da Europa dos 15.

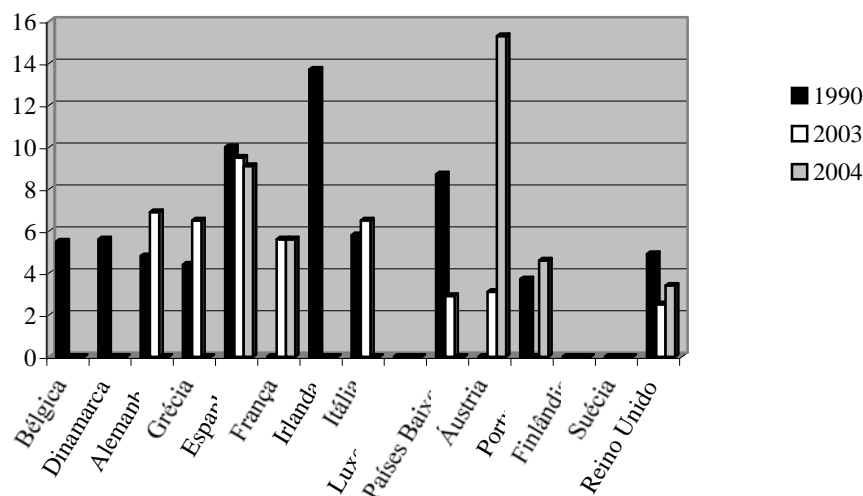
Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990 - 2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	5,6	:
Bélgica	5,5	:	:
Dinamarca	5,6	:	:
Alemanha	4,8	6,9	:
Grécia	4,4	6,5	:
Espanha	10	9,5	9,1
França	:	5,6	5,6
Irlanda	13,7	:	:
Itália	5,8	6,5	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	8,7	2,9	:
Áustria	:	3,1	15,3
Portugal	3,7	:	4,6
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	4,9	2,5	3,4

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes (a mais nova entre os 6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990 -2004 (em %)



Esta representação gráfica diz respeito à taxa de desemprego por duas crianças dependentes, tendo a criança mais nova entre os 6 e os 14 anos, numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990 e 2004.

Em 2003, na Europa dos 15, 5,6 % desta população desempregada tinha duas crianças a seu cargo. Conclui-se que cinco países apresentam tendências de aumento desta taxa. Apenas a França apresenta uma tendência de estabilidade correspondendo a 5,6 % em 2003 e 2004. Quanto ao aumento desta taxa, destacam-se: a Áustria com um aumento de 12,2% entre 2003-2004, a Alemanha e a Grécia com um aumento de 2,1 % entre 1990-2003, Portugal, com um aumento de 0,9 % entre 1990-2004 e a Itália com um aumento de 0,7 %, entre 1990-2003.

Os três países que apresentam uma diminuição deste fenómeno são os mesmos países analisados para a taxa de desemprego por uma criança dependente entre os 6 e 14 anos: os Países Baixos (5,8 %, entre 1990-2003), o Reino Unido (1,5 %, entre 1990-2004) e ainda a Espanha (0,9 %, entre 1990-2004).

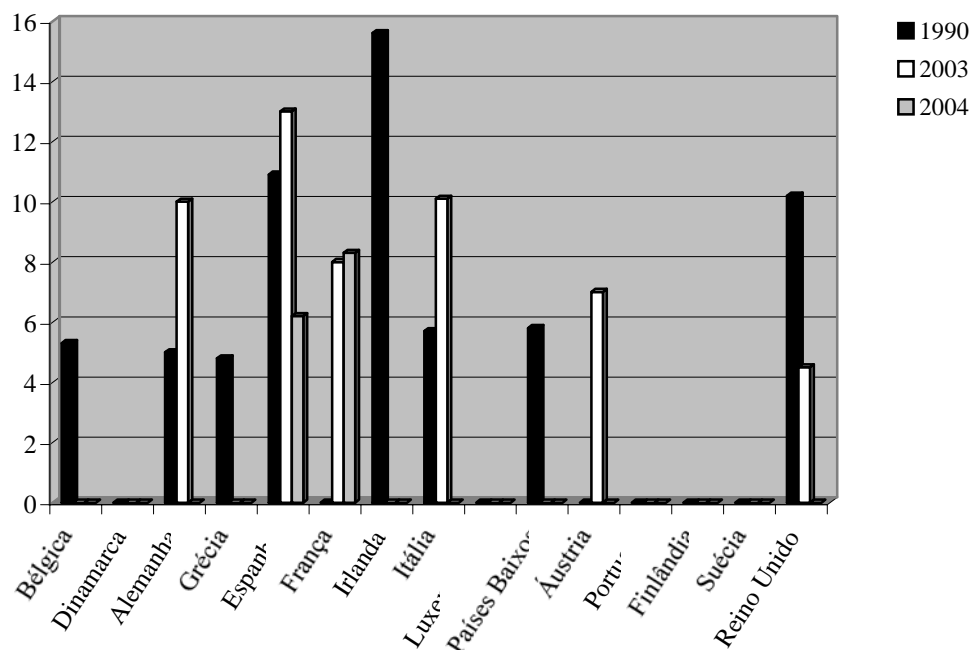
A Finlândia e a Suécia continuam a não apresentar quaisquer informações relativamente a esta taxa, bem como a Bélgica, a Dinamarca e a Irlanda, em que apresentam dados disponíveis apenas em 1990. O ano de 2004, em termos gerais, é o ano menos conclusivo em termos de análise de tendências, uma vez que só apresenta dados disponíveis para 5 países da Europa dos 15.

Taxa de Desemprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	7,3	:
Bélgica	5,3	:	:
Dinamarca	:	:	:
Alemanha	5	10	:
Grécia	4,8	:	:
Espanha	10,9	13	6,2
França	:	8	8,3
Irlanda	15,6	:	:
Itália	5,7	10,1	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	5,8	:	:
Áustria	:	7	:
Portugal	:	:	:
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	:
Reino Unido	10,2	4,5	:

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego por Três ou mais Crianças Dependentes (a mais nova entre os 6-14 anos), numa população entre os 15 e os 64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Esta representação gráfica ilustra a situação da taxa de desemprego por três ou mais crianças dependentes (a mais nova com idades entre os 6 e os 14 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004. É visível, quanto a este fenómeno, não ser possível avançar com nenhuma tendência, uma vez que não existem muitos dados disponíveis quanto aos anos em análise. O ano de 2004 apenas apresenta dados disponíveis em dois países: Espanha e França.

A Alemanha apresenta um aumento desta taxa de desemprego na ordem dos 5 % (entre 1990-2003), assim como a Itália (4,4 %, entre 1990-2003) e a França (0,3 %, entre 1990-2003). Por sua vez, o Reino Unido e a Espanha apresentam uma diminuição significativa desta taxa de desemprego: 5,7 % (entre 1990-2003) e 4,7 % (entre 1990-2004) respectivamente.

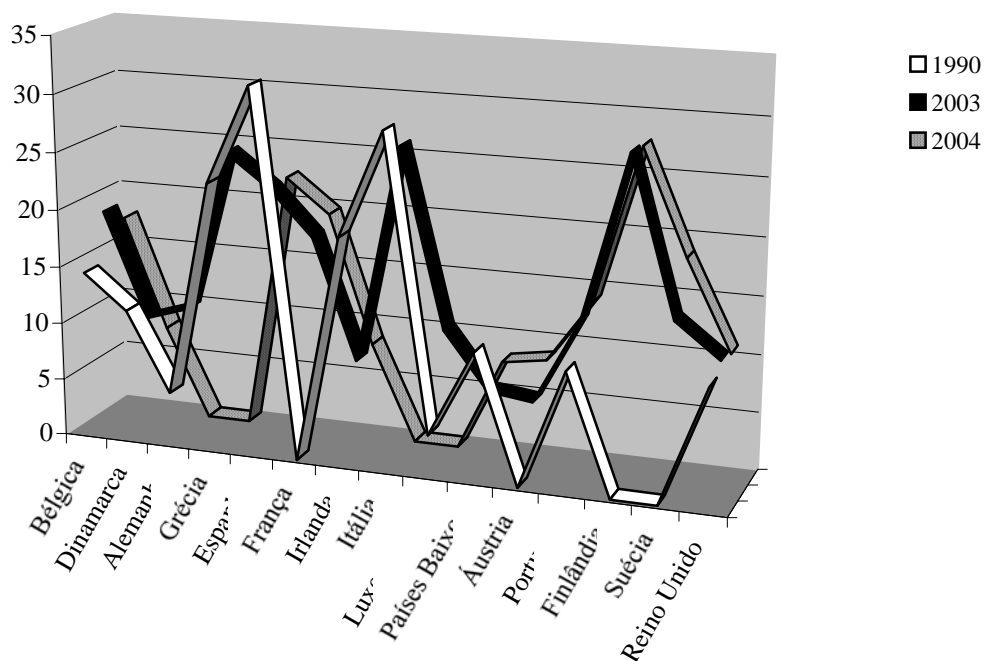
Pode-se ainda constatar o facto da Dinamarca, do Luxemburgo, de Portugal, da Finlândia e da Suécia não apresentarem dados disponíveis nos anos em análise.

Taxa de Desemprego segundo o Total de Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education, (15-24 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	15,4	:
Bélgica	14,5	19	17,5
Dinamarca	11,5	9,8	7,8
Alemanha	4,6	11	:
Grécia	23,3	25,1	:
Espanha	31,8	22,3	22,4
França	:	18,4	19,5
Irlanda	19,7	8	8,3
Itália	28,9	26,8	:
Luxemburgo	3,6	11,5	:
Países Baixos	11,1	6,6	8
Áustria	:	6,1	8,6
Portugal	10,4	13,4	14
Finlândia	:	27,8	27,5
Suécia	:	14,3	18,5
Reino Unido	10,4	11,4	10,8

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego segundo o Total de Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education, (15-24 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico demonstra a taxa de desemprego segundo o total de graus académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004, para a população entre os 15 e os 24 anos.

O aumento desta taxa de desemprego, na Europa dos 15, corresponde a 15,4 % em 2003, já que em 1990 e em 2004 não existem dados disponíveis para a Europa dos 15, segundo a fonte do Eurostat.

Esta tendência de aumento foi registada em vários países: no Luxemburgo com um aumento de 7,9 % (entre 1990-2003), na Alemanha com um aumento desta taxa de desemprego em 6,4 % (entre 1990-2003), na Suécia com um aumento de 4,2 % (entre 2003-2004), em Portugal com um aumento de 3,6 % (entre 1990-2004), na Bélgica com aumentos na ordem dos 3 % (entre 1990-2004), na Áustria com um aumento de 2,5 % (entre 2003-2004), na Grécia com uma subida da sua respectiva taxa em 1,8 % (entre 1990-2003), na França com um aumento de 1,1 % (entre 2003-2004) e no Reino Unido com uma subida da respectiva taxa em 0,4 % (entre 1990-2004).

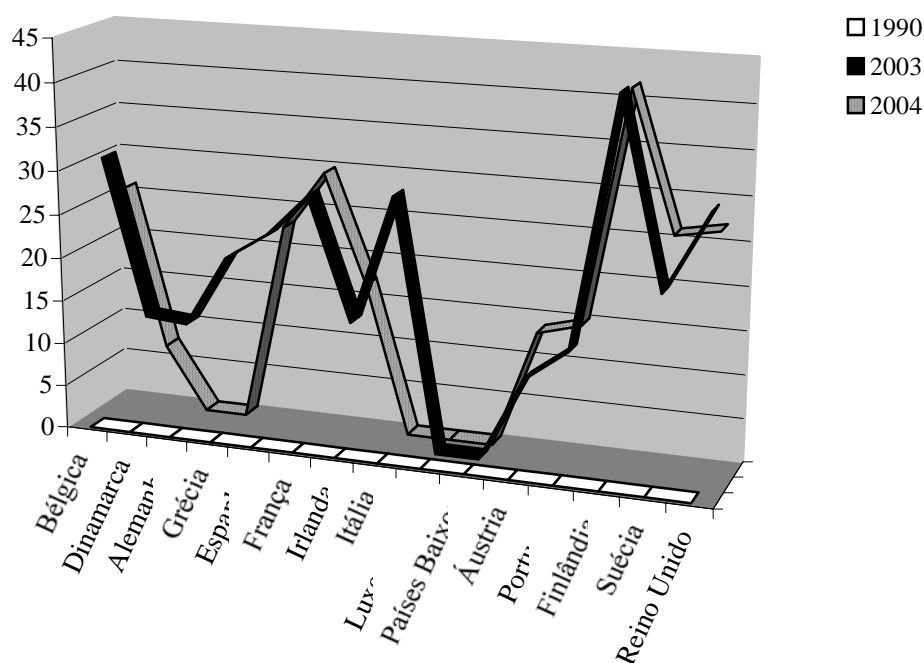
Contrariamente a esta tendência de aumento, também é possível analisar diminuições desta taxa de desemprego segundo o total de graus académicos, mais concretamente na Irlanda com uma diminuição na ordem dos 11,4 % (entre 1990-2004), na Espanha com uma descida da sua respectiva taxa em 9,4 % (entre 1990-2004), na Dinamarca com uma diminuição de 3,7 % (entre 1990-2004), nos Países Baixos com uma diminuição de 3,1 % (entre 1990-2004), na Itália com menos 2,1 % (entre 1990-2003) e na Finlândia com uma diminuição desta taxa de desemprego em 0,3 % (entre 2003-2004).

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (15-24 Anos) na Europa dos 15 , entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	20,7	:
Bélgica	:	30,5	25,8
Dinamarca	:	12,3	7,3
Alemanha	:	11,9	:
Grécia	:	20,1	:
Espanha	:	23,2	22,9
França	:	28,1	29,6
Irlanda	:	14,1	17,1
Itália	:	28,9	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	9,7	13,6
Portugal	:	13,4	14,9
Finlândia	:	42	41,6
Suécia	:	20,9	26
Reino Unido	:	30,2	26,9

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (15-24 Anos) na Europa dos 15 , entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico apresenta a taxa de desemprego segundo o grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma população entre os 15 e os 24 anos. O valor desta taxa de desemprego, na Europa dos 15, corresponde a 20,7 %, em 2003. Não é possível apresentar os dados respectivos a 1990 e a 2004, na Europa dos 15, pois a fonte Eurostat não nos apresenta dados disponíveis, bem como não apresenta dados disponíveis para os países europeus em 1990.

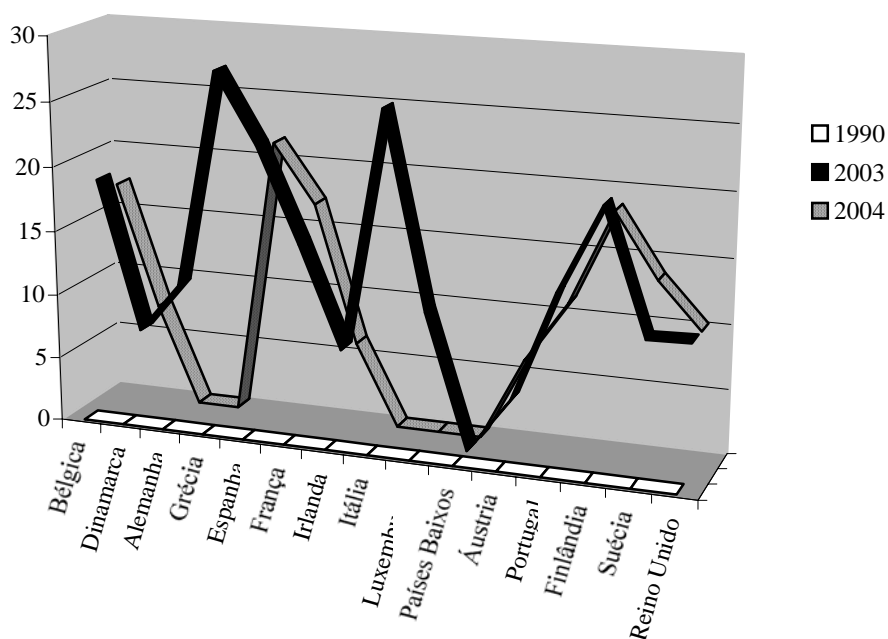
Apesar da falta de informações quanto ao ano de 1990, pode-se verificar que entre 2003-2004, ocorreram aumentos e diminuições desta taxa de desemprego nos 15 países deste grupo. A Áustria, a Suécia, a Irlanda, a França e Portugal fazem parte do grupo de países marcados pelo aumento desta taxa de desemprego, na ordem dos 3,9 %, 3,3 %, 3 % e 1,5 % (para a França e para Portugal) respectivamente. A Dinamarca, a Bélgica, o Reino Unido, a Finlândia e a Espanha correspondem ao leque de países que apresentam diminuições desta taxa de desemprego nos anos em análise, com 5 %, 4,7%, 3,3 %, 0,4 % e 0,3 % respectivamente.

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (15-24 Anos) na Europa dos 15 , entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	14	:
Bélgica	:	18,3	17,2
Dinamarca	:	6,6	7,6
Alemanha	:	10,5	:
Grécia	:	27,4	:
Espanha	:	22	21,5
França	:	14,7	17
Irlanda	:	6,8	6,3
Itália	:	25,5	:
Luxemburgo	:	10,4	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	4,4	6,4
Portugal	:	12,9	11,2
Finlândia	:	19,7	18,5
Suécia	:	10,1	13,6
Reino Unido	:	10,2	10,1

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (15-24 Anos) na Europa dos 15 , entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico apresenta a taxa de desemprego pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (15-24 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. O valor desta taxa de desemprego, na Europa dos 15, corresponde a 14 % em 2003. A fonte Eurostat não apresentou dados disponíveis, para a Europa dos 15, em 1990 e 2004, bem como não apresentou dados disponíveis para todos os países europeus em 1990.

Apesar da falta de informações quanto ao ano de 1990, pode-se verificar que entre 2003-2004, ocorreram aumentos e diminuições desta taxa de desemprego nos 15 países deste grupo. Deste modo, existe um grupo de países que apresenta uma diminuição desta taxa: Portugal com uma diminuição na ordem dos 1,7 %, a Finlândia com menos 1,2 %, a Bélgica com uma diminuição de 1,1 %, a Espanha e a Irlanda com uma diminuição da sua taxa em 0,5 % e o Reino Unido com uma diminuição na ordem dos 0,1 %. O grupo de países que comporta aumentos desta taxa de desemprego, entre 2003-2004, é a Suécia com uma subida da sua taxa em 3,5 %, França com um aumento na ordem dos 2,3 %, Áustria com uma subida desta taxa de desemprego em 2 % e a Dinamarca com um aumento registado na ordem de 1 %.

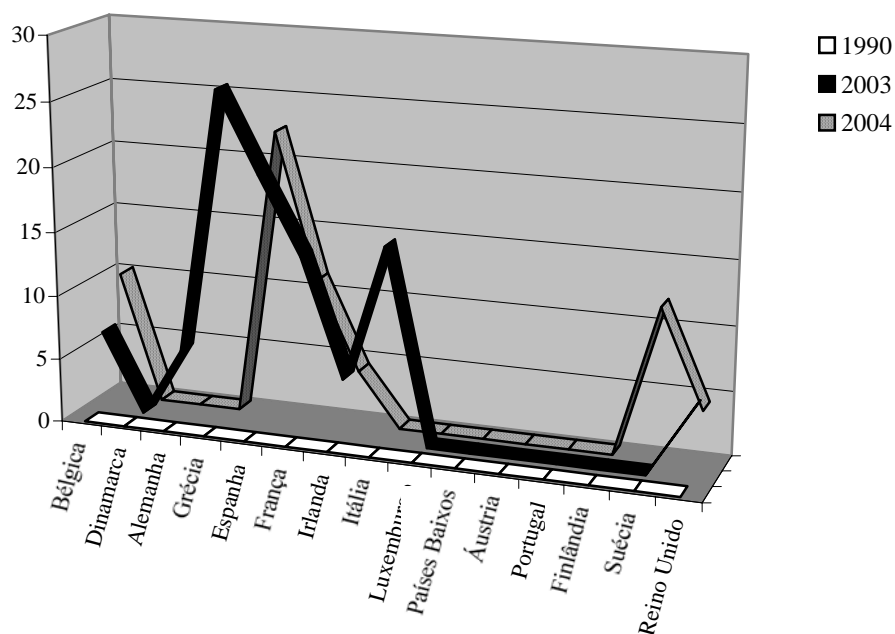
Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (15-24 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	11,4	:
Bélgica	:	6,2	10
Dinamarca	:	:	:
Alemanha	:	5,4	:
Grécia	:	26	:
Espanha	:	19,8	22,4
França	:	13,8	11,1
Irlanda	:	4,6	4,2
Itália	:	15,2	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	:	:
Portugal	:	:	:
Finlândia	:	:	:
Suécia	:	:	11,7
Reino Unido	:	5,4	4,2

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

**Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (15-24 Anos),
na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)**



Neste gráfico é possível analisar a taxa de desemprego pelo grau académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. O valor desta taxa de desemprego corresponde a 11,4 %, na Europa dos 15, em 2003, uma vez que não existem dados disponíveis para a Europa dos 15 em 1990 e 2004, bem como para todos os países europeus em 1990.

Através deste gráfico não é possível retirar grandes conclusões acerca da evolução da taxa de desemprego relativa a esta população jovem, dado que, por um lado, a Dinamarca, o Luxemburgo, os Países Baixos, a Áustria, Portugal e a Finlândia não apresentam quaisquer informações sobre esta matéria. Por outro lado, a Alemanha, a Grécia e a Itália são países nos quais se encontram dados disponíveis apenas em 2003 (5,4 %, 26 % e 15,2 % respectivamente).

Pode-se ainda concluir que entre 2003-2004, a Bélgica e a Espanha registaram ligeiros aumentos desta taxa de desemprego, ou seja, 3,8% e 2,6% respectivamente, enquanto que a França, a Irlanda e o Reino Unido, neste mesmo período, assistiram a uma diminuição das suas taxas de desemprego: 2,7%, 0,4% e 1,2% respectivamente.

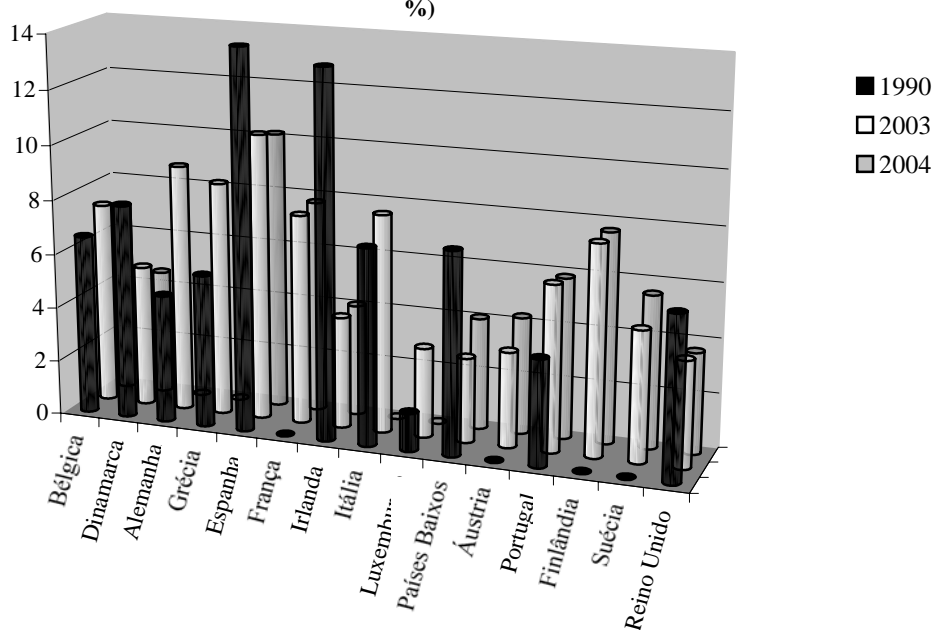
Taxa de Desemprego segundo o Total de Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (25-49 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	7,4	:
Bélgica	6,6	7,4	7
Dinamarca	7,9	5,2	4,6
Alemanha	4,7	9,1	:
Grécia	5,6	8,6	:
Espanha	13,9	10,5	10,2
França	:	7,7	7,8
Irlanda	13,4	4,1	4,1
Itália	7,2	8	:
Luxemburgo	1,4	3,3	:
Países Baixos	7,4	3,1	4,1
Áustria	:	3,5	4,3
Portugal	3,9	6,1	5,9
Finlândia	:	7,7	7,7
Suécia	:	4,8	5,6
Reino Unido	6	3,9	3,7

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego segundo o Total de Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (25-49 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico apresenta a taxa de desemprego segundo o total de graus académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma parte da população com idades compreendidas entre os 25 e os 49 anos.

Na Europa dos registou-se um aumento de 7,4 % em 2003, uma vez que em 1990 e 2004 não existem dados disponíveis, para a Europa dos 15, segundo a fonte de informação Eurostat.

Esta tendência de aumento foi registada nos seguintes países: na Alemanha com um aumento de 4,4 % (entre 1990-2003), na Grécia com um aumento da sua taxa de desemprego em 3 % (entre 1990-2003), seguindo-se em Portugal com um aumento de 2% (entre 1990-2004), no Luxemburgo com uma subida desta taxa de desemprego em 1,9 % (entre 1990-2003). A Itália (entre 1990-2003), a Áustria (entre 2003-2004) e a Suécia (entre 2003-2004) registaram aumentos de 0,8 %. A Bélgica também apresenta um ligeiro aumento desta taxa de desemprego na ordem dos 0,4 %, entre 1990-2004.

Contrariamente a esta tendência de aumento, também é possível analisar diminuições desta taxa de desemprego segundo o total de graus académicos, mais concretamente em cinco países – na Irlanda, em Espanha, na Dinamarca, nos Países Baixos e no Reino Unido, com descidas das suas taxas em de 9,3 %, 3,7 %, 3,3 % e 2,3% respectivamente, entre 1990-2004.

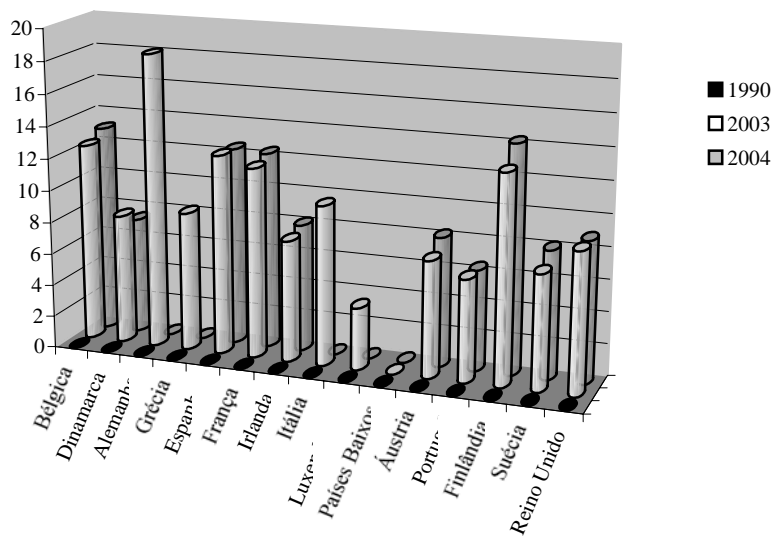
Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (25-49 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	11,5	:
Bélgica	:	12,4	13
Dinamarca	:	8,1	7,3
Alemanha	:	18,4	:
Grécia	:	8,7	:
Espanha	:	12,5	12,4
França	:	11,9	12,3
Irlanda	:	7,6	8
Itália	:	10	:
Luxemburgo	:	3,9	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	7,3	8,1
Portugal	:	6,4	6,3
Finlândia	:	13	14,2
Suécia	:	7,2	8
Reino Unido	:	8,8	8,8

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (25-49 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico apresenta a taxa de desemprego segundo o grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary , na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma parte da população entre os 25 e os 49 anos. O valor desta taxa de desemprego, na Europa dos 15, corresponde a 11,5 % em 2003, sendo que o Eurostat não apresenta dados disponíveis para a Europa dos 15 em 1990 e 2004.

Apesar de não existirem dados disponíveis para os países europeus em 1990, pode-se verificar que entre 2003 e 2004, ocorreram aumentos e diminuições desta taxa de desemprego nos 15 países em análise. A Finlândia, a Áustria, a Suécia, a Bélgica, a França e a Irlanda fazem parte do grupo que registou aumentos na ordem dos 1,2 %, 0,8% (Áustria e Suécia) e 0,4 % (Bélgica, França e Irlanda) respectivamente. A Dinamarca, a Espanha e Portugal correspondem ao leque de países que apresentam diminuições desta taxa de desemprego entre 2003 e 2004, nomeadamente com diminuições na ordem dos 0,8 % e 0,1% (Espanha e Portugal) respectivamente.

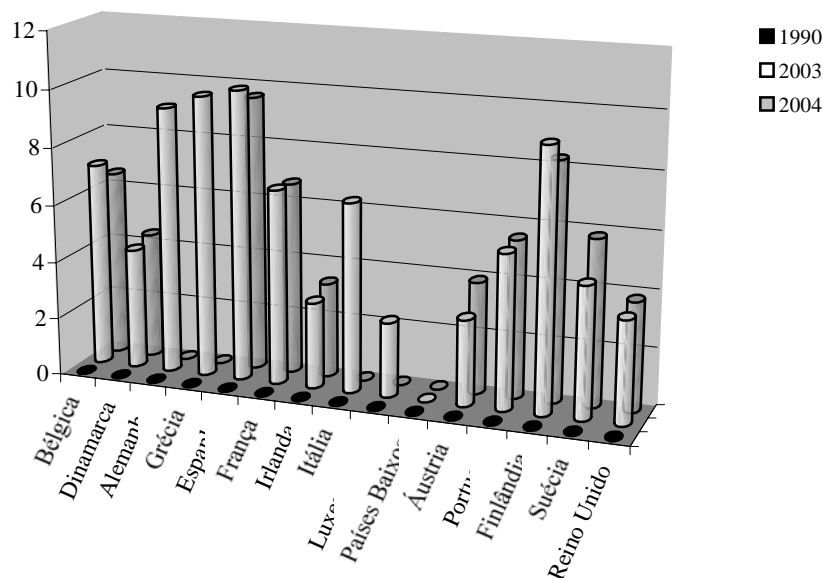
Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (25-49 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	7	:
Bélgica	:	7,1	6,5
Dinamarca	:	4,2	4,4
Alemanha	:	9,3	:
Grécia	:	9,8	:
Espanha	:	10,1	9,6
França	:	6,8	6,7
Irlanda	:	3	3,3
Itália	:	6,6	:
Luxemburgo	:	2,6	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	3	3,9
Portugal	:	5,4	5,5
Finlândia	:	9,1	8,3
Suécia	:	4,6	5,8
Reino Unido	:	3,6	3,8

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (25-49 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Este gráfico apresenta a taxa de desemprego pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma população com idades compreendidas entre os 25 e os 49 anos. O valor desta taxa de desemprego, na Europa dos 15, corresponde a 7 % em 2003, não existindo dados disponíveis para a Europa dos 15 em 1990 e 2004.

Apesar de não existirem dados disponíveis para os países europeus em 1990, pode-se constatar que entre 2003-2004, ocorreram aumentos e diminuições desta taxa de desemprego nos 15 países em análise, sobressaindo a tendência de aumento nos seguintes países: Suécia com um aumento da sua taxa em 1,2 %, a Áustria registou uma subida da sua taxa em 0,9 %, a Irlanda com um aumento de 0,3 %, a Dinamarca e o Reino Unido com uma subida das suas taxas em 0,2 % e Portugal com um aumento da sua taxa em 0,1 %.

Existe um pequeno grupo de países que apresenta uma diminuição desta taxa, entre 2003-2004: a Finlândia com 0,8 %, a Bélgica com 0,6 %, a Espanha com 0,5 % e a França com 0,1 %.

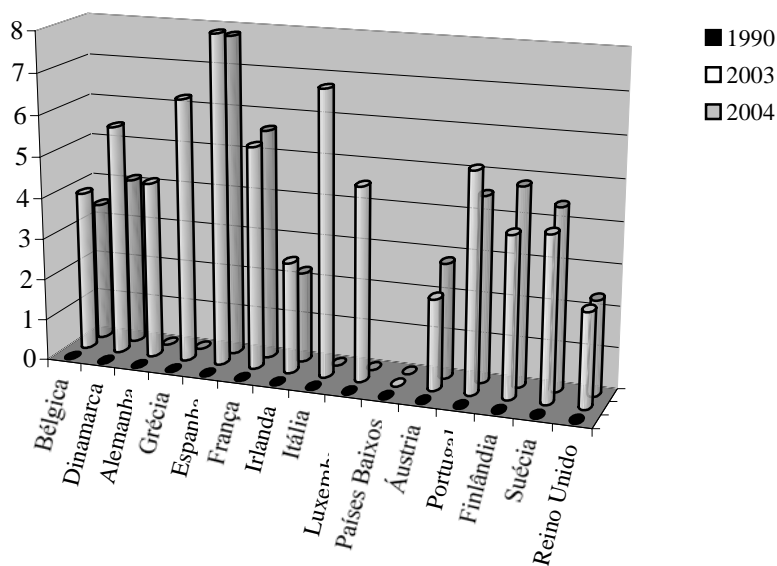
Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (25-49 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	4,9	:
Bélgica	:	3,9	3,4
Dinamarca	:	5,6	4,1
Alemanha	:	4,3	:
Grécia	:	6,4	:
Espanha	:	8	7,8
França	:	5,4	5,6
Irlanda	:	2,7	2,2
Itália	:	6,9	:
Luxemburgo	:	4,7	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	2,2	2,8
Portugal	:	5,3	4,5
Finlândia	:	3,9	4,8
Suécia	:	4	4,4
Reino Unido	:	2,3	2,3

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (25-49 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



Neste gráfico é analisado a taxa de desemprego pelo grau académico Tertiary Education, na Europa dos 15 entre 1990-2004, para uma população com idades compreendidas entre os 25 e os 49 anos. O valor desta taxa de desemprego, na Europa dos 15, é relativamente baixo, em comparação com as outras taxas de desemprego já analisadas: 4,9 % em 2003, uma vez que não existem dados disponíveis, para a Europa dos 15, em 1990 e 2004. Não se encontram dados disponíveis para os países europeus relativamente a 1990.

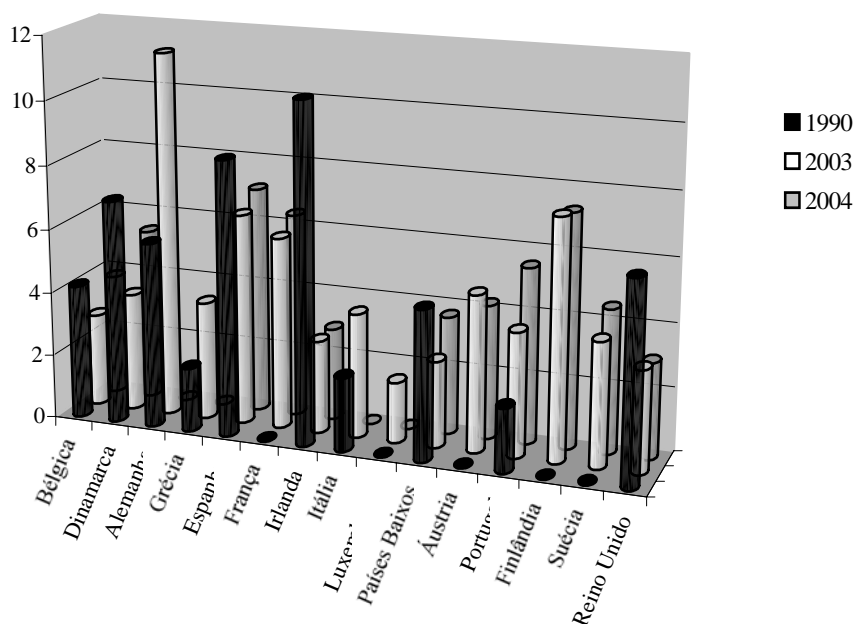
Existem ligeiras tendências de aumento e de diminuição desta taxa de desemprego: as tendências de aumento podem ser verificadas em países como a Finlândia (0,9 %), a Áustria (0,6 %), a Suécia (0,4 %) e a França (0,2 %), apenas entre 2003-2004. As tendências de diminuição são visíveis na Dinamarca (1,5 %), em Portugal (0,8 %), na Bélgica e na Irlanda (0,5 %) e em Espanha (0,2 %). O Reino Unido é o único país que regista a mesma percentagem quanto à taxa de desemprego pelo grau Tertiary Education, um valor que se manteve entre 2003-2004: 2,3%.

Taxa de Desemprego segundo o Total de Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (50-64 Anos), na Europa dos 15 , entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	6,2	:
Bélgica	4,2	2,9	3,8
Dinamarca	7	3,7	5,4
Alemanha	5,8	11,4	:
Grécia	2	3,7	:
Espanha	8,6	6,6	7,1
França	:	6	6,4
Irlanda	10,6	2,9	2,9
Itália	2,3	3,9	:
Luxemburgo	:	1,9	:
Países Baixos	4,7	2,7	3,7
Áustria	:	4,9	4,2
Portugal	2	3,9	5,5
Finlândia	:	7,5	7,3
Suécia	:	3,9	4,5
Reino Unido	6,3	3,2	3

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego segundo o Total de Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (50-64 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em%)



A taxa de desemprego segundo o total de graus académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma população com idades compreendidas entre os 50 e os 64 anos, revela 6,2 % relativamente ao ano de 2003. Mais uma vez, para a Europa dos 15, não existem dados disponíveis em 1990 e 2004 segundo a fonte do Eurostat..

Alguns países europeus assistiram a uma diminuição das suas taxas, nomeadamente a Irlanda com menos 7,7 % (entre 1990 e 2004), o Reino Unido com menos 3,3 % (entre 1990 e 2004), a Dinamarca com uma diminuição na ordem dos 1,6% (entre 1990 e 2004), a Espanha com menos 1,5 % na sua respectiva taxa (entre 1990 e 2004), os Países Baixos com uma diminuição de 1 % (entre 1990 e 2004), a Áustria com menos 0,7 % (entre 2003 e 2004) e ainda a Bélgica com menos 0,4 % na taxa de desemprego em análise (entre 1990 e 2004). Aumentos desta taxa de desemprego podem ser observados nomeadamente na Alemanha com uma subida de 5,6 %, entre 1990 e 2003 e na Grécia com um aumento de 1,7 % também nos mesmos anos.

É de salientar os dados não disponíveis em 2004 em variados países (Alemanha, Grécia, Itália e Luxemburgo), assim como na França, no Luxemburgo, na Áustria, na Finlândia e na Suécia em 1990.

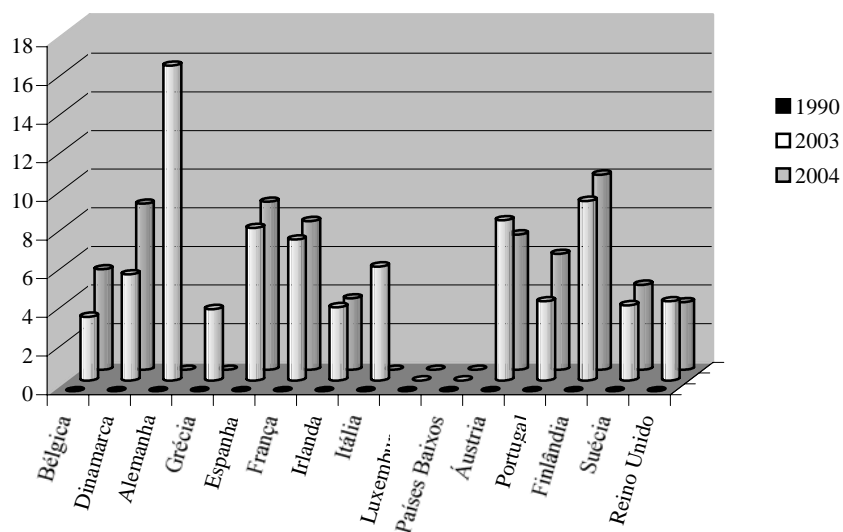
Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (50-64 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	7,2	:
Bélgica	:	3,3	5,2
Dinamarca	:	5,5	8,6
Alemanha	:	16,3	:
Grécia	:	3,7	:
Espanha	:	7,9	8,7
França	:	7,3	7,7
Irlanda	:	3,8	3,7
Itália	:	5,9	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	8,3	7
Portugal	:	4,1	6
Finlândia	:	9,3	10,1
Suécia	:	3,9	4,4
Reino Unido	:	4,1	3,5

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (50-64 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



A taxa de desemprego pelo grau académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma população com idades compreendidas entre os 50 e os 64 anos, regista 7,2 % relativamente a 2003. Mais uma vez, para a Europa dos 15, não existem dados disponíveis segundo a fonte do Eurostat em 1990 e 2004. Aliás, o ano de 1990 não disponibiliza quaisquer dados a este respeito para os países europeus em análise.

Entre 2003 e 2004, verifica-se que a linha evolutiva desta taxa, na faixa etária entre os 50 e os 64 anos, sofreu aumentos, destacando-se os seguintes países: a Dinamarca com um aumento de 3,1 %, a Bélgica e Portugal com aumentos na ordem dos 1,9 % e a Espanha e a Finlândia com um aumento em 0,8 %.

Apenas três países apresentaram uma linha evolutiva contrária, ou seja, descendente, nomeadamente a Áustria com uma diminuição da sua taxa em 1,3%, o Reino Unido com uma diminuição em 0,6% e a Irlanda com uma diminuição de 0,1%, entre 2003 e 2004.

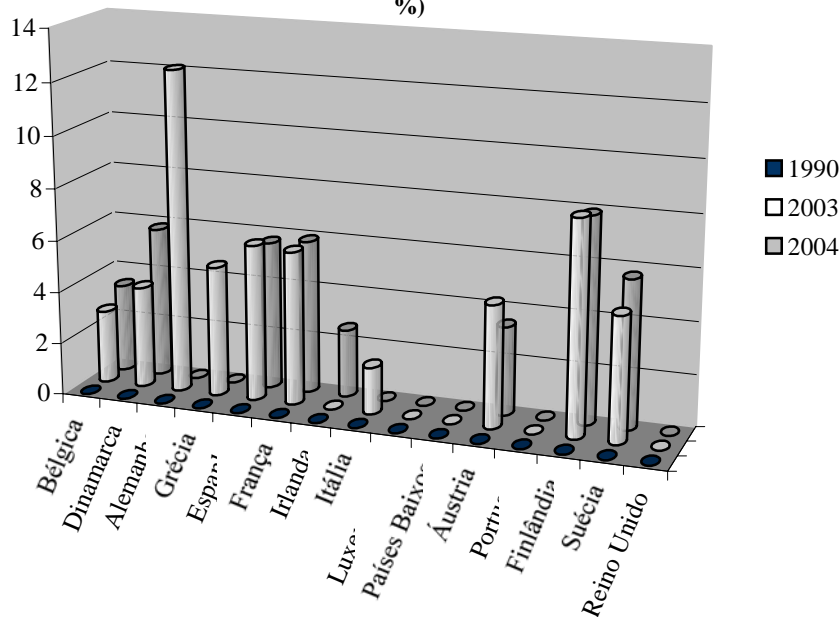
Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (50-64 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	6,9	:
Bélgica	:	2,8	3,4
Dinamarca	:	3,9	5,8
Alemanha	:	12,4	:
Grécia	:	5	:
Espanha	:	6	5,7
França	:	5,9	5,9
Irlanda	:	:	2,6
Itália	:	1,8	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	4,7	3,4
Portugal	:	:	:
Finlândia	:	8,2	7,9
Suécia	:	4,8	5,7
Reino Unido	:	2,8	3,1

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (50-64 Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)



A taxa de desemprego pelo grau académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma população com idades compreendidas entre os 50 e os 64 anos, regista 6,9 % relativamente a 2003. Para a Europa dos 15 não existem dados disponíveis, segundo a fonte do Eurostat, em 1990 e em 2004. O ano 1990 não disponibiliza quaisquer dados para os países europeus em análise, este respeito à semelhança dos quadros anteriores.

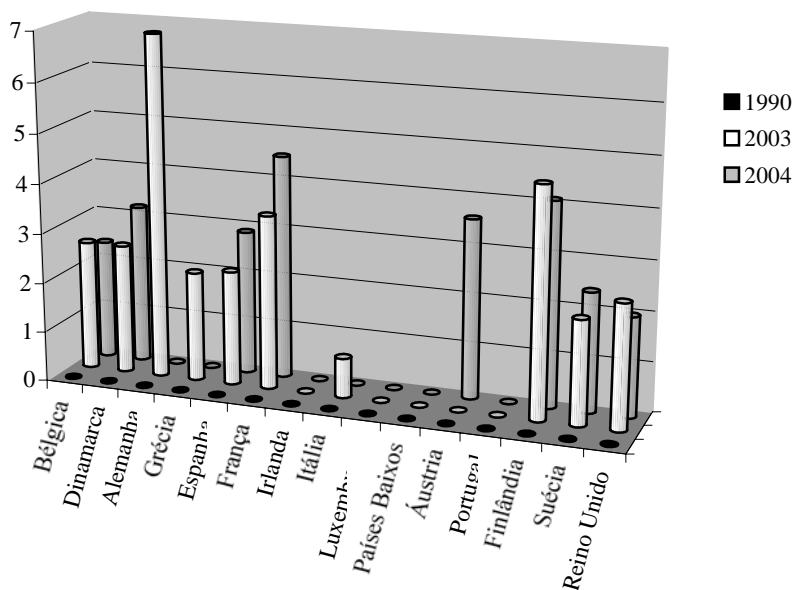
Entre 2003 e 2004, verifica-se que a linha evolutiva desta taxa não é facilmente perceptível, uma vez que diversos países não apresentam dados disponíveis em ambos os anos em questão (Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal). Porém, a Dinamarca, a Suécia, a Bélgica e o Reino Unido registaram ligeiros aumentos desta taxa de desemprego: 1,9%, 0,9%, 0,6% e 0,3% respectivamente. A Áustria, a Espanha e a Finlândia registaram diminuições nas suas taxas de desemprego: 1,3% e 0,3% (Espanha e Finlândia) respectivamente. A França foi o único país que manteve o mesmo valor na sua taxa, quer em 2003, como em 2004: 5,9%.

**Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (50-64 Anos), na
Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)**

	1990	2003	2004
Europa dos 15	:	3,8	:
Bélgica	:	2,6	2,4
Dinamarca	:	2,6	3,2
Alemanha	:	6,9	:
Grécia	:	2,2	:
Espanha	:	2,3	2,9
França	:	3,5	4,5
Irlanda	:	:	:
Itália	:	0,8	:
Luxemburgo	:	:	:
Países Baixos	:	:	:
Áustria	:	:	3,6
Portugal	:	:	:
Finlândia	:	4,6	4,1
Suécia	:	2,1	2,4
Reino Unido	:	2,5	2

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

**Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (50-64
Anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)**



A taxa de desemprego pelo grau académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004, para uma população com idades compreendidas entre os 50 e os 64 anos, regista somente 3,8 % relativamente a 2003. Mais uma vez, para a Europa dos 15, não existem dados disponíveis segundo a fonte do Eurostat em 1990 e em 2004. O ano de 1990 não disponibiliza quaisquer dados quanto aos países em análise, à semelhança dos quadros anteriores.

Entre 2003 e 2004, pode-se verificar que a linha evolutiva desta taxa não é facilmente perceptível, visto que em muitos países poucos ou nenhuns dados se encontram disponíveis (Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria e Portugal). Os principais aumentos desta taxa de desemprego foram registados nos seguintes países: na França (1%), na Dinamarca e na Espanha (0,6%) e na Suécia (0,3%). Os países que registaram diminuições foram a Finlândia e o Reino Unido (0,5%) e a Bélgica (0,2%).

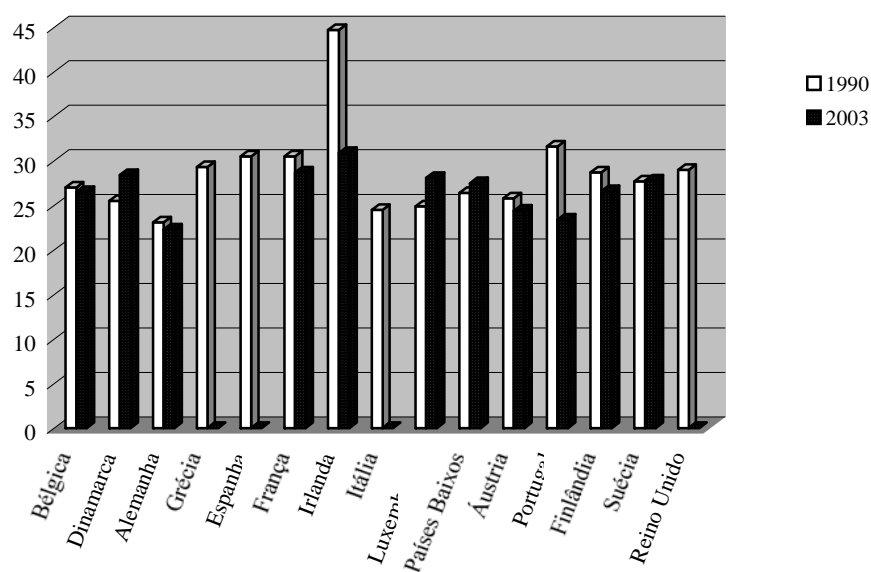
A análise relativa à taxa de desemprego e respectivos graus académicos, com 65 e mais anos, não foi realizada uma vez que são poucos os dados disponíveis pelo Eurostat, não sendo representativa a sua apresentação (consultar **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, páginas 137-139, 143).

Índice de Dependência dos Jovens, dos 0 aos 14 anos, pela população entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	2003
Europa dos 15	27,2	24,8
Bélgica	27	26,5
Dinamarca	25,5	28,4
Alemanha	23,1	22,3
Grécia	29,3	:
Espanha	30,5	:
França	30,5	28,7
Irlanda	44,7	30,9
Itália	24,5	:
Luxemburgo	24,9	28,1
Países Baixos	26,4	27,5
Áustria	25,8	24,4
Portugal	31,6	23,4
Finlândia	28,7	26,6
Suécia	27,7	27,8
Reino Unido	29	:

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Índice de Dependência dos Jovens, dos 0 aos 14 anos, pela população entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)



O índice de dependência dos jovens, dos 0 aos 14 anos, pela população entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003, registou uma diminuição na ordem dos 2,4%. A maioria dos países em análise seguiu esta tendência, destacando-se a Irlanda com uma diminuição do índice de dependência de jovens, entre 1990-2003, em 13,8%, Portugal com uma diminuição na ordem dos 8,2%, a Finlândia com menos 2,1%, a França com menos 1,8%, a Bélgica com menos 1,5%, a Áustria com menos 1,4% e a Alemanha com menos 0,8%.

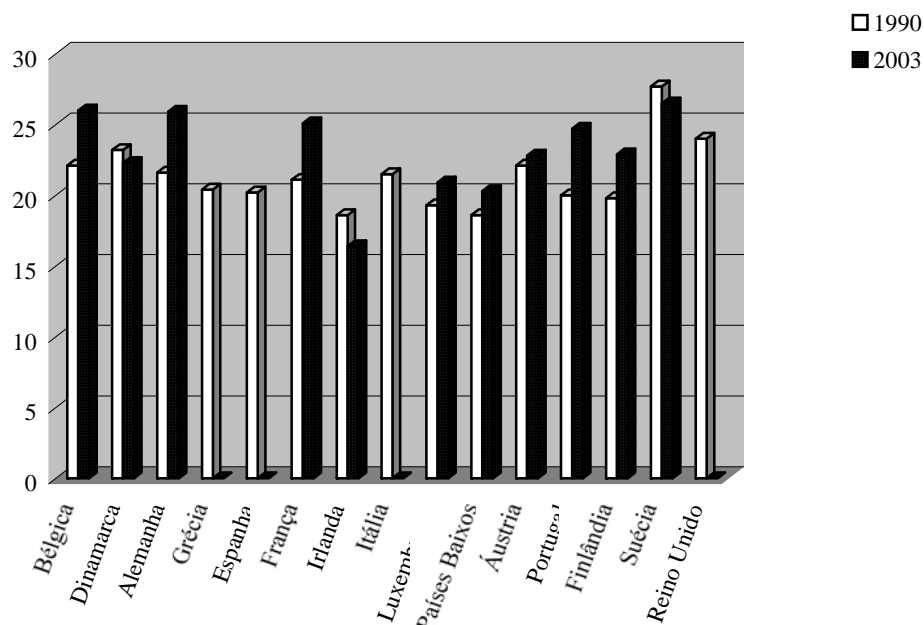
Alguns países registaram uma tendência contrária à registada nos anteriores países analisados, nomeadamente o Luxemburgo com um aumento do seu índice de dependência de jovens em 3,2%, a Dinamarca com um aumento de 2,9%, os Países Baixos com uma progressão na ordem dos 1,1% e a Suécia com um aumento de 0,1%.

Índice de Dependência dos Idosos, com 65 e mais anos, pela população entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	2003
Europa dos 15	21,6	25,2
Bélgica	22,1	26
Dinamarca	23,2	22,3
Alemanha	21,6	25,9
Grécia	20,4	:
Espanha	20,2	:
França	21,1	25,1
Irlanda	18,6	16,4
Itália	21,5	:
Luxemburgo	19,3	20,9
Países Baixos	18,6	20,3
Áustria	22,1	22,8
Portugal	20	24,7
Finlândia	19,8	22,9
Suécia	27,7	26,5
Reino Unido	24	:

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Índice de Dependência dos Idosos, com 65 e mais anos, pela população entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)



O índice de dependência dos idosos, com 65 e mais anos, pela população entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003, registou um aumento de 3,6%.

Vários países europeus seguiram esta tendência evolutiva ao longo dos treze anos em análise, nomeadamente Portugal com um aumento na ordem dos 4,7%, a Alemanha com um aumento de 4,3%, a França com uma evolução na ordem dos 4%, a Bélgica com um aumento de 3,9%, a Finlândia com um aumento do seu índice de dependência dos idosos na ordem dos 3,1%, os Países Baixos com um aumento de 1,7%, o Luxemburgo com um aumento do seu índice de dependência dos idosos na ordem dos 1,6%.

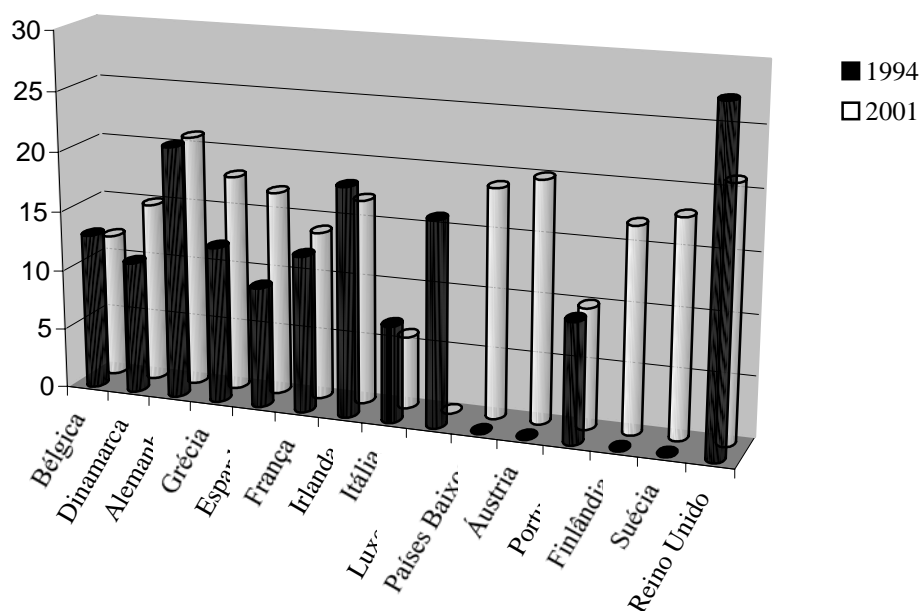
Outros três países registaram uma diminuição deste índice de dependência, nomeadamente a Irlanda com menos 2,2%, a Suécia com menos 1,2% e a Dinamarca com menos 0,9%.

**Diferença entre a Média de Ganhos por Hora entre Homens e Mulheres , como
percentagem da Média dos Ganhos por Hora dos Homens, na Europa dos 15, entre
1994-2001 (em %)**

	1994	2001
Europa dos 15	16	16
Bélgica	13	12
Dinamarca	11	15
Alemanha	21	21
Grécia	13	18
Espanha	10	17
França	13	14
Irlanda	19	17
Itália	8	6
Luxemburgo	17	:
Países Baixos	:	19
Áustria	:	20
Portugal	10	10
Finlândia	:	17
Suécia	:	18
Reino Unido	28	21

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Diferença entre a Média dos Ganhos por hora entre Homens e Mulheres, como percentagem da média dos Ganhos por hora dos Homens, na Europa dos 15, entre 1994-2001 (em %)



A tendência geral desta diferença entre a média dos ganhos por hora, entre homens e mulheres, como percentagem da média dos ganhos por hora dos homens, na Europa dos 15, registou o mesmo valor, quer em 1994, como em 2001: 16%.

Dois outros países mantiveram os seus valores nos anos em análise: a Alemanha com 21 % e Portugal com 10%.

Existiram países que registaram um aumento da diferença entre a média dos ganhos por hora entre homens e mulheres, como percentagem da média dos ganhos por hora dos homens, entre 1994-2001: a Espanha (7 %), a Grécia (5 %) e a Dinamarca (4%).

Os países onde se registou uma diminuição quanto à média dos ganhos por hora entre homens e mulheres, como percentagem da média dos ganhos por hora dos homens foram o Reino Unido (7 %), a Irlanda e a Itália (2 %).